# ENTRELUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD

**ANO 16 | número 31 | 2025**




***"Pensamos hoje com a ajuda de uma parcela pequena do nosso passado."***
Marcelo Rubens Paiva

BIBLIOTECA Coordenadoria de Bibliotecas Portal de Periódicos
ISSN 2177-7829

# ENTRE-LUGAR

v. 16, n. 31

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, v. 16, n.31, 2025.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**
Reitor: Jones Dari Göettert
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia: Claudia Marques Roma

## Coordenadoria de Bibliotecas
Coordenador do Portal de Periódicos: Givaldo Ramos da Silva Filho
E-mail: bibliotecaperiodicos@ufgd.edu.br

## Faculdade de Ciências Humanas
Diretora da Faculdade de Ciências Humanas, Veronica Aparecida Pereira

**REVISTA ENTRE-LUGAR**
Editores: Charlei Aparecido da Silva e Lisandra Pereira Lamoso

**CAPA**
Rafael Brugnolli Medeiros e Charlei Aparecido da Silva, idealizada a partir de imagens presentes nos artigos, mescladas com os elementos do layout gráfico da REL.

**EDITORAÇÃO, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA-CIENTÍFICA**
Charlei Aparecido da Silva, Amanda Trindade Amorim e Giovana Dias Garcia

**COMISSÃO CIENTÍFICA**
Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS), Adáuto de Oliveira Souza (UFGD), Ana Fani Alessandri Carlos (USP/CNPq), Antonio Thomaz Junior (Unesp – Presidente Prudente), Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp), Cássio Eduardo Viana Hissa (UFMG), Carlos Espíndola (UFSC), Celene Cunha Monteiro A. Barreira (UFG – Goiânia), Charlei Aparecido da Silva(UFGD), Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS), Douglas Santos (PUC), Edvaldo César Moretti (UFGD), Flaviana Gasparotti Nunes (UFGD), Francisco de Assis Mendonça (UFPR/ANPEGE), Francisco Sergio Ladeira (Unicamp), João Edmilson Fabrini (Unioeste – Rondon), Lia Osório Machado (UFRJ), Lisandra Pereira Lamoso (UFGD), Marcelino Andrade Gonçalves (UFMS), Márcio Cataia (Unicamp), Márcio Piñon de Oliveira (UFF), Márcia Yukari Mizusaki (UFGD), Márcio Rogério Silveira (Unesp – Ourinhos), Marcos Aurélio Saquet (Unioeste – Beltrão), Margareth Cristiane Trindade da Costa Amorim (UNESP), Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD), Rogério Haesbaert da Costa (UFF/CNPq), Silvana de Abreu (UFGD), Silvio Carlos Rodrigues (UFU/CNPq (CA)), Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (UFMT), Wenceslao Machado de Oliveira Junior (Unicamp).

**COMISSÃO INTERNACIONAL**
Adriano Rovira (Instituto de Geociências da Universidad Austral de Chile), Fabrício Vázquez (Universidad Nacional de Asunción – Paraguai), José Omar Moncada Maya (Universidad Nacional Autónoma do México (UNAN), Maria Laura Silveira (Conicet- Instituto de Geografía, Universidad de Buenos Aires), Massimo Quaini (Università di Genova - Unige/Itália), Xosé Manuel Santos Solla (Universidad de Santiago de Compostela - USC/Espanha)

Entre-Lugar [recurso eletrônico]/Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. – Ano 1, n.1 ([jan./jun.], 2010)-. – Dados eletrônicos. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2010-
Semestral.
Modo de acesso: Word Wide Web:
< http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar >
ISSN 2176-9559 (online).

1. Geografia. 2. Geopolítica. 3. Universidade Federal da Grande Dourados – Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD.
Alisson Antonio de Souza – CRB1 2722

# ENTRELUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD

**ANO 16 | número 31 | 2025**




***"Pensamos hoje com a ajuda de uma parcela pequena do nosso passado."***
Marcelo Rubens Paiva

UFGD BIBLIOTECA Coordenadoria de Bibliotecas Portal de Periódicos
ISSN 2177-7829

# SUMÁRIO

**P.**

## EDITORIAL

**As palavras de Stefan, Raduan e Marcelo ainda estão aqui.....09-16**
**Charlei Aparecido da Silva, Amanda Trindade Amorim**

## ARTIGOS

**Abordagens e temáticas em Geografia Humanista e Cultural: uma trajetória de pesquisa(s)..... 18-36**
**Angelo Serpa**

**Fluidez e porosidade territorial: o transporte rodoviário de passageiros como vetor da integração sul-americana.....37-61**
**Mónica Arroyo, Bruno Candido dos Santos**

**A Geografia da Religião e o componente espacial: o contexto Mariano das Novas comunidades católicas de Sobral (CE).....62-83**
**Antonio Jarbas Barros de Moraes**

**Espaço e memória: paisagens e entreolhares no documentário o Botão de Pérola.....84-98**
**Helena Augusta da Silva Gomes**

**Conservação da geodiversidade e valoração didática da cachoeira de Santo Antônio, município de São Félix do Piauí (PI, Brasil)..... 99-116**
**Helena Vanessa Maria da Silva, Lourenço Pereira da Silva**

**Dark Sky no Parque Nacional dos Campos Gerais (PR): estudo da potencialidade do Parque de Natureza Buraco do Padre visando a designação de parque de céu escuro.....117-142**
**Bárbara Ternoviski, Jasmine Cardozo Moreira**

**Um ensaio sobre as Geografias da escola.....143-165**
**Thiago Albano de Sousa Pimenta**

**A Geografia emocional do nordeste na sala de aula: o sertão de Luiz Gonzaga.....166-186**
**Aline Celestina dos Santos, Marcia Alves Soares da Silva**

**A participação da construção civil no processo de desenvolvimento econômico do município de Dourados - Mato Grosso do Sul - no período de 2010 a 2020.....187-212**
**Umberto de Andrade Filho e Lisandra Pereira Lamoso**

**Territórios indígenas na América Latina: democratização, empreendimento social e organização econômica sustentável.....213-231**
**Angelina Maria de Oliveira Licório, Diêgo Alexandre Duarte, Raquel da Silva Pereira, Dércio Bernardes de Souza, Osmar Siena**

**A educação ambiental no ecoturismo: a percepção dos visitantes do Jardim Botânico Inhotim em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil.....232-260**
**Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha, Rahyan de Carvalho Alves, Carlos Alexandre de Bortolo**

**O perfil do comércio exterior paranaense no século XXI.....261-285**
**Rodrigo Gavioli Diniz, Fernanda Leandro Domanski**

**A "Casa Búnker" e a redefinição da escala doméstica: rumo a fragmentação socioespacial?.....286-310**
**Victor Hugo Quissi Cordeiro da Silva**

## NOTA DE PESQUISA

**Oiapoque – Saint Georges de L'oyapock: a fronteira e a COVID-19 ..... 312-328**

**Alexandre Bergamin Vieira, Yurgel Pantoja Caldas, Gutemberg de Vilhena Silva, Camilo Pereira Carneiro Filho**

## RESENHA(S)

**O livro "Meu Vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória"..... 330-332**

**Jones Dari Göettert**

# EDITORIAL

# EDITORIAL

## As palavras de Stefan, Raduan e Marcelo ainda estão aqui

A Revista Entre-Lugar apresenta o primeiro número de 2025, sua trigésima primeira edição, publicada nos primeiros dias do verão. A REL, com essa trigésima primeira edição, completa mais de 15 anos de existência, nos quais não se registram hiatos na publicação; para um periódico de acesso aberto (*Open-Access*), vinculado à pós-graduação brasileira, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Grande Dourados, é um marco importante, o qual deve ser lembrado e mesmo comemorado.

O primeiro número foi publicado no primeiro semestre de 2010, ainda uma versão impressa, a versão digital por meio do sistema OJS ocorreu alguns anos depois em 2013. Nestes anos de existência se contabilizam mais de três centenas de textos que envolvem artigos, resenhas, entrevistas, notas de pesquisas e análises de conjuntura. Material oriundo de pesquisas realizadas em diversas partes do Brasil e mesmo no exterior, os quais tratam da Geografia e de suas áreas correlatas.

Neste breve histórico apresentado neste editorial, uma simples análise bibliométrica permite indicar a presença de 272 artigos; 27 resenhas; 30 apresentações e editoriais; 21 entrevistas; 6 notas de pesquisas; 2 análises de conjunturas; 1 nota de pesar; 4 seções temáticas; 4 dossiês e 1 edição especial. Nas páginas da REL encontramos textos escritos por pesquisadores renomados da Geografia brasileira e de jovens pesquisadores, em certa medida uma memória da Geografia da UFGD e mesmo brasileira.

A publicação de mais este número, é, portanto, resultado do empenho constante dos/das editores(as), dos/das autores/as, dos/das pareceristas e do apoio técnico recebido da UFGD naquilo que se refere a gestão dos periódicos científicos. A Coordenadoria de Bibliotecas da UFGD, neste momento representada por Givaldo Ramos da Silva Filho, e, no passado, a Editora da UFGD, têm papel importante na gestão da plataforma OJS. Esse empenho coletivo constante e o reconhecimento dos desafios existentes para que a REL possa ser publicada se faz importante, dele depende a existência

e a qualidade da revista, representada pelos indexadores conquistados ao longo de sua existência e do Qualis-CAPES a ela atribuído pela área da Geografia e outras áreas, A4 no quadriênio 2017-2020.

O primeiro número de 2025 conta com o trabalho de Amanda Trindade Amorim, pesquisadora, pós-doutoranda, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, e, de Giovana Dias Garcia, acadêmica do mestrado - ambas pesquisadoras do Laboratório de Geografia Física. As pesquisadoras trabalharam na revisão técnica-cientifica dos textos, na editoração e colaboraram na escrita desse editorial, um trabalho cuidadoso e essencial, o qual não pode ser esquecido. Rafael Brugnolli Medeiros, pesquisador e docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, colaborou por mais vez na construção da capa, elaborada tendo como base figuras presentes nos textos desta edição e o layout gráfico da REL.

A frase escolhida para capa, **"Pensamos hoje com a ajuda de uma parcela pequena do nosso passado"**, escrita por Marcelo Rubens Paiva, está presente no livro de sua autoria "Ainda estou aqui"[1], o qual é a base para o filme homônimo dirigido por Walter Salles, aclamado pelo público e pela crítica no ano de 2024. A frase nos remete imediatamente a história do próprio autor, naquilo que se refere a ditadura militar no Brasil, mas, por trás dela há algo mais complexo, que causa incomodo e nos ajuda a pensar não só o contexto social, mas também aquilo que se refere e como tem sido tratado e conduzido questões no Brasil no âmbito político-econômico-social-ambiental.

Na labuta da vida cotidiana de certa maneira é impensável para este momento histórico a ideia de golpe, de golpismo. Para além da vida cotidiana, infelizmente, se viu, que é algo ainda cultivado, adubado na caserna, alimentado por alguns vestidos de pijamas, e outros de farda, sempre acompanhados por fina gente, elegante e sincera, trajando *black tie*, que olham o Brasil das janelas da Faria Lima ou de fenestras de aroeira que marcam e lembram palavras de Raduan Nassar[2]; protagonistas de podres poderes arcaicos, mas ainda tão presentes. Na contradição observamos um Brasil profundo que insiste em viver e

[1] PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. 1. Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
[2] NASSAR, Raduan. **Lavoura arcaica** 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

sobreviver, em construir a seu modo, originalmente, o ideal de um país igualitário, justo e inclusivo, um exercício constante de trazer para o presente o Brasil do Futuro[3].

A ideia de golpismo neste século XXI assim surge e ressurge travestida, encoberta por palavras que são dispares a sua essência; democracia, justiça, liberdade de expressão, família, fé, pátria, essas são as mais bradadas; mas na sutileza, na forma da lei, na legitimidade legislativa, estamos observando golpismos que trazem consigo retrocessos imensuráveis e perdas consideráveis de conquistas sociais e ambientais, e, por isso, e tão só, que a frase escolhida para capa se faz tão presente e há uma necessidade de compreendê-la de forma mais complexa e transversal, entrançá-la talvez com aquilo presente no livro "**Meu Vô Apolinário**: um mergulho no rio da (minha) memória", presente nesta edição na forma de resenha.

A trigésima primeira edição, aos leitores e leitoras são apresentados treze textos inéditos, oriundos de pesquisa realizadas em diversas partes do Brasil, somados a uma nota de pesquisa e uma resenha. Na condição de editores desse número agradecemos aos autores e as autoras por escolherem a REL para publicarem os resultados de suas pesquisas, por compartilharem suas impressões e ideias sobre a Geografia e seus temas.

Falemos um pouco das contribuições deste primeiro número de 2025. O primeiro texto **"Abordagens e temáticas em geografia humanista e cultural: uma trajetória de pesquisa(s)"** é dividido em três partes, a primeira parte busca problematizar uma trajetória de pesquisas nos campos da Geografia humanista e da Geografia cultural ao longo do percurso acadêmico do autor do presente artigo; a segunda parte foca em questões teórico-metodológicas; e a terceira parte traz os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, problematizando os primeiros resultados de entrevistas sobre o uso e a apropriação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O segundo texto **"Fluidez e porosidade territorial: o transporte rodoviário de passageiros como vetor da integração Sul-Americana"** debate a fluidez e a porosidade territorial a partir da análise do transporte rodoviário internacional de

[3] ZWEIG, Stefan. **Brasil, um país do futuro**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2022.

passageiros. Foram observados os elementos da infraestrutura do sistema de movimento rodoviário, os aspectos normativos que regem a circulação internacional, a configuração das linhas rodoviárias internacionais operadas por diversas companhias de variados portes e níveis organizacionais, e também a estruturação de eixos de circulação. Foi constatado que os serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros na América do Sul interligam preferencialmente os principais centros urbanos de cada país, evidenciando um desenvolvimento geograficamente desigual.

O terceiro texto **"A Geografia da religião e o componente espacial: o contexto Mariano das Novas comunidades católicas de Sobral (CE)"** por meio de fotografias, mapas cognitivos e trabalho de campo trata de uma abordagem cultural da Geografia da Religião, incentiva a compreender as práticas humanas devocionais, associadas ao simbolismo religioso, tendo como objeto Novas Comunidades Católicas (NCCs) de Sobral (CE), especialmente, a Rainha da Paz e a Maranata. A vida religiosa das comunidades é apresentada a partir fenômeno simbólico, religioso e sagrado que constitui o componente espacial de suas concretudes.

O quarto texto **"Espaço e memória: paisagens e entreolhares no documentário o *Botão de Pérola*"** estuda e interpreta o espaço cênico e histórico do documentário. A autora percebe que o espaço em cena é construído pelo próprio olhar do cineasta, com imagens e expressões de um mundo visível que quer ser partilhado. Em que se constrói a cena do filme como um espaço em cena, a partir do espaço filmado e dos eventos históricos evocados na narração e da memória.

O quinto texto **"Conservação da geodiversidade e valoração didática da cachoeira de Santo Antônio, município de São Félix do Piauí (PI, Brasil)"** tem como objetivo destacar o valor didático da Cachoeira de Santo Antônio, no Piauí. Para isso, utilizam a revisão bibliográfica, a produção de mapas e análises de campo e concluem, com os resultados, que a cachoeira pode ser utilizada como recurso educativo, em termos de conteúdos programáticos, como expressão ao nível da paisagem, o que contribui ainda com a conservação da geodiversidade.

O sexto texto **"*Dark sky* no Parque Nacional dos Campos Gerais (PR): estudo da potencialidade do Parque de Natureza Buraco do Padre visando a designação de parque de céu escuro"** busca analisar a possibilidade do reconhecimento da área do Parque em obter o título interacional de Parque de Céu-escuro (*International Dark Sky Park*). Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, realizada uma entrevista com o gestor e trabalhos de campo. Os resultados apresentam os requisitos mínimos da Associação Internacional de Céu-Escuro e conclui que a área tem potencialidade para ser reconhecida, sendo necessário alguns ajustes.

O sétimo texto **"Um ensaio sobre as geografias da escola"** busca fazer uma reflexão sobre as geografias que atravessam a escola, a aula, o professor e o aluno, a partir de alguns autores que trazem essa discussão nas suas bases bibliográficas. O intuito foi levantar questões que podemos pensar sobre o ensino, sobre a geografia, sobre a escola e os alunos e potencializar a criação a circulação de pensamentos.

O oitavo texto **"Uma geografia emocional do Nordeste na sala de aula: o sertão de Luiz Gonzaga"** é um recorte de uma dissertação de mestrado, cujo objetivo foi refletir sobre a Geografia Emocional do Nordeste a partir da imaginação e das canções de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião (1912-1989). A metodologia envolveu a criação de mapas mentais e foram identificados que os principais símbolos e significados que representam o Nordeste e o nordestino, dizem respeito a sua fé, com representação de igrejas, e a sua resistência, com a representação de cactos/mandacaru. Quanto às questões emocionais, houve a predominância de aspectos topofílicos e também entendimentos distorcidos acerca desta região.

O nono texto **"A participação da construção civil no processo de desenvolvimento econômico do município de Dourados - Mato Grosso do Sul - no período de 2010 a 2020"** analisa os fatores que contribuíram para a expansão do setor no período de 2010 a 2020. A metodologia contou com a análise de dados secundários obtidos em bancos de dados públicos e os autores concluíram que o desenvolvimento econômico do município contou com a relevância das políticas públicas para habitação popular, com participação dos bancos públicos na oferta de financiamento imobiliário, além da expansão do número de unidades industriais relacionadas a construção civil.

O décimo texto **"Territórios indígenas na américa latina: democratização, empreendimento social e organização econômica sustentável"** analisa a participação política e social dos povos indígenas na América Latina. O objetivo foi examinar a relação entre essa participação, a preservação do território e a organização socioeconômica, destacando desafios e avanços. Para isso, utilizou-se o método qualitativo baseado em revisão bibliográfica e apontaram para a importância do reconhecimento e respeito aos direitos territoriais e à autodeterminação dos povos indígenas.

O décimo primeiro texto **"A educação ambiental no ecoturismo: a percepção dos visitantes do Jardim Botânico Inhotim em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil"** analisa o uso turístico do Jardim Botânico do Inhotim e as suas potencialidades para a sensibilização ambiental. Para isso, utilizou-se revisão bibliográfica e análise de dados de questionários aplicados aos visitantes em trabalho de campo. Os autores pontuaram que o JBI é um espaço poderoso e impactante para a educação ambiental, pois dispõe de uma gama de possibilidades naturais para a interpretação e sensibilização ambiental.

O décimo segundo texto **"O perfil do comércio exterior paranaense no século XXI"** buscou compreender as modificações estruturais e padrões de comportamento desse comércio. A metodologia contempla procedimentos qualitativos e quantitativos, utilizando os dados disponibilizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Os resultados mostram que o Paraná é um grande importador de bens manufaturados e, a partir do segundo decênio do século XXI, se consolidou como um grande exportador de bens primários. Os autores destacaram ainda a estreita relação do Paraná com a China, que vem se tornando o principal parceiro comercial do estado.

O décimo terceiro texto **"A "Casa Búnker" e a redefinição da escala doméstica: rumo a fragmentação socioespacial?"** apresenta resultados de uma dissertação de mestrado que buscou investigar as práticas espaciais de moradores de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida e de espaços residenciais fechados de alto padrão em Presidente Prudente/SP. Para isso, foram entrevistados residentes destas áreas, tomando o cuidado de abordar diferentes perfis de idade e sexo. Foram discutidas as transformações no cotidiano destes moradores, além das diferentes

formas de apropriação do espaço urbano, os graus de isolamento e as estratégias para superar os constrangimentos impostos pelas distâncias.

A **Nota de Pesquisa** dessa edição**, "Oiapoque – Saint Georges De L'oyapock: a fronteira e a Covid 19"** buscou compreender e analisar o contexto geográfico que permite-nos apreender os fixos, os fluxos e a materialidade das ações num contexto como o vivenciado no mundo e no Brasil com a pandemia da Covid-19. O texto é estruturado em três partes: na primeira, são discutidos os impactos da pandemia de Covid-19 nos espaços de fronteira internacional; na segunda, são caracterizadas histórica e geograficamente a fronteira Oiapoque-Brasil e Saint-Georges de l'Oyapock- Guyane; e a terceira apresenta a análise empírica dos impactos da pandemia na circulação dessa fronteira a partir dos dados e das entrevistas coletadas em trabalho de campo.

A edição é finalizada com a **Resenha** do livro **"Meu Vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória"**, escrito por Daniel Munduruku. O autor relata sua ancestralidade, faz um chamamento, um convite a quem lê para fazer o mesmo. Um livro que trata sobre a vida, seus caminhos e como o hoje se mistura ao passado, dando forma aquilo que hoje se vê no presente.

Aqueles e aquelas que chegaram até aqui, como sempre, registramos nossos agradecimentos. A mensagem final permanece inalterada; que o conhecimento científico seja sempre aquele a descortinar o achismo e a ignorância, aquele a eliminar os dogmas e o fanatismo – mais do que nunca ele é necessário. Que a poesia, a literatura, a arte e outras formas de expressão nos ajudem a ir além da lógica e da racionalidade formal, para com isso sermos mais humanos – inclusive para compreendermos com clareza a importância e o papel social da Ciência. Cada vez mais isso nos parece essencial e reforça os princípios editoriais da REL.

Que possamos incrementar, incentivar e fomentar o desejo por publicar, por se fazer ciência no Brasil, e não esqueçamos da poesia, daquilo que foi dito no passado, e, que talvez ainda não tenhamos compreendido completamente em vários sentidos humanos:

*É fundamental diminuir a distância*
*entre o que se diz e o que se faz,*
*de tal forma que,*
*num dado momento,*
*a tua fala seja a tua prática* [4]

Charlei Aparecido da Silva — Editor da Revista Entre-Lugar

Amanda Trindade Amorim — Editora Convidada

[4] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

# ARTIGOS

# ABORDAGENS E TEMÁTICAS EM GEOGRAFIA HUMANISTA E CULTURAL: UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA (S)[1]

# APPROACHES AND THEMES IN HUMANIST AND CULTURAL GEOGRAPHY: A RESEARCH(ES) TRAJECTORY

# ABORDAJES Y TEMÁTICAS EN GEOGRAFÍA HUMANÍSTICA Y CULTURAL: UNA TRAYECTORIA DE INVESTIGACIÓN (ES)

**Angelo Serpa**
Professor Titular/Pesquisador CNPq 1B
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
angserpa@ufba.br

## Destaques

- O sentido de praticar Geografia pode se revelar ou se ocultar para nós, a depender de nossa atitude – consciente ou inconsciente – no cotidiano.
- A fenomenologia não exclui a contradição da razão dialética porque busca romper a familiaridade com o mundo para apreendê-lo e revelá-lo como paradoxo.
- Uma Geografia Humana norteada por princípios fenomenológicos e pela criação/produção de espaços vividos no cotidiano não pode prescindir da corporeidade e do *corpo-lugar* enquanto mediações/instâncias a fim de buscar revelar essa produção/criação.

**RESUMO**

Busca-se problematizar uma trajetória de pesquisa (s) nos campos da Geografia humanista e da Geografia cultural, enfatizando-se as temáticas abordadas, ao longo do percurso acadêmico do autor do presente artigo, como pesquisador nestes campos específicos. Na segunda seção do texto, focamos nas questões teórico-metodológicas pertinentes aos seguintes temas: Relação entre técnica, tecnologia e lugar; a perspectiva de uma Geografia do cotidiano; uma abordagem fenomenológica/ontológica e dialética

[1] Parte dessa reflexão foi apresentada em mesa redonda do XII SIEC – Seminário Internacional Espaço e Cultura na UERJ, realizada em 16 de novembro de 2023. O artigo é uma reelaboração e uma ampliação da discussão apresentada no referido Seminário ( https://www.youtube.com/watch?v=oL_pCopOTJ8 ).

para a Geografia; a relação entre corpo e Geografia; a relação entre espaço público, ativismos urbanos e economia popular. Na última seção do texto são apresentados os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, problematizando os primeiros resultados de entrevistas sobre o uso e a apropriação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) realizadas com agentes dos campos educacional e cultural em Salvador-Bahia, que, acredita-se, pode subsidiar a fundamentação de um humanismo crítico em Geografia, fazendo confluir as abordagens humanista e cultural.

**Palavras-chave:** Geografia humanista. Geografia cultural. Trajetória de pesquisa. Ontologia. Dialética.

## ABSTRACT

The aim is to problematize a research(es) trajectory in the fields of Humanist Geography and Cultural Geography, emphasizing the themes addressed throughout the academic career of the author of this article as a researcher in these specific fields. In the second section of the text, we focus on theoretical and methodological issues relevant to the following themes: Relationship between technique, technology and place; the perspective of a Geography of everyday life; a phenomenological/ontological and dialectical approach to Geography; the relationship between body and Geography; the relationship between public space, urban activism and popular economy. The last section of the text presents the preliminary results of an ongoing study, problematizing the first results of interviews on the use and appropriation of Information and Communication Technologies (ICT) conducted with agents from the educational and cultural fields in Salvador, Bahia, which, it is believed, can support the foundation of a critical humanism in Geography, bringing together the humanist and cultural approaches.

**Keywords**: Humanist Geography. Cultural Geography. Research trajectory. Ontology. Dialectics.

## RESUMEN

Buscamos problematizar una trayectoria de investigación (es) en los campos de la Geografía humanística y de la Geografía cultural, enfatizando las temáticas abordadas, a lo largo de la jornada académica del autor de este artículo, como investigador en estos campos específicos. En la segunda sección del texto, focalizamos en cuestiones teórico-metodológicas pertinentes a los siguientes temas: Relación entre técnica, tecnología y lugar; la perspectiva de una Geografía del cotidiano; un abordaje fenomenológico/ontológico y dialéctico para la Geografía; la relación entre cuerpo y Geografía; la relación entre espacio público, activismos urbanos y economía popular. En la última sección de esta reflexión presentamos los resultados preliminares de una investigación en curso, problematizando los primeros resultados de las entrevistas sobre el uso y la apropiación de Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) realizadas con agentes de los campos educacional y cultural en Salvador, Bahia que, creemos, puede subsidiar la fundamentación de un humanismo crítico en Geografía, facilitando la confluencia entre los abordajes humanista y cultural.

**Palabras clave:** Geografía humanista. Geografía cultural. Trayectoria de investigación. Ontología. Dialéctica.

## INTRODUÇÃO

Trata-se de resgatar aqui uma trajetória de pesquisa (s) nos campos da Geografia humanista e da Geografia cultural de quem escreve o presente artigo. Por isso, de início, gostaria de problematizar, para contextualizar essa trajetória, a relação entre Geografia cultural e Geografia humanista. Dignas de menção, nesse contexto, são as tentativas de conciliação dos conceitos humanistas e marxistas, objeto de reflexão de Cosgrove. Para ele, se a cultura é o centro dos objetivos de uma geografia humanista, que busca compreender o mundo vivido dos grupos humanos, uma geografia marxista precisa reconhecer que o mundo vivido, mesmo que simbolicamente constituído, tem expressão material, não se devendo negar sua objetividade (Cosgrove, 2003).

As contribuições de Cosgrove mostram que os campos da Geografia cultural e da Geografia humanista se diferenciaram com o tempo, podendo-se afirmar uma influência maior da abordagem fenomenológica no segundo campo – ao qual se alinham autores como Dardel, Tuan, Buttimer e Relph –, deixando, como principal legado, a ideia de situação, aliada às noções de intersubjetividade e intencionalidade. Trata-se aqui de refletir a partir de uma Geografia situada, renovada em seus alicerces teórico-metodológicos pela concepção de mundo vivido.

Há algumas décadas, há uma retomada de estudos culturais em Geografia que não se enquadram nem no rótulo estrito de "Geografia humanista" nem no rótulo estrito de "Geografia crítica/marxista", estudos esses influenciados pela nova Geografia cultural, sobretudo anglo-saxã, que busca uma aproximação entre o materialismo histórico geográfico e a Geografia cultural. São autores, além do já citado Cosgrove, como Jackson, Mitchell, Duncan, entre outros, que compreendem "modo de produção" como "modo de vida", com especial interesse pelos meios de produção simbólica, em análises que buscam aproximar as abordagens hermenêutica e dialética, pensando o espaço geográfico, sobretudo, como espaço vivido.

Aqui a ideia principal é que o mundo material é constituído culturalmente, sendo necessário analisar os meios de incorporação do espaço aos códigos simbólicos através da produção cultural. Essas abordagens vão muito além de uma Geografia humanista estritamente fenomenológica, nos moldes como propunham Dardel, Relph e Tuan, abrindo as possibilidades de renovação não só do conceito de lugar, mas também dos conceitos de paisagem, território e região. E isso nos permite afirmar também que o

que chamamos, hoje, de Geografia humanista e Geografia cultural, se distingue, mas, ao mesmo tempo, se complementa e dialoga enquanto abordagem e método (Serpa, 2019).

Na sequência desta breve introdução vou também apresentar, nas próximas seções e subseções deste artigo, alguns temas que, de modo interrelacionado, vêm nos ocupando nos últimos anos nos nossos grupos de pesquisa na Universidade Federal da Bahia.

## UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA E SUAS TEMÁTICAS

*- Relação entre técnica, tecnologia e lugar*

A investigação sobre as relações entre lugar, técnica e tecnologia requer uma avaliação do espaço como meio operacional, mas também como meio percebido/concebido (Santos, 2006). É dos resultados de investigações assim que se pode inferir o papel e a importância dos lugares para a apropriação da técnica e sua transformação em tecnologia.

Tendo em vista os dados levantados em pesquisas anteriores (Serpa, 2011) é evidente a persistência das desigualdades regionais e locais no território nacional no tocante ao acesso à técnica e à tecnologia. Também é possível afirmar que o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) se modificou sobremaneira no Brasil a partir da segunda década dos anos 2000, com um relativo aumento de acessibilidade, propiciado pelos celulares. Hoje, as desigualdades se expressam muito mais nas velocidades de acesso à Internet, que se pode adquirir no mercado com recursos próprios, o que evidencia desigualdades socioespaciais marcantes no tocante às TIC.

À Geografia caberia analisar de que maneira este meio operacional se concretiza e organiza espacialmente, em um contexto de grandes desigualdades socioespaciais como no Brasil, apostando numa análise multiescalar do problema e no aprofundamento analítico das dimensões de classe envolvidas nesses processos, especialmente naqueles que embasam as táticas de apropriação criativa da técnica e sua elaboração/transformação em tecnologia. Questiona-se, portanto, que cidade digital é essa que se esboça no Brasil em um quadro gritante de injustiça espacial?

A operacionalização da noção de cidade digital permite se pensar também na criação/na produção de lugares digitais em diferentes escalas, da escala do quarteirão

ou do bairro até a escala da cidade e da metrópole/aglomeração metropolitana, já que a cidade aqui é concebida como "um sistema zonal de inovação distribuído em vários níveis", combinando "capacidades e atividades humanas com elevada intensidade de conhecimentos, instituições de aprendizagem tecnológica e espaços digitais de comunicação, de modo a maximizar a capacidade de inovação" (Komninos, 2008, p. 1).

A relação entre técnica, tecnologia e lugar é examinada a partir de quatro frentes de levantamentos e pesquisas de cunho empírico, tendo como recorte a aglomeração metropolitana de Salvador-Bahia: - Política e produção cultural; - Educação; - Empreendedorismo popular; - Mapeamentos participativos/colaborativos. Essas quatro frentes estão sendo a base, em pesquisas em curso, para explicitar que as técnicas influenciam o modo como percebemos o espaço e o tempo, não só por sua existência física, mas também pela maneira como afetam nossas sensações e nosso imaginário.

Parte-se do pressuposto de que os diferentes lugares oferecem níveis bastante diferenciados, em termos de densidade e acessibilidade, para o uso criativo da técnica e sua transmutação em tecnologia "apropriada", ressignificada pelo uso. Na terceira seção do artigo, voltaremos a falar dessa pesquisa em específico, apresentando/problematizando os primeiros resultados de entrevistas realizadas com agentes dos campos educacional e cultural.

*- A perspectiva de uma Geografia do cotidiano com ênfase numa Geografia "que se pratica no dia a dia"*

O sentido de praticar Geografia pode se revelar ou se ocultar para nós, a depender de nossa atitude – consciente ou inconsciente – no cotidiano. Percebida ou não de modo consciente, essa Geografia é constituída de habilidades que, juntas, como "proezas" e de modo imbricado, criam e produzem nossos espaços de vida. Uma das habilidades intrínsecas a essa Geografia da vida e do vivido cotidianos é a capacidade de se localizar. À primeira vista pode soar banal que, para agir e viver nesse mundo, é necessário se localizar: ou seja, criar e construir esses lugares primeiros, que marcarão nossa trajetória de vida, como plataformas – provisórias ou definitivas, efêmeras ou duráveis – que darão suporte para nossas ações.

Mas a complexidade também reside no aparentemente banal. Se buscarmos os sentidos de "se localizar" no mundo percorreremos tantas dimensões e camadas que o assunto pode se tornar inesgotável, já que são mesmo infinitos os significados de "se localizar no mundo". Se localizar significa perceber o "onde" de meu corpo e dos fenômenos que me afetam no cotidiano. Significa supor e avaliar distâncias, se direcionar e se posicionar, tudo isso se apresentando como, de um lado, qualidades irrefletidas e primeiras, uma "geograficidade" (Dardel, 2011), e, por outro lado, revelando camadas mais profundas do ser no mundo que sou.

As práticas espaciais do cotidiano se revelam em situações específicas. Para além do "se localizar", nos situamos no tempo e no espaço, criando conjunturas e contextos que ajudam a viabilizar nosso dia a dia. Uma situação é o somatório de muitas informações e experiências adquiridas, traduzidas em relações que podem ser mais ou menos estáveis. É o conjunto dessas relações que contribui para a constituição de situações. A situação indica que essa Geografia do dia a dia é uma Geografia de coexistências, de cunho social e espacial, como diria Milton Santos. É passado e história que se revelam no presente, mas também convite à imaginação humana, já que o cotidiano é também devir e anuncia futuros possíveis. Ao nos situarmos no mundo, alinhavamos segundo nossos interesses e intenções uma grande quantidade de dados e informações, efetuando uma operação de síntese que organiza relações e localizações, construindo um arranjo que viabiliza nossas ações no cotidiano.

Este arranjo é também e, sobretudo, um arranjo de localizações, um passo além do momento inicial de "se localizar" no mundo. É um arranjo espacial construído de modo a criar condições reais para nossa ação: Arranjamos à nossa maneira o "mundo" do dia a dia criando e produzindo situações que nos dão, inclusive, a possibilidade de verificar a extensão – em seu sentido geográfico o mais essencial – de nossas ações.

A dimensão espacial de nossas práticas e ações cotidianas diz respeito a "recortes" espaciais que vão do próximo ao distante, do concreto ao abstrato. Esses modos de criar e produzir espaço no dia a dia nos enredam inexoravelmente em tramas de relações e situações que vão permear nossos lugares, territórios, paisagens e regiões. E o que está na base desse "se enredar" são redes sociais e espaciais articuladas em nosso cotidiano das quais não podemos prescindir para "tocar" nossas vidas. Articular-

se em "rede" é, portanto, um aspecto fundamental dessa Geografia que se constrói cotidianamente. Hoje podemos falar de redes "reais" e "virtuais", diante do avanço da técnica e da tecnologia. Mas essa é uma falsa ambiguidade, porque o virtual alimenta e potencializa o real e vice-versa.

*- Uma abordagem fenomenológica/ontológica e dialética para abrir novas perspectivas de reflexão a partir dos conceitos/categorias geográficos como lugar, território, paisagem e região*

Como pressupostos de partida para a operacionalização de conceitos em Geografia, deve-se sublinhar que a "forma não se separa do conteúdo" (Lefebvre, 1983, p. 136); conhecer os fenômenos é não considerá-los como isolados (1983, p. 184); o particular funciona como mediação entre o singular e o universal, e o movimento "que vai de cada um desses termos aos dois outros jamais deve estancar ou coagular" (1983, p. 225); a contradição é aqui considerada como "contradição em ato", enraizada no conteúdo, no concreto, nas forças em relação e em conflito. Se, por um lado, a razão dialética, que admite o movimento, o devir e a "contradição em ato", busca superar essa contradição, entre experiência e raciocínio, entre conteúdo e forma (1983, p. 188), por outro lado, admite também que "a aparência, a manifestação, o fenômeno, são um reflexo da essência, da realidade concreta, com tudo que implica a palavra 'reflexo'" (1983, p. 217).

Admitir a "contradição em ato" não exclui a noção de "intencionalidade operante", "aquela que forma a unidade natural e antepredicativa do mundo e de nossa vida" (Merleau-Ponty, 2006, p. 16), buscando revelar as essências como relações vivas da experiência, tomando distância do mundo para fazer aparecer as transcendências, para distender "os fios intencionais que nos ligam ao mundo para fazê-los aparecer", já que a reflexão só se torna "consciência do mundo porque o revela como estranho e paradoxal" (2006, p. 10). A fenomenologia não exclui a contradição da razão dialética porque busca romper a familiaridade com o mundo para apreendê-lo e revelá-lo como paradoxo.

O mundo fenomenológico é o sentido "que transparece na interseção de minhas experiências, e na interseção de minhas experiências com aquelas do outro" (Merleau-Ponty, 2006, p. 18). O mundo intersubjetivo da fenomenologia revela também

a transcendência como ato compartilhado, como transcendência "negociada", outro tipo de transcendência "cujo contrário é uma imanência inteiramente diversa, a saber, o dar-se absoluto e claro, a autopresentação em sentido absoluto [...] que exclui toda a dúvida sensata" (Husserl, 2000, p. 61).

É conhecimento dirigido para essências genéricas, que assume outro tipo de *a priori*: "o *a priori* na esfera das origens, dos dados absolutos [...] e que tem a ver com os estados de coisas apriorísticos, que se constituem como imediatamente visíveis" (Husserl, 2000, p. 79). É também o que baseia uma noção de intersubjetividade que não exclui nem o conflito, nem a contradição, ao contrário, os revela em ato, em interação.

Uma Geografia dos espaços vividos ultrapassa a ideia de localização e organização do espaço, reafirmando os processos de produção espacial, que vão da acumulação à reprodução das relações capitalistas de produção, como "questão social". Como afirma Frémont, esses processos vão produzir muitas vezes paisagens, lugares e regiões rejeitados por seus habitantes, "espaços eventualmente muito belos nos planos e desumanos na realidade vivida" (Frémont, 1980, p. 253). Se admitirmos que toda a "complexidade da obra geográfica reside no fato de só excepcionalmente ser devida à liberdade criadora de um único artista" e que "o espaço local, a maior parte das vezes, e os espaços regionais em todos os casos, nunca tiveram autores que não coletivos" (1980, p. 252), então talvez seja necessário também falar de uma "verdadeira criação do espaço" como contraponto à ideia de "produção", calcada na lógica industrial, de planificação e ordenamento espaciais.

Conceitos científicos são elaborações da realidade vivida, mas também condicionam e criam mundos próprios. A questão central é como nossos conceitos e teorias podem dialogar com outras formas de conhecimento geográfico, outros modos de produzir, criar e representar espaço, com as paisagens, lugares e regiões vernaculares, enraizados na sabedoria e na experiência populares, com as filosofias espontâneas e as histórias vividas, buscando prospectar outros mundos e futuros possíveis. E, para isso, é necessário apostar também no papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico, em "uma poética do espaço" (Bachelard, 1998), pois, não há como prever mundos e futuros possíveis sem conceber um método para imaginá-los.

*- A relação entre corpo e Geografia, a partir da dialética entre apresentação e representação, analisando o sentido das representações como mediações essenciais para a reprodução da vida*

O conceito de *corpo-lugar* foi inicialmente desenvolvido e pensado no campo das artes cênicas, por Brito (2017), ainda que com "inspirações geográficas e urbanísticas", em sua tese de doutorado: O conceito foi a base para o desenvolvimento de uma metodologia experimental para que atrizes e atores criassem coletivamente intervenções nas ruas de Salvador. Essa metodologia, de bases fenomenológicas, foi sendo elaborada "a partir da ocupação e da vivência de *corpos-lugares* em um processo de criação e realização", "com o intuito de revelar *lugares-cênicos*" na cidade (Brito, 2017, p. 157-158, grifos do autor).

Quando falamos de *corpo-lugar* pensamos em um corpo localizado/situado no espaço-tempo e que está implicado em uma espacialidade diferencial. Essa espacialidade diferencial pode ser representada, em termos imagéticos, através das "conchas do homem", de Moles e Rohmer (1998). As "conchas" ou "invólucros" indicam, como lembra Frémont (1980), a paulatina conquista – da infância à fase adulta – de espaços cada vez mais amplos, a partir de nosso "corpo próprio" em direção ao "vasto mundo" (Serpa, 2020a).

As "conchas" – o corpo próprio, o gesto imediato do "tudo ao alcance da mão", a sala da casa ou apartamento, a casa/o apartamento, o bairro, a cidade centrada, a região e o vasto mundo –, embora mais identificadas com os modos de vida da sociedade urbano-industrial, podem servir, de uma maneira mais geral, como a expressão de um agir e um pensar em escala, agir e pensar que embasam uma Geografia do dia a dia (Serpa, 2020b) sem necessariamente serem identificados como ação e pensamento racionais e conscientes, já que essa Geografia se constitui muitas vezes de modo reflexo e através de experiências vividas.

O mais importante, em relação às "conchas", ressalta Frémont, é que elas recentram o espaço sobre quem o apreende. E é claro que isso estabelece um jogo de escalas no cotidiano dos indivíduos e da sociedade, já que o espaço vivido adquire dimensões sociais à medida que se cria e produz. Com a ampliação das escalas ampliam-se as pessoas e os grupos sociais que animam os círculos da vida, da família

aos grupos profissionais e aos vizinhos, da sociedade regional ao "vasto mundo da sociedade global" (Frémont, 1980, p. 35).

Nesse contexto, é imperioso constatar, com Heidegger, que o ser-no-mundo é espacial em sentido originário, porém, nem o espaço "está no sujeito nem o mundo está no espaço, o espaço está no mundo à medida que o ser-no-mundo constitutivo da presença já sempre descobriu um espaço" (Heidegger, 2012, p. 166). Lugar e região são tratados no pensamento heideggeriano como manifestações dessa espacialidade do ser-no-mundo. Mas, "o lugar e a multiplicidade de lugares não devem ser interpretados como o onde de qualquer ser simplesmente dado de coisas" e as "regiões não se formam a partir de coisas simplesmente dadas em conjunto, mas estão sempre à mão nos vários lugares específicos" (Heidegger, 2012, p. 156), os lugares se constituindo como "indicações privilegiadas de suas regiões" (Heidegger, 2012, p. 157).

O mundo circundante para Heidegger "não se orienta num espaço previamente dado" (idem), porque o espaço se cria e produz como lugares e regiões a partir "de uma totalidade específica de lugares referidos à circunvisão" (idem). Sob essa ótica podemos pensar o conceito de *corpo-lugar* como uma manifestação possível dessa totalidade específica, como um dentro-fora, um "ponto-Aqui", uma espacialidade existencial e multidimensional que articula escalas e experiências através da memória e da imaginação no cotidiano vivido.

E essas experiências e escalas não podem ser captadas sem referência ao conjunto das relações da sociedade (Frémont, 1980). Em Lefebvre, explicita-se a necessidade de um processo de desalienação da sociedade como utopia última, transformando a consciência e a vida, deixando de subordinar a experiência e a vivência ao saber, a ação criadora prevalecendo sobre a ação produtora, o cotidiano sobre a tecnologia, a qualidade sobre a quantidade etc. (Lefebvre, 2006, p. 302-3; Serpa, 2019).

Uma Geografia Humana norteada por princípios fenomenológicos e pela criação/produção de espaços vividos no cotidiano não pode prescindir da corporeidade e do *corpo-lugar* enquanto mediações/instâncias a fim de buscar revelar essa produção/criação. Uma produção/criação corporificada e situada pode se constituir também como um processo de "desalienação espacial" que se manifesta em diferentes escalas, passível de ser revelado por um método que assuma o *corpo-lugar* como "ponto-Aqui" e escala "zero": *corpo-lugar* que é a um só tempo dentro e fora, razão e

emoção (Santos, 2006), lugar e corporeidade e também “lugar de lugares”, repertório de lugares que se manifesta através da memória e da imaginação no indivíduo e na sociedade como um todo.

*- Relação entre espaço público, ativismos e economia popular, explorando a interrelação entre as dimensões política, cultural e econômica e como isso se manifesta nos espaços urbano-metropolitanos de uso coletivo*

Em pesquisas recentes, verificamos a resistência das atividades de comércio e serviços de rua de perfil popular também presentes, muitas vezes de forma pujante, nas áreas centrais e turísticas das cidades, nem sempre de modo tranquilo e quase sempre enfrentando o poder coercitivo e regulador dos agentes públicos. Com a requalificação de trechos da orla marítima em Salvador e as inúmeras tentativas de ordenação do comércio popular no centro da cidade por parte da Prefeitura, muitos desses empreendedores vêm passando por incertezas e dificuldades para tocar seus negócios.

Observa-se que, se por um lado as estratégias de requalificação dos espaços públicos valorizam o solo urbano e promovem mudanças significativas no uso e na apropriação desses espaços, por outro lado acabam por dificultar a continuidade das atividades dos comerciantes e prestadores de serviço de rua no entorno de tais espaços, incluindo ruas e avenidas localizadas em suas proximidades, além, é claro, dos próprios espaços requalificados. É um “controle social” que se exerce de modo indireto, atrelado a formas mais diretas de coerção, no caso específico da Capital baiana.

Nesse contexto, os comerciantes e prestadores de serviços nas ruas das metrópoles nem sempre são ambulantes ou informais. Pelo contrário, em Salvador, grande parte deles territorializam espaços específicos nas áreas centrais e turísticas da metrópole de modo continuado no tempo e a partir de estruturas como barracas, quiosques, tabuleiros etc. Em alguns casos, como nas praias soteropolitanas, se apropriam do espaço com estruturas flexíveis padronizadas pela prefeitura, montando e desmontando as tendas, com algumas mesas e cadeiras, diariamente e nos mesmos “pontos”. A maior parte deles recolhe taxas aos órgãos municipais.

Pode-se afirmar que é somente através da ação dos agentes hegemônicos, à frente de grandes operações urbanas no espaço metropolitano, que esses territórios são ameaçados, obrigando em muitas situações os empreendedores de rua a táticas de reterritorialização, quando não é mais possível a resistência em seus pontos/territórios originais. Nesse contexto, os territórios "originais" desses comerciantes/prestadores de serviços podem ser vistos também como "lugares", numa perspectiva ontológica de análise.

Assim, parece pertinente buscar compreender quando os empreendedores de rua criam dialeticamente lugares e territórios em seus processos cotidianos de apropriação dos espaços de uso comum, analisando em que momentos suas táticas e trajetórias lugarizam ou (re) territorializam o espaço e quais as consequências dessas ações para a esfera pública urbana em termos de ativismos e resistência/resiliência, ou ainda, em termos de conflitos com os agentes hegemônicos de produção do espaço. Daí também a necessidade de caracterizar contextos e situações específicos do empreendedorismo de rua nas áreas metropolitanas, bem como as trajetórias de vida de comerciantes e prestadores de serviços em diferentes conjunturas, abrindo caminho para uma perspectiva ontológica de análise do problema.

Ressalte-se que a presença/a resistência dos comerciantes/prestadores de serviços de rua é também um ato político, e uma espécie de ativismo, pois esses empreendedores ressignificam as ruas no momento em que se veem na "sombra" do desemprego. Sua resistência/resiliência se sustenta em uma ética baseada em princípios de cunho tático e, muitas vezes, subverte, pelo uso e pela ação, as estratégias de grupos hegemônicos, como sublinhado por Certeau (1994). Na ausência de um lugar, os comerciantes e prestadores de serviços de rua buscam lugarizar/(re)territorializar espaços urbanos específicos através de ações calculadas – táticas.

As táticas seriam os métodos praticados em uma espécie de guerrilha do cotidiano, demonstrando uma utilização hábil do tempo, através de movimentos rápidos, que vão mudar a organização do espaço. Elas são um contraponto para as estratégias, vistas como ações que resultam de certo poder sobre o lugar. As estratégias dos poderes públicos – entre a coerção e a cooptação – elaboram e criam lugares segundo "modelos abstratos" e práticas tecnocráticas, enquanto as táticas enunciam lugares a partir de ações "desviacionistas", sendo ambas localizáveis no tempo e no espaço.

## PARA NÃO CONCLUIR: MEIO OPERACIONAL E SUA APROPRIAÇÃO, A IMPORTÂNCIA DO LUGAR

A distribuição espacial dos meios técnicos disponíveis é a premissa de base para o desenrolar de processos mais ou menos abrangentes de "digitalização" dos lugares urbanos/metropolitanos. Para compreender o alcance desses processos é necessário caracterizar os agentes envolvidos e seus diferentes campos e lugares de atuação.

Qual a relação entre instituições públicas de ensino ou entre equipamentos culturais e os lugares onde se inserem? Com que concepção de lugar pode-se refletir sobre a inserção e a apropriação desses meios técnicos e sua influência sobre o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos campos educacional e cultural? A apropriação da técnica e sua transmutação em tecnologia através do uso ajudam na inserção de escolas e equipamentos culturais em seus lugares de atuação?

No universo das escolas alcançadas por nossa pesquisa, no tocante às relações entre técnica, tecnologia e lugar, gestores/as e coordenadores/as entrevistados/as enfrentam diferentes problemas no cotidiano, entre eles, instalações inadequadas para dar conta de uma maior e melhor interação com a população dos bairros onde se inserem. De modo geral, enfrentaram o desafio de apropriação das TIC nos anos de pandemia e, após esse período, o que restou foram os grupos de WhatsApp dos pais e familiares dos alunos para comunicados de interesse da comunidade escolar e a divulgação de algumas das atividades escolares nas redes sociais como Instagram e Facebook, como relatam alguns de nossos entrevistados:

> Com relação à divulgação, à apropriação da comunidade em relação às tecnologias, eu acho (...) que a escola faz o que ela pode, dentro das possibilidades que são oferecidas a ela, então, a escola tem uma rede social muito engajada, que é o nosso Instagram, a gente tem grupo de Whatsapp, que a gente manda mensagem para os pais do ensino fundamental, do 6° ano e do 7°, porque precisa de uma atenção maior. Mas, por exemplo, se, por algum motivo, faltou água na escola, queimou a bomba da caixa d'água, como já aconteceu, e eu preciso avisar os alunos que amanhã não será possível ter aula (...), eu jogo isso no Instagram (...) e amanhã nenhum aluno aparece, você percebe que a informação é disseminada na velocidade da luz. Eles compartilham, quem não segue o Instagram da escola já recebe a informação de um colega... (Ismael Ramos de Carvalho, coordenador pedagógico do Colégio Estadual Heitor Vila Lobos).

> Olha, (...) a gente não tem uma atuação, (...) a escola estava (...) necessitando reforma, a gente perdeu uma grande área da escola, nós ficamos reduzidos a um terço do espaço, e aí toda a nossa energia ficou voltada para trabalhar num espaço que não estava adequado para a gente desenvolver um trabalho pleno (...) A gente tentou trazer pessoas da comunidade que tinham algum trabalho na área de artes, na área cultural, trazermos para dentro da escola, mas foi muito pouco. E em relação à tecnologia com o entorno da escola, a única coisa que nós temos é a comunicação que hoje se dá (...) através de rede social e através do WhatsApp. Mas não temos, de fato, nenhum trabalho que atraia para a escola. Geralmente esses trabalhos são internos, a gente não abre para a comunidade porque aí não tinha estrutura para trazer (Valter Correia, gestor da Escola Municipal de Pituaçu).

> Sim, o uso da tecnologia facilitou bastante. (...) Hoje eu recebo alunos que estão para além da Federação, que estão ali no entorno da Vasco, Garcia, Acupe de Brotas e que chegam na escola falando sobre o trabalho que eles veem nas redes sociais. Principalmente no que diz respeito à questão da inclusão. E, no período da pandemia, foi fundamental termos criado grupos de WhatsApp para que a gente não perdesse o vínculo com o aluno ou com a família. Então, (...) no pós-pandemia eu precisei estabelecer um limite. Hoje pelo meu celular pessoal dificilmente eu respondo as famílias, porque a gente já tem o celular da escola, que fica com a secretaria da escola e à medida do que chega para mim eu dou retorno (Michele Checcucci, gestora da Escola Municipal Iacy Vaz Fagundes).

Outro problema enfrentado pelas escolas públicas alcançadas por nossos levantamentos diz respeito à territorialização dos bairros populares pelo tráfico de drogas e a situação de insegurança também ocasionada pela ação da polícia nesses lugares, o que dificulta o uso mais disseminado das TIC para melhor inserção das instituições escolares nos bairros do entorno. A palavra de ordem é de preservar ao máximo o ambiente escolar e os/as aluno/as de um contexto urbano compreendido pelos gestores/coordenadores como "violento", como demonstram os depoimentos a seguir:

> Quando você entra com tecnologia de informação em uma comunidade como a nossa, (...) eu tenho que ter uma atenção maior (...) na questão da segurança e do processo de informação em relação a essa tecnologia (...) a gente tem uma rádio comunitária escolar, (...) uma Webradio, que a gente também na época da pandemia utilizava muito (...) a gente expandiu para o ambiente externo, para o Bairro da Paz (...) E, aí, você vive num ambiente que você tem que estar com essas ferramentas com o máximo de atenção para não estar prejudicando o ambiente escolar (...) para não estar desviando esse meio tecnológico, (...) para outros fins, a não ser um processo educacional. Então, a gente tem que ter muito cuidado nessa questão da comunidade do entorno e expandir essa tecnologia (Fernando do Nascimento Lima, diretor do Colégio Estadual Paulo dos Anjos).

> Quando a gente tinha o nosso prédio próprio, a gente abria a escola (...) a gente tinha grupos da própria comunidade, que era um forte ali da Nova Sussuarana, os grupos de valsa. (...) Não tem relação direta com a tecnologia, mas de a comunidade estar dentro da escola, estar participando dos processos da escola. E a gente abria aos sábados, abria à noite para (...) os ensaios, para (...) os encontros (...). Quando a gente mudou de prédio, com espaço menor, não tem mais esse acesso. (...) A escola (...) fica numa rua, que é uma transversal, e a gente atende a meninos do miolo da Sussuarana. A gente atende alunos do Novo Horizonte, da Sussuarana Velha, meninos que moram no CAB (...). Na verdade, a gente fica numa parte que eu diria neutra. Não tem a interferência negativa do que esses bairros possam estar trazendo. Porque menino da Velha não entra na Nova. Tem essa coisa também dentro do próprio bairro. É um problema de segurança pública (...). E aí a gente está num espaço que seria neutro. Então (...) vem menino de todos os espaços (Maísa Queiroz, diretora da Escola Municipal de Nova Sussuarana).

> A comunidade (...) tem um contexto muito violento, tem uma história de violência em virtude de questões do tráfico. A gente tem algumas barreiras invisíveis que impedem alunos que têm uma localização geográfica próxima de acessarem a escola. Ou seja, quem está, por exemplo, ali na Cardeal da Silva, não pode descer. Ou que mora lá em cima no Engenho Velho, por conta da rivalidade, dessa questão mesmo de domínio. Eu tenho vínculo, particularmente, com a comunidade há 16 anos. Então, a gente tem uma relação muito boa (Michele Checcucci, gestora da Escola Municipal Iacy Vaz Fagundes).

O contexto de precariedade e carências de todos os tipos presente nos bairros populares onde se localizam as instituições escolares também se reflete no uso e na apropriação das TIC pelos alunos, que acessam as mídias sociais pelo celular e não possuem familiaridade com a utilização de computadores e notebooks, já que, de modo geral, esses equipamentos não estão presentes nos domicílios e seu uso restringe-se ao ambiente escolar:

> Com relação à comunidade, eu sei que (...) às vezes se apropriaram de algumas partes dessas tecnologias, porque quando eu estou falando dessa apropriação eu estou falando do WhatsApp, das redes sociais, que é o que eles utilizam no dia a dia; mas quando a gente tenta num Word, num Excel, um formato de arquivo que é o que você utiliza no mundo administrativo, na empresa, eles não têm apropriação, (...) nunca tiveram contato com um teclado de computador, então eles não sabem redigir um e-mail, eles não sabem apagar um arquivo, criar, mudar o formato do arquivo, eles não têm essa apropriação, eles se apropriaram do que? Do celular no WhatsApp, (...) tanto é que a comunidade tem um grupo que se chama Cabula alguma coisa, então todos os moradores ali foram criando grupos (...) então eles têm acesso, mas desse básico, que seria o WhatsApp e as redes sociais, mas aquilo que vai ser utilizado no mercado de trabalho, eles não têm,

> nem os moradores nem os alunos (Ismael Ramos de Carvalho, coordenador pedagógico do Colégio Estadual Heitor Vila Lobos).

Em geral, para os equipamentos culturais (pontos de cultura, museus e bibliotecas alcançados por nossas pesquisas), o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação ajudaram não só em sua inserção nos lugares do entorno, como também ampliaram o alcance em termos de público para além dos bairros onde estão inseridos, como sublinham nossos/as entrevistados/as:

> A gente percebe que ajuda muito. Principalmente na coisa de chamar público. Agora mesmo a gente está com essa atividade da Hora do Conto, então a gente faz os cards, para colocar no Instagram. (...) e aí as pessoas que seguem a gente do Subúrbio todo, e até de fora do Subúrbio, conseguem ver que aquela ação vai acontecer lá e ela tanto vem como divulga, se ela não pode vir, ela divulga para outras pessoas, para outras mães, para participar da Hora do Conto (Ladailza Teles, diretora da Biblioteca Paulo Freire).

> Isso me colocou num lugar de gestão de rede social, de produção de conteúdo e tal, mas depois que passa a pandemia e que essa programação virtual diminui, eu (...) vi na prática uma movimentação das pessoas irem conhecer a Casa do Benin, porque conheceu durante o virtual, gostou do conteúdo e agora quis conhecer a casa presencialmente. Então a gente teve vários retornos, inclusive de pessoas de fora do Brasil, de fora da Bahia, com esse feedback para a gente (Igor Thiago, gestor da Casa do Benin).

> Então, acho que a comunicação voltada para o museu é justamente de tentar alcançar esse público que nós não alcançamos genuinamente, que seria um público que não é de vela, que não estaria no contexto da visita ao Centro Histórico, e alcançar esse público e tentar resgatar esse público para que ele se torne um visitante (Larissa Nabuco, coordenadora do Museu do Mar Aleixo Belov).

Por outro lado, independentemente da utilização das TIC e da inserção dos equipamentos culturais nas redes sociais, há também o contato cotidiano com os moradores dos bairros onde se localizam e de lugares próximos do entorno, no contexto de uma escala local ampliada, contrapondo um público local ao público que vem de mais longe, atraído pelas estratégias de comunicação utilizadas para esse fim:

> Tem a questão, por exemplo, de curiosos que passam, está tendo uma atividade, um evento, por exemplo, outra coisa que a gente faz são as aulas de capoeira, em parceria com a associação de capoeira. Aí de noite tem a capoeira, claramente escutam o som, aí alguém passa e entra e pergunta se tem o quê, além da capoeira, se tem outras atividades, procuram muito atividade para crianças. (...) com certeza, o boca a boca funciona mais que um cartaz ou um banner (Marcela Sgura, coordenadora do Instituto Cultural Brasil Itália Europa).

> A gente faz oficinas voltadas para a cultura afro-brasileira de uma forma geral (...) e o público-alvo principal é o público do bairro. Quanto mais jovem a pessoa, crianças em geral, mais próximo também mora, porque ou vem sozinha, ou a mãe ou o pai traz a pé (...). Quanto mais velho o participante, a gente tem também nas turmas noturnas (...) adultos, (...) pessoas que vêm de outros bairros, de Mussurunga, da Cidade Baixa, da Suburbana, que vêm para fazer atividades. Inicialmente, anos atrás, eu ia pelo bairro com cartazes (...) colava na parede do mercadinho, da padaria, (...) que continuo fazendo, mas hoje são menos cartazes (Angela Lühning, gestora da Fundação Pierre Verger).

> No entorno, a gente tem contato com algumas escolas que vão, de vez em quando, fazer visitas (...). Mas a gente tem tido outras escolas, levei escolas de São Tomé de Paripe (...) vão estudantes do IFBA, do interior, fazer atividades (...). Teve um aumento enorme de frequentadores do ano passado para cá, por conta também do trabalho que foi feito nos arquivos. Acho que a Academia hoje está muito mais aberta para a cidade (...). Por exemplo, a gente está criando uma relação com a Pombagem, que é um grupo de jovens ligados à literatura (Marcos Vinicius Rodrigues, gestor da Academia de Letras da Bahia).

A atuação continuada em um contexto espacial específico enraíza fortemente alguns equipamentos culturais em determinadas áreas da cidade, como é o caso do Acervo da Laje, localizado no bairro de São João do Cabrito, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. A apropriação de diferentes estratégias de divulgação do equipamento é anterior, inclusive, à utilização das TIC e das redes sociais:

> Eu acho que as tecnologias ajudam a melhorar a informação em relação ao território, em relação ao acervo, em relação às obras, em relação a artistas, em relação a toda uma periferia que, muitas vezes, (...) foi tratada pela mídia local como um lugar violento, como um lugar com uma dinâmica perversa. (...). Então, (...) vamos pensar a tecnologia como comunicação também, como televisão, como jornal, como YouTube, a quantidade de matérias que foram feitas no Acervo desde 2013 é muito impressionante! (...) e a gente abarca primeiro dois bairros, Itacaranha e São João Cabrito. E foi muito importante no início, porque a gente fazia oficina nos dois bairros, e depois isso começou a se expandir, principalmente porque as tecnologias ajudaram a gente, por exemplo, a criar um núcleo de comunicação muito importante. (...). Aí a gente começa uma explosão de contatos, de diálogos, de expansão, começamos a trabalhar com várias pessoas de diversos territórios do Subúrbio, como Itacaranha, Rio Sena, Lobato, Periperi, Fazenda Coutos, Tubarão, Paripe. (...) foi um movimento de expansão e de crescimento (José Eduardo Ferreira Santos, diretor do Acervo da Laje).

Os extratos das entrevistas realizadas no contexto de nossas pesquisas atuais demonstram claramente a relação entre os lugares de inserção das escolas e dos equipamentos culturais com o uso e a apropriação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em sua atuação cotidiana na cidade. Seja por limitações do espaço físico, seja pela falta de acesso a determinados equipamentos ou pelo processo de fragmentação socioespacial e pela percepção da violência em determinados lugares e áreas da cidade, o lugar é relevante – como meio operacional e meio percebido – para a possibilidade de apropriação efetiva da técnica e sua transmutação, através do uso, em tecnologia.

Isso também empresta um sentido processual ao conceito/à categoria "lugar". Esse "novo meio técnico" (composto por comunicação e informática, por linguagens e equipamentos) desempenha um papel que vai além da função de sustentáculo da ação humana, já que é, ele próprio, segundo Ana Clara Torres Ribeiro, "intrinsecamente ação": "Por esse motivo, a sua natureza é estratégica e, virtualmente, instituinte" (Ribeiro, 2008, p. 191).

Seguindo a trilha dos depoimentos apresentados aqui, arriscamos afirmar que a relação entre técnica, tecnologia e lugar pode subsidiar a fundamentação de um humanismo crítico em Geografia, fazendo confluir as abordagens humanista e cultural, do modo como introduzimos este artigo. Esse humanismo crítico deve se basear na operacionalização do conceito de lugar como articulador de escalas e mais ou menos aberto ao exterior, a depender das táticas e estratégias dos grupos e agentes envolvidos no uso/na apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação nos diferentes recortes de pesquisa analisados.

## REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 3. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRITO, Marcelo Sousa. **O teatro que corre nas vias**. Salvador: EDUFBA, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

COSGROVE, Denis. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas de Teoria. In: CÔRREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 103-134.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**. Natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Portugal, Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução revisada de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

HUSSERL, Edmund. **A Idéia da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

KOMNINOS, Nicos. **Cidades Inteligentes** - Sistemas de Inovação e Tecnologias da Informação ao serviço do Desenvolvimento das Cidades. 2008. Disponível em: https://www.urenio.org/wp-content/uploads/2008/11/cidades-inteligentes.pdf. Acesso em: jul. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **La Presencia y La Ausência:** contribuicion a la teoria de las representaciones. México. Fundo de Cultura Econômica, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOLES, A. Abraham; ROHMER, Elisabeth. **Psychosociologie de l'espace**. L'Harmattan, 1998.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A atualização técnica do urbano. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 5, n. 8, p. 189-213, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. Ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SERPA, Angelo. **Lugar e Mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.

SERPA, Angelo. Lugar, paisagem e experiência. **Geograficidade**, v. 10, n. Especial, p. 98-104, Outono de 2020a.

SERPA, Angelo. Uma Geografia que se pratica no dia a dia. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 11, p. 437-449, jul. 2020b.

SERPA, Angelo. **Por uma Geografia dos espaços vividos**. Geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

Recebido em agosto de 2024.

Revisão realizada em outubro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

# FLUIDEZ E POROSIDADE TERRITORIAL: O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS COMO VETOR DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

# FLUIDITY AND TERRITORIAL POROSITY: ROAD PASSENGER TRANSPORT AS A VECTOR OF SOUTH AMERICAN INTEGRATION

# FLUIDEZ Y POROSIDAD TERRITORIAL: EL TRANSPORTE DE PASAJEROS POR CARRETERA COMO VECTOR DE LA INTEGRACIÓN SUDAMERICANA

**Mónica Arroyo**
Universidade de São Paulo (USP)
mmarroyo@usp.br

**Bruno Candido dos Santos**
Universidade de São Paulo (USP)
bruno.santos@usp.br

## Destaques

- A observação das infraestruturas de transporte na América do Sul permite pontuar as assimetrias no desenvolvimento entre as distintas formações socioespaciais e sua inserção na divisão internacional do trabalho;
- O debate acerca da fluidez e da porosidade territorial propicia o entendimento da circulação, condição basilar para a análise das características técnicas e normativas do transporte, que outorgam um caráter bastante heterogêneo à integração territorial.
- Nota-se que os serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros na América do Sul interligam preferencialmente os principais centros urbanos de cada país, o que evidencia em certa medida o desenvolvimento geograficamente desigual.

**RESUMO**

O enlace entre território e regulação propicia a reflexão acerca da fluidez e porosidade territorial, par conceitual elucidativo para a análise da circulação, que se configura como um segmento relativamente autônomo dentro do processo geral de produção. Na América do Sul, nota-se uma miríade de atributos que torna complexa a apreensão das múltiplas

dinâmicas da circulação internacional nesta porção continental. Diante de tais pressupostos, este artigo debate a fluidez e a porosidade territorial a partir da análise do transporte rodoviário internacional de passageiros. Este serviço público normatizado é um vetor da integração do território sul-americano, pois interliga diversas centralidades urbanas entre países por intermédio do uso da rede rodoviária que alberga fluxos internacionais. Para tanto, faz-se necessário observar os elementos da infraestrutura do sistema de movimento rodoviário, os aspectos normativos que regem a circulação internacional, a configuração das linhas rodoviárias internacionais operadas por diversas companhias de variados portes e níveis organizacionais, e também a estruturação de eixos de circulação.

**Palavras-chave:** América do Sul. Integração. Território. Transporte e redes.

## ABSTRACT

The union between territory and regulation provides a reflection on territorial fluidity and porosity, an enlightening conceptual pair for the analysis of circulation, which is configured as a relatively autonomous segment within the general production process. In South America, there is a myriad of attributes that makes it complex the understanding about the multiple dynamics of international circulation in this continental portion complex. Given these assumptions, this article discusses territorial fluidity and porosity based on the analysis of international road passenger transport. This standardized public service is a vector for the integration of the South American territory, as it connects several urban centers between countries through the use of the road network that hosts international flows. To this end, it is necessary to observe the infrastructure elements of the road movement system, the normative aspects that govern the international circulation, the configuration of international road lines operated by several companies of varying sizes and organizational levels, and also the structuring of circulation axes.

**Keywords**: South America. Integration. Territory. Transport and networks.

## RESUMEN

El vínculo entre territorio y regulación proporciona una reflexión sobre la fluidez y la porosidad territorial, un par conceptual esclarecedor para el análisis de la circulación, que se configura como un segmento relativamente autónomo dentro del proceso productivo general. En América del Sur existe un sinfín de atributos que hacen complejo el entendimiento de las múltiples dinámicas de circulación internacional en esta porción continental. Teniendo en cuenta estos supuestos, este artículo analiza la fluidez y porosidad territorial a partir del análisis del transporte internacional de pasajeros por carretera. Este servicio público estandarizado es un vector para la integración del territorio sudamericano, ya que conecta varios centros urbanos entre países mediante el uso de la red vial que acoge flujos internacionales. Para ello es necesario observar los elementos de infraestructura del sistema de circulación vial, los aspectos normativos que rigen la circulación internacional, la configuración de las líneas viales internacionales operadas por diferentes empresas de distintos tamaños y niveles organizativos, así como la estructuración de los ejes de transporte.

**Palabras clave:** América del Sur. Integración. Territorio. Transporte y redes.

## INTRODUÇÃO

O transporte é um elemento essencial do planejamento no modo de produção capitalista pois participa da transformação e integração do espaço, tornando a circulação um ramo relativamente autônomo dentro do processo geral de produção. Segundo Milton Santos (2012 [1980], p. 110) "já é conhecido o papel fundamental exercido pelos transportes modernos tanto na modificação do espaço como no desenvolvimento econômico das regiões. (…) Os transportes chegaram a transformar a economia de regiões inteiras", o que denota a importância dos estudos que analisam os fixos e fluxos atrelados à circulação de pessoas, mercadorias, informações e dinheiro.

Na América do Sul, a organização espacial do transporte possui um extenso rol de atributos diversos que complexifica a realização de uma análise completa do conjunto dos doze países e o território ultramarino francês, o que em parte se explica pelas particularidades relacionadas ao processo de desenvolvimento de cada formação socioespacial. Apesar de tais dificuldades, neste trabalho propomos oferecer um panorama do transporte rodoviário de passageiros com o intuito de contribuir na discussão mais geral sobre o transporte na América do Sul, que vários colegas vêm realizando sob diferentes perspectivas e recortes (Rückert e Carneiro, 2018; Souza, 2019; Virga, 2019; Thery e Oliveira Neto, 2023; Vitte, 2023).

Interessa neste artigo analisar as condições de fluidez e porosidade territorial que facilitam o deslocamento de pessoas além das fronteiras nacionais, utilizando o ônibus como veículo de locomoção. A fluidez territorial remete à existência de uma base material formada por um sistema de rodovias – fixos concebidos, construídos e/ou acondicionados para garantir a realização dos fluxos, seja de mercadorias ou de passageiros. A porosidade territorial refere-se àquela base institucional e normativa incumbida da regulação desses fluxos – uma ação política exercida nos diferentes níveis (internacional e nacional) tanto por governos quanto por empresas para operar como estímulo ou como obstáculo à circulação (Arroyo, 2005; 2015). Interessa, igualmente, analisar os agentes que operam regularmente o transporte rodoviário de passageiros entre os países da região. Delegado a empresas privadas, trata-se de um serviço de uso coletivo com uma importante função social que nem sempre recebe a atenção necessária para o seu aprimoramento.

A indissociabilidade entre a rede rodoviária e a rede urbana (Santos, 2024) também foi uma baliza para a análise da organização espacial dos fixos e da distribuição dos fluxos, cujo resultado foi a elaboração de uma proposta de eixos de circulação do transporte rodoviário internacional de passageiros. Isto permite, em certa medida, participar do debate da divisão territorial do trabalho e do desenvolvimento desigual que caracteriza o nosso continente.

Ao longo do trabalho, subjaz a pergunta necessária de ser formulada e que justifica a pesquisa: fluidez e porosidade territorial: para que e para quem? Esperamos poder contribuir, mesmo que parcialmente, neste debate.

## A INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA NA AMÉRICA DO SUL

As variações na malha rodoviária entre os países sul-americanos refletem as assimetrias existentes em relação ao processo de desenvolvimento e de inserção na divisão internacional do trabalho. Virga e Oliveira Neto (2022) apontam que há uma maior oferta de vias pavimentadas nos países do Cone Sul do que nos do Grupo Andino. No primeiro caso, constam cerca de 2,6 milhões de quilômetros de rodovias, com 2 milhões concentrados apenas no Brasil, e a taxa média de pavimentação chega a 78,3%. Já no segundo, de 577 mil km (concentrados na Colômbia e Peru), estima-se que apenas 20% das rodovias sejam pavimentadas. Entre outros entraves, destacam-se muitos trechos bloqueados e intransitáveis por causa de buracos, afundamentos de pista e desmoronamentos, em especial na Amazônia e nas zonas de maior altitude da cordilheira andina

Um marco para a rede rodoviária de países sul-americanos foi a construção da rodovia Pan-Americana, que teria como objetivo conectar o estado estadunidense do Alasca ao Chile. Trata-se de uma rodovia com mais de 25.000 quilômetros de extensão que conectam regiões de América do Norte e América Central (Canadá, Estados Unidos, México, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá). Há uma interrupção no sul do território panamenho em uma área formada por corredores biológicos e parques denominada pelo engenheiro panamenho Tomás Guardia como “Tampão de Darién” (Carneiro, Reolon e Portela, 2019). A rodovia é retomada na cidade colombiana de Turbo e se encerra em Punta Arenas, Chile, contemplando cidades no Equador e no Peru.

A iniciativa de construir uma malha rodoviária conjunta para os países americanos originou-se da ideia de construir uma Estrada de Ferro Pan-Americana, ensejada em 1880. Quatro anos depois foi aprovado o projeto de lei pelo Congresso dos Estados Unidos para que em 1890 fossem realizados os estudos sobre o "Tampão de Darién" para efetivar a conexão entre Panamá e Colômbia. No ano de 1923 foi realizada em Santiago, Chile, a Quinta Conferência Internacional dos Estados Americanos, em que a integração regional por meio de um sistema rodoviário fora fomentada. Dois anos depois, foi realizada em Buenos Aires a primeira reunião do Congresso Pan-Americano e fora proposto o estabelecimento de um Congresso Pan-Americano de Rodovias, em que se "poderia executar, com a maior eficiência possível, um desenvolvimento ativo e duradouro que fortaleceria a viabilidade continental" (Cuello, Campis e Guerrero, 2012, p. 115).

Para Colômbia, Equador, Peru e Chile, a rodovia Pan-Americana é fundamental como eixo estruturante da rede, pois faz a ligação entre as capitais de três dos quatro países citados – Quito, Lima e Santiago – e também as conecta a outros centros como os colombianos Medellín e Cali, os peruanos Trujillo e Arequipa e os chilenos Iquique e Antofagasta. "Apesar de ser uma rodovia importante para a conexão continental e mesmo hemisférica, a Pan-Americana carece de ligações com o interior da América do Sul" (Carneiro, Reolon e Portela, 2019, p. 34). Esta ausência se explica pela economia eminentemente extravertida que caracteriza a América Latina, cujas formações socioespaciais foram dotadas de infraestruturas vinculadas expressamente a corredores de exportação, o que compromete a coesão interna daquelas regiões não valorizadas pelas demandas do comércio internacional.

Ao longo do século XX, os países sul-americanos realizaram a construção de sistemas de engenharia para ampliar a fluidez territorial. Entretanto, os avanços no sistema de movimento rodoviário para a integração entre os países foram em grande medida pontuais. Podemos citar, na Argentina, a construção da Ruta Nacional 14 nos anos 1930 que proporcionou a ligação de Buenos Aires com Paso de los Libres (a estrada segue até Bernardo de Irigoyen, na fronteira entre Missiones e Santa Catarina). Do lado brasileiro, a construção das BRs 277 (Paranaguá-Foz do Iguaçu), no Paraná, e 290 (Uruguaiana-Osório) e 472, no Rio Grande do Sul, permitiu a conexão com Paraguai e Argentina, respectivamente (Huertas, 2015).

Foram promovidas obras de conexão terrestre como a ponte internacional no Rio Uruguai para ligar Paso de los Libres a Uruguaiana, inaugurada em 1945, e a Ponte Internacional da Amizade (Ponte Presidente Alfredo Stroessner), que liga a cidade brasileira de Foz do Iguaçu à paraguaia Ciudad del Este, inaugurada em 1965. Na década de 1980 houve a aproximação de Brasil e Argentina que culminou com o surgimento de uma "nova concepção de planejamento territorial que adota tendências integracionistas para o ordenamento de novas articulações produtivas na América do Sul" (Carneiro, 2013, p. 129), que teve como um dos resultados a construção da Ponte Internacional da Fraternidade (Ponte Tancredo Neves) entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, inaugurada em 1985.

A intensificação dos fluxos internacionais de mercadorias a partir da década de 1990 suscitou a ampliação de discussões para a construção e manutenção de infraestruturas de transporte em torno das propostas para a integração regional. No mês de setembro de 2000, no ínterim da I Reunião de Presidentes da América do Sul, foi idealizada a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com o intuito de buscar a "consolidação e melhora de uma infraestrutura física que possibilite uma rede de conexão viária, aeroportuária e marítima entre os países sul-americanos, proporcionando cooperação e eficiente circulação de mercadorias, pessoas e serviços" (Oliveira Júnior, Diz e Caldas, 2016, p. 236). Posteriormente, a IIRSA é inserida no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), que foi criado em agosto de 2009 durante um encontro presidencial da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) (Brasil, 2024).

Ambas as iniciativas constituíram um marco para o transporte regional enquanto organismos dedicados exclusivamente a fomentar a integração física; embora prevaleça um enfoque multissetorial (transporte, comunicação e energia), o setor de transportes concentra a maior parte das obras. Cabe esclarecer que há uma diferença entre projetos planejados e implementados (Souza, 2019): por um lado existe uma lista geral de projetos com características mais propositivas de obras ainda sem estudos, chamada de Portfólio pela IIRSA e Carteira pelo COSIPLAN; e uma lista de projetos considerados prioritários, a Agenda de Implementação Consensuada (AIC) da IIRSA e Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) do COSIPLAN. Os Portfólios e Carteiras "representam a totalidade de obras planejadas para América do Sul, pela IIRSA e o

COSIPLAN, que evoluíram no período de 2003-2004 a 2017, em número de obras de 335 para 562" (Souza, 2019, p. 327).

Para além dos projetos planejados, viabilizados e executados no âmbito da IIRSA-COSIPLAN, em 2015 define-se um corredor de transporte sob a denominação de Rota Bioceânica que interliga o centro-oeste do Brasil com o noroeste da Argentina, o Chaco paraguaio e o norte do Chile. Trata-se de uma iniciativa que visa ampliar a capacidade de escoamento de cargas e também alavancar o potencial turístico de regiões interligadas pela rota. A construção da ponte internacional sobre o Rio Paraguai, entre os municípios de Porto Murtinho/MS e Carmelo Peralta/Paraguai, incluída nos projetos UNASUR/COSIPLAN, tem previsão de ser concluída ainda em 2024.

> A Rota Bioceânica, também institucionalizada comercialmente como Rota de Integração Latino-Americana, ora denominada RILA, tem essa denominação por viabilizar a integração da região Centro-Oeste do Brasil aos portos chilenos de Antofagasta, Mejillones e Iquique, por meio da construção de um novo itinerário rodoviário que facilite o transporte, diminua o custo do frete e, por conseguinte, viabilize o uso do escoamento de mercadorias dos portos chilenos para a Ásia e costa oeste americana. A palavra bioceânica é institucionalizada pela viabilidade de integrar os dois oceanos, Atlântico e Pacífico, através de um Corredor de Transporte, chamado aqui de Rota Bioceânica (Asato e Dorsa, 2021, p. 103).

Observa-se que a integração do território sul-americano envolve projetos de grande complexidade e com elevados níveis de investimentos, concebidos especialmente para o escoamento de mercadorias, buscando um encurtamento das distâncias e, consequentemente, uma diminuição dos custos em logística e transporte, mas sem beneficiar as comunidades que habitam nas proximidades destes sistemas de engenharia. Torna-se imperioso, entretanto, incentivar a participação das populações envolvidas na discussão das diversas questões sociais, econômicas, ambientais, de trabalho e fortalecimento dos mercados locais, que deveriam fazer parte da agenda da integração regional.

Para analisar a infraestrutura rodoviária sul-americana, faz-se necessário refletir também sobre o meio natural; considerar especificamente aspectos geomorfológicos como a Cordilheira dos Andes, um dos principais elementos que historicamente complexificou a estruturação da circulação e a construção viária. Parte dos centros urbanos de maior expressão em alguns países como Colômbia, Bolívia e Equador estão em sítios urbanos localizados em altitudes superiores a 2.500 metros. Ademais, cidades relevantes na faixa costeira se interligam a tais centros em elevadas altitudes por

meio de trechos rodoviários eminentemente sinuosos e nem sempre duplicados que, em determinadas estações do ano, podem ficar recobertos com neve e registrar deslocamentos de massa que interrompem o tráfego e tornam as viagens mais lentas.

Tais aspectos estão presentes no Eixo Amazonas da agenda IIRSA/COSIPLAN, que abrange obras em áreas do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, compreendendo uma franja continental desde a Costa do Pacífico, com maior concentração populacional e de atividades econômicas, atravessando a Cordilheira dos Andes e se projetando pela extensa região amazônica. Thais Virga (2019), que analisou pormenorizadamente o planejamento e execução dos projetos na sub-região amazônica-andina, aponta uma série de dificuldades e problemas associados ao meio ambiente e à população local; todavia, conforme a autora, alguns avanços de integração se fizeram sentir na diminuição do isolamento intrarregional, em especial referente ao modal rodoviário, melhorando a interconectividade física entre as localidades de algumas áreas, notadamente no território peruano.

> Através de maior conectividade (com significativas reduções de tempo), acessibilidade e capilaridade (em alguns espaços conformando, pela primeira vez, alguma alternativa de comunicação), e, novas dinâmicas socioeconômicas geradas (via ampliação produtiva e comercial e de oferta de serviços), contempla-se, em boa medida, a ótica intravertida aqui proposta (Virga, 2019, p. 12).

Na Bolívia, embora o contexto internacional tenha incentivado as ligações regionais pelo menos desde 1950, a construção efetiva da infraestrutura viária visando uma estruturação continental levou tempo para se consolidar. O predomínio das estradas foi fortalecido pelas políticas de integração sul-americana IIRSA/COSIPLAN, que envolvem cada vez mais compromissos do Estado boliviano com o desenvolvimento coordenado dos diferentes modos de transporte, embora o transporte rodoviário seja privilegiado. As estradas da chamada Red Vial Fundamental (RVF) buscam priorizar e facilitar o transporte entre as principais cidades do país e a comunicação com os países vizinhos, priorizando rotas do chamado eixo tronco, com o objetivo de conectar os portos do Atlântico e do Pacífico. As seções La Paz-Tambo Quemado e Santa Cruz-Puerto Suárez foram inauguradas recentemente quando, de fato, foi estabelecido um corredor que atravessa a Bolívia de leste a oeste (a primeira em 1996, ligando La Paz ao porto de Arica no Chile, e a segunda em 2013, ligando Santa Cruz ao Brasil). As tentativas de atender essa necessidade de conectividade continental podem ser vistas nos vários planos

estatais desde há muito tempo, mas só têm se tornado realidade no século XXI (Moyano *et al.*, 2018).

A região das Guianas, conforme Gutemberg de Vilhena Silva (2022), não conseguiu ainda, como resultado de inúmeros fatores históricos, uma estrutura de transporte adequada para circulação intra e inter-regional. As poucas rotas rodoviárias existentes localizam-se sobretudo na faixa litorânea atlântica, com reduzidas ramificações para o interior. O autor denomina a estrutura da rede rodoviária das Guianas de "Trans-rodoguianense",

> denominação que criamos para nos referirmos a um conjunto de vias terrestres que conectam as capitais, todas as grandes e várias pequenas e médias cidades da região por cerca de 4 mil km. Seu nome é uma metáfora para designar a base rodoviária das Guianas de forma integrada, já que em cada país ela possui um nome específico. Essa rodovia multinacional chama atenção por sua dimensão e pelas possibilidades de integração física regional que possui. Dela fazem parte as rodovias 156, 401 e 174 no Brasil; as vias RN 1 e 2 na Guiana Francesa; a rota leste-oeste-norte do Suriname; as ligações Corriverton-Georgetown, Georgetown-Linden e Linden-Lethem, na República da Guiana; e a rodovia Troncal 10 entre Santa Elena de Uairén e Ciudad Guayana, na Venezuela. (Silva, 2022, p. 128).

Esta rede é bem estruturada, mas carece de manutenção em partes muito utilizadas e, em outras, necessita de pavimentação; por sua vez, as pontes são obras de infraestrutura fundamentais para a integração territorial dada a grande quantidade de rios que atravessam a região. Segundo o autor, a cidade de Boa Vista constitui-se em um importante nodal da rede rodoviária regional, com a abertura dos eixos Boa Vista-Ciudad Guayana, Boa Vista-Manaus e Boa Vista-Georgetown, "tornando-a a única cidade a possuir uma integração rodoviária em toda a região das Guianas, mesmo que haja bifurcações de Paramaribo e de Macapá para o interior" (Silva, 2022, p. 131).

O entendimento da infraestrutura rodoviária na América do Sul perpassa em grande medida pela sua indissociabilidade com a rede urbana. Nota-se que em cada país há um conjunto de rodovias com distintos tipos de pavimentação e com características variadas de fluidez, o que outorga um caráter bastante heterogêneo à integração física e, por conseguinte, à organização espacial.

## NORMAS PARA A CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA NA AMÉRICA DO SUL

Existe um conjunto de instituições públicas e privadas que, através de leis, regras, medidas, programas e acordos, opera como estímulo à abertura dos territórios. Recintos aduaneiros para executar o controle alfandegário, regimes tributários e tarifários

para taxar ou desonerar o movimento de mercadorias e pessoas, estratégias de entidades privadas exercidas em câmaras empresariais, associações setoriais, prática de *lobbies*, ou seja, diversos mecanismos que ora como norma, ora como ação institucional direta, têm uma participação ativa na porosidade das fronteiras nacionais.

Para a apreensão das dinâmicas relativas ao transporte rodoviário internacional de passageiros, o papel de órgãos intergovernamentais como o Mercosul, a Unasul, a Comunidade Andina (CAN) e também a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) é fundamental para elaborar diretrizes e estabelecer parâmetros técnicos e operacionais para a organização do serviço rodoviário internacional. Os membros do ALADI são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, ou seja, dez dos treze países sul-americanos. Bolívia, Colômbia, Equador e Peru são os membros da CAN, com Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai como membros associados.

> A integração pressupõe uma convergência normativa e uma solidariedade econômica, social e, às vezes, até política. Ela configura uma harmonização de procedimentos para que permitam a construção comum e unificada de um projeto de integração que tenha como beneficiário final o cidadão. É a integração no desenvolvimento de políticas econômicas comuns, no aperfeiçoamento dos instrumentos de saúde, de educação, de segurança, etc. (Arslanian, 2012, p. 86).

A intensificação dos fluxos internacionais de mercadorias a partir da década de 1990 suscitou a ampliação e o aprimoramento de discussões para a elaboração de arcabouços normativos e a construção e manutenção de sistemas de movimento. A assinatura do Tratado de Assunção em 1991 para a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) contribuiu para a organização de novas normas para amparar os fluxos entre os países-membros Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No decorrer dos anos subsequentes, a Venezuela também se tornou país-membro, ao passo que Chile, Colômbia, Equador e Peru se tornaram associados. Cabe salientar que, desde o início, o Subgrupo de Trabalho nº 5 Transporte Terrestre do Mercosul prestou suporte técnico para lidar com as questões relacionadas a estradas e ferrovias. Em 1992, adotou-se o Regulamento Único de Trânsito e Segurança Viária e deu-se continuidade aos estudos para a harmonização das regulamentações e aos instrumentos normativos relativos a transporte multimodal e padronização de pesos e dimensões de veículos (Garcia, 2019).

Os órgãos supracitados, CAN, ALADI e Mercosul, possuem regulamentações que concernem especificamente ao transporte rodoviário internacional de passageiros e

de cargas. Destaca-se os esforços contínuos para o alinhamento de normas entre tais organizações, com a finalidade de otimizar a fiscalização dos serviços prestados e também de facilitar trâmites aduaneiros.

Duas normativas são basilares para a regulação do transporte rodoviário internacional de passageiros na América do Sul, a Decisão nº 398 da CAN intitulada "Transporte Internacional de Pasajeros por Carretera", e o "Acuerdo de Transporte Internacional Terrestre (ATIT)" (1990), da ALADI, que é complementada pelas decisões da CAN 398 e 399 (transporte rodoviário de cargas) de 1997. No ano de 2001, CAN e ALADI estabeleceram um acordo de cooperação para alinhar as normativas relacionadas ao transporte rodoviário. Ambas preveem em seus primeiros artigos e incisos que o transporte de passageiros somente poderá ser realizado por empresas autorizadas para tal, ou seja, destacam que o transporte regular não pode prescindir da normatização concernente ao serviço, seja por meio de linhas regulares, seja por meio do fretamento de ônibus para viagens em circuito fechado, com lista de passageiros, origem e destino, e data de saída e de retorno previamente estipuladas. Trata-se de um resultado oriundo do alinhamento entre ALADI e CAN para a melhoria da estrutura normativa em voga (Can e Aladi, 2017).

Outra norma que elucida a aproximação entre os dois blocos diz respeito à operação de segmentos interestaduais, interdepartamentais ou interprovinciais em linhas internacionais. Tanto o ATIT (artigo nº 7) quanto a Decisão 398 (artigo 12) proíbem estes trechos, ou seja, autorizam apenas seções internacionais para o transporte internacional. No entanto, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia brasileira responsável pelo transporte rodoviário de passageiros interestadual e internacional, autorizou a inserção de trechos nacionais em linhas internacionais para algumas empresas brasileiras1.

Há, portanto, uma operação simultânea de serviços interestaduais e internacionais amparada pela Resolução ANTT nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que no 5º artigo prevê que "aplicam-se às linhas internacionais, nos trechos em território nacional, as mesmas regras e procedimentos estabelecidos neste capítulo, observando-se, ainda, os tratados, convenções e acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário,

1 Conforme verificado em pesquisa no sítio eletrônico da ANTT ao consultar os pontos de seção e as seções de ligações internacionais a partir do Brasil.

atendido o princípio da reciprocidade" (Brasil, 2017). Contudo, empresas brasileiras não efetuam transporte interestadual, interdepartamental ou interprovincial em outro país, o que é vetado pelo artigo nº 7 do ATIT (Can e Aladi, 2017).

Os princípios da reciprocidade e da bilateralidade são regulamentados pelo artigo nº 14 da ATIT, e são centrais para a efetivação do transporte internacional e para a organização dos serviços entre dois ou mais países. Tais princípios também fomentam o diálogo interinstitucional entre órgãos reguladores dos países sul-americanos, resultando em uma cooperação para otimizar a normatização do serviço.

> Os países signatários poderão celebrar acordos bilaterais ou multilaterais sobre os diferentes aspectos considerados no Acordo e, especialmente, no que diz respeito à reciprocidade em licenças, regimes tarifários e outros aspectos técnico-operacionais. Estes acordos não poderão, em caso algum, contradizer os alcançados no presente Acordo (Can e Aladi, 2017, p. 47).

A regulamentação relacionada ao número mínimo de veículos habilitados para o transporte internacional é estabelecida pelo artigo nº 24 da Decisão 398, que prevê que a frota veicular cadastrada deverá conter a partir de 3 unidades e que o ente regulador de cada país poderá exigir um número maior de ônibus de acordo com as rotas, frequências e distâncias percorridas (Can e Aladi, 2017). O transporte de encomendas em ônibus possui uma regulamentação estruturada pelo Mercosul e se aplica aos Estados Partes. A Resolução do Grupo Mercado Comum (GMC) nº 28 de 2015 estabelece que:

> As encomendas transportadas em ônibus de passageiros em viagens internacionais podem gozar do direito de suspensão de impostos de importação contido no Regime de Trânsito Aduaneiro Internacional. Com a finalização do transporte, as encomendas devem ser despachadas para o consumo de acordo com o regime geral de importação do Estado de destino (Garcia, 2019, p. 307).

Algumas encomendas e itens são isentos de impostos de importação, como documentos, impressos e papéis que não possuem envio exclusivo pelos Serviços Postais de cada país, além de mercadorias com peso máximo de 50 quilos e valor máximo de 3 mil dólares. São proibidos explosivos, munições, armas de fogo, produtos inflamáveis, entorpecentes, psicotrópicos, produtos e resíduos perigosos e mercadorias sujeitas a barreiras sanitárias (Garcia, 2019).

Para a circulação de pessoas que não se restringe ao transporte coletivo rodoviário, menciona-se o Estatuto da Cidadania do Mercosul, criado em 2010 para estabelecer os direitos e benefícios para cidadãs e cidadãos residentes nos países-membros. O estatuto pontua que a cédula de identidade é aceita nos quatro países do bloco para o ingresso e identificação pessoal (Mercosul, 2022). Pontua-se que o Estatuto reúne

avanços transcorridos ao longo de duas décadas de existência do bloco que elucidam os diversos esforços que os membros fizeram para alinhar elementos normativos fora do aspecto aduaneiro, o que contribui na integração regional para além do âmbito econômico e comercial.

## O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NA AMÉRICA DO SUL: SERVIÇOS, EMPRESAS E EIXOS DE CIRCULAÇÃO

Ao observar a base infraestrutural sul-americana e o arcabouço normativo que rege a integração regional desta porção do continente, nota-se que os serviços de transporte rodoviário de passageiros interligam preferencialmente os principais centros urbanos de cada país, o que expressa em certa medida a seletividade espacial e o desenvolvimento desigual. A capilaridade e a flexibilidade do sistema de movimento rodoviário são essenciais para que haja a complementaridade entre serviços de âmbitos distintos e também o atendimento de centros de menor porte ao longo da rede rodoviária. Trata-se de um panorama bastante heterogêneo, com grande diversidade de infraestruturas, regulamentos estatais, agentes privados e serviços.

> O transporte coletivo rodoviário de passageiros de longa distância também constitui um conjunto muito amplo e heterogêneo de tipologias e prestadores de serviços, que inclui vastos segmentos informais. Por um lado, existem serviços de transporte internacionais e interjurisdicionais regulamentados em cada país. Com algumas diferenças, as regulamentações referem-se às condições dos veículos, frequências, tarifas e aspectos complementares como seguros e lotação de motoristas. A seguir, vale a pena mencionar os sistemas regulados pelas províncias, estados ou departamentos de cada país, que reproduzem de forma mais livre as diretrizes nacionais acima mencionadas. Com esses segmentos convive um grande número de serviços menos regulamentados ou diretamente informais, que vão desde os serviços turísticos, aqueles contratados para outros fins específicos, serviços prestados por ônibus e outros veículos que atendem rotas interurbanas, até o transporte de trabalhadores rurais em caminhão (Kohon, 2011, p. 17).

Tal perspectiva remonta à origem do transporte rodoviário de passageiros nos países sul-americanos. No início, as operações geralmente reuniam companhias de pequeno porte organizadas por iniciativas individuais, em que o proprietário do veículo também realizava a venda de passagens, acomodação de mercadorias e reparos mecânicos nos coletivos. As diferenças no desenvolvimento econômico para cada formação socioespacial engendraram ao longo do século XX sistemas nacionais de transporte distintos com particularidades concernentes a cada país, ou seja, coexistem em toda a

América do Sul de iniciativas individuais de pequenos transportadores a grandes grupos empresariais, com a presença de cooperativas, companhias de porte médio e pequeno.

Ao analisar as empresas de transporte rodoviário de passageiros, observa-se que Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela possuem uma variedade de companhias de pequeno e médio porte que concorrem em rotas semelhantes, sem que nenhuma companhia ou grupo se sobressaia, como ocorre no Peru com as companhias Autobús CIVA, Cruz del Sur, Movil Tours e Oltursa. Nesta porção do território sul-americano, nota-se a constituição de companhias de transporte de cargas e passageiros que se organizam em decorrência da expansão da demanda por estes serviços, pois a circulação entre os centros da rede urbana se realiza de maneira intensa tanto na malha federal quanto nos caminhos provinciais e municipais. Considerando o território peruano, Virga (2019, p. 319) aponta que um dos impactos do projeto rodoviário Paita – Tarapoto foi o aumento na oferta de viagens de ônibus rodoviários, pois "algumas empresas de ônibus começaram a ofertar viagens diretas entre as cidades, como a Autobús Movil Tours e a Autobús CIVA, resultando não apenas na construção de terminais terrestres, como no estabelecimento de pontos de vendas de passagens em diversas localidades".

Grupos empresariais de grande porte também são encontrados em países como Chile, Argentina e Brasil e, em menor escala, Paraguai e Uruguai. No Chile, TurBus e Pullman Bus se sobressaem, ao passo que no Paraguai a Nuestra Señora de Asunción é o principal operador nacional e no Uruguai há a coexistência de cooperativas com grupos nacionalmente abrangentes como o Grupo Agencia. Na Argentina, grupos de grande porte como Flecha Bus, Via Bariloche, Andesmar e Crucero del Norte abarcam grande parte das províncias e dos principais centros do país. Trata-se de uma tendência à concentração econômica sobretudo em rotas nacionais interprovinciais, conforme apontado por Barbero *et al.* (2011). No Brasil, sobressaem-se os grupos Guanabara, Comporte, Águia Branca, Gontijo e JCA, em que estes dois últimos operam ligações internacionais do Brasil ao Paraguai.

No caso argentino, algumas empresas possuem companhias em outros países, como o grupo Crucero del Norte que detém o controle acionário da Expreso Paraguay e o grupo Andesmar, que possui operações nacionais na Argentina e no Chile e linhas internacionais entre ambos. No Brasil, o grupo Andorinha fundou e controla a companhia

boliviana Cruceña, que opera a linha internacional Rio de Janeiro/BRA – Puerto Suárez/BOL (Tabela 1)[2].

**Tabela** 1 - AMÉRICA do SUL: Empresas de transporte rodoviário de passageiros detentoras de linhas internacionais

| País | Número de empresas | Empresas |
|---|---|---|
| Argentina | 13 | Andesmar Argentina, CATA Internacional, Condor Estrella, Crucero del Norte, Crucero del Sur, Dumas Cat, Empresa Godoy, Empresas Asociadas Central Argentino S.R.L. y El Dorado S.R.L (Río Uruguay), Expreso Rio Paraná, Flecha Bus, La Veloz del Norte, Pullman General Belgrano e Via Bariloche. |
| Bolívia | 7 | XX |
| Brasil | 12 | Andorinha, Catarinense, Gontijo, JBL Internacional, Nordeste, Ouro e Prata, Planalto, Pluma, Reunidas, Trans Acreana, TTL e Unesul |
| Chile | 2 | Andesmar Chile e Pullman Bus |
| Paraguai | 6 | Cometa del Amambay, Empresa Guairea S.R.L., Expreso Paraguay, La Paraguaya Internacional, La Santaniana e NSA (Nuestra Señora de Asunción) |
| Peru | 2 | Líneas de Los Andes e Transzela |
| Uruguai | 2 | EGA (Empresa General Artigas) e Turil |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

Ressalta-se a maior facilidade em obter dados de países como Argentina, Paraguai e Bolívia, em virtude do nível organizacional dos sítios eletrônicos das companhias nestes países. Todas as 44 companhias pesquisadas disponibilizam serviços de vendas digitais, por meio de aplicativos como o *Whatsapp* ou por intermédio dos próprios sítios eletrônicos. Ademais, destaca-se a maior facilidade para obter informações em rotas de maior interesse turístico, como as existentes entre La Paz e Lima, Santiago e Buenos Aires e também entre a Argentina e o litoral da região Sul do Brasil (Tabela 1). Pontua-se que os dados relacionados às linhas que partem ou chegam ao Brasil foram obtidos no sítio eletrônico da ANTT, que reúne informações sobre frequência, seções das linhas e cidades atendidas nos trechos brasileiros das ligações.

2 Para a organização do quadro foram realizadas consultas aos sítios eletrônicos das empresas operadoras de transporte rodoviário internacional de passageiros entre os dias 8 e 26 de abril de 2024. A sistematização consistiu em obter os municípios atendidos em consultas de horários e tarifas, além da verificação em perfis oficiais de redes sociais e outros sítios eletrônicos (“marketplaces”) de vendas de passagens.

A quantidade de companhias que operam linhas rodoviárias internacionais na América Andina, sobretudo da Venezuela ao Equador, é relativamente reduzida, o que torna essencial o uso de um par de ligações nacionais para cumprir uma viagem internacional, que se concretiza com o transporte fronteiriço realizado por táxis ou veículos de pequeno porte, como fica elucidado pela consulta a sítios eletrônicos de planejamento de trajetos (Rome2rio, 2024).

O número de destinos atendidos, empresas e ligações internacionais se amplia na América Andina entre países como Peru e Bolívia, sobretudo em decorrência da demanda turística internacional rumo a cidades como Cusco e Copacabana (às margens do lago Titicaca), o que se verifica pela quantidade de sítios eletrônicos em inglês que ofertam viagens turísticas e passagens para estas localidades. Finalmente, as interações espaciais entre Chile e Peru são menos intensas, com poucos trajetos e horários ofertados por um conjunto pequeno de companhias. A principal relação do território chileno se dá com a Argentina, o que se elucida pela diversidade de companhias chilenas e, sobretudo, argentinas, que interligam cidades como as chilenas Santiago, Viña del Mar, Antofagasta e Puerto Montt às argentinas Mendoza, Salta, San Salvador de Jujuy, Neuquén e Bariloche, com trajetos de Santiago a Buenos Aires que contemplam cidades como Córdoba e Rosário.

A circulação se intensifica a partir dos países situados na região conhecida como América Platina. Forma-se um "triângulo" que tem como vértices as capitais federais Assunção e Buenos Aires e a capital do estado de Santa Catarina – Florianópolis, com a inserção da capital gaúcha – Porto Alegre – e de importantes destinos turísticos como Balneário Camboriú. Os fluxos entre Argentina, Paraguai, Uruguai (com intensidade ligeiramente menor) e o litoral da macrorregião Sul do Brasil são marcadamente sazonais, ou seja, circunscritos aos meses de verão (dezembro a março), com a participação de um conjunto amplo de empresas e linhas de todos os países citados. Enquanto em determinadas rotas há somente uma companhia de um único país em operação no trajeto, nas rotas do "triângulo" há ao menos uma empresa de cada nação (Mapa 1)[3].

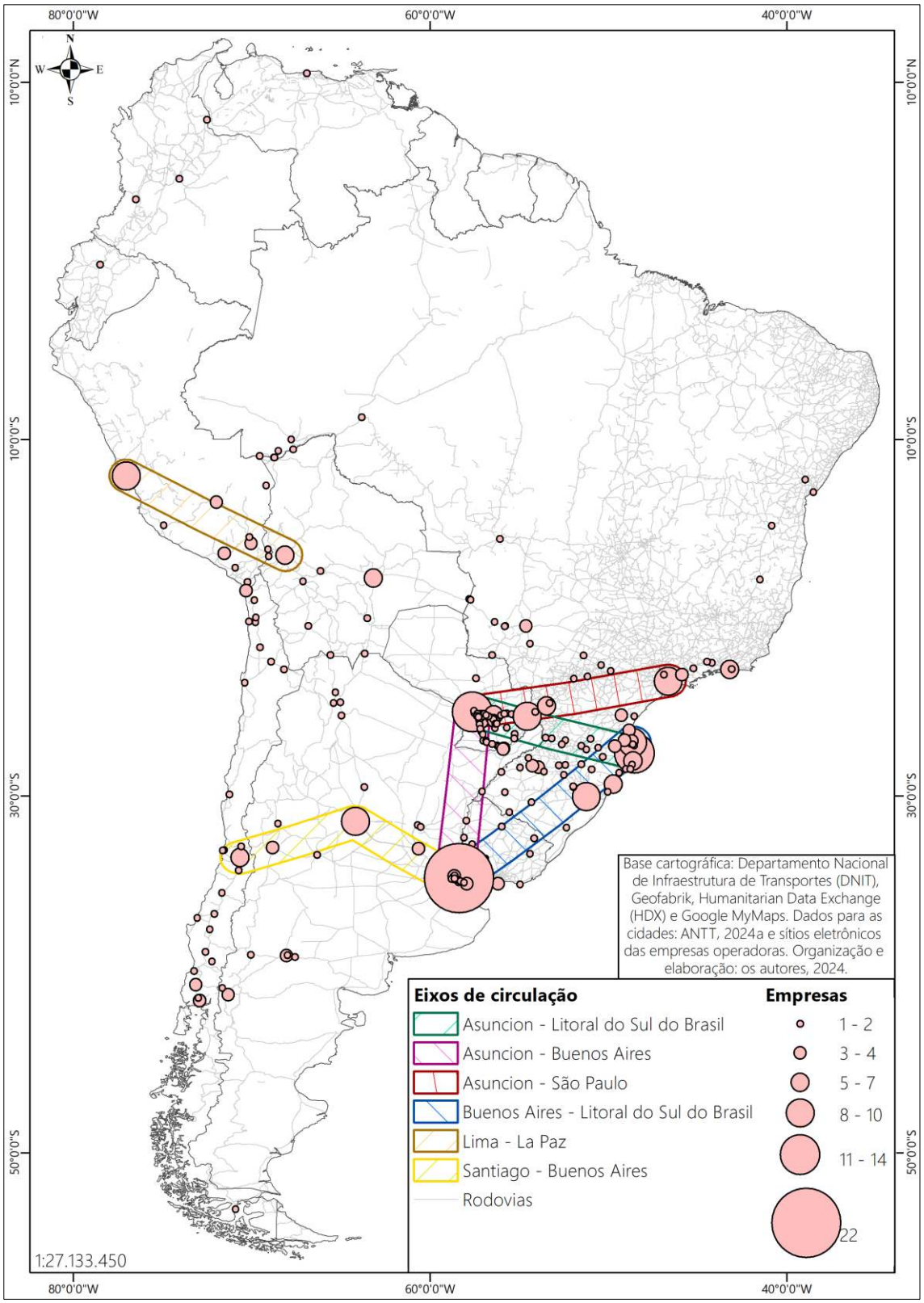
3 O agrupamento das informações acerca das linhas e empresas foi a partir do sítio eletrônico da ANTT para linhas que abarcam o Brasil e das empresas operantes para os demais países resultou em 222 municípios em dez países.

Durante os meses de maior demanda as companhias operam diariamente, com alguns horários extras em determinados dias e nas proximidades dos feriados de Natal e Ano Novo. Fora do verão, a frequência é reduzida para até uma viagem semanal (ida e volta), com as empresas operando em dias alternados em certas linhas. Algumas ligações para o litoral Sul brasileiro partem de diversas cidades argentinas, como Buenos Aires, Córdoba, Mendoza, Salta e Posadas; ou seja, os fluxos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul (em menor volume) se capilarizam significativamente no território argentino. As ligações de Assunção com São Paulo/SP e, em menor escala, com o Rio de Janeiro/RJ também são relevantes, pois são fluxos eminentemente de trabalhadores e também de comerciantes que se destinam a Ciudad del Este e em determinados casos não optam pelas ligações interestaduais para Foz do Iguaçu/PR.

Os países que reúnem o maior conjunto de centros com linhas internacionais são: Brasil (78), Paraguai (45) e Argentina (35). Venezuela (1), Equador (1) e Colômbia (3) totalizam o menor conjunto de cidades. Finalmente, Chile (25), Uruguai (12), Bolívia (11) e Peru (10) possuem centros relevantes atendidos pelas linhas internacionais. Nota-se que este âmbito de operação é espacialmente seletivo, ou seja, as empresas estão mormente concentradas nas capitais de países e principais centros regionais (Mapa 1).

A falta de informações acerca da nomenclatura das rotas fez com que a coleta de dados propiciasse apenas o levantamento do número de companhias em operação por município. Portanto, Buenos Aires (22), Assunção (14), Florianópolis (13), Balneário Camboriú (10) e Porto Alegre (10) são os cinco centros com maior número de empresas operantes. Capitais federais como Lima (9), La Paz (6), Santiago (5) e Montevidéu (4) possuem uma quantidade menor de ligações em comparação às capitais argentina e paraguaia (Mapa 1).

**Mapa 1 –** AMÉRICA do SUL: Eixos de circulação do transporte rodoviário internacional de passageiros




**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024).

Pontua-se que a única capital de país que não está conectada internacionalmente por linha de ônibus, dentre as dez nações com empresas internacionais operantes, é justamente Brasília/DF. Segundo os registros do Sistema de Controle de Dados dos Serviços de Transportes Rodoviários de Passageiros (SISDAP) da ANTT, até meados da década de 2010, a companhia mineira Nacional Expresso operava a ligação Brasília – Assunção em conjunto com a paraguaia Transcontinental, que pertencia à brasileira. Segundo dados da ANTT, o último ano com registro de passageiros transportados pela paraguaia foi 2016, ao passo que para a brasileira foi 2018 (Brasil, 2024).

Elaboramos uma proposta de seis eixos que reúnem os centros com maior quantidade de empresas internacionais. Buenos Aires e Assunção se sobressaem, pois são nós localizados nas extremidades de três eixos. Lima, La Paz e Santiago integram um eixo cada, tal qual São Paulo/SP (Mapa 1).

- Eixo Assunção – Litoral do Sul do Brasil: com a operação das companhias brasileiras Catarinense, Nordeste e da paraguaia NSA, o eixo contempla em território paraguaio a rota nacional 2, que interliga Coronel Oviedo, Caaguazú e Ciudad del Este, para chegar ao Brasil via Ponte Internacional da Amizade e utilizar a BR-277 para chegar a cidades como Cascavel e Curitiba. Poucos horários se estendem a Paranaguá/PR, pois grande parte dos fluxos se encerra em Florianópolis com paradas em Joinville, Itajaí e Balneário Camboriú, via BRs 376 e 101;
- Eixo Assunção – Buenos Aires: trata-se do eixo com maior densidade e perenidade de rotas, com a operação de companhias argentinas como Flecha Bus, Crucero del Norte, Crucero del Sur, Expreso Rio Paraná, e as paraguaias Empresa Guaireãa, La Paraguaya Internacional, La Santaniana e NSA. Boa parte dos trajetos atendem a um conjunto expressivo de cidades ao longo das rotas nacionais 1 (Paraguari e San Juan Batista) e 8 (Villarrica, Caazapá e Coronel Bogado). Algumas viagens partem de Villarrica e seguem rumo à rota 2 para embarcar passageiros em Coronel Oviedo e Caaguazú, para posteriormente utilizar a rota nacional 6 rumo a Encarnación, em que os ônibus cruzam a fronteira com a Argentina pela Ponte Internacional Posadas – Encarnación. No país argentino,

parte dos percursos utiliza a rota nacional 14 e efetua grande parte dos desembarques na província de Buenos Aires. Outro percurso realizado sobretudo pelas companhias argentinas cruza a fronteira dos dois países pela Ponte Internacional San Ignacio de Loyola, que interliga o distrito de José Falcón, no departamento de Presidente Hayes, à cidade argentina de Clorinda. Após adentrar o território argentino, percorre a rota nacional 14 que interliga importantes centros como Formosa, Corrientes, Santa Fé e Rosário;

- Eixo Assunção – São Paulo: a paraguaia Expreso Paraguay e a brasileira Pluma efetuam as ligações com São Paulo. Trata-se de um eixo eminentemente vinculado ao comércio e a fluxos migratórios entre a capital paulista e cidades paraguaias. O trecho entre Assunção e Cascavel é idêntico ao do eixo Assunção – Litoral do Sul do Brasil. No entanto, a partir do centro cascavelense os ônibus seguem pela BR-369 via Maringá e Londrina até a divisa com o estado de São Paulo, em que utilizam a BR-374 (rodovias estaduais SP-327, SP-225 e SP-280) até a metrópole paulista;
- Eixo Buenos Aires – Litoral do Sul do Brasil: neste eixo operam as argentinas Crucero del Norte, Dumas Cat e Flecha Bus, além da brasileira JBL. As companhias oriundas da capital federal argentina utilizam a rota nacional nº 14 até a cidade fronteiriça de Paso de los Libres. Para chegar à cidade gaúcha de Uruguaiana, cruzam a Ponte Internacional Brasil-Argentina e percorrem a BR-290 até Porto Alegre, que funciona como ponto de embarque e desembarque para parte considerável dos trajetos entre Buenos Aires e o litoral catarinense. Da capital gaúcha as companhias seguem pela BR-290 até Osório e posteriormente utilizam a BR-101 rumo às cidades litorâneas de Florianópolis e Balneário Camboriú. Pontua-se que são poucas paradas em cidades gaúchas, com ligeiro destaque para Alegrete e São Gabriel. O atendimento se capilariza sobretudo no litoral catarinense;
- Eixo Lima – La Paz: trata-se de uma rota com grande interesse turístico internacional, pois há a procura por parte de viajantes de outros continentes que desejam conhecer pontos turísticos andinos na Bolívia e no Peru. Operam no eixo as bolivianas Nuevo Continente Internacional, Trans Litoral Internacional e Trans Salvador, além da peruana Transzela. Conforme consultas realizadas, verificou-

se que são companhias de pequeno porte que ofertam viagens diárias que contemplam centros como Copacabana (Bolívia) e os peruanos Puno, Juliaca, Cusco e Arequipa. Há rotas que partem de Santa Cruz de la Sierra e atendem a Cochabamba, e também de Uyuni contemplando Oruro. Da capital boliviana a peruana o principal trajeto utiliza a rota nacional nº 1 rumo à cidade peruana de Desaguadero. As ligações rumo a Puno, Juliaca e Cusco utilizam a rodovia 3S, ao passo que para Arequipa há a opção pela mesma estrada até Juliaca ou ainda pelas rodovias 36A, 108 e 117. De Cusco a Lima o trajeto percorre as rodovias 26B, 26 e 22, interligando centros como Ayacucho e Huancayo. Já a ligação de Arequipa com a capital federal ocorre via Ica pela rodovia 1S, que configura em território peruano a Rota Pan-Americana;

- Eixo Santiago – Buenos Aires: este eixo contém as empresas argentinas Andesmar Argentina, Empresas Asociadas Central Argentino S.R.L. y El Dorado S.R.L. (Río Uruguay) e CATA Internacional. A partir da capital chilena os ônibus seguem pelas rotas nacionais 57 e 60 até o Túnel Cristo Redentor, na aduana com a Argentina. Pela rota nacional 7 se alcança Mendoza, importante ponto de embarques e desembarques para linhas internacionais, sendo ponto inicial e final para algumas rotas rumo ao Chile. A rodovia nacional mencionada interliga San Luis e Villa Mercedes e chega a Buenos Aires. No entanto, alguns horários abarcam as cidades de Córdoba e Rosário por meio das rotas nacionais 40 (Mendoza – San Juan), 20 (San Juan – Córdoba) e 9 (Córdoba – Rosário). Este eixo possui uma gama de horários perene ao longo do ano e funciona em decorrência da demanda turística e também dos fluxos migratórios entre os dois países vizinhos. Vale destacar que a existência de ligações entre Lima e Santiago propicia a realização das migrações de cidadãs e cidadãos oriundos de países andinos rumo à Buenos Aires.

Para além dos eixos, destacam-se alguns fluxos entre outras capitais, como La Paz – Buenos Aires e La Paz – Assunção. São rotas que contemplam fluxos migratórios rumo à capital argentina, que se configura como a cidade sul-americana com o maior número de empresas que operam linhas internacionais. As interações espaciais entre Chile e Argentina vão para além das duas capitais, o que se verifica pela presença

de linhas em cidades chilenas como Viña del Mar, Valparaíso, Puerto Montt, Temuco e Antofagasta, e argentinas como Mendoza, Neuquén, San Carlos de Bariloche e Salta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração sul-americana pode ser entendida por meio de diversos vetores. Neste artigo, escolhemos fazê-lo tendo em consideração o deslocamento de pessoas que utilizam o ônibus como veículo de locomoção internacional. Se comparado a outros modais de transporte, como o aéreo ou o automotivo individual, trata-se de uma opção mais barata embora menos confortável. Viajar além das fronteiras nacionais de ônibus poderia remeter a uma circulação desnecessária do ponto de vista do capital. De fato, as infraestruturas de transporte na América do Sul foram concebidas especialmente para os fluxos de mercadorias destinadas ao comércio internacional, mesmo nos dias de hoje quando se anunciam novas rotas para conectar os portos do Atlântico e do Pacífico. Precisa-se de uma base técnica que garanta a fluidez territorial e de uma base normativo-institucional que promova a porosidade territorial para, desse modo, acelerar o processo de circulação do capital. Observamos as condições atuais destes dois atributos. Entretanto, esta não seria uma resposta completa quando perguntamos fluidez e porosidade territorial: para que e para quem?

O transporte rodoviário internacional de passageiros é um serviço de uso coletivo com uma importante função social, vinculada à vida de relações da população que habita nos diferentes rincões deste continente. A possibilidade de se deslocar e viajar de um país a outro é um direito para todos e todas, desde que existam as condições para fazê-lo. Partindo desta premissa, foi analisada a importância da infraestrutura para a garantia da prestação do serviço, as normas e políticas que o regulam e os agentes econômicos envolvidos. Atualmente coexistem em toda a América do Sul sistemas nacionais de transporte distintos com particularidades concernentes a cada formação socioespacial, que abrigam de iniciativas individuais de pequenos transportadores a grandes grupos empresariais, com a presença de cooperativas, companhias de porte médio e pequeno, muitos dos quais atuam no transporte internacional.

Destaca-se a formação de dois segmentos de circulação de passageiros, com uma distribuição desigual dos eixos. No segmento andino, Lima, La Paz e Santiago sobressaem como importantes centralidades responsáveis por articular dois eixos entre

quatro países, em que um destes faz a interligação com a capital argentina, da qual partem dois eixos para o litoral do Sul brasileiro e o Paraguai. Estes dois, somados aos eixos de Assunção rumo ao litoral da região Sul do Brasil e rumo à cidade de São Paulo, configuram um segmento platino, em que há relevante participação das capitais paraguaia e argentina e também de metrópoles como Curitiba, São Paulo e Florianópolis, com destaque para a miríade de fluxos na temporada de verão (dezembro a março) entre Paraguai, Argentina, Uruguai (em menor escala) e Brasil. Pontua-se que a única capital de país dentre os dez elencados por esta pesquisa a não possuir nenhuma ligação internacional atualmente é Brasília/DF, o que realça a importância da análise das redes geográficas a partir de sua indissociabilidade, que propicia o entendimento das interações espaciais em múltiplas escalas.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) (2024a). Assuntos. Passageiros. Informações para passageiros. **Consulta origem e destino.** Disponível em: https://tinyurl.com/s7kr2tm9. Acesso em: 04 mai. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) (2024b). Assuntos. Passageiros. Transporte Interestadual Regular. **Dados operacionais do Regular.** Disponível em: http://tinyurl.com/mrxspn7r. Acesso em: 04 mai. 2024.

ARROYO, Mónica. Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: SILVEIRA, María Laura (Org.). **Continente em chamas.** Globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 209-242.

ARROYO, Mónica. Redes e circulação no uso e controle do território. In: ARROYO, Mónica; CRUZ, Rita. (Org.). **Território e Circulação.** A dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume, 2015, p. 37-49.

ARSLANIAN, Embaixador Regis Percy. O Mercosul, do Tratado de Assunção até hoje. In: **A América do Sul e a integração regional.** Brasília: FUNAG, 2012, p. 85-92.

ASATO, Thiago Andrade e DORSA, Arlinda Cantero. Rota Bioceânica Brasil-Paraguai-Argentina-Chile: desafios pela frente sob a ótica do Desenvolvimento Local. **Multitemas,** Campo Grande, MS, v. 26, n. 64, p. 101-122, set./dez. 2021.

BARBERO, José; CASTRO, Lucio; ABAD, Julieta y SZENKMAN, Paula: "Un transporte para la equidad y el crecimiento. Aportes para una estrategia nacional de movilidad y logística para la Argentina del Bicentenario", **Documento de Trabajo N°79,** CIPPEC, Buenos Aires, dez. 2011.

BRASIL. Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Agência Nacional de Transportes Terrestres. Diretoria Colegiada. Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 30, p. 43-45, 10 fev. 2017. Disponível em: https://tinyurl.com/4t77me7s. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL. Ministério das Relações Exteriores. Canais de atendimento. Imprensa. **Notas à Imprensa,** Rio de Janeiro, 28 de abril de 2011. Disponível em: https://tinyurl.com/4hdha2cf. Acesso em: 10 mai. 2024.

CARNEIRO Filho, Camilo Pereira, REOLON, César Augusto e PORTELA, João Pedro. A rodovia Pan-Americana e o Tampão de Darién: integração continental e áreas protegidas em zona de fronteira. **Revista Transporte y Territorio,** Buenos Aires, n. 21, p. 28-43, jul./dez. 2019.

CARNEIRO Filho, Camilo Pereira. **Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata:** a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. 254f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2013.

COMUNIDAD ANDINA (CAN) e ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INTEGRACIÓN (ALADI). **Análisis comparativo de las normas sobre transporte internacional terrestre de carga y pasajeros y de tránsito aduanero.** Secretaría General de la CAN y ALADI, 2017. Disponível em: https://tinyurl.com/69kx56xt. Acesso em: 10 mai. 2024.

CUELLO, Carlos Orozco, CAMPIS, Eliana Sanandres e GUERRERO, Ivonne Molinares. Colombia, Panamá y la Ruta Panamericana: Encuentros y Desencuentros. **Memorias:** Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe Colombiano. Barranquilla, ano 9, n. 16, p. 101-130, mai. 2012.

GARCIA, Tatiana de Souza Leite. **Desafios da Integração Sul-Americana:** as Políticas de Meio Ambiente e de Transportes no MERCOSUL (2009 – 2019). 337f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia, São Paulo, São Paulo, 2019.

HUERTAS, Daniel. Nodais do transporte rodoviário de carga na relação Brasil-Mercosul. **Revista Transporte y Territorio,** n. 12, p. 150-166, jan./jun. 2015.

KOHON, Jorge. **La Infraestructura en el Desarrollo Integral de América Latina.** Diagnóstico estratégico y propuesta para una agenda prioritaria. Transporte IdeAL, Corporación Andina de Fomento, 2011.

MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL). Estatuto da Cidadania. **Secretaria do MERCOSUL,** Montevidéu, 51p., jun. 2022. Disponível em: https://tinyurl.com/yzshxtc5. Acesso em: 10 mai. 2024.

MOYANO, Bianca De Marchi; QUINTELA, Huascar Ignacio Morales; MURILLO María Cristina Machicado. Bolivia: estrategias viales hacia un "país de contactos". **Revista Transporte y Territorio,** n. 18, p. 202-221, jan./jun. 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, Joaner Campello de, DIZ, Jamile Bergamaschine Mata e CALDAS, Roberto Correia da Silva Gomes. **Revista Direito e Justiça** – Reflexões Sociojurídicas – ano 16, n.27, p. 233-260, nov. 2016.

ROME2RIO. Rome2Rio. **Consulta de trajeto entre Caracas, Venezuela, e Bogotá, Colômbia.** Disponível em: https://tinyurl.com/3wtw8bt9. Acesso em: 17 mai. 2024.

RÜCKERT, Aldomar e CARNEIRO, Camilo Pereira. "Políticas territoriais na América do Sul: infraestruturas de conexão e repercussões em regiões periféricas". In: RÜCKERT,

Aldomar; SILVA, Augusto César Pinheiro da; SILVA, Gutemberg de Vilhena (orgs.). **Geografia política, geopolítica e gestão do território:** integração sul-americana e regiões periféricas. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 11-39.

SANTOS, Bruno Candido dos. **Redes geográficas e transporte rodoviário interestadual de passageiros no Brasil.** 622f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia, São Paulo, São Paulo, 2024.

SANTOS, Milton (1980). **A urbanização desigual:** a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. O transporte multimodal na região das Guianas: desafios, impasses e geopolítica regional. In: COSTA, Wanderley Messias e GARCIA, Tatiana de Souza Leite (orgs.). **América do Sul:** geopolítica, arranjos regionais e relações internacionais. São Paulo: Edições FFLCH/USP, 2022, p. 120-138.

SOUZA, Vitor Hélio Pereira. **A política de transporte regional no século XXI:** o caso da IIRSA/COSIPLAN na América do Sul. 2019. 367f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, Santa Catarina, 2019.

THERY, Hervé; OLIVEIRA NETO, Thiago. Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-Americanos. In: AZEVEDO, Daniel A. de e NOGUEIRA, Ricardo (orgs.). **Geografia política**: base conceitual e diversidade temática. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023, v. 1, p. 215-229.

VIRGA, Thais. **Integração física e desenvolvimento na América do Sul:** transformações e prospectivas da infraestrutura de transportes na região do "Eixo Amazonas" na Amazônia Centro-Ocidental (2000-2018). 594f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Campinas, São Paulo, 2019.

VIRGA, Thais; OLIVEIRA NETO, Thiago. IIRSA e COSIPLAN: a integração física regional em perspectiva no período recente. In: COSTA, Wanderley Messias da; GARCIA, Tatiana de Souza Leite (org.). **América do Sul:** geopolítica, arranjos regionais e relações internacionais. São Paulo: Edições FFLCH/USP, 2022, p. 140-161. E-book.

VITTE, Claudete de Castro Silva. América Latina e Caribe como um espaço-rota estratégico e de interconexão para atores extrarregionais: uma contribuição ao estudo da integração física regional. Anais do Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – CONGEO. **Anais...** São Paulo (SP) USP, 2023.

Recebido em junho de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

# A GEOGRAFIA DA RELIGIÃO E O COMPONENTE ESPACIAL: O CONTEXTO MARIANO DAS NOVAS COMUNIDADES CATÓLICAS DE SOBRAL (CE)

# THE GEOGRAPHY OF RELIGION AND THE SPATIAL COMPONENT: THE MARIAN CONTEXT OF THE NEW CATHOLIC COMMUNITIES OF SOBRAL (CE)

# LA GEOGRAFÍA DE LA RELIGIÓN Y EL COMPONENTE ESPACIAL: EL CONTEXTO MARIANO DE LAS NUEVAS COMUNIDADES CATÓLICAS DE SOBRAL (CE)

**Antonio Jarbas Barros de Moraes**
Secretaria da Educação de Sobral
jarbasgeografia@gmail.com

## Destaques

- Este texto é uma abordagem cultural da Geografia da Religião que buscou compreender as práticas humanas devocionais, associadas ao simbolismo religioso oriundo das Novas Comunidades Católicas (NCCs).
- Na abordagem cultural da Geografia da Religião os significados compreendidos por meio das práticas humanas devocionais e organizativas.
- A condição de sagrado do espaço fornece alguns dos fundamentos para uma compreensão imagética daquilo que está ao alcance da pesquisa.
- A vida religiosa nas comunidades produz um fenômeno religioso que constitui o componente espacial. Esse fenômeno é amplo e é produzido por essas frentes sociais, católicas e cotidianas

**RESUMO**

Este texto é uma abordagem cultural da Geografia da Religião que buscou compreender as práticas humanas devocionais, associadas ao simbolismo religioso oriundo das Novas Comunidades Católicas (NCCs) de Sobral (CE), especialmente, a Rainha da Paz e a Maranata. O objetivo geral foi compreender as dinâmicas espaciais dos referidos grupos, ativadas pela experiência religiosa, e que estão em consonância com essa abordagem. A metodologia do trabalho foi a participação nas práticas junto às comunidades, preponderante na produção de significados a partir de anotações, mapeamentos

cartesianos, mapas cognitivos e ensaios fotográficos. Resultou, diante disso, que a vida religiosa nas comunidades produz um fenômeno simbólico, religioso e sagrado que constitui o componente espacial.

**Palavras-chave:** Geografia da Religião. Vida Religiosa. Participação. Novas Comunidades Católicas (NCCs).

## ABSTRACT

This text is a cultural approach to the Geography of Religion that sought to understand human devotional practices, associated with religious symbolism originating from the New Catholic Communities (NCCs) of Sobral (CE), especially the "Rainha da paz" and Maranata. The general objective was to understand the spatial dynamics of these groups, activated by religious experience, and which is in line with this approach. The methodology of the work was the participation of practices within communities, preponderant in the production of meanings based on notes, Cartesian mappings, cognitive maps and photographic essays. It resulted, in view of this, that religious life in communities produces a symbolic, religious and sacred phenomenon that constitute the spatial component.

**Keywords**: Geography of Religion. Religious Life. Participation. New Catholic Communities (NCCs).

## RESUMEN

Este texto es un abordaje cultural de la Geografía de la Religión que buscó comprender las prácticas humanas devotas, asociadas al simbolismo religioso proveniente de las Nuevas Comunidades Católicas (NCCs) de Sobral (CE), especialmente, la Reína de la Paz y la Maranatha. El objetivo general fue comprender las dinâmicas espaciales de los referidos equipos, activadas por la experiencia religiosa, y que está en consonancia con ese abordaje. La metodología del trabajo fue de participación de las prácticas junto a las comunidades, preponderantes en la producción de significados a partir de apuntes, mapeos cartesianos, mapas cognitivos y sesiones fotográficas. Resultó, delante de eso, que la vida religiosa en las comunidades produz un fenómeno simbólico, religioso y sagrado que constituyen el componente espacial.

**Palabras clave:** Geografía de la Religión. Participación. Nuevas Comunidades Católicas (NCCs).

## INTRODUÇÃO

Este texto é uma abordagem cultural da Geografia da Religião que buscou compreender as práticas humanas devocionais, associadas ao simbolismo religioso oriundo das Novas Comunidades Católicas (NCCs). A abordagem desenvolvida na pesquisa perpassou o período de intensa contaminação por COVID-19, entre 2020 e 2021,

e foi finalizada em 2023. Existem inúmeras comunidades no contexto de Sobral. Neste destaque, foi dada ênfase às Novas Comunidades Católicas Rainha da Paz e Maranata, da Diocese de Sobral (CE). A nomenclatura da primeira é uma homenagem devocional à Nossa Senhora Rainha da Paz e a segunda possui variações de "maran ata", "marãn athá", "maranata" e outras, no entanto, tende para o mesmo sentido, “vem, Senhor”, “nosso Senhor vem” ou “Vinde, Senhor Jesus!” (DIOCESE DE SOBRAL, 2022). Por isso, algumas vezes aparece com nomenclaturas diferentes. Para este trabalho é utilizada “maranata”, mais convencional nos escritos em língua portuguesa.

Elas, as NCCs, fazem parte dos grupos que surgiram da Renovação Carismática Católica (RCC) e consagram suas práticas a partir do carisma (manifestação pessoal e interna do sagrado), da força missionária, dos propósitos de vida e aliança, da obediência hierárquica, do celibato, do culto aos ministérios e da oração pessoal e comunitária. Destaca-se também o processo de escolhas teóricas e metodológicas que culminaram nos resultados da pesquisa. Neste sentido, o processo pelo qual há revisões das concepções sobre a cultura das devoções marianas corresponde a uma experiência de potência espacial.

Essa onda renovadora teria sido iniciada em 1967, nos Estados Unidos, sob influência das mudanças estruturais regulamentadas no Concílio Vaticano II (1962-1965), que propôs mudanças reinterpretadas para aqueles novos tempos. Trata-se da temporalidade mais tecnológica e de amplitude global que incide na vida das pessoas, tensionando as práticas devocionais e influenciando a Igreja na difusão da fé e atração de fiéis. O estudo de Jefferson Oliveira (2017) favoreceu e muito ações de contato e comunicação capazes de assegurar a hegemonia de novos grupos devocionais. Assim, as práticas de renovação conectaram vivências religiosas tradicionais, revitalizando-as (Oliveira, 2017).

O objetivo geral da pesquisa foi compreender as dinâmicas geográficas das NCCs, ativadas pela experiência religiosa. Neste texto, destacam-se alguns objetivos específicos que ajudaram a compreender, parcialmente, os significados das comunidades no espaço: **participar** das práticas produzidas nas vivências; **perceber** como a realidade do espaço sacralizado, – o espaço sagrado – , produz simbolismos singulares e plurais, provenientes das comunidades católicas; **identificar** os aspectos simbólicos, a partir da maneira de perceber, ver, sentir e viver a devoção mariana, ancorados nas ideias de

autonomia ou vínculos religiosos e institucionais.

Para uma revisão teórico-metodológica, foi preponderante um referencial correlato à abordagem cultural da Geografia, que auxilia na compreensão dos fenômenos religiosos a partir dos significados contextualizados na relação entre Geografia e religião e na sacralização do espaço: Tuan (1979), Sopher (1981), Eliade (1992) e Rosendahl (1996, 2008, 2018). E no catolicismo popular, tais como Oliveira (2014, 1999); Souza (2017); J. Oliveira (2017). A partir das compreensões dos autores sobre manifestações religiosas no espaço sagrado em diferentes realidades europeias e americanas, o processo devocional, patrimonial e cultural, no caso das comunidades, foi dimensionado na perspectiva nordestina, latino-americana e internacional, reconhecendo suas espacialidades com foco em articulações geográficas.

Na abordagem cultural da Geografia da Religião os significados compreendidos por meio das práticas humanas devocionais e organizativas. Os significados da cultura católica carismática, foram possibilitados pela leitura de autores como Durand (1989) e Merleau-Ponty (1999). E a intensidade da experiência está ligada ao trabalho de campo do pesquisador dedicado ao fenômeno religioso. Isso tem a ver com a metodologia do trabalho, participar de práticas junto às comunidades, foi preponderante no que concerne na compreensão do componente espacial do fenômeno estudado. No trabalho de campo, em 2020 e 2021 reunião de documentos e entrevistas, na condição *online*, arquivos disponíveis na rede de internet; e em 2022, ocorreram vivencias junto às comunidades que possibilitaram produzir mapeamentos cartesianos, mapas cognitivos e ensaios fotográficos, a exemplo destes apresentados ao longo da redação. Esses últimos ajudaram na produção das seções, – Religião e Geografia, A Geografia da Religião e o Espaço Sagrado; Experiências espaciais marianas de Sobral (CE) e A experiência espacial das Novas Comunidades Católicas Maranata e Rainha da Paz.

## RELIGIÃO E GEOGRAFIA

Estudar religiões é um desafio possível em várias áreas do conhecimento. Essa abordagem surge a partir de leituras, inquietações e dimensionamentos estratégicos. Além de uma questão geográfica, antropológica, metodológica e ontológica, a religião não é apenas uma categoria teológica, mas pode ser considerada um fenômeno humano que busca por uma existência onipresente e onipotente. Sua etimologia advém do latim

*"religare"*, que significa unir, ligar, neste caso, sujeitos a Deus ou a uma escritura considerada sagrada, como apontado por Smith (1998). É inegável que algumas religiões tenham alcance mundial, como no caso do cristianismo, cuja vertente católica foi de interesse desta pesquisa, não apenas pela força da tradição, mas também por sua geopolítica difusora. Devido à sua diversidade cultural, a religião nunca é inteiramente definida.

Em *"Geography and Religions"*, David Sopher (1981) afirma que a religião é um campo pertinente para a Geografia. A descrição do dinamismo oficial das religiões possibilita algumas compreensões. Ao focar apenas nas descrições do dinamismo oficial das religiões, corre-se o risco de negligenciar movimentos e crenças emergentes que desafiam ou se diferenciam das tradições estabelecidas. Isso pode levar a uma compreensão limitada e estática das práticas religiosas, ignorando a complexidade e a variedade de expressões espirituais que existem atualmente. A análise geográfica das religiões deve ser sensível às mudanças sociais, políticas e culturais que influenciam a dinâmica religiosa. Isso inclui não apenas as crenças tradicionais, mas também os movimentos reformistas e novas frentes religiosas que surgem constantemente na sociedade.

O autor Sopher (1981) compreende que, para além de apresentar vários sistemas religiosos, a organização religiosa do espaço e a distribuição das religiões, contribuiu com o que seria um dos grandes desafios para os geógrafos do século XXI, indicando o interesse geográfico pela visão cosmológica e a transformação do espaço geográfico, ocasionando mobilidade, seja por romarias, peregrinações ou festas. Essa é uma das aberturas do encontro da Geografia com a religião. No entanto, há também outras questões desse tipo que vêm provocando algumas discussões de vocação geográfica. Dentre elas, considerar a religião uma prática humana que imprime suas marcas no espaço, mas que também pode se movimentar nas diversas temporalidades das sociedades, se ajustar segundo suas políticas e resistir à possibilidade de liberdade do homem ao decidir seu caminho religioso.

Em 1979, o geógrafo Yi-Fu Tuan desenvolveu reflexões a respeito da religião, inspirando inclusive o trabalho subsequente de Sopher (1981). Assim, reconhecer a capacidade de contribuir com as reflexões geográficas, tanto em uma obra quanto na outra, representa um dos fascinantes legados para os pesquisadores do campo

religioso. Outra citação de Sopher (1981, p. 24) que ilustra sua abordagem é: "uma das preocupações da geografia da religião é entender como a paisagem se associa a um conjunto de sistemas religiosos". Essa afirmação destaca a interação dinâmica entre a religião e o espaço geográfico, ressaltando que as práticas religiosas não apenas produzem dinâmicas no espaço, mas também modelam sua própria configuração.

Neste contexto, Tuan (1979) também enfatiza a importância de não particularizar as religiões místicas e universalistas, discernindo entre o que constitui ou não um limite para a eternidade. Quando vista à luz da eternidade, a vida social no espaço perde sua relevância. "A experiência religiosa é capaz de elevar a pessoa a um plano transcendental, onde a estrutura e as distinções necessárias à ordenação da vida neste mundo não se aplicam" (Tuan, 1979, p. 16). Estamos diante de uma transição de uma estrutura real para uma surrealidade, ou seja, da vida cotidiana para o espaço sagrado. No entanto, é crucial para a Geografia da Religião considerar o espaço sagrado como um atributo da realidade espacial, moldado pelas experiências humanas.

Tuan (1979, p. 16) compreende que "o espaço sagrado é um espaço demarcado e diferenciado" marcado fisicamente por elementos como templos, altares, santuários, ou pode ser demarcado simbolicamente por meio de rituais, práticas religiosas ou significados culturais atribuídos a determinados lugares. Essa demarcação e diferenciação do espaço sagrado têm o propósito de conferir-lhe um status especial, reverenciado e reservado para atividades religiosas, contemplativas ou espirituais específicas.

Eliade (1992) enriqueceu a discussão ao sintetizá-la na tese da "hierofania", que se refere à manifestação do sagrado, nitidamente distinta do profano. Segundo o autor, essa distinção ocorre porque o sagrado se revela de forma suprema e com uma ordem diferenciada daquela que é comum no cotidiano. Essa distinção entre sagrado e profano é central na experiência religiosa do ser humano. Estudiosos das religiões frequentemente se deparam com os escritos desses autores, que oferecem conceitos e discussões sobre os modos de vivenciar o religioso. Compreender a prática humana nessa perspectiva tornou-se um aspecto fundamental dos estudos em Geografia da Religião nos últimos anos. Isso porque as implicações das religiões têm sido cruciais para examinar a orientação dos fenômenos religiosos, promovendo uma adesão à perspectiva da pluralidade religiosa global.

A partir do contexto plural, Stump (2008) conduz análises profundas sobre como as religiões se diversificaram ao se estabelecerem em diferentes localidades, resultando na emergência de uma multiplicidade de sistemas religiosos a partir de uma base comum. Ele fez observações enfáticas a respeito do controle exercido pelos grupos religiosos e como isso molda o espaço em várias escalas de uso. Além disso, os significados atribuídos aos diferentes espaços sagrados podem entrar em conflito e disputa por domínio. Essas observações destacam as interações entre religião e espaço geográfico, evidenciando como questões de poder, identidade e interpretação do sagrado influenciam a configuração e a dinâmica dos espaços religiosos.

Desta breve exposição, torna-se evidente que a religião não busca apenas uma compreensão do mundo, mas também sua própria formulação autoritária, emocional e difusora. Nenhuma forma de adjetivação é completamente capaz de capturar a complexidade da experiência religiosa. No entanto, um aspecto crucial a ser destacado é que as religiões se propagam por meio da persuasão, de sensibilidades que transcendem o comum e de eventos extraordinários. Estamos longe de esgotar os significados das religiões, como já mencionado, mas também não podemos subestimar sua dimensão espacial. Diante disso, é importante lembrar que há momentos de irrupção e orientação mundana no espaço sagrado, desempenhando funções interconectadas geograficamente na experiência religiosa. Essa interação entre o espaço físico e o sagrado revela a dinâmica complexa das práticas religiosas e sua influência na organização e significado do espaço.

## A GEOGRAFIA DA RELIGIÃO E O ESPAÇO SAGRADO

O enfoque na representação simbólica proveniente da religião é primordial na abordagem cultural em Geografia da Religião. São enfáticas as possibilidades de compreensão geográfica do conjunto de elementos simbólicos que se articulam para expressar uma narrativa terrena a partir dos movimentos culturais manifestados pela religiosidade. Esta visão de mundo, contida nas práticas humanas, é compartilhada. Isso constitui o imaginário nas dimensões simbólicas que identificam os sujeitos espaciais pelas suas interrelações sociais e políticas, sendo um dos desafios do geógrafo da religião. Uma questão que se pode ilustrar é a das organizações religiosas com dificuldades de se adaptarem ao tempo das diversidades e da relatividade religiosa, por isso, embora tentem

se renovar no interior de suas ações, acabam preservando seus valores conservadores em detrimento do modo de vida mais plural e laico.

O imaginário, neste caso religioso e mariano, é visto a partir dos processos que agem em sentidos contrários àqueles que são direcionados pelas forças do organismo, os "pulsos" e as "coerções", das direções sociais do mundo. Este sentido é um importante motor do imaginário que produz as imagens simbólicas, que fazem parte dos estudos culturais, especialmente quando se trata da relação entre corpo e imaginário. Durand (1989), em suas teses sobre imagens, noturnas (afastadas das regras humanas/cósmicas) e diurnas (obedientes às regras humanas/cósmicas), ajuda a enriquecer a compreensão geográfica dos comportamentos do corpo mediante as religiões.

Segundo Gilbert Durand (1989), o imaginário religioso é munido de símbolos diurnos ascensionais. Embora não seja mencionado pelo autor, no cristianismo, esses símbolos possuem uma direção apontada para cima, que verticalmente pretende alcançar o céu, como descrito por Eliade (1979), no simbolismo da escada e da montanha enquanto acessos cósmicos para outros mundos sagrados. Os vários títulos de Nossa Senhora possuem um sentido ascensional, já que os símbolos de suas aparições, em Fátima (Portugal) e em Guadalupe (México), estão envoltos por significados aerodinâmicos, ou seja, arquiteturas com torres pontiagudas apontando para cima, ou até mesmo representam a capacidade angelical de flutuar. Em suma, esses símbolos são aqueles que, pela fé, levam o homem para o alto, na busca pela divindade, e não se ajustam, estando em constante enfrentamento na vida terrena. Assistimos, desta forma, à verticalização dos impulsos corporais e à elevação do corpo, tanto na postura quanto na potência. Isso também é designado como isomorfismo do corpo, ou seja, a implicação da proximidade com a religião ou com a prática humana que preserva a vinculação corpo-religiosidade. Por isso, o corpo é isomorfo da geografia, ele se coloca a sentir a excitação do mundo a partir de sua posição geográfica, considerando a lateralidade da condição concreta (direita, esquerda, diagonal, baixo, cima, entre outros).

Na simbologia cristã da verticalização (na montanha, escada, ar e outros), o corpo ascende ao sentido e o sentido do corpo sem necessariamente haver uma presença tátil, pois a existência das coisas é conservada no "horizonte da vida", que nunca se realiza por completo, mas se atualiza a cada instante, sendo anterior a determinações e caracterizando-se por uma permanência incompleta (Merleau-Ponty, 1999, p. 121). Esse

dinamismo corporal implica no problema da experiência imaginada. Segundo Merleau-Ponty (1999, p. 279), é a percepção que se apresenta "a cada momento como uma (re)criação ou uma (re)constituição do mundo", e o horizonte aberto por ela, na ascensão ao mundo superior, revela-se como uma maneira particular de ser e fazer no espaço.

Na viagem ao espaço, de idas e voltas, de medidas e abstrações, o ponto de marcação imagética do corpo é a intencionalidade fundada na experiência espacial. Se antes havia um centro fixo ascensional, agora corresponde a um período de correlações com o seu entorno. O espaço, seja pelo ponto de vista religioso, sempre carecerá de considerações mais amplas, pois a qualquer momento poderá ser modificado pelo movimento humano, perdendo a coerência, a textura, a direção e a quietude, até mesmo mudando de nome. Esse ponto de vista é destinado a uma produção densa de significados provenientes tanto da orientação mundana quanto da sagrada, em outras palavras, do que é imaginado no plural, verticalizado, horizontalizado e centralizado. Essas possibilidades da abordagem geográfica correspondem à perspectiva durandiana do noturno, norteado pela poética dos espaços, pela recusa da busca pelo sagrado e pelas experimentações científicas diversas, apesar de ser complementar ao diurno, aquele mais regido pelo sagrado e pelos modelos científicos (Durand, 1989).

O geógrafo da religião, fundamentado pelo seu impulso espacial ou imaginações, lida com o "centro do mundo" – espaços de desígnio, sentidos, da trajetória humana na Terra. A centralidade, conforme Eliade (1992), é uma possível inclinação para o futuro das experiências religiosas que correspondem à "fundação do mundo" e têm valores cosmogônicos e humanos na criação do espaço sagrado. Essa é uma ideia conduzida pela perspectiva do sagrado, que influencia obras como as de Rosendahl (2008, e 2018). Os enfoques variam dos estudos de peregrinações no espaço à paisagem e território sagrados. Em comum, os geógrafos da religião mantêm esse traço, aumentando as possibilidades investigativas. A especificidade das abordagens sobre os estudos das experiências religiosas parte de infinitas manifestações religiosas, desde cibernética até cultos a deidades vivas, daí a urgência da diversidade de temas.

O componente espacial da religião é indispensável nesta tomada de consciência, resultando do engajamento dos estudos de Geografia. Esse fato permite, de certa maneira, compreender a possibilidade de os geógrafos se dedicarem ao estudo das religiões sem, no entanto, esquecerem o espaço, que está envolvido nas representações

das experiências humanas (Rosendahl, 2008). É inegável que esse tipo de discussão teve efeitos na Geografia Cultural e, consequentemente, na Geografia da Religião. Aceitando o convite para pesquisar e dar atenção aos significados religiosos do espaço sagrado, com especificidade para a paisagem, Souza (2017) realizou um estudo das devoções religiosas e dos sentidos das experiências de peregrinação a pé, ligado a uma romaria.

A condição de sagrado do espaço fornece alguns dos fundamentos para uma compreensão imagética daquilo que está ao alcance da pesquisa. Assim, as manifestações do sagrado no espaço estão presentes tanto nos lugares sagrados, como santuários, templos e outros, quanto na vida cotidiana. A sacralidade espacial corresponde a uma experiência que envolve eventuais acontecimentos, aparições e milagres. No contexto, há uma variedade de espaços sagrados onde o sagrado de alguma maneira se manifestou (Rosendahl, 2018). A religiosidade, que não se restringe à sacralidade, é importante porque se manifesta de diversas maneiras, como entendido por Corrêa (2007), nas formas simbólicas espaciais. Essas formas são observadas por meio de significados religiosos que "extrapolam a escala local, regional ou nacional, podendo referir-se a eventos e personagens de expressão internacional" (Corrêa, 2007, p. 9).

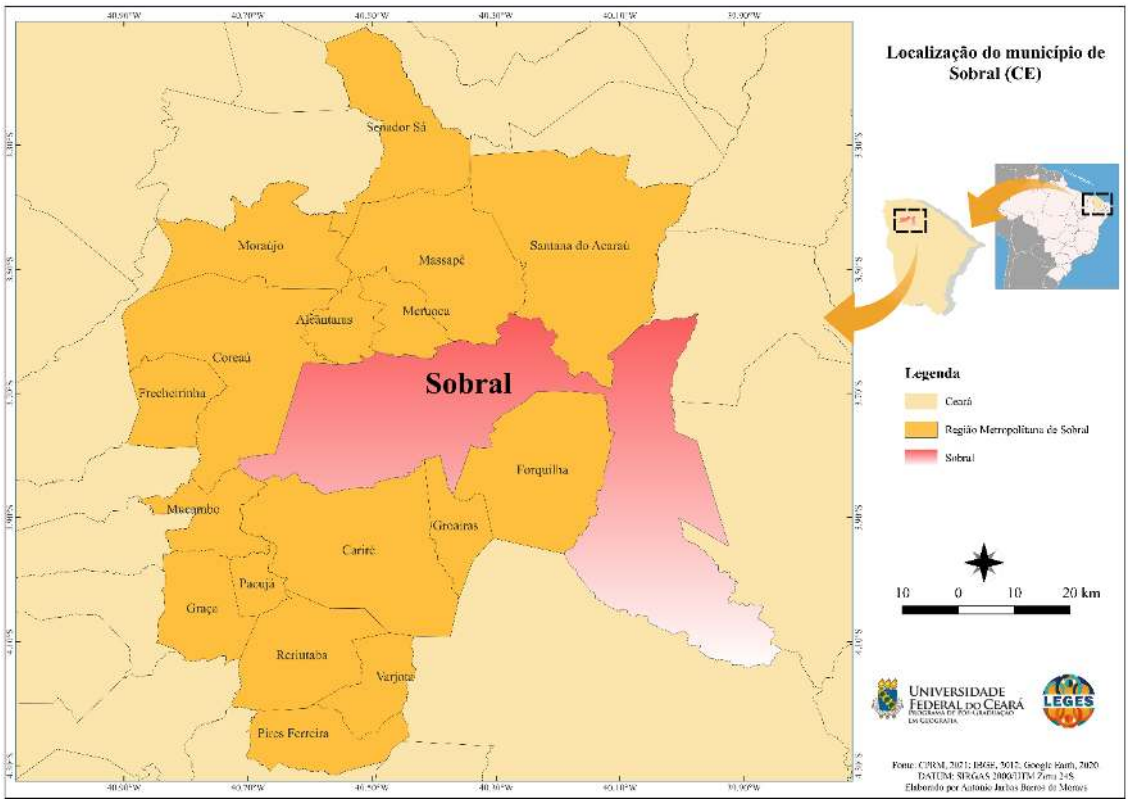
O tratamento conceitual, categórico e sistemático do espaço sagrado, embora transcendental, social, político e religioso, continua sendo um paradoxo. É desafiador iniciar um debate quando quase sempre nos deparamos com ideias concisas, preâmbulos, correntes e áreas restringidas pelas responsabilidades institucionais de seguir uma argumentação social promissora. Trata-se de buscar (inter)relações, dentro ou fora da Geografia, incentivando a ampliação do repertório de compreensões das realidades espaciais. A experiência religiosa, por exemplo, levanta questões sobre a fé como parte da existência humana no espaço. Essas questões também têm implicações político-críticas sobre a exclusividade cósmica, como o exemplo de Nossa Senhora para o catolicismo e outras experiências espaciais marianas.

## EXPERIÊNCIAS ESPACIAIS MARIANAS DE SOBRAL (CE)

O município de Sobral está localizado na zona norte do estado do Ceará e compõe a Região Metropolitana de Sobral desde 2016, sendo a cidade sede (Figura 1). Em função de seu contexto histórico e econômico, Sobral é um centro de planejamento e gestão, reconhecido pelo estado pela Lei Complementar nº168, de 27 de dezembro de

2016 (CEARÁ, 2016). Isso coloca Sobral em uma perspectiva vitoriosa, concebida pela sociedade local, especialmente pelos governantes e famílias tradicionais. Freitas (2000) chama a atenção para o "mito da sobralidade", uma construção cultural que envolve homenagens aos "heróis" fundadores, criando uma imagem do município como polo difusor de padrões comportamentais, envolvimento político, econômico, intelectual e religioso, tanto localmente quanto nacionalmente, e integrando-se à realidade contemporânea internacional.

**Figura 1** – Localização do município de Sobral (CE)




**Fonte:** Moraes (2023).

Essa dimensão de atenção à ideia de sobralidade está associada à representação da devoção e centralidade mariana no espaço sagrado (Eliade, 1979). O projeto para engrandecer o movimento patrimonial e devocional da cidade em nome da religiosidade reforça a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Ela é representada na catedral da Sé como um símbolo colonial (pelourinho) na frente e um símbolo cristão (Cruz) entre as torres (Figura 2), onde as manifestações marianas são direcionadas à padroeira do município.

**Figura 2** – Igreja de Nossa Senhora da Conceição, catedral da Sé de Sobral (CE)



**Fonte:** Acervo do autor, 2022.

Outro local de referência mariana é o Arco do Triunfo, inaugurado em 1953 em homenagem à passagem da imagem peregrina de Fátima por alguns municípios do estado do Ceará. O Arco de Fátima (Figura 3), localizado na Avenida Doutor Guarany, foi uma ideia do bispo Dom José Tupinambá da Frota (BRASIL, 2017). O monumento, conhecido como Boulevard do Arco, possui uma frente voltada para a cidade e a parte de trás corresponde à chegada da imagem peregrina. A cidade de Sobral foi uma das contempladas com a peregrinação religiosa de Fátima. O monumento e a avenida são atrações turísticas tanto para visitantes religiosos quanto não religiosos, além de serem locais de encontro para diferentes grupos sociais (Moraes, 2022).

**Figura 3 –** Arco de Nossa Senhora de Fátima de Sobral (CE)



**Fonte:** Acervo do autor, 2022.

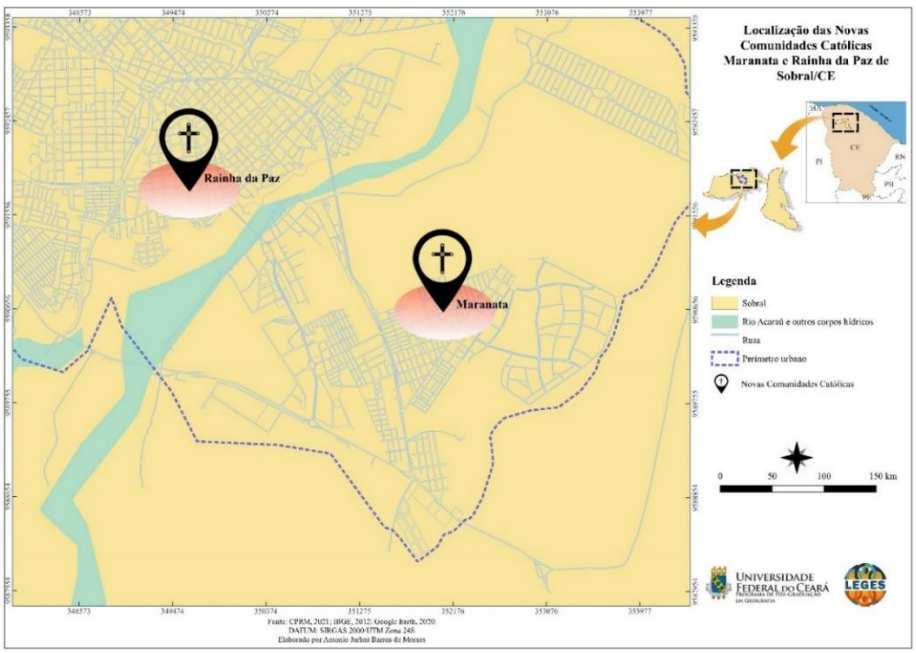
Além da representação imagética dos dois locais com alusão à devoção mariana, a Catedral da Sé e o Arco de Fátima, representados por meio de fotografias, e do heroísmo sobralense presente na cidade, coexistem questões políticas e religiosas (Moraes, 2023). No primeiro, destaca-se a centralidade da Catedral da Sé, que tem o título de Nossa Senhora da Conceição como marco da devoção municipal. A compreensão se amplia com o discurso mariano presente na cidade, contribuindo para a difusão do sagrado no espaço geográfico (Rosendahl, 2018). Isso resulta em inúmeras referências à Nossa Senhora, desde grandes templos até pequenas capelas, como também no segundo exemplo, nos arcos. Embora tenham sido abordados alguns dos inúmeros significados que envolvem a devoção mariana, cada um desses monumentos merece uma análise mais aprofundada. Eles continuarão a carregar significados contínuos, influenciados pela dinâmica econômica, política e religiosa, assim como por suas formas geométricas e posição espacial.

É na religião – isto é, na experiência religiosa do mundo – que se concebe algum sentido da vida religiosa. Pode-se encontrar alguma semelhança com o pensamento durandiano sobre o simbolismo do sagrado geométrico, presente nos dois monumentos, tanto na catedral quanto no arco (Durand, 1989). A geometria do mundo está em toda parte, desde objetos domésticos e adornos sagrados até grandes templos religiosos. No mundo religioso, nos deparamos constantemente com contornos que simbolizam, por exemplo, a frente da Sé, posicionada para a área de maior evidência urbana da cidade, com uma base elevada acima das edificações do entorno. Essa posição histórica é hierárquica e uma referência da arquitetura imponente (Araújo, 1978). Já o arco, com sua arquitetura retangular e arqueada ao meio, tem sua frente voltada para a área de importância urbana comercial, com a imagem de Nossa Senhora de Fátima no topo. A ressignificação destes monumentos de acordo com o período do dia representa a variabilidade ilimitada de significados, sempre possível de ser vista a partir da imaginação geográfica das experiências marianas. Esses elementos corroboram o componente espacial, sendo tanto das anteriormente elencadas quanto daquelas que foram possíveis a partir do campo de estudo junto às Novas Comunidades Católicas (NCCs).

## A EXPERIÊNCIA ESPACIAL DAS NOVAS COMUNIDADES CATÓLICAS MARANATA E RAINHA DA PAZ DE SOBRAL (CE)

As comunidades Maranata e Rainha da Paz, de Sobral (CE), têm suas origens no movimento carismático, que se expandiu fortemente pelo mundo desde sua origem norte-americana, influenciado pelo Concílio Vaticano II (CONCÍLIO VATICANO II, 1965). É uma mobilidade espacial diversa, com vitalidade crescente à medida que aumenta suas conexões, relações e controles (Stump, 2008). No entanto, a vida religiosa nessas comunidades revela relações particulares, que ainda buscam definições em um contexto espacial carismático já consolidado. Apesar de uma delas ter ações municipais e a outra se voltar para missões mais difusas, cada uma dessas associações se ajusta ao contexto no qual estão inseridas. O imaginário religioso dessas experiências marianas corrobora a produção de significados do espaço sagrado (Rosendahl, 2018; Souza, 2017) e influencia a produção de dinâmicas políticas que reforçam, segundo Oliveira (1999), dinâmicas complementares sacro e profanas, entendidas por ele como sacro-profanas. Assim, compreendemos essas dinâmicas em perspectiva plural, orientando-nos a partir do que é produzido nas vivências. O mapa de localização situa as comunidades no contexto da cidade (Figura 4).

**Figura 4 –** Localização das Novas Comunidade Católica Maranata e Rainha da Paz de Sobral/CE




**Fonte:** Moraes (2023).

A Nova Comunidade Católica Maranata está localizada na Rua Raimundo Rodrigues, no bairro COHAB II, em Sobral. Segundo informações obtidas nas vivências, o fundador teria recebido o primeiro chamado por volta de 1997. A comunidade está situada a aproximadamente 3 quilômetros do centro comercial e sua realidade religiosa não se resume à demarcação social de um bairro periférico e à autossustentabilidade proveniente de suas práticas coletivas, mas é também resultado da dedicação integral de seus membros. A manutenção da infraestrutura física da associação, incluindo reparos na eletricidade, compra de cadeiras e outros itens, é possível graças à arrecadação de doações de membros e simpatizantes. As atividades da comunidade estão localizadas na paróquia Nossa Senhora de Fátima, na mesma cidade. Suas missões evangelizadoras ocorrem principalmente nas paróquias da diocese e nas capelas vinculadas, especialmente à paróquia de Fátima. O modo de evangelizar é inspirado em uma experiência de dedicação, até seu reconhecimento clerical, por meio da criação do estatuto da comunidade. O estatuto foi aprovado em 1º de maio de 2009, para um período experimental de cinco anos, prorrogado por mais três anos, em 2014, mas o reconhecimento diocesano só ocorreu em 27 de maio de 2022 (DIOCESE DE SOBRAL, 2022).

A sede da Nova Comunidade Católica Rainha da Paz, diferente da Maranata, está localizada no bairro Centro de Sobral, na Rua Coronel Estanislau Frota. Esta comunidade nasceu em 28 de fevereiro de 1989, motivada por um grupo de oração da Renovação Carismática Católica, na paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio. A sede possui um amplo pátio de convivência, com cobertura, lanchonete, loja de adereços religiosos, auditórios, duas capelas, bebedouros, segurança, alguns banheiros e certamente há outros compartimentos aos quais não foi possível ter acesso. A infraestrutura física é mantida com a contribuição mensal de 10 por cento do saldo mensal dos membros. A arrecadação, chamada de sinal de partilha, está intimamente relacionada à prática simbólica de devolução monetária como gratidão à divindade pelas bênçãos alcançadas pelos fiéis. A difusão da missão – levar paz ao mundo – da associação católica vai além da perspectiva local, pois além de Arataiaçu, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda, distritos e a sede, em Sobral (CE), está em Acaraú (CE); Alcântaras (CE); Meruoca (CE); Pires Ferreira (CE); Varjota (CE); Forquilha (CE); Fortaleza (CE), em Olinda (PE); Mosqueiro (PA); e na França (RAINHA DA PAZ, 2022). Segundo contaram membros,

a associação católica tem o reconhecimento pontifício, da Santa Sé, desde 2005. Eliade (1992) buscou compreender a experiência do Homo religiosus/Homem religioso, neste caso, não é um acontecer religioso que se manifesta, dando qualidade sagrada ao espaço, porém importa tanto pela mobilidade política institucional quanto pelo encontro dos membros com uma busca constante por realizações pessoais; é isso que compreendemos a partir de Merleau-Ponty (1999) como permanência incompleta e horizonte de vida. É relevante considerar a própria maneira de se organizarem religiosamente, em torno das práticas devocionais que sacralizam e politizam suas buscas no espaço.

Além dessa questão de demarcação, é preciso lembrar que há o sujeito espacial membro que encarna a lógica comunitária como o seu modo de ser, de fazer e de viver a fé (Rosendahl, 2018). O mapa (Figura 5) corresponde à compreensão correlacionando movimentos devocionais, comunidades e significados singulares e plurais das dinâmicas espaciais motivadas pela Maranata e Rainha da Paz. Cada característica, elemento do mapa, existe individualmente, mas seus contatos são inevitáveis na composição de relações mais extensas e complexas, como o triângulo que se movimenta em contato com as demais gerais e específicas das comunidades.

**Figura 5** – Mapa Devocional das Novas Comunidades Católicas Rainha da Paz e Maranata de Sobral (CE)




**Fonte:** Moraes (2023).

**- Renovação Carismática Católica:** em duas colunas na cor verde, refere-se ao movimento originário católico com aproximação aos elementos pentecostais, sejam eles as performances animadas das liturgias, revelações, línguas e dom pessoal do encontro com a divindade. A esse respeito, Stump (2008) reforça o que seria o esforço dos grupos religiosos por controlar o espaço secular.

**- Vida:** na seta dupla, inter-relacionada com a realidade carismática, representa a busca pela autorrealização. Isso dependerá da disponibilidade de cada um ao idealizar a trajetória de vida religiosa, poderá chegar cada vez mais próxima da perfeição de vida no sagrado. Vai além de uma coletividade humana que almeja superar as dificuldades sociais; leva-os à busca pela realização de um projeto que exalta a vida religiosa (Souza, 2017).

**- Vocação:** Também na forma geométrica, a seta dupla exprime os processos de formação pelos quais cada membro deve passar até atingir a consagração. Alcançada essa condição, exige-se a obediência ao carisma, normalmente atrelado a um membro que possui uma retórica cativante e caráter político eclesial forjado entre a comunidade e a Igreja. A compreensão da diversidade de significados simbólicos permitiu considerar a vida religiosa em comunidades, amparada pelo modo de ver de Corrêa (2007), como produtora de formas simbólicas espaciais e do seu contexto simbólico em Sobral.

**- Maranata:** Em um triângulo na cor verde clara, compreende-se o modo de viver da Maranata. É o imaginário religioso comunitário direcionado diretamente ao "criador", que diz respeito à busca incessante pela santidade e à afirmação ambígua que revela tensões entre comunidades que têm ou não reconhecimento eclesiástico. Ocorre que as práticas da comunidade estão situadas naquilo que Durand (1989) chamou de diurno, com apelo sacramental; todavia, também não dispensam o noturno, pois necessitam lidar com a frente conservadora da Igreja e com disputas internas e entre organizações religiosas.

**- Rainha da Paz:** Em outro triângulo relacionado diretamente com o anterior, corresponde ao intercruzamento devocional mariano da realidade originária à singularidade carismática, vivenciada na Nova Comunidade Católica Rainha da Paz de Sobral. Seu nome deriva diretamente das aparições da Virgem Maria em Medjugorje, na atual Bósnia. Todas as outras formas geométricas estão em uma posição inferior a esta,

não porque são, hierarquicamente, menos importantes, porque são o sustentáculo da comunidade.

**- Rituais religiosos das Novas Comunidades:** em elipse, em contato com características gerais (os carismáticos) e específicas (devoção mariana e santos baluartes), correspondem às experiências religiosas das Novas Comunidades, aos ritos performáticos que são praticados pelos membros. Essas ações celebrativas e corpóreas, coreografias e comunicação em línguas, grupos de orações e reuniões, formação e consagração são parte da obra comunitária político-religiosa. Esse é o instante em que o corpo assume a condição de isomorfo, ele se confunde com a geografia e a geografia com o corpo (Durand, 1989). Assim, ter um corpo consagrado é diferente de um conservadorismo estático; em uma condição autoafirmativa, é novo, mas conserva seus interesses que estejam voltados aos estatutos comunitários.

**- Devoção Mariana:** em um retângulo arredondado na cor azul-marinho, destaca-se um dos diferenciais entre a Renovação Carismática Católica (RCC) e o pentecostalismo, pois ela se justifica na obediência à Igreja, na prática do sacramento batismal e do livre arbítrio. Por isso, no catolicismo, Maria é a divindade que intercede pela humanidade, e no caso do carismático, vive-se a devoção de forma mais ou menos acentuada. Isso diz respeito ao fato de que Maria não é a única referência devocional para os carismáticos, ampliando as possibilidades de domínio espacial (Oliveira, 1999).

**- Santos Baluartes:** repetindo a forma geométrica e a cor anterior, apresenta-se a orientação divina, base, alicerce e motivação para a construção da vida espiritual dos membros na comunidade. A Rainha da Paz tem como Baluartes São Francisco, Santa Clara e São João Paulo II. E a Maranata, São João Maria Vianey. Ainda que a devoção mariana seja a orientação crucial do catolicismo, essas são as referências de santidade que singularizam e sacralizam tal religiosidade, que, como diz Tuan (1979), são demarcações diferenciadas.

**- Missão Católica:** Em um retângulo emoldurado e de cor verde, representa um projeto maior de secularização da Igreja, apoiado em suas intenções geopolíticas, que agrega outras práticas religiosas com vistas à manutenção do sagrado de acordo com cada temporalidade e diversidade (Rosendahl, 2018). Mas também está relacionado ao valor simbólico de uma manifestação cultural em si ou ao "dom do carisma", onde se reivindica o reconhecimento de um carisma pela Igreja, sendo o ponto de partida para a fundação de

uma nova comunidade e para alcançar mais controle sobre o espaço e adeptos ao catolicismo.

O comportamento do mapa cognitivo se traduz na pluralidade de significados geográficos inerentes à devoção mariana no espaço sagrado. A dimensionalidade das cores, conceitos e formas geométricas se articula para proporcionar uma compreensão possível da manifestação religiosa. O ordenamento devocional expressa a centralidade de Nossa Senhora para o catolicismo, a excitação dos carismáticos em obedecer à lógica interna da Igreja e a continuidade da devoção mariana ou marianismo instituído em lugares fora dos grandes templos dedicados a diversas denominações de Nossa Senhora. Além disso, a exposição multicolorida, geométrica, sobrenatural e política significa, intersetorialmente, alguns significados espaciais singulares da experiência mariana estudada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Novas Comunidades Católicas (NCCs), neste caso, Maranata e Rainha da Paz de Sobral (CE), poderiam ser estudadas sob diferentes abordagens e premissas científicas, com uma perspectiva crítico-social. Contudo, nesta abordagem, o contexto imagético, as representações dos membros das comunidades e a forma de viver coletivamente foram aspectos fundamentais na pesquisa. A revisão teórica, a metodologia e as experiências dão conta das escolhas. Não se pode esquecer que a metodologia usada, possibilitou perceber o componente espacial da manifestação religiosa. Ao passo que as intenções foram escritas, também foram mapeadas. Neste texto, além dos mapas cartográficos cartesianos, foi apresentado um mapeamento devocional, que diz respeito ao comportamento religioso e devocional, apoiado em questões políticas e ontológicas comunitárias que dão sentido à comunidade.

O mapa contribuiu para ampliar o conceito de mapeamento, inclusive considerando a circunstância representacional, abrangendo a discussão cartográfica para o cognitivo, suscitando uma representação espacial do imaginativo para formas gráficas. Portanto, aquilo que foi produzido em um pensamento cartográfico cartesiano não é dispensado; pelo contrário, é incorporado no mapeamento cognitivo, resultando assim em mapas das experiências, como os produzidos nesta pesquisa (Moraes, 2023).

Estudar as comunidades foi um esforço para produzir um olhar geográfico em escalas multidimensionais. Elas estão no contexto urbano sobralense, influenciando e recebendo influências da cidade. Além disso, elas são uma célula da política diocesana do município, mas também são dotadas de um apelo popular que agrega modos de viver a fé, mais próximos de uma rotina hierárquica e envolvendo uma parcial liberdade de encontro com a sacralização. E, vez por vez, se projetam com autonomia religiosa, da comunidade para os membros e vice-versa, sem ter um processo evangelizador diretamente vinculado à hierarquia da Igreja.

A vida religiosa nas comunidades produz um fenômeno religioso que constitui o componente espacial. Esse fenômeno é amplo e é produzido por essas frentes sociais, católicas e cotidianas. Por isso, reconhece-se que algumas questões discutidas são razões para retornos futuros. Os debates sobre essas questões aguçam a possibilidade de continuidade.

## REFERÊNCIAS


ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **História Cultural Sobralense**. Imprensa Universitária: Sobral, 1978.

BRASIL. **Catálogo**. 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=437050&view=detalhes. Acesso em: 6 jul. 2021.

CEARÁ. **LEI COMPLEMENTAR Nº168. 2016**. Disponível em: http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2017/06/LC-168-2016-Regi%C3%A3o-Metropolitana-de-Sobral.pdf. Acesso em: 02 dez. 2022.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. **Documentos do Concílio Vaticano II. Vaticano**: 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 19 nov. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Formas simbólicas e espaço** – Algumas considerações. Aurora - Geography Journal, v. 1, n. 1. p. 11-19, 2007. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/aurora/article/view/1680. Acesso em: 13 jun. 2022.

DIOCESE DE SOBRAL. **Decreto de aprovação do Estatuto e Reconhecimento Canônico da Associação Comunidade Católica Marana Tá**. Cúria Diocesana, 2022.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. 1. ed. Lisboa: Presença, 1989.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**. 1. ed. Lisboa: Arcádia, 1979.

FREITAS, Nilson Almino de. **O Mito da "Sobralidade Triunfante".** *In:* FREITAS, Nilson Almino de. Sobral: Opulência e Tradição. 1. ed. Edições UVA: Sobral. 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto R. de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORAES, Antonio Jarbas Barros. O marianismo situado no espaço geográfico de Sobral, Ceará. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 11, n. 25, p. 222–236, 2022. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/13585. Acesso em: 26 jan. 2023.

MORAES, Antonio Jarbas Barros de**. Espaço-imagético religioso: experiências marianas das novas comunidades católicas Maranata e Rainha da Paz da diocese de Sobral (CE)**. 2023. 168 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

OLIVEIRA, Jefferson Rodrigues de. **O *on* e o *off* da fé na hipermodernidade: a religião e as novas interfaces do sagrado na era 2.0: O exemplo no Vale do Paraíba (SP).** 2017. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **Caminhos da festa ao patrimônio geoeducacional**: como educar sem encenar geografia?. 1. Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de**. Um Templo para Cidade-Mãe: a construção mítica de um contexto metropolitano na Geografia do Santuário de Aparecida-SP.** 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23052017-111101/. Acesso em: 08 jun. 2020.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião**: Uma abordagem geográfica. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

ROSENDAHL, Zeny. Os caminhos da construção teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião. *In:* ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Espaço e Cultura: Pluralidade Temática**. 1. ed. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2008.

ROSENDAHL, Zeny. **Uma procissão na geografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. 408p.

SMITH, Jonathan Z. *et al.* Religion, religions, religious. *In:* TAYLOR, Mark C. *et al.* **Critical terms for religious studies**, Chicago: University of Chicago Press, p. 269-284, 1998.

SOPHER, David Edward. Geography and religions. **Progress in Human Geography**, v. 5, n. 4, p. 510-524, 1981. Disponível em: https://doi.org/10.1177/030913258100500402. Acesso em: 06 jun. 2022.

SOUZA, José Arilson Xavier. **Espaços de peregrinação: ver e sentir o sagrado na Romaria de Nosso Senhor do Bonfim – TO.** 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

STUMP, Roger W. The geography of religion: faith, place, and space. **Lanham**, Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

TUAN, Yi-Fu. Sacred space: Exploration of an Idea. In: BUTZER, K. (org.). Dimension of human geography. **Chicago**: The University of Chicago/Department of Geography, 1979.

Recebido em dezembro de 2023.

Revisão realizada em abril de 2024.

Aceito para publicação em agosto de 2024.

# ESPAÇO E MEMÓRIA: PAISAGENS E ENTREOLHARES NO DOCUMENTÁRIO *O BOTÃO DE PÉROLA*

# SPACE AND MEMORY: LANDSCAPES AND PERSPECTIVES IN THE DOCUMENTARY *THE PEARL BUTTON*

# ESPACIO Y MEMORIA: PAISAJES Y PERSPECTIVAS EN EL DOCUMENTAL *EL BOTÓN DE NÁCAR*

**Helena Augusta da Silva Gomes**
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
helena-gomes.hg@ufvjm.edu.br

## Destaques

- Um espaço em cena construído por olhares. São elas, as imagens, expressões de um mundo visível que quer ser partilhado, mediante a imagem e a cena: formação olhares compartidos.

- As paisagens do mundo são por nós construídas. Elas nos atravessam, sempre, por sensações e percepções individuais. Há, no entanto, a possibilidade de uma partilha de um olhar em comum, coletivo.

- Rememorar é colocar em perspectiva, em interpretação. Elaborar certas memórias a partir de imagens parece requerer uma escrita fílmica próxima do ensaio.

**RESUMO**

O presente artigo estuda e interpreta o espaço cênico e histórico do documentário *O botão de pérola*, do chileno Patricio Guzmán, lançado no ano de 2015. A forma ensaística, própria do olhar de Guzmán, constrói a cena do filme como um espaço em cena, a partir do espaço filmado e dos eventos históricos evocados na narração e na memória. Em cena, um novo espaço é criado, um espaço-paisagem-cena, como um imbricamento entre de materialidades dos ambientes filmados, ações dos sujeitos filmados e os grandes eventos de vários estratos de tempo da história do Chile. Partindo de elementos, muitas vezes, estudados e enquadrados no campo de uma "ciência natural", como o oceano, o deserto e a cordilheira, Patrício Guzmán constrói narrativas espaciais e historiográficas através da imagem.

**Palavras-chave:** Paisagem. Espaço. Memória. Cena. Guzmán.

**ABSTRACT**

This article studies and interprets the scenic and historical space of the documentary The Pearl Button, directed by Patricio Guzmán, released in 2015. The essayistic form, typical of Guzmán's perspective, constructs the film's scene as a space in the scene, through the filmed space and the historical events evoked in his narration and through the memory. In the scene, a new space is created, a space-landscape-scene, as an overlap between the materialities of the filmed environments and the actions of the filmed subjects and the major events from various events of Chile's history. Through elements often studied in the field of a "natural science", such as the ocean, the desert and the mountain range, Patrício Guzmán constructs spacial and historiographic narratives through images.

**Keywords:** Landscape. Space. Memory. Scene. Guzmán.

**RESÚMEN**

Este artículo estudia e interpreta el espacio escénico e histórico del documental *El botón de nácar*, de Patricio Guzmán, estrenado en 2015. La forma ensayística, propia de la perspectiva de Guzmán, construye la escena del filme como un espacio en la escena, desde el espacio filmado y de los hechos históricos evocados en la narración y a través de la memoria. En escena, se crea un nuevo espacio, un espacio-paisaje-escena, como una superposición entre las materialidades de los ambientes y las acciones de los sujetos filmados y los principales acontecimientos de diversos eventos temporales de la historia de Chile. A partir de elementos, muchas veces estudiados en el campo de las "ciencias naturales", como el océano, el desierto y la sierra, Patrício Guzmán construye narrativas espaciales e historiograficos a través de la imagen.

**Palabras clave**: Paysaje. Espacio. Memoria. Escena. Guzmán.

## A HISTÓRIA, A IMAGEM

Nos primeiros momentos do documentário *O botão de pérola*[1] nos aparece um cubo cristalino transparente que, iluminado por uma luz artificial, contrasta com um fundo escuro de estúdio. No interior do cubo, manipulado gentilmente por uma mão anônima, vemos algumas solitárias gotas de água líquida comprimidas entre arranjos moleculares sólidos — encadeamentos minerais — que constituem a inteireza das camadas do fragmento de quartzo que é dado a ver (Figura 1). Percebemos, por sensibilidades, uma arquitetura que estrutura a filmagem: eis a cena inicial do filme. Ela

[1] O filme "O botão de peróla" pode ser assistido a partir do seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=zhksqh5P3xc. Acesso: 11 de junho de 2023.

apresenta um elemento fundamental, a água. Será ela nosso guia pelos meandros da narrativa?

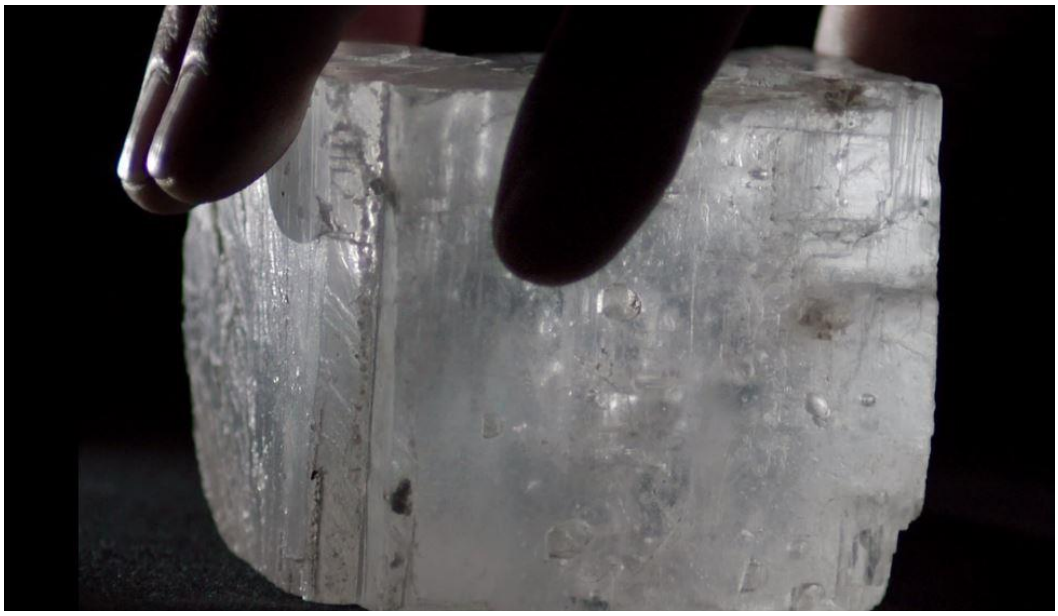
Pela narração em voz *over*[2] que acompanha tais imagens, sabemos: formado há três mil anos atrás, tal cristal foi encontrado no mais árido deserto da Terra, o Atacama, no Chile. É esse um dos locais mais privilegiados da superfície terrestre para as visadas sobre os alhures universais e onde, hoje, estão instalados enormes satélites que perscrutam a presença de água em outros planetas, sistemas solares e nebulosas.

Nas seguintes imagens do filme, as águas da costa oeste sul-americana são capturadas e fluem *pacificamente*. Há, ainda, a voz que continua a ressoar e que acompanha as imagens. É esta narração — terna e reflexiva — que nos apresenta e conduz aos movimentos marítimos e nos propõe à contemplação dos planos que captam a lenta fluidez de um gigante corpo d´água oceânico e os segredos, que, por ventura, guarda. O interlocutor que nos interpela parece querer se abrir a uma partilha, construir um olhar conjunto.

Integrando esses planos iniciais do filme, movimentos vacilantes e lentos das águas filmadas parecem estreitar laços cambiantes de uma história e querer formar ligações. Seriam talvez pontes a serem estreitadas, por meio da cena? O encontro da voz que nos vem com as capturas imagéticas apresentadas, está a tatear a atualização de uma história. O movimento da imagem parece, também, querer ligar os movimentos hídricos à história, de modo a revolvê-la e reapresentá-la, perfazendo sua possível reelaboração, mediante a imagem. A voz em *over* continua a ressoar em cena, refletindo sobre as matérias terrestre e cósmica: “A água é um órgão mediador entre as estrelas e nós”.

[2] Essa se caracteriza pela voz inserida na pós-produção das imagens, diferente da voz em *off*, aquela proferida por alguém que está presente no momento das filmagens, porém fora de campo, fora da vista do espectador.

**Figura 1:** Cubo cristalino. *Frame* de cópia digitalizada de *O botão de pérola*.



**Fonte:** captado pela autora (2024)

Partindo de elementos, muitas vezes, estudados e enquadrados no campo de uma "ciência natural", como o oceano, o deserto e a cordilheira,[3] Patrício Guzmán constrói fios narrativos historiográficos, tramas espaciais feitas de inúmeras linhas de força constituidoras da experiência chilena contemporânea, que dispersas, requerem um *certo olhar*.

Aqui, a imagem do filme é estabelecida como um espaço feito em cena, um meio atravessado pela matéria filmada e pela história narrada. Outrossim, ela se constrói por uma visada entremeada de perspectivas diversas tecidas entre as narrativas possíveis sobre o espaço. Um espaço em cena construído por olhares. São elas, as imagens, expressões de um mundo visível que quer ser partilhado, mediante a imagem e a cena: formação olhares compartidos, assim.

[3] Esses são os elementos centrais dos três filmes que constituem o mais recente conjunto de obras do cineasta chileno Patrício Guzmán. A trilogia de filmes tateia um encontro e o entendimento sobre uma história natural, a colonização e a mais recente ditadura militar no Chile, em direção a uma elaboração dessa longa memória. O cineasta filma, em 2010, *Nostalgia da luz*, seguindo por *O Botão de Pérola*, em 2015 e finalizando com *A Cordilheira dos Sonhos*, em 2019. Anteriormente, Guzmán, já havia se estabelecido como documentarista em seu país, tendo a maior parte de sua produção realizada em seu exílio entre a Espanha, Cuba e, sobretudo, na França, em decorrência do golpe militar no Chile.

O espaço da cena, assim como o espaço social — conjuntamente formado, a partir de suas fisicalidades e, também, do dinamismo que o movimentam e dão vida[4] — é entendido para além da dimensão cênica em campo, abarcando todos os movimentos que fazem o filme existe, dentro e fora da imagem.

## NOSSAS IMAGENS: AS PAISAGENS

As paisagens do mundo são por nós construídas. Elas nos atravessam, sempre, por sensações e percepções individuais. Há, no entanto, a possibilidade de uma partilha de um olhar em comum, coletivo. De paisagens compartilhadas. Recorte espacial da pele do mundo, a ideia de paisagem[5] se nos apresenta, quase sempre, pela perspectiva de um horizonte, fronteira-espaço que, antes de limitação, possibilidade de abertura, vivida através do corpo:

> A paisagem é o evento do horizonte. Mas o horizonte exprime aqui muito além da existência de mundos longínquos. Esse termo tem um alcance ontológico tanto quanto epistemológico. Remete à parte de invisível que reside em qualquer visível, a essa dobra incessante do mundo que faz do real, definitivamente, um espaço inacabável, um meio aberto e que não pode ser totalmente tematizado. O horizonte é o nome dado a essa potência de transbordamento do ser que se apresenta na paisagem. (Besse 2014, p. 50).

No âmbito da representação a forma moderna da paisagem, a partir de sua construção cênica, muitas vezes relaciona-se à modulação do olhar e da arte. E...:

> [...] se atualmente se admite que a ideia de paisagem e sua percepção dependem da apresentação que se fez delas na pintura do Ocidente no século XV, que a paisagem só aparece 'natural' ao preço de um artifício permanente, resta muito a fazer para defender e dar continuidade a essa posição e ampliar seu alcance até a época inteiramente contemporânea, no próprio momento em que estão em fase de constituição abordagens sensivelmente diferentes da natureza, do real e de sua imagem. (Cauquelin, 2007, p.7-8).

[4] Essa ideia de espaço como um conjunto de fixos e fluxos é trabalhada por Milton Santos no conjunto de sua obra por exemplo em Santos, 1997, quando elabora a ideia de relação entre objetos e ações que constituem o espaço.

[5] São algumas as conceituações de paisagem dentro da geografia humana, ainda que consideremos autores importantes como Santos (1997) que a associa a "configuração espacial", na sua distinção quanto ao conceito de espaço, seguimos um pensamento que a entende por formas representativas e imagéticas dos espaços, experimentadas nos lugares do mundo. Assim, pensamos como Cássio Hissa: "Desde o primeiro movimento de sua existência, o corpo — olhos de corpo, corpo que sente e pensa — é a consciência da existência imagética e cultural da paisagem. Talvez, ainda mais, a paisagem é o corpo a experimentar e a pensar a paisagem" (Hissa, 2009, p. 53-54).

Partilhada sensivelmente pela imagem, a paisagem é mediada no ato fílmico, através de discursos, histórias, lugares e o aqui e agora do documentário, que se reúnem e se reorganizam, por entreolhares, através das cenas. Uma voz que oscila entre o sussurro e a eloquência, endereça questões à história e reúne discursos de sujeitos e fatos que a indagam. Essa voz punge, também, o espectador e o implica na história.

As imagens aqui trazidas são elementos visuais, também táteis, quase manipuláveis, que se mostram a partir de sua materialidade. Parecem ser, além das formas que conhecemos e que conferimos às águas, maneiras de se aprofundar. Um mergulho, talvez. Poderia certa memória ser inscrita na paisagem de uma cena, ou antes, uma arquitetura de imagem-paisagem pensada sob a luz de uma certa memória, e ainda, a partir de um certo olhar?

A memória, como nos lembra José D'Assunção Barros (2011), hoje é concebida para além de sua antiga relação a um campo estático, não dinâmico, oposto à história e à historiografia. Ressignificada dentro das ciências humanas, hoje é lida na importância de sua vocação narrativa, interpretativa, trazida à vida pela linguagem.

> A questão da Memória como aberta a uma dialética de lembrança e esquecimento, aliás, deixa aqui de ser limitação para a historiografia, e passa a ser fator de enriquecimento de perspectivas. Essa virada na compreensão da Memória apresenta vários desdobramentos para a História: desde uma possibilidade para que a própria Historiografia possa repensar seus pressupostos fundamentais, até as possibilidades de uso da Memória – coletiva ou individual – como fonte histórica. (Barros, 2011, p. 320).

Rememorar é colocar em perspectiva, em interpretação. Elaborar certas memórias a partir de imagens parece requerer uma escrita fílmica próxima do ensaio. Obviamente, essa elaboração só poderia ser feita à revelia, como algo diferente do referendado como um certo "rigor" e de procedimentos próprios de uma pesquisa dita como científica. No entanto, uma densidade está sempre presente em elaborações ensaísticas, ao contrário que o senso comum científico pode fazer crer. Tampouco é banal reafirmar essa forma de expressão como uma maneira tão vigorosa como qualquer outra escrita pretende ser, ainda que não se estruture e se projete aos modelos de tais. Pensando o documentário contemporâneo, e seu encontro as ideias de Theodor Adorno (2003) sobre a forma do ensaio, Arlindo Machado escreve:

> Denominamos ensaio uma certa modalidade de discurso científico ou filosófico, geralmente apresentado em forma escrita, que carrega

> atributos amiúde considerados ‘literários’, como a subjetividade do enfoque (explicitação do sujeito que fala), a eloqüência da linguagem (preocupação com a expressividade do texto) e a liberdade do pensamento (concepção de escritura como criação, em vez de simples comunicação de idéias). O ensaio distingue-se, portanto, do mero relato científico ou da comunicação acadêmica, onde a linguagem é utilizada no seu aspecto apenas instrumental, e também do tratado, que visa uma sistematização integral de um campo de conhecimento e uma certa ‘axiomatização’ da linguagem. (Machado, 2003, p. 02).

*O botão de pérola* se apresenta a partir de uma história a ser reinterpretada e de espaços a serem repensados, mediante a costura mesma entre o que a visão abrange e o que memória recolhe. Na imagem, entre o mar e a cordilheira, há um espaço, que é apresentado em suas fisicalidades e rasura (Figura 2). Sua forma metaforicamente *insular* nos aparece como uma região construída e identificada entre o isolamento e a violência de sua ocupação.

**Figura 2:** A costa chilena. *Frame* de cópia digitalizada de *O Botão de pérola*.



**Fonte:** captado pela autora (2024).

A paisagem patagônica abriga muito além de fenômenos e movimentos físicos. No seguir do filme, nos surge a construção de uma instalação, um mapeamento da costa chilena. Feito por uma artista amiga do realizador, o recorte cartográfico evidencia a vasta região costeira do Chile. Ela nos aparece alheia, distante, mesmo abstrata. Se apresenta como o que é, um enorme recorte de mapa feito em encomenda. Ela aparece, também, estranhada ao próprio narrador, que, ainda, nos guia.

No entanto, sua locução procura uma aproximação, para ele e para nós, seus espectadores, como um exercício de reflexão sobre uma cartografia tradicional em direção a uma leitura um pouco mais aproximada, subvertendo escalas, na perscruta de olhares mais aproximados. A narração continua, nos guia, de alguma maneira. Guzmán nos introduz aos pequenos detalhes de sua própria vida e de sua memória, que ressoam e que, não surpreendentemente, articulam partes insuspeitas da história.[6]

No continuar do filme, nos achegamos. A cada cena há como uma reunião de sensores que perfazem a imagem, como a mão que tateia algo, os olhos que miram e a suave voz que nos ressoa. Presentificação de *detalhes*[7] e, mesmo, o que os excede.

## A POTÊNCIA NARRATIVA DA ÁGUA

Água: vida. A relação parece inequívoca. Todas as vezes em que se conjectura sobre a existência de vida fora do planeta, há sempre a ponderação de que o fenômeno só pode ser possível pela presença dela, em qualquer estado. A água cobre a maior parte da Terra, compõe os oceanos, as geleiras, a atmosfera e, nas entranhas do solo, dá coesão ao soalho que, muitas vezes, se faz terra fecunda.

A imensidão das águas do oceano foi associada, na modernidade ocidental, à ideia de uma certa liberdade, pelo imaginário que a enormidade dos mares projetava a quem se encorajava a navegá-los. As primeiras incursões europeias em direção ao designado *Novo Mundo* se deram pelo mistério que as terras além-mar representavam. A "curiosidade" era, também, revestida de uma ideia, gestada por muito tempo no imaginário moderno, sobre a relação entre homem e natureza. Chegando ao que designaram de América, o mistério parecia continuar entre os europeus.

Os espaços ocupados por aqui projetaram alguns dos imaginários anteriores. O projeto de colonização, no entanto, provocou vários novos olhares, feitos de perspectivas diversas. Em processos de colonização são onipresentes as imposições de

[6] No decorrer do filme parece não parece haver um embate entre as *mise-en-scènes* do realizador e dos sujeitos filmados. Guzman institui uma cena, que feita de multiplicidades, se estabelece como um documentário histórico, mas distante do tipo assertivo.

[7] Cumpre dizer que o detalhe aqui, leva o sentido, mesmo que aberto a certa ambiguidade, em que é elucidado por Didi-Huberman (2013), acompanhando a questão sobre o significaria "ver em detalhe" em relação às imagens de pintura: "O detalhe seria — com suas três operações: aproximação, divisão e soma — o fragmento enquanto investido de um ideal de saber e de totalidade. Esse ideal de saber é a descrição exaustiva. Ao contrário do fragmento que só se relaciona com o todo para questioná-lo, para assumi-lo como ausência, enigma ou memória perdida, o detalhe nesse sentido impõe o todo, sua presença legitimada, seu valor de resposta e de referência ou mesmo de hegemonia." (Didi-Huberman, 2013, p. 298).

dinâmicas que de outro espaço e tempo nos veem. E essa imposição nunca acontece prescindo de certa violência.

No espaço fílmico de *O botão de pérola*, o elemento da água toma contornos diversos. A água contorna e preenche todas as linhas narrativas do documentário, e substância suas imagens. A abundância de um oceano, a temeridade de tempestades, ou um filete de água que, bem devagar cresce, se segue ao lento gotejamento d'água que produz um quase imperceptível som; tais sensações coexistem passagens do filme.

A incessante passagem entre a delicadeza de uma diminuta gota e a enormidade de um mar, captado em um amplo quadro parece refletir às forças imaginantes de nossa mente, que Gaston Bachelard [8] identifica a partir de uma duplicidade:

> Umas encontram seu impulso na novidade; divertem-se com o pitoresco, com a variedade, com o acontecimento inesperado. [...] As outras forças imaginantes escavam o fundo do ser; querem encontrar no ser, ao mesmo tempo, o primitivo e o eterno. Dominam a época e a história. (Bachelard, 2018, p.1).

Ao se propor a estudar filosoficamente a criação poética, Bachelard debruça-se sobre as linhas imaginantes que acompanham a *imaginação formal* e *imaginação material*, ou melhor, do que confere vida. Dali se desdobra um estudo sobre o elemento da água, procurando profundidades, germinações em algumas obras, para além do "devir das superfícies" que algumas criações poéticas apresentam:

> [...] além das imagens da forma, tantas vezes lembradas pelos psicólogos da imaginação, há [...] imagens da matéria, imagens diretas da matéria. A vista lhes dá nome, mas a mão as conhece. Essas imagens da matéria, nós as sonhamos substancialmente, intimamente, afastando as formas, as formas perecíveis, as vãs imagens, o devir das superfícies. Elas têm um peso, são um coração (Bachelard, 2018, p.2).

Não é difícil intuir a reciprocidade das duas forças imaginantes. Elas alimentam, mesmo, o incessante movimento entre a superfície e o interior. A forma guarda algo de sua germinação; a obra que se aprofunda na densidade da matéria, quer, também florescer, corresponder aos desígnios de uma imagem formal (Bachelard, 2018). A forma da imagem apresenta a água. A água, como matéria, parece preencher a imagem,

[8] Aqui, há a referência a essa potente ideia, ainda que pensada, inicialmente, uma poética desenvolvida a partir outras expressões estéticas. O estudo de Bachelard (2018) foi realizado no intuito de refletir filosoficamente sobre a criação poética traduzida pela literatura. No entanto, suas interpretações nos levam a pensar a imagem, em seu encontro com as palavras, na convergência de linguagens poéticas que podem se aproximar.

substanciá-la no perene processo de trocas entre superfícies e profundidades, leveza e densidade.

Eis a potência imaginante da matéria. No entremeio do elemento fundamental, há a abundância de *formas*, a matéria floresce. Entre uma gota de água que cai e a robustez de um oceano, os signos visuais compõem a imagem. Nuvens, geleiras, granizo e blocos que flutuam no gélido mar, suas possibilidades de existências, suas fases, vemos. Também ouvimos, a matéria se completa na imagem a partir da sincronia do som captado: comunicação cinematográfica. É o farfalhar que acompanha o movimento das nuvens e o estalar da imensa escultura de gelo que nos aproxima da inóspita região.

O poder metafórico da água, sobre o qual discorre Gaston Bachelard (2018),[9] aqui, pressupõe sua presença na cena. A comunicação fílmica, feita do conjunto entre imagem e sons, é uma maneira de tradução de espaços e memórias, outrossim, de olhares. Da cena, enfim. De plano a plano, continuamos a perscrutar a matéria, como expectadores de um filme que, por surpresa, se faz sensorial. Aqui, a reunião entre a matéria e a forma, parece ser fundamental.

**Figura 3***:* Fotografia de nativos em uma canoa. *Frame* de *O botão de pérola*



**Fonte**: captado pela autora (2024).

[9] No decorrer de seu estudo, Bachelard (2018), nos elucida sobre as riquezas metafóricas sobre a qualidade de profundidade da água, trabalhadas pela literatura: "Poderíamos realmente descrever um passado sem imagens da profundidade? E jamais teremos uma imagem da profundidade plena se não tivermos meditado à margem de uma água profunda? O passado de nossa alma é uma água profunda." (Bachelard, 2018, p. 55).

A água que banha a extensa costa do Chile forma a sua maior fronteira. Ao sul do continente sul-americano, milhares de ilhas salpicam na Patagônia ocidental. Os povos originários dali habitavam a intimidade da água "Todos caminhavam sobre o mar". Dos vários habitantes dos cinco povos originários, hoje, apenas 20 descendentes diretos vivem na Patagônia chilena (Figura 3).

Nas cenas que se seguem no documentário, algumas fotografias documentais são apresentadas e ocupam a cena do filme.[10] "Los fueguinos", os nativos, aparecem nas fotos, são testemunhos de um projeto de dizimação, e ladeiam, imagem a imagem, os milenares artefatos perscrutados ali: vestígios materiais de momentos distantes, comprimidos e de existências descontinuadas no tempo e espaço.

Os sujeitos indígenas filmados, remanescestes dos "povos do Sul", *lembram* da água. Eram povos navegantes, os primeiros. Pela água chegaram à hoje designada Patagônia[11] e através da água produziam suas vidas. Hoje, lidam com as verticalidades que os novos e as dinâmicas externas se lhes interpõem. Nas palavras recolhidas por meio de entrevistas, não há menção a algo próprio da água como um corpo *hídrico* funcional, de um *recurso* que a água poderia representar, quando mediada por meios industriais. Há, sim, memórias de vivências, todas elas sobre os escorregares das águas e dos que, através delas, viajavam.

As multiplicidades pelas quais os espaços são vividos e produzidos por povos diversos, a partir de suas práticas espaciais, fazem emergir territórios, paisagens e lugares diversos e concebidos de formas diferenciadas em relação a uma natureza reduzida, sendo concebidos e expressos, para além de descrições e identificações fiéis aos ambientes visualizados.

Entre a força poética de uma imagem e a sua potência enquanto testemunho — como um acontecimento visual, enfim —, há as formas dos registros, possibilidades de sua realização. São múltiplas as maneiras pelas quais os espaços podem ser expressos, por meio da imagem.

Na escrita documentária, muitas vezes, essas formas se misturam às práticas espaciais e de vida dos realizadores e sujeitos filmados. Há, também, as imagens de

[10] Várias dessas imagens são de autoria de Paz Errázuriz, fotógrafa chilena conhecida por sua atuação desde a década de 1970 em seu país, registrando lugares e pessoas às margens da sociedade e, principalmente, reprimidas pelo regime autoritário.
[11] Nome cunhado a partir da visão dos colonizados, que em seu contato com os "povos do Sul", os designaram como "patagones", que a eles apareceriam como os dotados de pés gigantes.

arquivo que, aqui, compõem a narrativa. Imagens de uma história violenta, interpretada a partir de palavras e de certas vozes, colocadas em curso pelos discursos diversos sobre os fatos, que se nos apresentam, principalmente, em sua visualidade aparente, mas que, sobretudo, nos aparecerem pela legibilidade que nosso olhar.

Essas são as imagens vemos no documentário de Guzmán. São elas, também, as maneiras de ver que se tornam, por suas diversas circunstâncias, emergenciais para o nosso hoje.[12] Resquícios de um projeto de apagamento. Eis algumas imagens, potencializadas pelas metáforas relacionadas às profundidades que a matéria da água continua a propagar. Um mergulho que leva um aprofundamento, uma submersão.

Há, no entanto, o poder do movimento contrário, as possíveis emersões. O que volta da água seria algo mais claro, nítido? Abandonaria sua opacidade à substância que o englobou? Passado pela matéria que o transformou, algo retorna e os regressos nos podem ser trazidos. Representificados, enfim.

*Jimmy Button* é um personagem que participou, inusitadamente, de um primeiro projeto de colonização na Patagônia. A força metafórica de sua história desvela a tênue relação entre a sutileza das trocas, supostamente recíprocas, entre os povos em contato e a violência da imposição de um mundo a outro. Jimmy Button não é europeu. Habitante das águas do sul, ele embarca em um navio inglês que, no início do século XIX, havia deslizado por ali.[13] Faz a sua viagem a um outro mundo em troca de um botão[14] de pérola. É levado, pelas águas atlânticas, a uma viagem a milênios para além de seu tempo.

[12] Ainda que apareça como um exemplo distante de nossa contemporaneidade, a leitura de Didi-Huberman (2012) sobre o que ele designa de "quatro imagens arrancadas do inferno", parece nos endereçar questões atemporais sobre como lidamos com os resquícios do tempo. O autor reflete sobre as imagens testemunhos de um campo de concentração, feitas em 1944. São quatro fotografias, imagens feitas pelos membros do *Soderkommando*, o comando especial, constituído pelos detidos de Auschwitz designados a realizar o extermínio de seus semelhantes, levar milhares de corpos às câmaras de gás e, posteriormente, para incineração. Uma queima de arquivo realizada pelos próximos a serem executados. Eram essas as últimas testemunhas, judeus que manipulavam a morte de judeus, em silêncio, sob o risco de levar um fim ainda mais dilacerante do que o que presenciavam. Diante de uma iminência de morte tão certa, — já que sua erradicação era de especial interesse para a SS — a resistência possível projetada por esse grupo só pôde se basear contra o projeto de tornar Auschwitz inimaginável. Ela torna-se, mesmo, o esforço para emitir alguns sinais ao exterior, endereçar signos a um futuro: dar a ver o que seria inimaginável. Sob o risco de suas palavras escritas soarem insensatas, incompreensíveis e, portanto, desacreditáveis, surge a possibilidade da fotografia: arrancar precariamente algumas imagens, alguns pedaços de película dos crematórios e endereçá-los a "a um mundo que os tinha como impossíveis".

[13] O capitão FitzRoy, comandava a missão que mapeou a região e produziu inúmeras ilustrações dos indígenas.

[14] Em inglês "button", o que explica o nome designado a ele.

Salta de um mundo ancestral em direção às franjas das revoluções industrial e urbana europeias. Sua história coincide com o início do fim dos povos da Patagônia.

Os mapas ingleses abriram as portas dos mares do sul para os colonos. Os 150 anos seguintes seriam de turbulência e silenciamento. E o narrador nos lembra: "A revolução de Salvador Allende rompeu esse silêncio".

**ONDULAÇÕES**

O *marulhar* da história agita as cenas que se seguem no documentário. Gaston Bachelard descreve como a matéria da água significaria uma destinação de morte na poesia e em algumas mitologias, o mergulho na matéria líquida seria como repouso final ou regresso ao elemento fundamental: sua destinação às ondas: "Por isso quando se quiser entregar os vivos à morte total, à morte sem recurso, eles serão abandonados às ondas." (Bachelard, 2018, p.76). Ainda que seja a estética poeana[15] que mobiliza grande parte das forças imaginantes de Bachelard sobre as águas *profundas*, a ideia da água e sua associação ao fúnebre — a água como destino — ressoa nas leituras possíveis sobre as imagens que se seguem em *O botão de pérola*.

Ao princípio do segundo ato do filme, há um salto temporal importante. A partir desse momento, a narrativa escorre e se alastra por uma temporalidade mais próxima, a partir de movimentos políticos ocorridos na segunda metade do século XX. Uma viagem no tempo que a efemeridade da imagem proporciona, e que encontra uma ferida atemporal, um golpe de estado.[16] A ruptura institucional produziria novas formas de pensar e dar a ver a história e suas imagens possíveis. Nas ilhas antes utilizadas pelas missões católicas seriam construídos campo de detenção para ministros e simpatizantes do governo de Salvador Allende. Pelas funestas práticas do governo militar chileno em relação aos cidadãos insurgentes.

Vários outros corpos acabaram por outra destinação. Lançados ao mar, seus corpos submergiam nas águas do Pacífico. Entretanto, um desses corpos, ainda nos anos de chumbo, contornaria o projeto de desaparecimento quando devolvido às terras pela

[15] Bachelard faz atentas leituras sobre algumas histórias de Edgar Allan Poe, como *Al Aaraaf*, *Ilha da Fada* e *Histórias extraordinárias*. No livro, elas são referenciadas a partir das publicações francesas usadas por Bachelard (2018), somente com título, sem data de publicação. Aqui só houve a tradução dos títulos.
[16] Em 1973 Augusto Pinochet capitaneou um golpe de estado que instaurou uma ditadura que durou 16 anos no Chile.

Corrente de Humboldt. “As pessoas começaram a suspeitar que o oceano era um cemitério”.[17]

A “mulher da praia”, Marta Ugarte, nos mira. Surpreendentemente preservados, seus olhos parecem nos devolver um olhar, indagar nosso presente. Nos desconcertam, pois. O mirar arregalado de Marta parece questionar nosso próprio olhar de sujeito que interpreta e que quer elaborar seu destino. Tentativa precária e contextual, sabemos.

Acompanhamos, nas cenas seguintes, a reconstituição de como os corpos eram preparados para serem lançados ao mar, engolidos pelo oceano. Há pouco mais de 10 anos, começou-se a busca pelas reminiscências dos corpos destinados à água.

No continuar do filme, surpreendentemente, a história de Jimmy Button mais uma vez ressoaria em nosso presente. As imagens que o mundo não sabe imaginar, seriam, ainda que precariamente, trazidas à tona.[18] Eis, novamente, um botão. Um simples botão de camisa, incrustrado em uma das barras de ferro encontrada no fundo do mar. O último vestígio de uma pessoa que ali esteve. “Os dois botões contam a mesma história. Uma história de extermínio”.

Ainda a água. A matéria que engole, incorpora, transforma e separa-se das demais; a forma que evoca e leva o pensamento para além dos estratos superficiais de nossos espaços e de nossas histórias. É ela, com sua força ambivalente, que nos envolve num mergulho como possibilidade de olhares outros, através de paisagens-cenas.

A paisagem de *O botão de pérola* se desdobra nas imagens visuais e nas histórias que Guzmán reúne e, mesmo, fricciona, ao construir a cena do filme. A matéria e a forma da água, como elementos da paisagem, dão substância à cena. Não se trata somente de uma memória narrada, é a própria matéria que nos aparece, a nós espectadores, como um significante material essencial e, ainda, uma forma componente da imagem, que conduz a narrativa.

As imagens do filme carregam uma certa história e a ela endereça questões, talvez intangíveis, provisoriamente. As perguntas constituem a cena do documentário,

[17] Estima-se que cerca de 1200 corpos tenham sido lançados ao mar pelo governo ditatorial chileno.
[18] São as *imagens apesar de tudo*, a que alude Didi-Huberman (2012). Também são essas as imagens feitas de palavras — que traduzem a violência exercida pelo regime contra os presos políticos, muitos deles detidos ilegalmente — e que são narradas por Guzmán.

pelas imagens e suas narrações. Elas são miradas e ouvidas, e, de volta, endereçam um olhar. Uma outra história possível, que sendo olhada, também, interpela.

São cenas, ademais, hídricas, imagens que fazem coincidir as ondulações, nuances, entre o poder metafórico da matéria e a força simbólica de forma sua. Uma criação fílmica, feita pela constituição de um *espaço-paisagem-cena*, como um *entreolhar*. Uma prática, também, espacial. Ademais, de uma prática, *apesar de tudo*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: **Notas de Literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003. p. 15-45.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores). p. 181-354.

_____. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. — 3ª ed. — São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

BARROS, José D'Assunção. Memória e história: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos** • volume 15 • 1º semestre de 2011 • p. 317-343

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de janeiro: EdUERJ, 2014.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. KKYM: Lisboa, 2012.

_____. **Diante da imagem**: questão colocada aos fins de uma história da arte. São Paulo: Editora 34, 2013.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**. O território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. P. 34-82.

MACHADO, Arlindo. O filme-ensaio. Trabalho apresentado no Núcleo de Comunicação Audiovisual, **XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação**, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/186845087736174809005390711836232551.pdf. Acesso em: 03/02/2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. Editora Hucited. São Paulo: 1997. 2ª edição.



Recebido em abril de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em outubro de 2024.

# CONSERVAÇÃO DA GEODIVERSIDADE E VALORAÇÃO DIDÁTICA DA CACHOEIRA DE SANTO ANTÔNIO, MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ (PI, BRASIL)

# CONSERVATION OF GEODIVERSITY AND DIDACTIC VALORIZATION OF THE SANTO ANTÔNIO WATERFALL, MUNICIPALITY OF SÃO FÉLIX DO PIAUÍ (PI, BRAZIL)

# CONSERVACIÓN DE LA GEODIVERSIDAD Y VALUACIÓN DIDÁCTICA DE LA CASCADA DE SANTO ANTONIO, MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO PIAUÍ (PI, BRASIL)

**Helena Vanessa Maria da Silva**
Universidade Estadual do Piauí – UESPI
helenasilva@srn.uespi.br

**Lourenço Pereira da Silva**
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
lourenco-1@hotmail.com

## Destaques

- A conservação da geodiversidade é um imperativo.
- Os componentes da geodiversidade estão associados a valores fundamentais, como: cultural, estético, econômico, científico, educativo e turístico.
- Com destaque para o patrimônio geológico, geomorfológico e hidrológico, a Cachoeira de Santo Antônio, além de apresentar valor didático, destaca-se por sua beleza cênica e uso turístico.
- A Cachoeira de Santo Antônio possui importância fundamental para múltiplas funções, tais como: pesquisa científica; atividades educacionais; criação e fortalecimento de uma consciência conservacionista através da educação ambiental e patrimonial.

## RESUMO

Desde os primórdios, o homem utilizou a geodiversidade como uma peça fundamental para o desenvolvimento das sociedades. Os componentes da geodiversidade estão assim associados a valores fundamentais, como: cultural, estético, econômico, científico, educativo, entre outros. Diante disso, o referido artigo tem como objetivo destacar o valor didático da Cachoeira de Santo Antônio, localizada no município de São Félix do Piauí (PI), enfatizando suas potencialidades para o ensino de Geografia Física. Para isso, foi realizada revisão bibliográfica, produção de mapas e análise de campo. Com destaque

para o patrimônio geológico, geomorfológico e hidrológico, a Cachoeira de Santo Antônio, além de apresentar valor didático, destaca-se por sua beleza cênica e uso turístico. Suas potencialidades educativas se adequadamente utilizadas em atividades de campo, permitem estimular aprendizagens significativas no âmbito de uma educação científica, mobilizando conhecimento inerente, por exemplo, à Geografia. Conclui-se que a referida cachoeira pode ser utilizada como recurso educativo, em termos de conteúdos programáticos, como expressão ao nível da paisagem, o que ainda contribui para a conservação da geodiversidade.

**Palavras-chave:** Geodiversidade. Geoconservação. Valoração. Cachoeira de Santo Antônio.

## ABSTRACT

Since the dawn of time, man has used geodiversity as a key element in the development of societies. The components of geodiversity are associated with fundamental values such as cultural, aesthetic, economic, scientific, and educational, among others. Thus, this article aims to highlight the didactic value of the Santo Antônio Waterfall, located in the municipality of São Félix do Piauí (PI), emphasizing its potential for teaching Physical Geography. To this end, a literature review, map production and field analysis were carried out. Standing out for its geological, geomorphological, and hydrological heritage, the Santo Antônio Waterfall, in addition to its educational value, also stands out for its scenic beauty and tourist use. Its educational potential, if used appropriately in field activities, can stimulate meaningful learning in the context of a scientific education, mobilizing knowledge inherent in Geography, for example. One concludes that this waterfall can be used as an educational resource, in terms of program content, as an expression of the landscape, which also contributes to the conservation of geodiversity.

**Keywords**: Geodiversity. Geoconservation. Valuation. Santo Antônio Waterfall.

## RESUMEN

Desde el principio, el hombre utilizó la geodiversidad como pieza fundamental para el desarrollo de las sociedades. Los componentes de la geodiversidad están asociados así a valores fundamentales, como: culturales, estéticos, económicos, científicos, educativos, entre otros. Delante de eso, el referido artículo tiene como objetivo resaltar el valor didáctico de la Cascada de Santo Antonio, ubicada en el municipio de São Félix do Piauí (PI), destacando sus potencialidades para la enseñanza de Geografía Física. Para eso se realizó una revisión bibliográfica, producción de mapas y análisis de campo. Con énfasis en el patrimonio geológico, geomorfológico e hidrológico, la Cascada de Santo Antonio, además de presentar valor didáctico, se destaca por su belleza escénica y uso turístico. Sus potencialidades educativas, bien utilizadas en las actividades de campo, permiten estimular aprendizajes significativos en el ámbito de la educación científica, movilizando conocimientos inherentes, por ejemplo, la Geografía. Se concluye que la dicha cascada puede ser utilizada como recurso educativo, en términos de contenidos programáticos, como expresión al nivel de paisaje, lo que aún contribuye para la conservación de la geodiversidad.

**Palabras clave:** Geodiversidad. Geoconservación. Valuación. Cascada de Santo Antonio.

## INTRODUÇÃO

A necessidade de conservação da natureza é um fato concreto, onde a atribuição de valores justifica o ato de proteger, seja a biodiversidade, seja a geodiversidade. A natureza abiótica, em especial, tem um papel fundamental no suporte à vida, exercendo um papel condicionante sobre a biodiversidade. Além de constituir-se em uma ferramenta educacional e científica, a geodiversidade apresenta valor econômico, presta-se como atrativo para o turismo, recreação, esportes de aventura, etc. Vinculam-se às funções eco e geossistêmicas, e podem proporcionar benefícios relacionados a elementos, feições e sistemas terrestres (Brilha, 2005). Dessa forma, a conservação da geodiversidade é um imperativo.

Englobando o conjunto de todos os elementos da natureza abiótica do planeta a geodiversidade integra a diversidade natural (rochas, minerais e fósseis), geomorfológica (formas de relevo), hidrológica (água) e pedológica (solos), além dos processos que lhes originaram e lhes modelam de forma dinâmica (Stanley, 2000; Serrano; Ruiz-Flaño, 2007; Bétard; Peulvast; Magalhães, 2011).

Os estudos sobre essa temática carregam um enfoque voltado para a preservação e conservação dos espaços naturais com significativa riqueza de elementos abióticos e, também, em proporcionar uma melhor compreensão do desenvolvimento do planeta, desde a sua formação (Migoń; Maia, 2020).

Assim, a atribuição de valores para a geodiversidade (natureza abiótica) torna evidente um tipo de percepção que "normalmente não se tem sobre este tipo de patrimônio, servindo para justificar e embasar ações de geoconservação que podem vir a ser implementadas em determinada área" (Mochiutti; Guimarães; Melo, 2011, p. 666).

Conforme Silva e Nascimento (2016, p. 341) a valoração da geodiversidade pode ser compreendida como "uma forma de descrever a contribuição da natureza para a qualidade da vida no planeta, provendo uma boa relação entre os estudos da geodiversidade com os da biodiversidade". O valor desses elementos abióticos vai além da sua própria natureza, envolve as Ciências da Terra, a História, a pré-História, a Educação, Cidadania, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Sustentável. A conservação do geopatrimônio de interesse pedagógico constitui assim, para os variados níveis de ensino, um suporte fundamental para o ensino/aprendizagem das geociências, em especial para a Geografia.

O Estado do Piauí apresenta inúmeras quedas d'águas que apresentam grande potencial ao serem reconhecidas pela diversidade e beleza, que podem ser amplamente utilizadas em atividades turísticas (lazer e recreação) e educativas. Esses locais constituem bons recursos didáticos permitindo o conhecimento de fatos, conceitos e teorias relativo à sua gênese e à evolução das paisagens locais, a compreensão de fenômenos geológicos, geomorfológicos, feições e processos, entre outros conteúdos.

Dessa maneira, o presente artigo objetiva destacar o valor didático da Cachoeira de Santo Antônio, localizada no município de São Félix do Piauí, enfatizando suas potencialidades para o ensino de Geografia Física. Tomando por base a classificação de valores da geodiversidade proposta por Gray (2013), foram identificadas as potencialidades didáticas da Cachoeira de Santo Antônio, buscando-se assim destacar a importância e a necessidade de conservação da sua geodiversidade.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de conceber um conjunto de informações destinadas ao grande público, em especial a professores de geografia e estudantes da educação básica que estimulem o potencial da Cachoeira de Santo Antônio para uso didático/educativo.

## METODOLOGIA

A primeira etapa da pesquisa consistiu na revisão bibliográfica em *sites*, artigos, livros, monografias, dissertações e teses sobre as temáticas geodiversidade, valores da geodiversidade e geoconservação.

Posteriormente, foram feitos trabalhos de gabinete que possibilitaram a integração dos dados obtidos, a partir da utilização de técnicas cartográficas (geoprocessamento) e dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Para tanto se fez uso do *software Qgis* (código livre), versão 2.8.1.

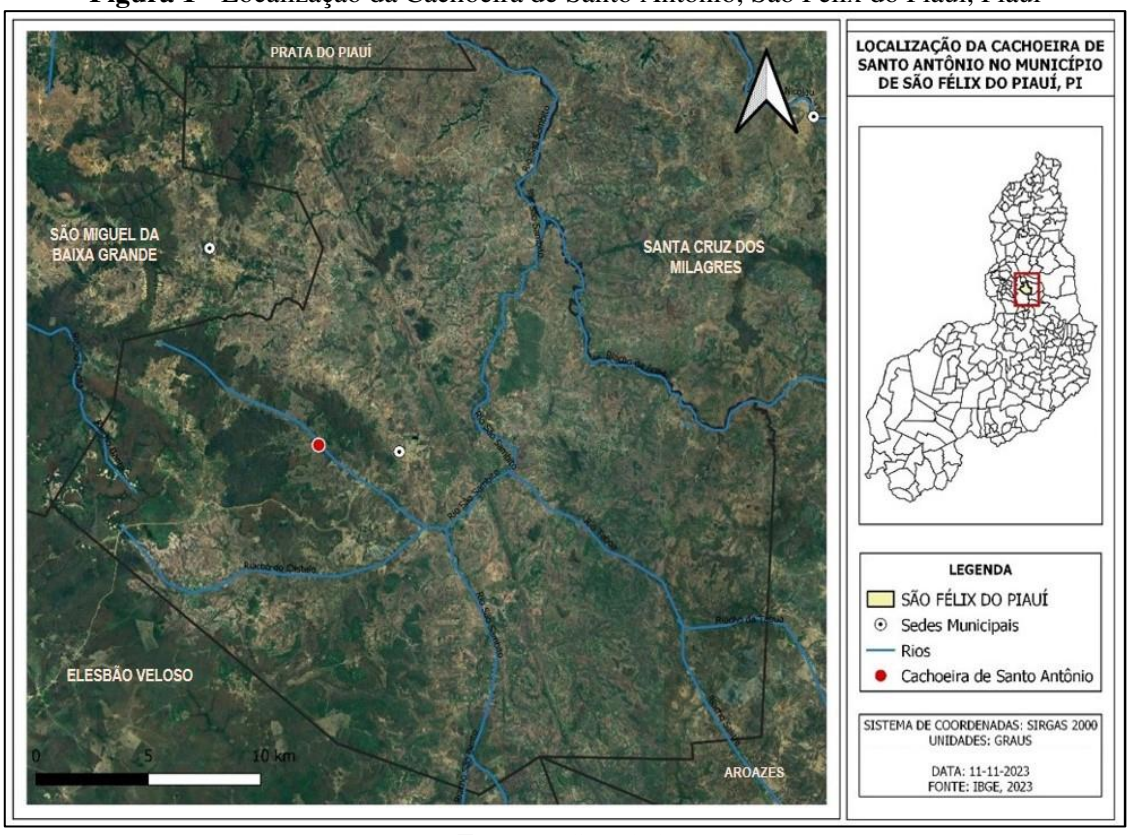
A pesquisa contou ainda com trabalho e coleta de dados em campo. Foi utilizado um receptor GPS (Global Position System) para coleta de coordenadas. Além disso, foi feita uma observação direta com registros fotográficos. Após o trabalho de campo, foi utilizado a classificação dos valores da geodiversidade proposta por Murray Gray (2013), na obra intitulada: *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*, tido como referência para classificação através das categorias principais (intrínseco, cultural,

estético, econômico, funcional, científico e educativo) aplicadas aos valores da geodiversidade para a área de estudo.

## Área de estudo

A Cachoeira de Santo Antônio está localizada no município de São Félix do Piauí, Estado do Piauí, que pertence à Mesorregião do Centro-Norte Piauiense e à Microrregião de Valença do Piauí, compreendendo uma área de 2.652,1 km² (Ibge, 2010). De acordo com Aguiar e Gomes (2004) o referido município dista 158 km da capital, Teresina, e tem como limites os municípios de Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres e São Miguel da Baixa Grande a norte, faz limites a sul com Elesbão Veloso e Santa Cruz dos Milagres, a oeste com Elesbão Veloso e São Miguel da Baixa Grande e, a leste com Santa Cruz dos Milagres (Figura 1).

**Figura 1** - Localização da Cachoeira de Santo Antônio, São Félix do Piauí, Piauí




**Fonte:** IBGE, 2023.

A Cachoeira de Santo Antônio situa-se nas coordenadas geográficas: latitude S 05°18’59.0’’ e longitude W 041°01’42.6’’ e tem cota altimétrica de 183 m. Localiza-se em propriedade privada, no entanto, o acesso é livre. Da sede municipal até a cachoeira

são aproximadamente 7km que é realizado por estrada vicinal de acesso moderado (presença de buracos, solo arenoso, troncos e raízes de árvores e duas (02) ladeiras íngremes), o que dificulta ainda mais o deslocamento até a mesma.

## GEODIVERSIDADE, GOEOPATRIMÔNIO, VALORAÇÃO DIDÁTICA E GEOCONSERVAÇÃO

O termo geodiversidade abrange rochas, minerais, fósseis, relevo, águas, climas e solos, todos os processos e fenômenos, sendo a base essencial para o desenvolvimento e evolução de qualquer forma de vida. Termo amplo e abrangente, permitindo diferentes interpretações e abordagens o conceito de geodiversidade toma-se por base a definição proposta por Gray (2013, p. 12), que entende a geodiversidade como

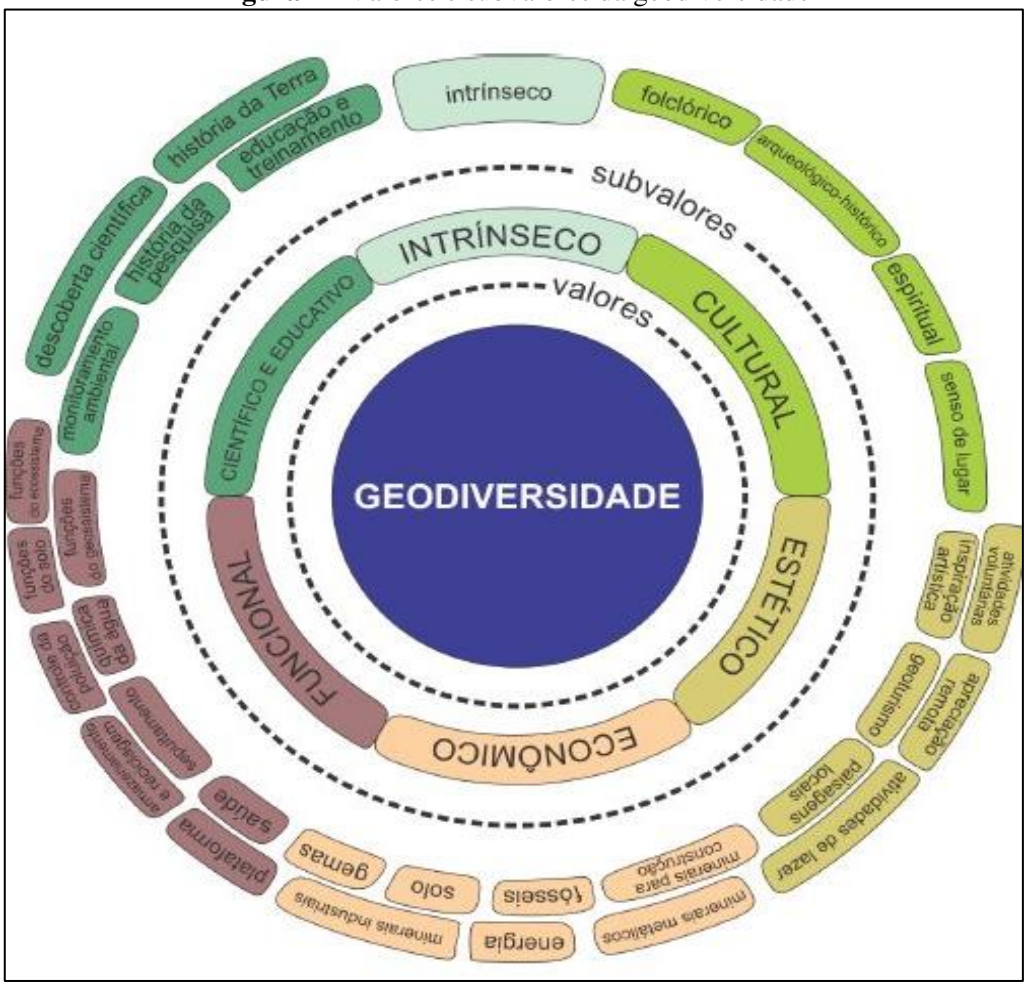
> a variedade natural (diversidade) de elementos geológicos (rochas, minerais, fósseis), geomorfológicos (formas de relevo, topografia, processos físicos), do solo e hidrológicos. Isso inclui suas assembleias, estruturas, sistemas e contribuições para as paisagens.

O conceito de geopatrimônio, por sua vez, dentro do contexto amplo do patrimônio paisagístico pode ser considerado um conceito guarda-chuva que engloba como patrimônio todos os elementos abióticos da natureza dotados de algum tipo de valor (Bento *et al.,* 2017). O termo tem sido definido como a totalidade dos elementos naturais abióticos da superfície terrestre (emersos ou submersos) com valor patrimonial, o que inclui, para além do geológico e do geomorfológico, o património hidrológico, pedológico, paleontológico, entre outros (Rodrigues; Fonseca, 2008).

De acordo com Borba (2011) o geopatrimônio adquire relevância/valor excepcional de acordo a avaliação humana, compreende apenas uma parcela específica da geodiversidade cuja excepcionalidade a destaca das demais, seja nos valores científicos, turísticos, culturais ou outros. Já a geodiversidade compreende os elementos abióticos como um todo.

Assim, Mochiutti *et al.,* (2012) afirmam que os componentes da geodiversidade estão associados à valores fundamentais. Gray (2004), propõe os seguintes valores e subvalores da geodiversidade (Figura 2). O autor trabalha a geodiversidade com a definição de 6 valores (intrínseco, cultural, estético, econômico, funcional, científico/educacional), em que integra 32 subvalores.

**Figura 2** - Valores e subvalores da geodiversidade




**Fonte:** Gray, 2004.

O valor educativo da geodiversidade está intimamente relacionado à educação em Ciências da Terra. Ela pode ocorrer tanto com atividades educativas formais (ensinos fundamental, médio e superior) como informais (público em geral) (Nascimento; Mansur; Moreira, 2015). Refere-se ao potencial didático que os elementos da geodiversidade têm para divulgação e fixação de conceitos ligados ao funcionamento do planeta Terra, sua influência na existência, variedade e distribuição das formas de vida e de como a humanidade se insere são fundamentais.

De acordo com Silva, Sousa e Costa (2020) a Geografia tem entre suas competências e habilidades a investigação e compreensão do espaço geográfico. Tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio estão previstos conteúdos relativos à paisagem, em que podem ser trabalhados aspectos geológicos, geomorfológicos,

hidrológicos, entre outros. Por isso a importância da geodiversidade para o ensino dessas temáticas.

Dessa forma, Honrubia *et al.,* (2004) explicam que do ponto de vista didático os principais objetivos de saídas de campo voltadas para o geopatrimônio e características física-ambientais, devem ser: fomentar e promover o conhecimento do seu entorno e respeito pela natureza, reconhecendo e valorizando a importância do patrimônio natural.

Segundo Drandaki (2000) essas atividades e visitas com enfoque educacional e interpretativo devem ser bem planejadas, os estudantes além de todo conhecimento que poderá ser adquirido, estarão sendo conscientizados e poderão se envolver ainda mais na geoconservação do Patrimônio, contribuindo ainda com a autonomia, responsabilidade, comunicação e envolvimento.

Usado para designar todo o conjunto de valores patrimoniais abióticos que devem ser objeto de medidas de conservação e preservação, o termo geoconservação surge propondo o reconhecimento da diversidade dos processos geológicos, geomorfológicos e pedológicos, e outros, em busca de minimizar os impactos negativos causados pelo ser humano, além de divulgar a importância da geodiversidade para manutenção da biodiversidade (Jorge; Guerra, 2016).

Vale ressaltar que a geoconservação não implica na conservação de todo o meio abiótico. Na verdade, ela abarca apenas a conservação para aquela porção à qual se atribuem valores e que, portanto, pode ser considerada como patrimônio. Apesar do conceito apresentado por Pereira, Brilha e Martinez (2008) apontar a importância da geoconservação para toda a geodiversidade, de fato a sua prática parece incidir mais sobre os elementos destacados da geodiversidade, ou seja, sobre o geopatrimônio.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

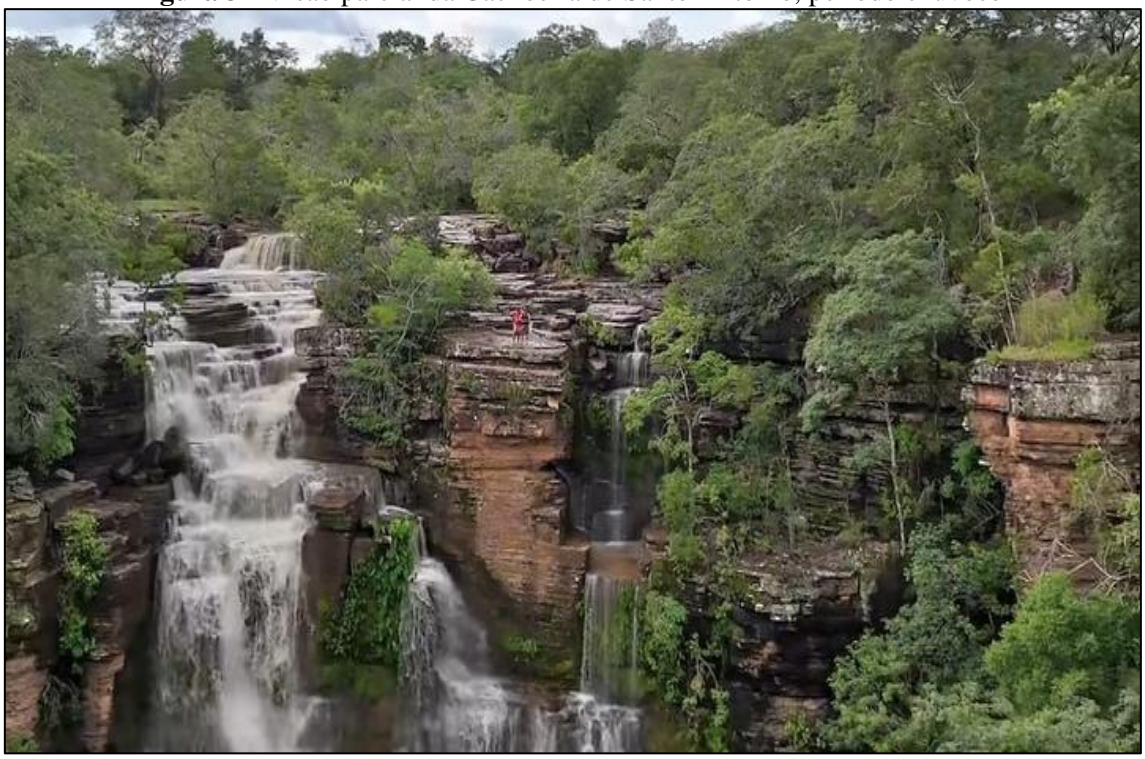
### Valoração didática da Cachoeira de Santo Antônio, município de São Félix do Piauí

A Cachoeira de Santo Antônio estar assentada em rochas da Formação Poti (litologicamente representada por arenito, folhelho e siltito) (Aguiar; Gomes, 2004).

Com queda d'água principal de aproximadamente 32 metros de altura a referida cachoeira é alimentada pelo riacho conhecido popularmente como Mato Grande, que forma um poço natural. Vale ressaltar que a queda d'água faz parte de um curso

d’água intermitente, e por conta disso, no período de estiagem a mesma desaparece, ganhando volume no período chuvoso.

**Figura 3** - Visão parcial da Cachoeira de Santo Antônio, período chuvoso



**Fonte:** SANTO ANTÔNIO, 2024.

A Cachoeira de Santo Antônio além do conteúdo geomorfológico, também apresenta conteúdo estratigráfico, hidrogeológico e sedimentológico. A mesma apresenta elevado valor didático, pois possibilita explicar parte da história geológica/evolutiva do Estado do Piauí, por meio do entendimento da origem e constante modificação do relevo da área. Na figura a seguir pode-se observar paredões rochosos da Cachoeira de Santo Antônio (Figura 4A) com destaque para estratificação dessas rochas (Figura 4B).

**Figura 4** - Paredões rochosos da Cachoeira de Santo Antônio com destaque para estratificação em rochas




A - Paredões rochosos da Cachoeira de Santo Antônio (cerca de 32 metros de altura); B - Estratificação em rochas: deposição por empilhamento.
**Fonte:** Acervo particular dos autores (2023).

Na Cachoeira de Santo Antônio o potencial didático revela características que permitem ensinar variados processos morfodinâmicos a estudantes de diversos níveis. Podem ser observados processos como a estratificação paralela de rochas (das camadas), já enfatizado, transporte de sedimentos (arraste de materiais) e discussão sobre erosão remontante, tipo de erosão que se propaga em direção as cabeceiras como tentativa de estabelecer perfis de equilíbrio (Guerra; Guerra, 2008).

Ainda pode ser discutido o processo de intemperismo (físico, químico e biológico), quedas de blocos (através do movimento de massas e desmoronamentos), bem como processos de fraturamento das rochas ocasionados pela variação de temperatura (Figura 5).

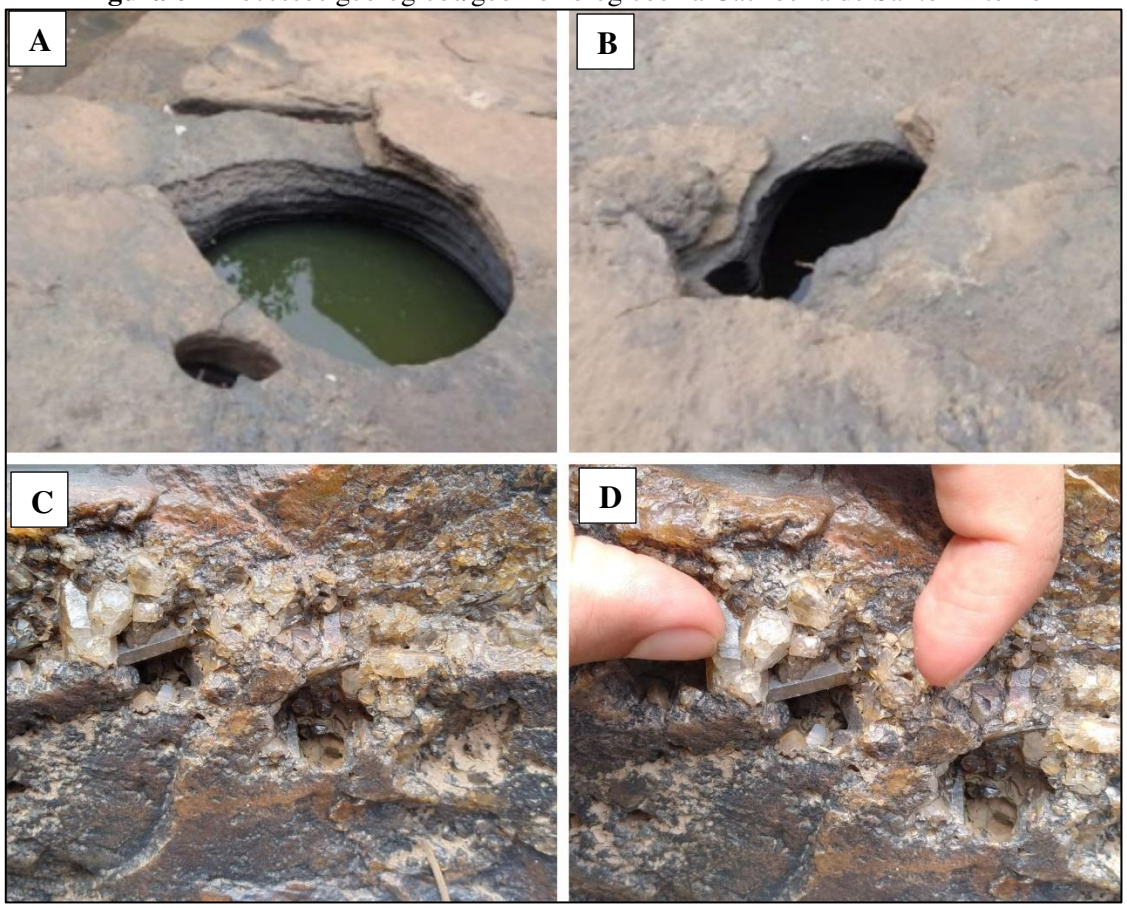
**Figura 5** – Em destaque quedas de blocos (encostas inclinadas com sinais de movimentação e deslizamentos motivados pela ação erosiva da água)



**Fonte:** Acervo particular dos autores (2023).

Observam-se ainda processos morfodinâmicos aparentes como termoclastia, erosão hídrica/fluvial, a exemplo processos de corrasão com formações de marmitas, feições que indicam movimentação de sedimentos por arraste. Cavidades de variados tamanhos e profundidades, as quais constituem-se excelentes recursos didáticos para explicar processos erosivos decorrentes da ação da água sobre a rocha (Figura 6A e 6B). Além disso, em algumas rochas pode-se visualizar linhas de fraturas que são preenchidas por cristais de quartzo, o que contribui acerca das discussões sobre tipos de rochas e minerais (Figura 6C e 6D).

**Figura 6** - Processos geológicos/geomorfológicos na Cachoeira de Santo Antônio




A e B - Processos de corrasão com formações de marmitas; C e D - Linhas de fraturas em rochas sedimentares preenchidas por cristais de quartzo**.**
**Fonte:** Acervo particular dos autores (2023).

No local ainda é possível visualizar um mirante em estrutura sedimentar com vista panorâmica que apresenta singularidades do ponto de vista geológico/geomorfológico. A presença desse mirante propicia observar a paisagem visualizando a vegetação que é representativa do bioma caatinga e ainda de enclaves de cerrado (Figura 7).

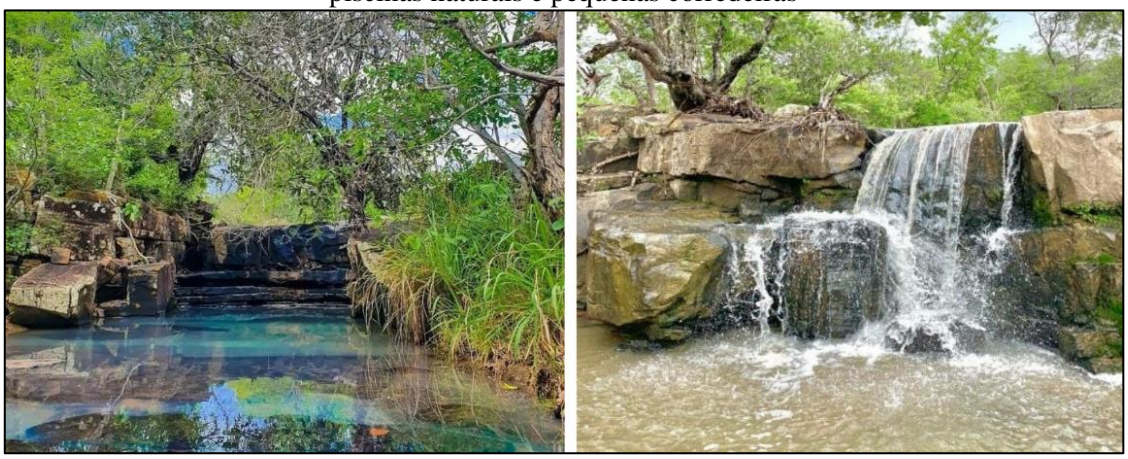
Na parte superior da cachoeira também é possível observar inúmeras quedas d'água de menor porte, pequenas corredeiras com presença de águas cristalinas e piscinas naturais (Figura 8A). A Cachoeirinha de Mata Grande, por exemplo, é umas dessas quedas d'água que fica na parte superior da Cachoeira de Santo Antônio (Figura 8B).

**Figura 7** - Mirante da Cachoeira de Santo Antônio



**Fonte:** Acervo particular dos autores (2023).

**Figura 8** - Cachoeira de Santo Antônio no período chuvoso com destaque para formação de piscinas naturais e pequenas corredeiras

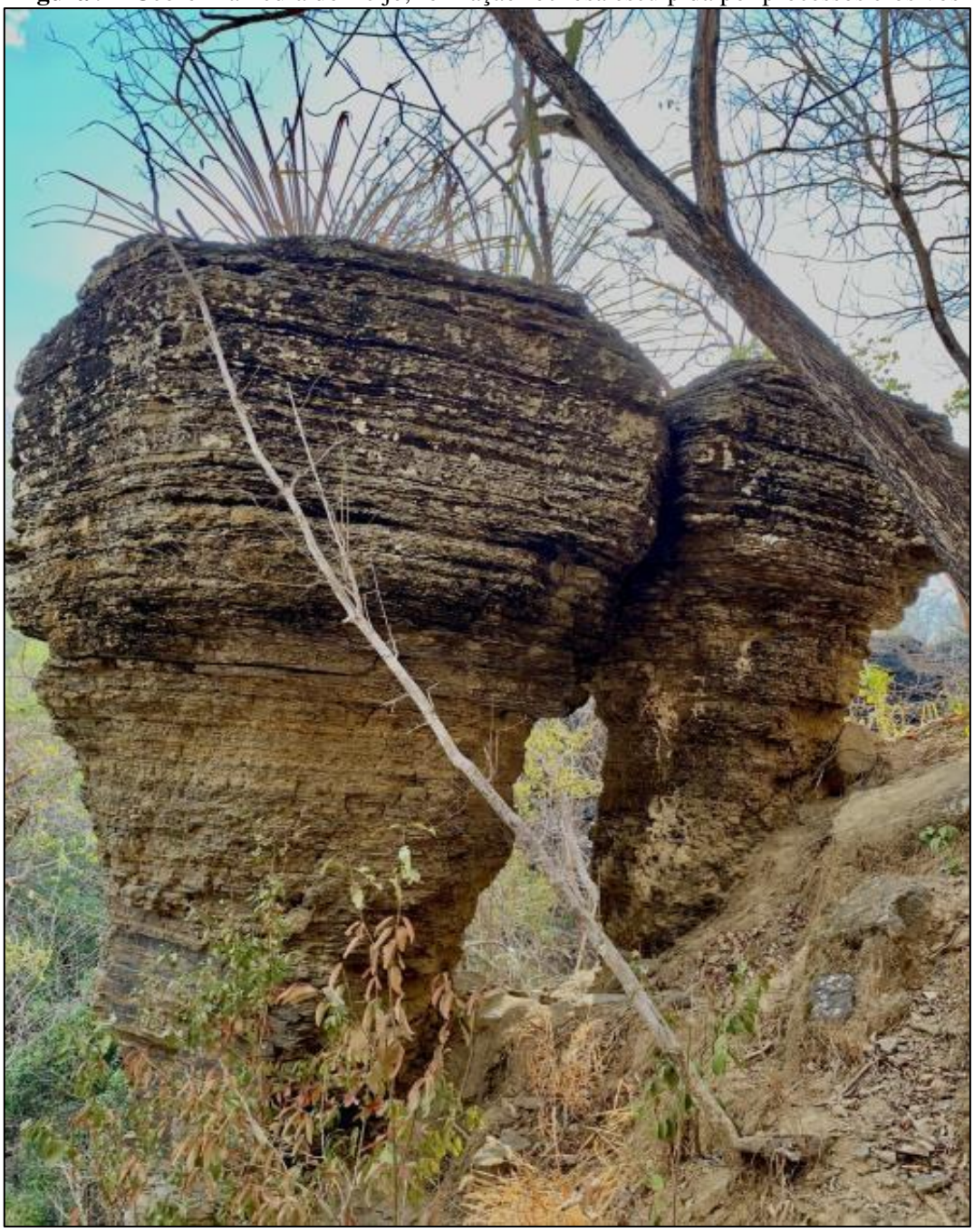


A - Presença de águas cristalinas e piscinas naturais na Cachoeira de Santo Antônio; B - Cachoeirinha de Mata Grande.
**Fonte:** SANTO ANTÔNIO, 2024.

Ainda é possível visualizar formações do tipo ruiniformes que se formam sobre ação do intemperismo físico, a exemplo da Pedra do Beijo. O nome é conhecido por moradores locais, guias e pesquisadores que fizeram essa associação para melhor

entender a natureza abiótica, buscando de certa forma a sensibilização dos demais visitantes (Figura 9).

**Figura 9** - Geoforma Pedra do Beijo, formação rochosa esculpida por processos erosivos



**Fonte:** Acervo particular dos autores (2023).

A mesma trata-se de uma feição que evidencia o trabalho da erosão diferencial, especialmente eólica (ocasionadas pela ação dos ventos) e pluvial (ação das chuvas), associada ao desgaste natural oriundo dos variados tipos de intemperismo, um

desgaste desigual dos corpos rochosos devido a um forte contraste de resistência, seja ao intemperismo químico, seja ao desgaste mecânico.

Devido a esta erosão os corpos menos resistentes são deprimidos e os mais resistentes são realçados. É válido ressaltar que esses eventos intempéricos são resultado de milhões de anos (tempo geológico) que moldou a rocha sedimentar. Essas formas de relevo registram a história geológica e climática da região.

Relevante para o desenvolvimento de práticas da geoconservação, toda a excepcionalidade e valor educativo da Cachoeira de Santo Antônio pode contribuir para o ensino de Geografia, em especial de Geografia Física. A Cachoeira de Santo Antônio possui importância fundamental para múltiplas funções, tais como: pesquisa científica; atividades educacionais; criação e fortalecimento de uma consciência conservacionista através da educação ambiental e patrimonial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As quedas d'água, em especial, as cachoeiras, além da grande beleza cênica, são locais onde é possível visualizar os tipos litológicos, permitindo a interpretação e o entendimento dos processos formadores não só da geologia, mas da geomorfologia, hidrografia, entre outros conteúdos. Esses ambientes podem proporcionar não apenas o "desfrutar" e contemplar os lugares, mas compreender sua origem e evolução, morfodinâmica e morfogênese.

Com base no que foi discutido é possível constatar o potencial didático da Cachoeira de Santo Antônio, suas potencialidades educativas se adequadamente utilizadas em atividades de campo, permitem estimular aprendizagens significativas e relevantes no âmbito de uma educação científica, mobilizando conhecimento inerente a Geografia, principalmente a Geografia Física.

Conclui-se que a natureza abiótica de valor excepcional, como o didático, deve deixar de ser esquecida pelas políticas públicas, educativas e de proteção do meio ambiente. Pontuando particularidades diversas, as singularidades da Cachoeira de Santo Antônio podem ser trabalhadas para além do período chuvoso, uma vez que a referida cachoeira localiza-se em segmento intermitente de canais fluviais.

Nesse sentido o planejamento de aulas à campo pode ser pensado levando em consideração a sazonalidade do potencial. Na época de seca (estiagem), por exemplo, na

Cachoeira de Santo Antônio vai estar em destaque apenas afloramentos de rochas o que propicia melhores discussões sobre estratificação e sedimentologia, por exemplo.

Diante do contexto delineado, vale ressaltar a necessidade de parcerias junto à comunidade local e instituições de ensino (escolas e universidades), a fim de criarem programas de visitação a área, devidamente programados, guiados e com vistas à valorização, divulgação e conservação do mesmo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. B.; GOMES, J. R.C. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de São Felix do Piauí. Fortaleza: CPRM, 2004.

BENTO, L. C. M., BRITO, A. L., SEVERINO, E. A. S., JUNIOR, I. B. S., LISBOA, ANDRADE, R.; V.C. S. Metodologias de avaliação do patrimônio Geomorfológico com vistas ao seu aproveitamento Geoturístico – um estudo aplicado às quedas d'água do município de Indianópolis (Minas Gerais – Brasil). Rev. Bras. **Geomorfol. (Online)**, São Paulo, v.18, n.3, (Jul-Set) p.657-670, 2017.

BÉTARD, F.; PEULVAST, J. P.; MAGALHÃES, A. O. Biodiversité, géodiversité et enjeux de leur conservation dans les montagnes humides du Nordeste brésilien. **BAGF Géographies**, p. 17-26, 2011.

BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage, 2005.

BORBA, A. W. de. Geodiversidade e geopatrimônio como bases para estratégias de geoconservação: conceitos, abordagens, métodos de avaliação e aplicabilidade no contexto do Estado do Rio Grande do Sul. **Pesquisas em Geociências**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 3-13, jan./abr, 2011.

DRANDAKI, T. No conservation without education. In: BARRETINO, D.; WINBLEDON, W.P; GALLEGO, E. **Geological heritage**: its conservation and management. Madrid: ITGE, 2000. p. 111-125.

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and conserving biotic nature**. London: John Wiley and Sons, 2004.

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and conserving abiotic nature**. 2ª Edição. Londres, John Wiley & Sons, 2013.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HONRUBIA, J. L. C.; GOMEZ, L. E. O.; CABALLE, M. C. El patrimonio minero y mineralogico de la Comunidad Valenciana: valores didáticos. In: MONDEJAR, G.; REMO, A. (Eds.) REUNION NACIONAL DE LA COMISION DE PATRIMÔNIO GEOLÓGICO: EL PATRIMÔNIO GEOLÓGICO: CULTURA, TURISMO Y MÉDIO AMBIENTE, 5., 2004, Madrid. **Actas…** Madrid: Sociedad Geologica de España, 2004. p. 145-154.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, 2010**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 10 de Out. 2020.

_____. **Banco de dados (shapefile):** arquivos vetoriais. 2023. Disponível em: hppt://geoftp.ibge.gov.br/. Acesso em 10 de Fev. 2020.

JORGE , Maria do Carmo Oliveira; e GUERRA , Antônio José Teixeira. Geodiversidade, Geoturismo e Geoconservação: Conceitos, Teorias e Métodos. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 6, N.1, p. 151-174, 2016.

MIGOŃ, Piotr; MAIA, Rubson Pinheiro. Pedra da Boca, Pai Mateus, and Quixadá: Three possible key geoheritage sites in northeast Brazil. **Geoheritage**, v. 12, n. 3, p. 1-20, jun. 2020.

MOCHIUTTI, N. F., GUIMARÃES, G. B., MELO, M. S. Os valores de geodiversidade da região de Piraí da Serra, Paraná. **Geociências**. São Paulo, v. 30, n.4, 2011, p. 651-668. http://revistageociencias.com.br/geociencias-arquivos/30_4/Art_12_Mochiutti_et_al.pdf

MOCHIUTTI, N. F., GUIMARÃES, G. B., MOREIRA, J. C., LIMA, F. F., FREITAS, F. I. Os valores da Geodiversidade: Geossítios do Geopark Araripe/CE. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, 2012, p. 173-189. http://dx.doi.org/10.11137/2012_1_173_189

NASCIMENTO, M. A. L. DO, MANSUR, K. L., MOREIRA, J. C. Bases conceituais para entender geodiversidade, patrimônio geológico, geoconservação e geoturismo. **Revista Equador**. Teresina, v.04, n. 03, 2015, p. 48-69. https://www.researchgate.net/publication/280925520_BASES_CONCEITUAIS_PARA_ENTENDER_GEODIVERSIDADE_PATRIMONIO_GEOLOGICO_GEOCONSERVACAO_E_GEOTURISMO

PEREIRA R. F.; BRILHA J.; MARTINEZ J. E. Proposta de enquadramento da geoconservação na legislação ambiental brasileira. **Memórias e Notícias**, v. 3, p. 491-494, 2008.

RODRIGUES, M. L.; FONSECA, A.. A valorização do geopatrimónio no desenvolvimento sustentável de áreas rurais. In: COLÓQUIO IBERICO DE ESTUDOS RURAIS, 7. 2008, Coimbra. **Anais...** Coimbra, Portugal, 2008.

SANTO ANTÔNIO, Cachoeira. Disponível em: https://www.instagram.com/cachoeira_santo_antonio/?hl=fr. Acesso em: 16 maio 2024.

SERRANO E. C.; RUIZ-FLAÑO P. Geodiversidad: Concepto, evaluacion y aplicación territorial: el caso de Tiermes Caracena (Soria). **B Asoc Geogr Esp**, 2007.

SILVA, M. L. N.; NASCIMENTO, M. A. L. Os valores da geodiversidade de acordo com os serviços ecossistêmicos sensu Murray Gray aplicados a estudos in situ na cidade de Natal (RN). **Caderno de Geografia**, v. 26, n. 2, 2016, p. 338-354. https://doi.org/10.5752/p.2318-2962.2016v26nesp2p338

SILVA, Helena Vanessa Maria da; SOUSA, Francisco Wellington de Araújo; COSTA, Alexandre Rodrigues. Geoeducação e o potencial didático de paisagens geomorfológicas do Parque Nacional de Setes Cidades (PI): contributos para o ensino de Geografia Física. In: V Encontro Regional de Prática de Ensino em Geografia – EREPEG. **Anais...** Maceió, Alagoas, 2020.

STANLEY, M. **Geodiversity**. Earth Heritage. 14:15-18, 2000.

Recebido em abril de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

# DARK SKY NO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS (PR): ESTUDO DA POTENCIALIDADE DO PARQUE DE NATUREZA BURACO DO PADRE VISANDO A DESIGNAÇÃO DE PARQUE DE CÉU ESCURO

# DARK SKY AT CAMPOS GERAIS NATIONAL PARK (BRAZIL): STUDY OF BURACO DO PADRE NATURE PARK POTENTIAL AIMING THE DESIGNATION AS A DARK SKY PARK

# CIELO OSCURO EN EL PARQUE NACIONAL CAMPOS GERAIS (BRAZIL): ESTUDIO DEL POTENCIAL DEL PARQUE DE NATUREZA BURACO DO PADRE COM MIRAS A LA DESIGNACIÓN DE PARQUE DEL CIELO OSCURO

**Bárbara Ternoviski**
Universidade Estadual de Ponta Grossa
bternoviski@gmail.com

**Jasmine Cardozo Moreira**
Universidade Estadual de Ponta Grossa
jasmine@uepg.br

## Destaques

- A proteção de locais que possuem uma boa qualidade de escuridão noturna, com baixa ou nenhuma poluição luminosa, é pertinente e urgente. Esse é um tema pouco discutido no Brasil.
- Pesquisas como essa podem ser replicadas, e auxiliar proprietários de empreendimentos turísticos em áreas rurais e gestores de áreas protegidas em relação ao potencial para a proteção do céu escuro.
- As condições apresentadas aqui baseiam-se no material intitulado "*International Dark Sky Park Program Guidelines 2018* (IDSPPG)", um documento de apoio disponibilizado pela IDA com o intuito de explicar as condições e exigências para um local se tornar um parque de céu escuro.

**RESUMO**

A contemplação do céu noturno é uma atividade que pode ser realizada em áreas naturais e a Associação Internacional de Céu-Escuro (*International Dark-Sky Association* - IDA)

é uma organização que certifica áreas que tem o interesse em receber o reconhecimento devido à qualidade do seu céu-escuro. O Parque de Natureza Buraco do Padre, localizado em Ponta Grossa no Paraná, é um atrativo privado inserido no Parque Nacional dos Campos Gerais. Entre as atividades de uso público que oferece, está a "Experiência Noturna", em que o céu noturno é observado. O objetivo deste artigo foi analisar a possibilidade do reconhecimento da área do Buraco do Padre em obter o título de Parque de Céu-escuro (*International Dark Sky Park)*. Para tanto, a metodologia envolveu pesquisa bibliográfica e documental, foi realizada uma entrevista com o gestor e visitas ao parque. Os resultados apresentam os requisitos mínimos da IDA e se os mesmos são observados no Buraco do Padre. Conclui-se que a área tem potencialidade para ser reconhecida pela IDA, sendo necessário alguns ajustes. O fato de o atrativo já oferecer a Experiência Noturna auxilia na candidatura, pois demonstra que já é possível a atividade e há demanda para a observação do céu.

**Palavras-chave:** *Dark Sky* Parque de Céu Escuro. Unidade de Conservação. Ecoturismo. Uso Público.

## ABSTRACT

Contemplating the night sky is an activity that can be performed in natural areas and the International Dark-Sky Association (IDA) is an organization that certifies areas that are interested in receiving recognition for the quality of their dark sky. The Buraco do Padre Nature Park, located in Ponta Grossa, Paraná, is a private attraction within the Campos Gerais National Park. Among the activities offered for public use is the "Night Experience", in which the night sky is observed. The objective of this article was to analyze the possibility of recognition of Buraco do Padre area in obtaining the title of International Dark Sky Park. To achieve this, the methodology involved bibliographical and documental research, an interview with the park's manager and visits to the park. The result presents the minimum requirements of the IDA and if they are currently observed in Buraco do Padre. It is concluded that the area has the potential to be recognized by the IDA, requiring some adjustments. The fact that the attraction already offers the Night Experience is advantageous in the application, as it demonstrates that the activity is already possible and there is demand for dark sky observation.

**Keywords**: Dark Sky. Dark-Sky Park. Protected Area. Ecotourism. Public Use.

## RESUMEN

Contemplar el cielo nocturno es una actividad que se puede realizar en espacios naturales y la International Dark-Sky Association (IDA) es una organización que certifica las zonas interesadas en recibir un reconocimiento por la calidad de su cielo oscuro. El Parque Natural Buraco do Padre, ubicado en Ponta Grossa, Paraná, es una atracción privada dentro del Parque Nacional Campos Gerais. Entre las actividades que se ofrecen para uso público se encuentra la "Experiencia Nocturna", en la que se observa el cielo nocturno. De esta forma, el objetivo de este artículo fue analizar la posibilidad de reconocimiento del área de Buraco do Padre en la obtención del título de Parque de Céu-escuro (International Dark Sky Park). Para ello, la metodología involucró investigación bibliográfica y documental, entrevistas con el administrador y visitas al parque. Los resultados exponen los requisitos mínimos de la IDA y si se cumplen actualmente en

Buraco do Padre. Se concluye que el área tiene potencial para ser reconocida por el IDA, requiriendo algunos ajustes, y el hecho de que la atracción ya ofrece la Experiencia Nocturna ayuda en la aplicación, ya que demuestra que la actividad ya es posible y hay demanda de observación del cielo.

**Palabras clave:** Cielo oscuro. Parque del cielo oscuro. Área protegida. Ecoturismo. Uso público.

## INTRODUÇÃO

Unidades de Conservação podem ser utilizadas para a realização de diversas atividades, tais como atividades de ecoturismo, turismo de aventura, de observação da vida selvagem, entre outras. Uma dessas atividades é a contemplação do céu noturno, que pode ser tanto amadora quanto profissional, e que vem ganhando adeptos nos últimos anos (Welch *et al.,* 2024).

O ato de viajar para a contemplação do céu noturno pode ocorrer por curiosidade, para ser um momento de lazer, realizar estudos ou apenas para a admiração de algo que vem ficando cada mais vez escasso por conta da poluição luminosa dos centros urbanos (Berlicki *et al.,* 2015; Jiwaji, 2016).

A IDA - *International Dark-Sky Association,* é uma associação internacional que certifica o céu de determinadas áreas, com 5 títulos diferentes. Uma dessas certificações é a de "Parques de Céu Escuro" (*Dark Sky Parks)*. As áreas que possuem esse reconhecimento têm a responsabilidade em manter-se o mais livre possível da poluição luminosa e da utilização incorreta da iluminação, conforme alguns critérios. Obter a titulação traz reconhecimento nacional e estrangeiro, auxilia na promoção do turismo em áreas naturais e a proteção ambiental. Também é possível a sensibilização do público em geral e da comunidade e atrair uma nova demanda, interessada em praticar o astroturismo.

Por outro lado, cabe ressaltar que um "Parque de Céu Escuro" não é uma categoria de Unidade de Conservação, pois não integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000).

O objetivo deste artigo é analisar a possibilidade do reconhecimento do Parque de Natureza Buraco do Padre, localizado no município de Ponta Grossa, no Paraná, em obter o título de Parque de Céu Escuro (*Dark Sky Park)*. Essa é uma área privada, mas que se encontra dentro do Parque Nacional dos Campos Gerais, criado em

2006. No local, é oferecida a atividade "Experiência Noturna", em que há a contemplação do céu noturno e são repassadas informações sobre aspectos ligados à astronomia.

O termo inglês *Dark Sky* (em tradução literal significa "céu escuro") e designa locais que não possuem tanta interferência de poluição luminosa das cidades (Berlicki *et al.,* 2015; Jiwaji, 2016), sendo assim facilitada a contemplação do céu nesses locais. Um dos atrativos em um céu escuro é a visualização a olho nu da Via Láctea, que não é visível para mais de um terço da população mundial (CENTRAL IDAHO DARK SKY RESERVE, 2018).

A metodologia utilizada englobou pesquisa bibliográfica e documental, entrevista e saídas de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros e artigos científicos sobre o tema. Esse é um assunto ainda pouco discutido no Brasil e boa parte da bibliografia consultada foi estrangeira.

Na pesquisa documental há a diversificação das fontes, tratando-se de documentos que passaram por tratamento analítico ou não, normalmente conservados no interior de órgãos públicos ou privados, como por exemplo relatórios de pesquisa (Gil, 2002). A pesquisa documental foi realizada baseando-se nos documentos oficiais da IDA, sobre as Reservas, Parques e Santuários de *Dark Sky* e na publicação da IUCN de 2024, sobre o céu escuro (Welch *et al*., 2024). Optou-se por usar o termo em inglês *Dark Sky* em grande parte deste artigo pelo fato de que o INEA, órgão oficial de Meio Ambiente no Rio de Janeiro também usa dessa forma, e não em português (INEA, 2021).

Para conhecer detalhes do atrativo Buraco do Padre, foi realizada uma entrevista via questionário, enviada por email. Quem respondeu foi o atual Gestor do Parque. Em outros momentos, foram realizadas saídas de campo.

Essa é uma pesquisa de caráter exploratório. São listados os locais onde já há o reconhecimento por parte da IDA, e as características e a potencialidade do Buraco do Padre em obter a titulação. Apresenta-se um breve referencial teórico com relação ao Turismo e o *Dark Sky*, o Parque Nacional dos Campos Gerais e especificamente o atrativo Buraco do Padre. Após, são expostos os resultados, baseando-se na documentação da IDA e no que foi observado no local.

Pesquisas como essa podem auxiliar proprietários de empreendimentos turísticos em áreas rurais e gestores de áreas protegidas em relação ao potencial para a proteção do céu escuro. É importante que compreendam que esse é um bem universal e

que pode ser uma alavanca para o turismo em áreas naturais e o turismo de experência. Além da proteção do céu, podem ser oferecidas outras atividades, tais como yoga noturno, técnicas de respiração e uma espécie de “detox tecnológico”.

## O CÉU ESCURO, TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

São poucas as propostas de atividades de turismo em unidades de conservação que aconteçam durante a noite, e quando se fala em pesquisa científica na temática “noite”, as principais referências estão no campo da biologia, e são sobre os hábitos de vida dos animais (Kundtlasch e Moreira, 2021).

Uma das formas de impulsionar atividades turísticas à noite em áreas protegidas é iniciar os estudos sobre a potencialidade dos locais e sua possível certificação. Por outro lado, para Alves (2009), a gestão das atividades que ocorrem durante a noite merece especial atenção, pela possibilidade de desenvolvimento econômico e social que oferece, mas também pelos conflitos que podem ser gerados caso não haja uma formação de pessoas capacitadas para gerenciar o planejamento e a gestão das mesmas.

Pesquisas realizadas por Kundtlasch e Moreira (2021) identificaram parques nacionais brasileiros que possuem atividades de visitação noturna, e em quais há a observação do céu noturno. Em alguns deles, foi encontrada a denominação “observação astronômica”, como no Parque Nacional do Iguaçu (PR), Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE) e Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA). Os mesmos autores afirmam que, como geralmente os Parques Nacionais estão localizados em áreas distantes dos centros urbanos, o nível de luminosidade é menor e a possibilidade de observar o céu noturno pode ser de boa qualidade, podendo identificar constelações, visualizar estrelas de tamanhos diferenciados, estrelas cadentes, meteoros, entre outros.

Para Moreira (2004), a observação astronômica é uma atividade dentro do ecoturismo, e consiste em admirar o céu noturno em ambientes abertos e não poluídos, observando a olho nu e/ou com equipamentos mais acessíveis como binóculos, telescópios, cartas celestes e lanternas adaptadas.

Já o céu escuro (*Dark Sky*), é o espaço celeste que possui o mínimo possível de interferência da poluição luminosa. Com a finalidade de proteger essas áreas, foram criados espaços para proteção do céu escuro, onde além da conservação, são realizadas

atividades de educação ambiental e de divulgação dos impactos da poluição luminosa (Berlicki *et al.,* 2015). Segundo Welch *et al*., (2024), um local com céu escuro é (tradução nossa, p. 31),

> ... parte ou a totalidade de uma área protegida, local cultural ou comunidade que atende a dois critérios principais. Em primeiro lugar, possui protocolos e práticas para a prevenção da poluição luminosa, incluindo planos de gestão, diretrizes de iluminação externa, monitoramento da poluição luminosa e revisões periódicas. Em segundo lugar, possui certificação formal de um órgão independente, como uma sociedade astronômica nacional ou internacional, ou um órgão governamental nacional.

No astroturismo o céu é o objeto de estudo e a motivação para o deslocamento (Fayos-Solá, Marín, Jafari, 2014; Collison & Poe, 2013; Ingle, 2010). Mitura *et al*., 2017 explicam que essa é uma nova tendência de turismo, o que também é corroborado pelo Ministério do Turismo (2024). Normalmente é realizado ou possui o envolvimento de pessoas da área como astrônomos, astrofísicos e outros profissionais. Para autores como Mello *et al*., (2022), essa é uma modalidade relativamente recente que tem como motivação a visitação de destinos adequados à observação e à contemplação dos astros, integrando práticas de ecoturismo, geoturismo, turismo de experiência e turismo científico.

Dentro do astroturismo, há a observação celeste de locais com baixa poluição luminosa, observação de eventos especiais (eclipses, auroras boreais, chuva de meteoros, aparição de planetas e lançamentos de foguetes). A observação celeste pode ser realizada a olho nu ou com auxílio de equipamentos.

Florio (2009) explica que de acordo com cientistas, o direito à escuridão da noite e à luz das estrelas está ameaçado por um novo tipo de degradação ambiental, a poluição luminosa (PL). Além da *International Dark-Sky Association* (IDA), há outros órgãos e iniciativas que lutam para a preservação da escuridão celeste como um patrimônio. Dentre elas estão a "Iniciativa Internacional em Defesa da Qualidade do Céu Noturno" (*International Initiative in Defense of the Quality of the Night Sky*) (Honorato; Violin, 2019) e a Fundação Starlight, responsável pelo selo *Starlight Tourism Destination* (Destino Turístico Luz das Estrelas) (FUNDACION STARLIGHT, 2023).

Em 2009 a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) reconheceu o céu como um "patrimônio de herança universal e comum", tornando sua preservação fundamental. Tal medida é importante para que no

futuro existam mais espaços certificados que protejam a escuridão, e que isso auxilie no surgimento de políticas públicas sobre iluminação responsável e de qualidade (UNESCO, 2009). Welch *et al*., (2024) explicam que as atividades noturnas em parques que protegem a escuridão atraem muitos visitantes e beneficiam as comunidades locais.

Por outro lado, Roberts (2012) explica que a luz noturna, principalmente a luz do espectro azul, suprime a liberação de melatonina mesmo com as pálpebras fechadas. A falta de sono pode levar a níveis elevados de estresse, ansiedade e redução das funções cognitivas. Estes efeitos secundários reduzem a qualidade de vida (Welch *et al.,* 2024).

No Brasil, em 2021 foi protocolado o Projeto de Lei 1975/21(CAMARA DOS DEPUTADOS, 2024), que prevê a certificação de locais de céu escuro para estimular o astroturismo no Brasil, com o intuito de impulsionar o turismo pós-pandemia. Esse Projeto cita a *International Dark-Sky Association* (IDA) como a reguladora de locais com qualidade de escuridão celestial (Souza, 2021).

## A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DO CÉU-ESCURO (*INTERNATIONAL DARK SKY ASSOCIATION* – IDA)

A IDA é uma associação internacional com a finalidade de proteger o céu escuro. O local que possui uma titulação da IDA pode exibir o logotipo da Associação em publicações e promoções oficiais, aparece no *site* oficial como um local de proteção do céu escuro e que possui a IDA como parceira.

Existem cinco classificações de proteção, e cada classificação possui exigências específicas (IDA, 2021; IDA, 2023 A). São elas:

> *International Dark-Sky Community* (IDSC) – Comunidades Internacionais de Céu Escuro: são comunidades legalmente organizadas que possuem dedicação em preservar o céu escuro por meio de uma política de iluminação externa de qualidade e responsável. Nessa categoria não é medida a qualidade do céu escuro noturno, mas há a exigência da preservação do espaço contra a poluição luminosa.
> *International Dark-Sky Park* (IDSP) – Parques Internacionais de Céu Escuro: são áreas protegidas legalmente, públicas ou privadas, que apresentam uma maior escuridão em relação as cidades que estão ao seu entorno.
> *International Dark-Sky Reserve* (IDSR) – Reservas Internacionais de Céu Escuro: diferentemente dos parques de *Dark Sky*, para se tornar uma IDSR a área não precisa ser protegida legalmente. As Reservas de *Dark Sky* são locais "comuns". Podem englobar áreas públicas e privadas, possuindo uma área central e áreas periféricas.

> *International Dark-Sky Sanctuary* (IDSS) - Santuários Internacionais de *Dark Sky:* nesses locais o acesso ao público é mais limitado por serem locais distantes geograficamente. A medição de qualidade de escuridão noturna é mais rigorosa do que em outras titulações.
> *Urban Night Sky Place* (UNSP) – Locais Urbanos de Céu Escuro: são locais próximos ou cercados por centros urbanos. Com o planejamento e projetos adequados podem promover atividades de experiência noturna mesmo próximos a luz artificial.

Para a obtenção dos títulos da IDA, é necessário o preenchimento de formulários. Após, a área passa por um rigoroso processo de inscrição que pode demorar entre um a três anos. Especificamente para a titulação de Parques e Reservas de *Dark Sky* é necessário que a área possua "*qualidade excepcional ou distinta de noites estreladas e um ambiente noturno que é especificamente protegido para seu patrimônio científico, natural, educacional, cultural e / ou diversão pública*" (IDA, 2021). Já os Santuários de *Dark Sky* são locais mais frágeis e mais isolados geograficamente.

Para as classificações de Parques, Reservas e Santuários, há uma medida de brilho de céu noturno expresso em magnitudes por segundo de arco quadrado (mag/arcsec²). O brilho do céu noturno deve ser igual ou menor do que os números descritos no Quadro 1. Quanto mais alto o valor, mais escuro é o ceu naquele local.

**Quadro 1 -** Magnitudes por segundo de arco quadrado, para as classificações de Santuário, Parque e Reserva de Dark Sky, segundo a classificação da IDA

| **Classificação** | **Magnitudes por segundo de arco quadrado**[1] |
|---|---|
| IDSR (Reserva) | 20 |
| IDSP (Parque) | 21,2 |
| IDSS (Santuário) | 21,5 |

**Fonte:** IDA, (2021).

Ou seja, as Reservas demandam menos magnitude (20 mag/arcsec²), seguidas pelos Parques (21,2 mag/arcsec²) e depois pelos Santuários (21,5 mag/arcsec²). Welch et al., (2024) explicam que os céus com poluição luminosa possuem por volta de 16,7 mag/arcsec² e os céus mais escuros possíveis estão próximos de 21,8 mag/arcsec².

Essas áreas além de serem utilizadas para o astroturismo, podem e devem ser utilizadas para a observação em atividades de recreação e lazer.

[1] Magnitudes por segundo de arco quadrado (mag/arcsec²) é o brilho superficial apresentado em uma escala de magnitude, unidade de medida utilizada na Astronomia.

## *DARK SKY* E TURISMO: LOCAIS DESIGNADOS PELA IDA

Há fluxo turístico nos locais designados pela IDA. As comunidades que receberam a titulação de IDSC (*International Dark-Sky Community)* e que estão organizadas na preservação da sua escuridão noturna são em grande parte nos Estados Unidos. Uma delas é Flagstaff, o primeiro local do mundo a ter uma titularidade da IDA. Nessa região está localizado o Parque Nacional do *Grand Canyon* e um trecho da "Rota 66". O local há muitas décadas possui políticas públicas voltadas para a iluminação responsável, e em 1958 decretou a primeira lei referente a iluminação externa no mundo, sendo um precursor na proteção do céu escuro (IDA, 2021). No Brasil ainda não há localidades com a designação de IDSC.

Há um país inteiro titulado como uma comunidade de céu escuro, *Niue*. Designado em 2020, esse é um país insular na Oceania. Ele também está entre os santuários, cumprindo com as exigências de ambas as titulações da IDA. A titulação protege o céu de toda a extensão territorial e o céu da reserva marinha, e a preservação do céu é para mantê-lo saudável para as gerações futuras, pois a escuridão celeste faz parte do estilo de vida desta população (IDA, 2020).

No Quadro 2 são apresentadas as Reservas Internacionais de Dark Sky (IDSR). São locais onde não é obrigatório algum outro tipo de proteção.

**Quadro 2 -** Locais que possuem a titulação de IDSR (*International Dark-Sky Reserve*) pela IDA em 2023, por ordem de designação e por país.

| Nome | Localização | Ano |
|---|---|---|
| Mont-Mégantic | Québec – Canadá | 2007 |
| Parque Nacional Exmoor | Inglaterra | 2011 |
| Aoraki Mackenzie | Nova Zelândia | 2012 |
| Reserva Natural NamibRand | Namíbia | 2012 |
| Parque Nacional Brecon Beacons | País de Gales | 2013 |
| Pic du Midi | França | 2013 |
| Kerry | Irlanda | 2014 |
| Rhön e Westhavelland | Alemanha | 2014 |
| Parque Nacional de Snowdonia | País de Gales | 2015 |
| Reserva de Moore/ Parque Nacional South Downs | Inglaterra | 2016 |
| Idaho Central | Estados Unidos | 2017 |
| Parque Nacional Cévennes e Alpes Azur Mercantour | França | 2018 |
| Cranborne Chase | Inglaterra | 2019 |
| River Murray | Austrália | 2019 |
| Parque Nacional North York Moors e Parque Nacional de Yorkshire Dales | Reino Unido | 2020 |
| Parque Natural Regional de Millevaches em Limousin | França | 2021 |
| Greater Big Bend | Estados Unidos/ México | 2022 |

**Fonte:** IDA, B, (2023).

No Quadro 2 observa-se que ainda não há esse tipo de reservas designadas no Brasil. Dentre todas as IDSR (IDA, 2021), cinco tem fluxo turístico de maior destaque, sendo elas: *Pic du Midi*, *Kerry*, Parque Nacional de *Snowdonia*, Parque Nacional *Cévennes* e *Apes Azur Mecantour*. Já a *Idaho Central*, a primeira IDSR das Américas, utiliza o céu escuro para geração de fluxo turístico voltado ao segmento de astroturismo. A Reserva possui *site* próprio, divulgando a astrofotografia e a observação, e um calendário celeste com as datas do ano para assistir chuvas de meteoros, eclipses, solstícios, equinócios e eventos lunares (CENTRAL IDAHO DARK SKY RESERVE, 2018).

Já os Santuários são considerados mais frágeis e sua titulação é representada pelas letras IDSS. Essa designação existe para aumentar a conscientização sobre esses locais e promover sua conservação a longo prazo (IDA, C, 2023). A primeira IDSS foi designada em 2015, no Chile, denominada Gabriela Mistral. A IDA (2021) descreve que apenas a IDSS *The Jump-Up*, na Austrália, possui fluxo turístico. A Ilha *Great Barrier Aotea* recebe fluxo voltado para o astroturismo, onde é possível a visualização da Via Láctea e da Nuvem de Magalhães, com baixa ou nenhuma iluminação lunar (Aotea Great Barrier Island, 2021).

Outra designação para a preservação do céu escuro através da IDA são os locais urbanos de céu noturno (UNSP), espaços urbanos em que é possível realizar algum tipo de atividade de observação celeste. Atualmente existem apenas dois no mundo, o Refúgio Nacional da Vida Selvagem Valle de Oro e o Monumento Nacional da Caverna Timpanogos, designadas respectivamente em 2019 e 2020, ambos nos Estados Unidos (IDA, 2021).

No Quadro 3 são demonstrados os *Dark-Sky* Parques, categoria proposta para o Buraco do Padre. São descritos de acordo com a sua quantidade por país, devido ao grande número de designações.

**Quadro 3 -** Quantidade de IDSP (*International Dark-Sky Park*) por país

| **País** | **Quantidade** |
|---|---|
| Estados Unidos | 85 |
| Hungria e Inglaterra | 3 |
| Alemanha, Croácia, Escócia, Holanda, Japão | 2 |
| Austrália, Aústria, Canadá, Coréia do Sul, Dinamarca, Irlanda do Norte, Israel, Nova Zelândia, País de Gales, Taiwan, Estados Unidos/Canadá, Espanha, Irlanda, Brasil | 1 |
| **Total** | 115 |

**Fonte:** IDA, C, 2023.

Nesse quadro, como nos quadros anteriores, é possível observar que a maioria dos locais que possuem esse reconhecimento estão nos Estados Unidos. Entretanto, há Parques reconhecidos também em outros continentes, como a Ásia (em países como o Japão, Coréia do Sul e Taiwan), Europa e Oceania. Observa-se o primeiro reconhecimento na América do Sul, no Brasil, o Parque Estadual do Desengano (PED), no Rio de Janeiro.

Essa Unidade de Conservação (UC) obteve o reconhecimento em 2021 e o processo durou dois anos. O Parque está aberto 24 horas e para aqueles que chegam após as 17 horas é preciso assinar um termo de responsabilidade. A IDA aprovou os documentos e as especificações técnicas de qualidade do céu noturno da área. Foram assumidos compromissos pela gestão da UC, voltadas à redução da poluição luminosa, no Parque e na região, e as boas práticas na visitação noturna, que já ocorre no parque (INEA, 2021). Para mostrar seu compromisso com a proteção do céu noturno, foram trocadas 78 luminárias e três foram removidas, pois eram desnecessárias. Agora são utilizadas lâmpadas de 2300K e as luminárias são protegidas por coberturas feitas de materiais reciclados (IDA, 2022).

Como o Parque Estadual do Desengano é o primeiro Parque Internacional de Céu Escuro da América Latina, Velloso e Costa (2022, p.09), comentam que esse é um feito alcançado "*através dos esforços de funcionários e gestores desta UC, em consonância com as legislações e critérios estabelecidos pela IDA, que evidenciam o potencial de uso público do PED e novas práticas, tais como do astroturismo*". Os mesmos autores também citam que o PED pode se tornar exemplo para outras UCs que queiram pleitear esse reconhecimento.

## CONDIÇÕES IDEAIS E DIRETRIZES PARA O RECONHECIMENTO COMO UM PARQUE INTERNACIONAL DE CÉU ESCURO (*INTERNATIONAL DARK SKY PARK)*

De acordo com a IDA, um Parque Internacional de Céu Escuro "*é uma área que possuí uma qualidade excepcional ou distinta de noites estreladas e ambiente noturno [...] podendo ser de propriedade pública ou privada*" (IDA, 2018).

As condições apresentadas aqui baseiam-se no material intitulado "*International Dark Sky Park Program Guidelines 2018* (IDSPPG)", um documento de apoio disponibilizado pela IDA com o intuito de explicar as condições e exigências para um local se tornar um parque de céu escuro. Após o reconhecimento do Parque Estadual do Desengano em 2021, esse documento também foi disponibilizado em português no site da IDA (IDA, 2021).

## EXIGÊNCIAS MÍNIMAS

A IDA possui requisitos mínimos para que uma área possua a titulação, esses requisitos incluem a eleição do local, e a verificação anual da área para saber se estão cumprindo com os requisitos básicos. Outros requisitos são (IDA, 2018, p.5):

> O local deve possuir um Plano de Gestão de Iluminação (LMP);
> Deve ser possível a visualização da Via Láctea a olho nu;
> Não devem existir fontes de luz artificial ofuscando a visualização celeste;
> Possuir apenas luzes fracas e próximas ao horizonte;
> Não há tamanho mínimo ou máximo do local, para tentar obter a titulação.

O local deverá descrever as possíveis ameaças e as que já ocorrem, com relação à fragilidade da escuridão. A IDA solicita que o local produza um projeto de iluminação em cooperação com pelo menos dois municípios próximos, visando melhorar a escuridão da área.

Além disso, é necessário que o parque se comprometa a assumir compromisso com a educação pública local. Essa educação pode ser feita por meio de programas de interpretação ambiental com o tema "céu escuro", incluindo a importância da preservação. A interpretação pode ser realizada por meio de publicações, folders, entre outras formas. O importante é que existam meios interpretativos sobre o assunto. E outra exigência com relação a educação é que o local deve fazer eventos para demonstrar a importância do céu noturno preservado, no mínimo 4 vezes no ano.

Há a necessidade de sinalização no local sobre a titulação da área, e isso deve ser documentado e enviado para a IDA. Relatórios devem ser enviados anualmente, contendo medições da luminosidade, eventos realizados, projetos de modernização da iluminação, etc. Caso o relatório não seja enviado no prazo, a IDA suspenderá o parque

até o cumprimento da exigência. Se as exigências não forem cumpridas, a IDA pode retirar a titulação.

## PLANO DE GESTÃO DE ILUMINAÇÃO (LMP)

O Plano de Gestão de Iluminação (LMP-*Lighting Management Plan*) deve seguir as exigências da IDA, ser aprovado pela direção do parque, e seguir a legislação pertinente. Para solicitar a titulação é necessário que no mínimo 67% da iluminação externa já esteja dentro das exigências da IDA. Em no máximo 5 anos é necessário que 90% da iluminação esteja em conformidade com o LMP e 100% da iluminação no prazo de 10 anos. No LMP é necessário apontar possíveis ameaças, de qualquer natureza, que venham a comprometer a integridade do céu noturno. Também devem ser apresentados dados de medição constante da iluminação do parque. Esses dados são importantes para monitorar o avanço da poluição luminosa e a medição pode ser feita pelo parque, ou com a ajuda de parceiros.

Para manter o céu mais escuro deve-se ter a menor quantidade de luz artificial possível e deve ser de excelente qualidade. As luzes devem estar alocadas em locais estratégicos, com o intuito de assegurar a segurança do visitante. Há também exigências com relação as luminárias e lâmpadas, algumas delas são (IDA, 2018, p.9):

> Luminárias externas com fluxo luminoso maior de 500 lúmens[2] obrigatoriamente deverão ser blindadas, devem ter temporizadores e sensores de movimento;
> A iluminação deve desligar em menos de 5 minutos, após a ativação por sensores de movimento.
> A temperatura da cor correlacionada não pode ultrapassar 3000 Kelvins[3];
> A iluminação artificial é proibida uma hora após o pôr do sol e uma hora antes do nascer do sol;
> A iluminação após o pôr do sol não pode ultrapassar 100 nits[4];
> A área de superfície iluminada individualmente não pode ultrapassar 18,6 m².

O parque deve ter iluminação preparada para ser usada no caso de situações emergenciais e de segurança, onde não é necessário cumprir com nenhuma exigência.

[2] Os lúmens (lm) são a quantidade de luz emitida por uma fonte luminosa. Essa característica é chamada também de fluxo luminoso.
[3] Kelvin (K) é a unidade de medida de temperatura de cor. Quanto mais Kelvins mais os tons são frios.
[4] Candelas por metro quadrado.

Além disso, o parque deve possuir Inventário de Iluminação, contendo a descrição de toda a iluminação do parque, com informações como: local, qual é a luminária/lâmpadas (informações do fabricante), se é blindada, se está em funcionamento, se tem propósito especial, etc.

**PERÍODO DE ESTADO PROVISÓRIO**

Esse é um período de no máximo três anos, no qual a IDA reconhece a intenção da área em possuir uma das titulações, porém essa área ainda não conseguiu atingir os requisitos mínimos para se eleger. Para se eleger como uma área provisória sua escuridão noturna já deve ser correspondente à titulação pretendida, e esse período serve para realizar as manutenções ou alterações necessárias e finalizar a documentação.

Para uma área se eleger ao Estado Provisório ela deve enviar documentos e uma carta de intenção, iniciar as medições de qualidade do céu, elaborar o LMP e um plano de ação contendo a descrição de como o local atenderá os requisitos mínimos para a próxima etapa.

**PROCESSO DE APLICAÇÃO PARA RECONHECIMENTO COMO PARQUE INTERNACIONAL DE CÉU ESCURO (*INTERNATIONAL DARK-SKY PARK*-IDSP)**

O primeiro passo é eleger uma pessoa que será a gerente do projeto, chamada de Ponto de Contato (*Point of Contact* - POC), responsável por manter contato com a IDA. Após organizar todos os documentos, um grupo da IDA irá analisar e responder comunicando se a solicitação está completa e pronta para o envio. Alguns dos documentos solicitados são (IDA, 2018, p.14):

> Mapa da área a ser designada, indicando os limites da área principal e seu entorno;
> Carta de indicação de um membro da IDA;
> Carta de apoio do gestor ou proprietário do parque;
> Documentos que demonstram que a área possui um céu de qualidade, por meio de medições da escuridão, feitas por aparelhos credenciados pela IDA;
> Anexar fotografias, imagens de satélites, ou outras comprovações que demonstrem a importância da área;
> O Plano de Gestão de Iluminação (LMP) e o Inventário de Iluminação atual.
> Descrever e comprovar por meio de fotos e documentos, que o parque já realizou esforços educacionais com relação à preservação da escuridão celeste;

> Se a área for privada, comprovar que permitirá acesso ao público para visitação (mesmo que mediante o pagamento);

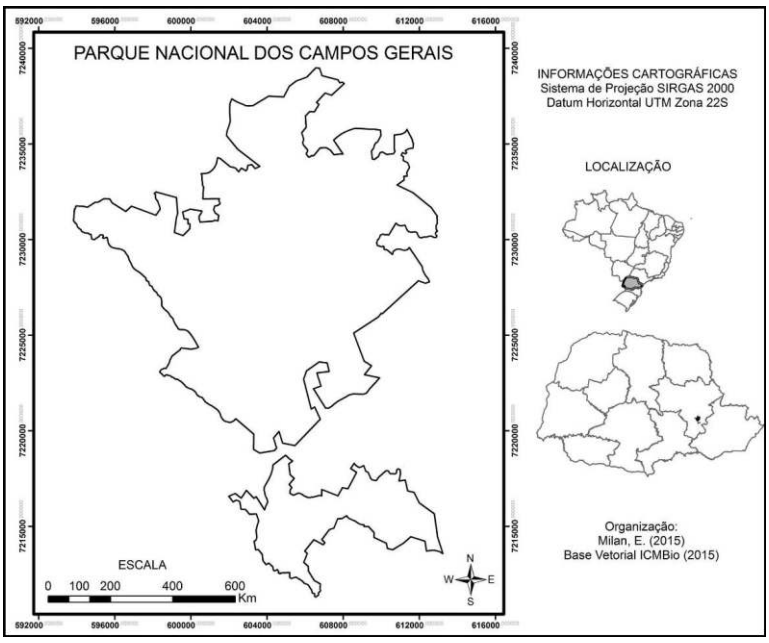
Após o envio, é feito o processo de revisão pela IDA. A documentação passa por dois comitês, o Comitê de Locais de Céu Escuro (DSPC – *Dark Sky Places Committee)* e caso aceito, vai para o Conselho Administrativo (BOD – *Board of Directors)*.

## PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS (PNCG) E O ATRATIVO BURACO DO PADRE

O Parque Nacional dos Campos Gerais (Figura 1), possui extensão de 21.286,00 hectares é uma Unidade de Conservação de proteção integral e sua criação foi em 2006. Está localizado nos municípios de Carambeí, Castro e Ponta Grossa, no Paraná. Possui fósseis de invertebrados marinhos devonianos, *canyons,* escarpamentos, cachoeiras, corredeiras, rochas, furnas e rios subterrâneos (Guimarães *et al.*, 2012).

Nessa UC há muitas cavernas, que possuem papel preponderante (Burgardt & Moreira, 2018). O GUPE – Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas apontou em seus estudos 35 cavernas dentro da UC (Pontes *et al.,* 2018) sendo uma das UCs com mais cavidades subterrâneas do Brasil (GUPE, 2017). O PNCG também possui pinturas rupestres.

**Figura 1** - Localização do Parque Nacional dos Campos Gerais do Paraná




**Fonte:** Burgardt & Moreira, 2018.

O órgão gestor é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O PNCG possui animais e plantas características da região (Andrade, Moro e Carmo, 2015). A UC apresenta animais que ajudam na recuperação da natureza espalhando sementes, dentre eles estão os jacus, gralhas, morcegos e os esquilos (Ayres, 2006; Instituo Neotropical, 2018)

Em relação ao uso público, integram o PNCG diferentes atrativos que estão em propriedades privadas e que são visitados turisticamente há algumas décadas, tais como a Cachoeira da Mariquinha, o Buraco do Padre, as Furnas Gêmeas, e a Cachoeira do Rio São Jorge. Em 2013, Baptista e Moreira (p. 40) afirmaram que o PNCG possui potencial para o turismo e atividades "*tais como: ecoturismo, trilhas, geoturismo, birdwatching, atividades de contemplação e prática de esportes radicais como rapel, cachoeirismo e escalada*". Hoje algumas dessas práticas são exploradas.

## O PARQUE DE NATUREZA BURACO DO PADRE (PNBP)

O PNBP está localizado a 24km do centro de Ponta Grossa, no distrito de Itaiacoca. A área apresenta um conjunto de fendas, falhas, furnas, cavernas, ressurgências e sumidouros, de admirável beleza cênica, por onde corre o Rio Quebra-Pedra (Pontes *et al*., 2010). Esse é um dos geossítios mais importantes da região e um dos locais mais visitados do Parque Nacional (Pontes *et al*., 2012). O atrativo possui trilhas, porém seu atrativo principal é a furna e cachoeira que levam o nome de Buraco do Padre.

O PNBP é dividido em dois setores, a Furna e o Setor Macarrão que possui diversas vias de escalada. O atrativo oferece experiências adicionais. Uma delas é a visita em grupos de até 10 pessoas, até a Fenda da Freira, cavidade natural que possui paredes revestidas por musgos e liquens. Outra experiência é a Mega Revoada, uma tirolesa que possui 630 metros de comprimento e pode alcançar até 80km/h (Buraco Do Padre, 2024).

O Parque possui centro de visitantes, estacionamento, bilheteria, loja para a venda de *souvenirs*, playground e restaurante. Grande parte dos painéis interpretativos possuem dois idiomas, Português e Inglês. Há um ônibus que vai até o início da trilha principal, ou o visitante pode caminhar em torno de 920 metros na Trilha Beira-rio.

## EXPERIÊNCIA NOTURNA

Dentre as experiências oferecidas no atrativo Buraco do Padre, destaca-se a Experiência Noturna. Inicia com uma caminhada ao entardecer (às 17h) com a observação da revoada dos Andorinhões-de-coleira-falha e o pôr do sol é contemplado no topo da Trilha do Favo. Ao final dessa contemplação é servido um café colonial, com pães, queijos, frios, bolos, café, entre outras opções. Após, segue-se a trilha até a furna. A trilha é de dificuldade fácil, ampla e com pouca inclinação, não possui erosões, buracos ou obstáculos, sendo segura para a caminhada noturna. Onde há declives e pedras, a trilha se torna suspensa por passarelas de madeira. Há corrimão para garantir a segurança dos visitantes. Ao final da trilha os visitantes entram na furna do Buraco do Padre, por onde é realizada a contemplação do céu pela abertura superior da furna (Buraco Do Padre, 2021) (Figura 2). Essa contemplação é o atrativo principal da Experiência Noturna.

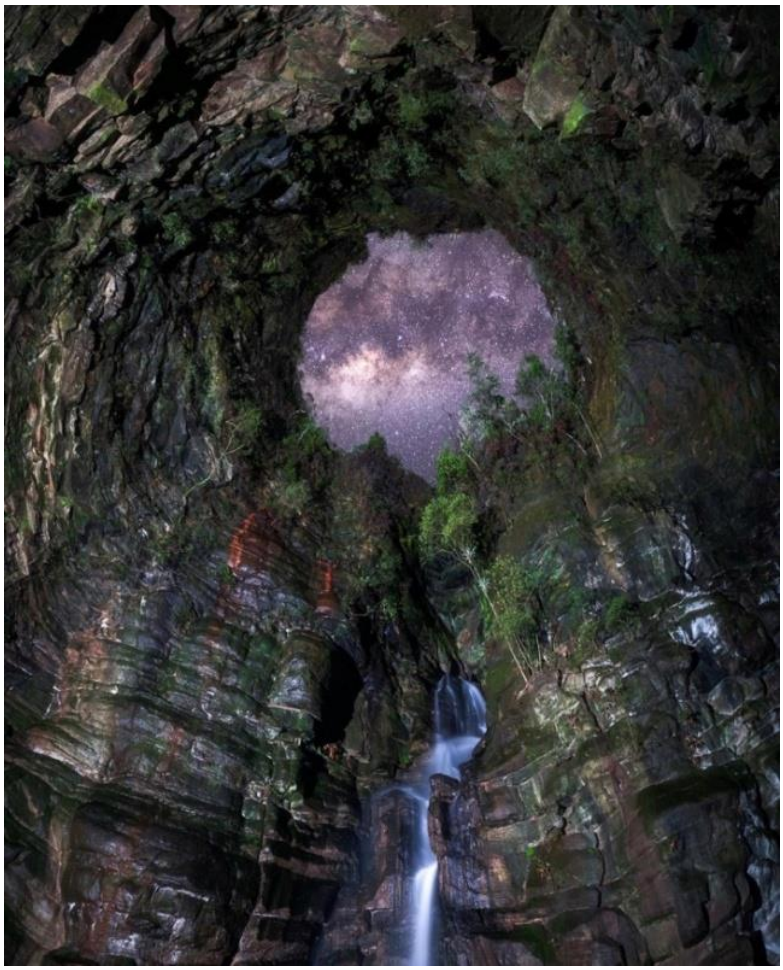


**Figura 2** – Vista do céu noturno e da Via Láctea, por dentro da furna do Buraco do Padre.
**Fonte:** Buraco do Padre, (2021).

Essa experiência em sua totalidade pode durar em torno de cinco horas, e não é recomendada para crianças pequenas, por ser à noite e incluir uma caminhada que totaliza em torno de cinco quilômetros. Durante a experiência, os visitantes são informados sobre o bioma local, focando principalmente na espécie do andorinhão, a ave que se tornou símbolo do parque e que é observada em revoada. Há informações sobre as tradições locais, e ao final informações sobre astronomia. Também é feita uma preparação sensorial para a caminhada na Trilha (Buraco Do Padre, 2021).

**RESULTADOS**

O reconhecimento como um Parque de Céu Escuro pode colaborar com o aumento da geração de fluxo turístico em Unidades de Conservação, como por exemplo em Parques Nacionais e em outras áreas protegidas. A titulação obtida através de um órgão internacional de proteção pode aumentar a visibilidade do local em âmbito nacional e estrangeiro e os padrões rigorosos de controle da instituição auxiliam para que o cuidado com a preservação do céu noturno não decaia.

Os resultados apresentados a seguir englobam dois momentos, a entrevista com o gestor do atrativo e uma análise preliminar com as condições ideais relativas aos requisitos mínimos para obter a titulação de Parque de Céu Escuro.

A entrevista foi realizada com o objetivo de conhecer mais sobre a atividade oferecida e se havia o interesse em realizar uma candidatura no futuro. A inspiração para a realização da atividade veio de atividades que são oferecidas em outros parques do mundo e o objetivo é proporcionar aos visitantes a contemplação noturna celeste visto que o gestor ressalta que na localidade do atrativo há pouca luminosidade.

O clima é um grande desafio, pois a região dos Campos Gerais é úmida, e com isso o aumento das nuvens é um empecilho para se ter o céu límpido em grande parte do ano, o que acaba atrapalhando o planejamento do calendário das experiências. A previsão do tempo muitas vezes afugenta os visitantes e em algumas noites a experiência teve que ser cancelada. A periodicidade das experiências é de em média 15 datas por ano e sempre aos sábados, sendo a maioria entre junho a setembro, quando a visibilidade do céu é melhor. Com relação as fases da lua, são indiferentes, pois a atividade é realizada em todas as fases. De acordo com o entrevistado, não foi possível perceber aumento da poluição luminosa do perímetro urbano ofuscando a escuridão do parque. Pode ser que

haja ou não maior interferência nos últimos anos, por isso a necessidade de iniciar as medições da qualidade do céu.

Um dos requisitos da IDA para tornar a área um IDSP, é desenvolver eventos de cunho informativo sobre a importância do céu escuro e da sua preservação para as gerações futuras. Com relação a isso, o gestor concorda e diz que ações como essa "*são o primeiro passo para a manutenção do patrimônio natural que deve ser preservado para as futuras gerações*".

Caso o Buraco do Padre tenha chances de um dia se tornar um IDSP, foi questionado se possuem interesse em pleitear o título e a resposta foi afirmativa.

## CONDIÇÕES IDEAIS E A ANÁLISE PRELIMINAR DO BURACO DO PADRE

Seguindo as Diretrizes do Programa IDSP, onde estão descritos os critérios para que uma área possa receber o título de Parque de Céu Escuro, o Quadro 4 apresenta em quais critérios o Buraco do Padre se enquadra. Em alguns casos os critérios não foram verificados, devido a complexidade envolvida ou necessidade de equipamentos especiais, não disponíveis.

**Quadro 4 -** Requisitos mínimos da IDA e se os mesmos foram observados em 2023 no Buraco do Padre

| **Requisitos** | **Sim** | **Não** | **Não foi verificado** |
|---|---|---|---|
| Conceder acesso diurno ao público | X | | |
| Conceder acesso noturno ao público | X | | |
| Possuir vigilância | X | | |
| Fornece um recurso excepcional de céu | X | | |
| Possível ver a Via Láctea a olho nu | X | | |
| Ter um LMP (Plano de Gestão de Iluminação) | | X | |
| Postes de iluminação baixos | | X | |
| Dois terços da iluminação estar em concordância com o LMP | | | X |
| Inventário de Iluminação | | X | |
| Plano de medição frequente da qualidade do céu | | X | |
| Descrição das ameaças atuais e futuras ao céu noturno | | X | |
| Projeto de iluminação que esteja disponível publicamente | | X | |
| Cooperação com outros municípios | | | X |
| Promover eventos sobre a importância da escuridão noturna | X | | |

**Fonte:** Baseado em IDA (2018).

Observa-se que dentre os 14 critérios de elegibilidade, a área já se enquadra em seis. Há o acesso público durante o dia e a noite em eventos específicos, a experiência noturna. O local possui vigilância e fornece uma excelente escuridão noturna, o que propicia a observação da Via Láctea a olho nu.

A medida de escuridão celeste noturna para parques de céu escuro é de 21,2 mag/arcsec² (magnitudes por segundo de arco quadrado), medido através de um aparelho que se chama *Sky Quality Meter*. Com relação as medidas do brilho celeste, é necessário que sejam iniciadas as medições, pelo parque ou em parcerias com outros órgãos. Durante a realização desta pesquisa não foi feita essa medição por não possuírmos o aparelho apropriado. Pelo fato de o Parque estar localizado longe do centro urbano, entende-se que a medição entrará nas normas solicitadas. Com a medição certamente será possível afirmar que o céu pode ser classificado como um recurso excepcional. É importante que haja essa medição frequentemente, para constar nos relatórios anuais pedidos pela IDA.

Alguns dos requisitos podem ser alcançados pelo proprietário, como a criação de um LMP que seja abrangente e de qualidade e a realização do inventário de iluminação. As condições noturnas cotidianas devem ser consistentes, como a Via Láctea ser visível a olho nu facilmente, não ter iluminação que atrapalhe a escuridão e as luzes que existirem devem ser fracas, de baixa altitude e com pouca extensão de cobertura.

Como sugestão, o atrativo poderia trocar as luzes do estacionamento, pois os postes são altos, saindo das exigências. Ao longo das trilhas, não há nenhum tipo de iluminação artificial. O que precisa ser verificado com mais atenção é a iluminação dos banheiros, lanchonete e centro de visitantes, que devem ter seu foco de iluminação virados para baixo e em tons quentes, para que não atrapalhem a escuridão do céu. Sempre que possível, devem ser usados temporizadores e sensores.

Durante o processo para eleger uma área IDSP, é necessário que no mínimo 67% da iluminação existente do local já esteja em compatibilidade com as exigências da IDA. Esse foi um critério que não foi verificado.

Outro requisito é a descrição das ameaças, atuais e futuras, que a escuridão na área pode estar sujeita. O local deve ter acordo com dois municípios vizinhos para melhorar a escuridão do entorno. Como o Município de Ponta Grossa possui grande extensão territorial e o Buraco do Padre está mais próximo dos municípios de Castro e

Carambeí (que também integram o Parque Nacional), talvez a luminosidade do entorno não seja tão prejudicada e seja adequado realizar acordos com esses municípios.

O local deve possuir ações voltadas para a educação, seja por meio de campanhas, eventos ou distribuição de materiais para a sensibilização da comunidade sobre a importância do espaço de céu noturno sem poluição luminosa. A atividade denominada "Experiência Noturna" pode ser considerada um evento, entretanto, outras ações poderiam ser criadas, tais como uma maior divulgação sobre o tema no website, palestras e publicações.

## CONCLUSÕES

A Associação Internacional do Céu escuro (*International Dark-Sky Association-IDA)* foi fundada com o intuito de proteger e certificar locais com excelente escuridão noturna como patrimônio. Seus esforços vão além da preservação, pois incluem a sensibilização dos visitantes com relação à importância do céu escuro. A IDA possui diferentes certificações, sendo o reconhecimento como Parque de Céu Escuro o mais popular deles, totalizando 115 Parques. A grande maioria está nos Estados Unidos e há um no Brasil, o Parque Estadual do Desengano (RJ).

Como essa é a certificação proposta para o atrativo Buraco do Padre, o fato de agora termos um parque reconhecido pela IDA no Brasil, é um fator positivo para uma futura candidatura, pois pode-se trabalhar em parceria, solicitar auxilio, tirar dúvidas, e há a possibilidade da troca de experiências. Tudo isso é facilitado pelo fato de que os gestores falam o mesmo idioma, e essas dúvidas podem ser sanadas já que a UC carioca passou pelo processo e foi reconhecido.

O Buraco do Padre está afastado do centro urbano de Ponta Grossa, e a poluição luminosa do município não atrapalha a escuridão celeste no atrativo. Isso possibilita uma visão mais nítida dos corpos celestes, aumentando a qualidade da observação noturna. Entendemos que esse é o critério principal para possuir a titulação, e que os outros critérios podem ser adequados (projeto de iluminação, eventos, medições frequentes, etc.).

Esse foi um estudo preliminar, mas como há o interesse por parte da gestão do atrativo, talvez esse reconhecimento realmente aconteça e o próximo passo seja a candidatura a "Estado Provisório". Para tanto, é preciso que o parque tenha um Plano de

Ação com objetivos e metas a serem atingidas em 3 anos. Nesse prazo, são feitas as adequações até atingir os requisitos mínimos para então tentar obter a titulação final.

A proteção de locais que possuem uma boa qualidade de escuridão noturna, com baixa ou nenhuma poluição luminosa, é pertinente e urgente. Esse é um tema pouco discutido no Brasil. Além disso, a observação do céu noturno pode ser uma atividade sustentável de ecoturismo, ou em casos mais específicos, integrar o astroturismo.

Sobre as características e condições ideias do espaço para obter a titulação de Céu Escuro, é importante que o Buraco do Padre se comprometa em utilizar iluminação de qualidade, ter iniciativas educativas sobre a importância do *Dark Sky* por meio de eventos, materiais e campanhas educacionais e apresentar os relatórios anuais.

Para adequar-se aos requisitos mínimos, sugere-se: iniciar as medições (de forma individual ou em parceria com universidades); elaborar o Plano de Gestão de Iluminação e o Inventário de Iluminação atual; realizar a troca das lâmpadas do estacionamento e das outras áreas de uso público; desenvolver projetos educacionais sobre a importância da escuridão noturna e designar um membro da equipe para que seja o ponto focal. O fato de o atrativo já oferecer a Experiência Noturna auxilia na candidatura, pois demonstra que já há potencial e demanda para a observação do céu.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Teresa. **Geografia da noite:** conhecer, compreender e repensar os territórios. Relatório do Programa, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. 176p.

ANDRADE, Anna Luiza Pereira; MORO, Rosemeri; CARMO, Marta. Composição Florística de Furnas Gêmeas, Parque Nacional Dos Campos Gerais, Ponta Grossa, PR. In: I SEMINÁRIO DE PESQUISAS DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS E DA RESERVA BIOLÓGICA DAS ARAUCÁRIAS, PR, 1., 2015, Ponta Grossa. **Anais 1 Seminário de Pesquisas do Parque Nacional dos Campos Gerais e da Reserva Biológica das Araucárias, PR**. Ponta Grossa: Icmbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2016. v. 1, p. 34-36. Disponível em: <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2839>.Acesso em: 03 mar. 2022.

AOTEA GREAT BARRIER ISLAND: **Great Skies**. 2021. Disponível em: https://www.greatbarrier.co.nz/our-great-skies/. Acesso em: 31 out. 2021.

AYRES, Olavo Martins. Os animais dos Campos Gerais (PR): impactos ambientais noticiados pela imprensa regional. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v.12, n.2, p.7-19, jun. 2006. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/biologica/article/view/429/430>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BAPTISTA, Leandro; MOREIRA, Jasmine Cardozo. Parque Nacional dos Campos Gerais (PR) e Turismo: um olhar através da comunidade local. **Nature And Conservation**. Aquidabã, v.6, n.1, p. 22-45, abr. 2013. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.6008/ESS2318-2881.2013.001.0002>.

BERLICKI, Arkadiusz; KOLOMANSKI, Silvester; MROZEK, Tomasz; ZAKOWICZ, Gregorz. **Dark Sky Protection and Education - Izera Dark Sky Park**. 2015. Disponível em: < https://ui.adsabs.harvard.edu/abs/2015IAUGA..2257138B/abstract. >. Acesso em: 07 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília: MMA. 56 p.

BURACO DO PADRE. **Um parque de natureza**. Disponível em: https://buracodopadre.com.br/. Acesso em: 20 out. 2024.

BURACO DO PADRE. **Experiência Noturna.** Disponível em: https://buracodopadre.com.br/experiencia-noturna/ Acesso em: 08 jul. 2022.

BURGARDT, Solange; MOREIRA, Jasmine Cardozo. Análise dos Impactos Ambientais relacionados ao uso público na furna do Buraco do Padre, Parque Nacional dos Campos Gerais (PR). **Revista Brasileira de Espeleologia**, Brasília, v.1, n.9, pág. 1-20, 2018.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei PL 1975/2021**. Disponível em: < https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2284897 >. Acesso em: 22 de abril de 2024.

CENTRAL IDAHO DARK SKY RESERVE. **America's First Gold-Tier International Dark Sky Reserve**. 2018. Disponível em: < https://idahodarksky.org/>. Acesso em: 31 out. 2021.

COLLISON, Frederick; POE, Kevin. Astronomical Tourism: The Astronomy and Dark Sky Program at Bryce Canyon National Park. **Tourism Management Perspectives**, v.7, p.1-15, jan. 2013. Disponível em:< https://doi.org/10.1016/j.tmp.2013.01.002>. Acesso em: 10 maio 2023.

FAYOS-SOLÁ, Eduardo; MARÍN, Cipriano; JAFARI, Jafar. Astrotourism: No Requiem for Meaningful Travel. **Pasos -Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, La Laguna, v. 12, n. 4, p.663-671, 2014.

FLORIO, Victoria. Poluição Luminosa: O direito de contemplar o céu. **Ciência e Cultura,** São Paulo, v.61, n.4, p.52, 2009.

FUNDACION STARLIGHT. **The Astroturism by the Starlight Foundation.** Disponível em: <https://en.fundacionstarlight.org/contenido/110-astrotourism.html >. Acesso em: 12 jan. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 176p.

GUIMARÃES, Gilson Burigo; MELO, Mario Sergio; PIEKARZ, Gil; MOREIRA, Jasmine Cardozo; LICCARDO, Antonio; MOCHIUTTI, Nair Fernanda. **GEOPARQUE DOS CAMPOS GERAIS (PR):** proposta. In: SCHOBBENHAUS, C.; SILVA, C. R. (Org.). **Geoparques do Brasil: propostas**. Rio de Janeiro: CPRM, 2012.

GUPE. **Cavernas dos Campos Gerais**. Ponta Grossa: GUPE, 2017. 40p.

HONORATO, Vitor Barbato; VIOLIN, Fabio Luciano. Astroturismo: uma análise no Parque Estadual Morro do Diabo, Teodoro Sampaio, São Paulo. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v.12, p.1-15, set./dez. 2019.

IDA - INTERNATIONAL DARK-SKY ASSOCIATION. **Desengano State Park Brazil.** 2022. Disponível em: < https://www.darksky.org/our-work/conservation/idsp/parks/desengano-state-park-brazil/ >. Acesso em: 29 dez. 2022.

IDA- INTERNATIONAL DARK-SKY ASSOCIATION. **Internacional Dark Sky-Parque Diretrizes do Programa** IDSP. 2021. Disponível em: <https://www.darksky.org/wp-content/uploads/2022/03/Portuguese-description-of-the-International-Dark-Sky-Park-Guidelines.pdf. >. Acesso em: 10 jan. 2023.

IDA - INTERNATIONAL DARK-SKY ASSOCIATION. A. **International Dark Sky Communities**. 2023. Disponível em: <https://www.darksky.org/our-work/conservation/idsp/communities/>. Acesso em: 01 jan. 23.

IDA - INTERNATIONAL DARK-SKY ASSOCIATION. B. **International Dark Sky Reserves**. Disponível em: < https://www.darksky.org/our-work/conservation/idsp/reserves/ >. Acesso em: 01 jan. 23.

IDA - INTERNATIONAL DARK-SKY ASSOCIATION. C. **International Dark Sky Parks**. Disponível em: < https://www.darksky.org/our-work/conservation/idsp/parks/>. Acesso em: 01 jan. 23.

IDA - INTERNATIONAL DARK-SKY ASSOCIATION. **Niue is the world's first country to become a Dark Sky Place.** 2020. Disponível em: <https://darksky.org/news/niue-is-worlds-first-country-to-become-a-dark-sky-place/ . Acesso em: 20 de outubro de 2024.

IDA - INTERNATIONAL DARK-SKY ASSOCIATION. **International Dark Sky Park Program Guidelines.** 2018. Disponível em: < https://darksky.org/app/uploads/2018/12/IDSP-Guidelines-2018.pdf >. Acesso em: 02 maio 2024.

INEA – INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Parque Estadual do Desengano, administrado pelo INEA, se torna o primeiro Dark Sky Park na América Latina**, 2021. Disponível em: https://www.inea.rj.gov.br/parque-estadual-do-desengano-administrado-pelo-inea-se-torna-o-primeiro-dark-sky-park-na-america-latina/ >. Acesso em: 04 jan. 2023.

INGLE, Mark. Making the most of 'nothing': astro-tourism, the Sublime, and the Karoo as a 'space destination'. **Transformation Critical Perspectives on Southern Africa**, v.74, p.87-111, 2010.

INSTITUTO NEOTROPICAL. **A Fauna dos Campos Gerais**: Diorama. 2018. Disponível em: <https://www.institutoneotropical.org/entrecampos/posts/blog_post_2018_diorama-fauna-dos-campos-gerais.html>. Acesso em: 03 mar. 2022.

JIWAJI, Noorali. Astro-Tourism as a High Potential Alternative Tourist Attraction in Tanzania. **African Journals Online**, Tanzania, v.23, n.1, 2016. Disponível em: https://www.ajol.info/index.php/huria/article/view/152728. Acesso em: 07 ago. 2020.

KUNDLASTCH, Cesar A.; MOREIRA, Jasmine Cardozo. Diagnóstico das Atividades de visitação noturna de Uso Público nos Parques Nacionais Brasileiros. IN: Alexsande de Oliveira Franco; Victor Régio da Silva Bento (Organizadores). **Áreas naturais protegidas brasileiras: gestão, desafios, conceitos e reflexões.** Campo Grande: Editora Inovar, 2021. 186p. p. 58-73.

MITURA, Teresa; BURY, Robert; BEGENI, Peter; KUDZEJ, Igor. Astro-tourism in the area of the polish-slovak borderland as an innovative form of rural tourism. **European Journal of Service Management**, v.23, n.3, p. 45-51, mar. 2017. Disponível em: https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=619833. Acesso em: 07 ago. 2020.

MELLO, Daniel; GOMES, Fabíola; BORGO, Igor; CESAR, Ricardo Gonçalves. Astroturismo, uma viagem pela noite estrelada. **Ciência Hoje**, n. 390, 2022. Disponível em: < https://cienciahoje.org.br/artigo/astroturismo-uma-viagem-pela-noite-estrelada/>, Acesso em: 4 maio 2024.

MINISTERIO DO TURISMO. **Tendências do Turismo.** Disponivel em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/rede-inteligencia-mercado/revista-tendencias-2024-vfinal.pdf >. Acesso em: 05 maio 2024.

MOREIRA, Jasmine Cardozo. A observação astronômica como modalidade de Ecoturismo.In: Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 8, 2004, Curitiba. **Anais do VIII Encontro Nacional de Turismo com Base local - ENTBL**. Curitiba - PR: Em cd, 2004. v. 01.

PONTES, Henrique Simão; ROCHA, Heder Leandro; MASSUQUETO, Lais Luana; MELO, Mario Sérgio; GUIMARAES, Gilson Burigo; LOPES, Mario Cezar. Mudanças recentes na circulação subterrânea do Rio QuebraPerna (Furna do Buraco do Padre, Ponta Grossa, Paraná). **Espeleo-Tema**, Campinas, v.21, n.1, p. 7-16, 2010.

PONTES, Henrique Simão; MASSUQUETO, Lais Luana; FERNANDES, Luiz Alberto; FOLTRAN, Antonio Carlos; MELO, Mario Sergio; MOREIRA, Jasmine Cardozo.Caves Geodiversity Evaluation as an Instrument to the Management of the Campos Gerais National Park, Southern Brazil. **Geoheritage,** v.10, p.641-651, 2018.

PONTES, Henrique Simão; MASSUQUETO, Lais Luana; MOREIRA, Jasmine Cardozo; BARBOSA, Tiago; MOSS, Daniela F; ROCHA, Heder Leandro. Estudo da Capacidade de Carga Turística na Furna do Buraco do Padre, Parque Nacional dos Campos Gerais – Paraná: Determinações Preliminares. **Boletim IG,** São Paulo v.19, n.1, p.80, jan-jun, 2012.

ROBERTS, Joan. Light and dark and human health. **Journal of the Royal Astronomical Society of Canada:** Environmental Impact of Light Pollution and its Abatement, Toronto, p. 11-14. 2012. Disponível em: < https://kingsville-pub.escribemeetings.com/filestream.ashx?DocumentId=18846 >. Acesso em: 5 maio 2024.

SOUZA, Murilo. **Projeto prevê certificação de localidades de ceus escuros para estimular astroturismo**. 2021. Agência Câmara Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/784462-projeto-preve-certificacao-de-localidades-de-ceus-escuros-para-estimular-astroturismo/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

UNESCO. **Proclamation of 2009 as the United Nations International Year of Astronomy - General Conference**, Paris, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000141314>. Acesso em: 13 mar. 2022.

VELLOSO, Telma Oliveira Soares; COSTA, Alexandre Josef Sa Tobias. O Parque Estadual do Desengano (PED) –O primeiro Dark Sky Park da América Latina. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**, Niterói, v.10, n.15. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/55692/33360. >. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

WELCH, David; DICK, Robert; TREVINO, Karen; LONGCORE, Travis; RICH, Catherine; Hearnshaw, John; RUGGLES, Clive; DALTON, Adam; BARENTINE, John & Gyarmathy, Istvan. **The world at night: Preserving natural darkness for heritage conservation and night sky appreciation.** IUCN WCPA Good Practice Guidelines Series No. 33, Gland, Switzerland: IUCN, 2024.

Recebido em março de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

# UM ENSAIO SOBRE AS GEOGRAFIAS DA ESCOLA

# AN ESSAY ON SCHOOL GEOGRAPHIES

# UN ENSAYO SOBRE GEOGRAFÍAS ESCOLARES

**Thiago Albano de Sousa Pimenta**
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS - Campus Ponta Porã)
thiago.pimenta@ifms.edu.br

## Destaques

- O Ensinar é atravessado pela geograficidade do que permeia a aula, pensando a escola enquanto multiplicidade, confluência de sujeitos, seus desejos e aspirações.
- A escola é um acontecimento, ali acontecem muitas coisas e dentro dessa lógica, entre o que se pretende enquanto instituição concebida e aquilo que acontece no encontro dos corpos, há diversas pedagogias, geografias, estórias, que se passam e se lançam para além do prédio
- Potencializar o pensamento é afetar, desterritorializar o pensar, criar linhas de fuga.
- Criação, criatividade, como expressão do pensar. Pensamento não como reprodução de um pensar já feito por outro, mas como criação, como uma nova reterritorialização.

**RESUMO**

O presente artigo busca fazer uma reflexão sobre as geografias que atravessam a escola, a aula, o professor e o aluno, a partir de alguns autores que trazem essa discussão nas suas bases bibliográficas. Entendemos que as nossas aulas, majoritariamente, cabem em um formato que faz pouco sentido para os nossos alunos, sendo mais cabível à uma lógica de reprodução de pensamentos já dados, do que na criação de pensamentos possíveis. Dessa forma, pensar as geografias que permeiam a nossa prática docente é um ponto inicial para subvertermos essa lógica majoritária, para enxergarmos as frestas que nos possibilitam um ensino que faça mais sentido aos sujeitos que confluem no espaço escolar, imaginando (dando figura aos pensamentos) caminhos para que o pensamento e a diferença possam ser criados, emanados e colocados à circulação em nossas aulas. Elencamos como resultados deste artigo as reflexões sobre as geografias da escola, da aula do professor e do aluno, como parte da metodologia de criação de uma aula que conflui para a intensificação do pensamento e da reflexão crítica dos alunos.

**Palavras-chave:** Pensamento. Multiplicidade. Diferença. Criação. Ensino.

**ABSTRACT**

This article wants to reflect about the geographies that cross the school, the classroom, the teacher and the student, from some authors who bring this discussion into their bibliographical bases. We understand that our classes, for the most part, fit into a format that makes little sense to our students, being more appropriate to a logic of reproducing already given thoughts, rather than creating possible thoughts. In this way , thinking about the geographies that permeate our teaching practice is a starting point for us to subvert this majority logic, to see the gaps that allow us to teach that makes more sense to the subjects who converge in the school space, imagining (giving shape to thoughts) ways so that thought and difference can be created, emanated and put into circulation in our classes. We list as results of this article the reflections on the geographies of the school, the teacher's class and the student, as part of the methodology for creating a class that contributes to the intensification of students' thinking and critical reflection.

**Keywords**: Thought. Multiplicity. Difference. Creation. Teaching.

**RESUMEN**

Este artículo busca reflexionar sobre las geografías que atraviesan la escuela, la clase, el docente y el alumno, a partir de algunos autores que incorporan esta discusión a sus bases bibliográficas. Entendemos que nuestras clases, en su mayor parte, se ajustan a un formato que tiene poco sentido para nuestros alumnos, siendo más adecuado a una lógica de reproducción de pensamientos ya dados, que de creación de pensamientos posibles. De esta manera, pensar en las geografías que permean nuestra práctica docente es un punto de partida para subvertir esta lógica mayoritaria, para ver los grietas que nos permiten enseñar con más sentido a los sujetos que convergen en el espacio escolar, imaginando ( dando forma a los pensamientos) formas para que el pensamiento y la diferencia puedan ser creados, emanados y puestos en circulación en nuestras clases. Enumeramos como resultados de este artículo las reflexiones sobre las geografías de la escuela, la clase del profesor y el alumno, como parte de la metodología para la creación de una clase que contribuya a la intensificación del pensamiento y la reflexión crítica de los estudiantes.

**Palabras clave:** Pensamiento. Multiplicidad. Diferencia. Creación. Enseñando.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo propomos pensar o ensino partindo da geografia que o permeia[1]. Como professor da educação básica, gostaríamos de contribuir na discussão que amplie as possibilidades de educação.

[1] Este artigo é a publicação revisada do capítulo “Educação e Minoridade” da minha tese de doutorado “Cinema, Geografias e Ensino: Diálogos, Encontros e Atravessamentos” defendida e publicada em 2018 na Universidade Federal da Grande Dourados.

A escola é onde trabalhamos, é um dos espaços nos quais podemos agir para que outra forma de pensar surja. Uma forma mais viva, que tenha na ação e na criação uma rota para fazer fluir o pensamento. Educar como uma arma - assim pensar para que essa educação possa permitir que o pensamento pense o novo, o diferente, encare o conservadorismo a fim de revirá-lo e buscar alternativas de mudanças.

O sentido geográfico é muito importante para pensarmos isso. Compreender onde estamos, para onde queremos ir, quais são os fatores que nos impedem, quais são os fatores que nos possibilitam, eis alguns pontos que o pensar geográfico contribui para nos afirmarmos numa luta de criação de outros possíveis, de aulas possíveis e potentes.

Saber a geografia que permeia as nossas aulas (Escola, Aula, Professor e Aluno) é necessário para a sua criação de aulas mais potentes. Neste ponto buscamos fazer uma discussão teórica com base em uma bibliografia que se relacione com os conceitos discutidos, para iniciarmos uma análise sobre essas geografias que atravessam a escola de modo a pensarmos as possibilidades de agenciamento que nós professores de Geografia acessamos.

A geopolítica das nossas relações de vizinhança, o que nós podemos captar do nosso solo, do nosso cotidiano, da nossa escola, da nossa aula e transformar numa força de pensamento, numa força que amplia nossa criatividade, é um dos pontos que queremos experimentar e colocar como experimentação para outros trabalhos, outras escolas, aulas e geografias.

## ILHA 1: A ESCOLA

A escola é uma multiplicidade. Ela reúne diferenças entre pessoas, trajetórias, ideologias, objetos, assim, há inúmeras forças que se encontram naquela determinada localização, conforme Deleuze e Guattari (1995) multiplicidades podem ser pensadas:

> Os princípios característicos das multiplicidades concernem a seus elementos, que são *singularidades-,* a suas relações, que são *devires,* a seus acontecimentos, que são *hecceidades* (quer dizer, individuações sem sujeito); a seus espaços-tempos, que são espaços e tempos *livres-,* a seu modelo de realização, que é o *rizoma* (por oposição ao modelo da árvore); a seu plano de composição, que constitui *platôs* (zonas de intensidade contínua); aos vetores que as atravessam, e que constituem *territórios* e graus de *desterritorialização.* (Deleuze; Guattari, 1995, p.37)

A escola, multiplicidade donde conflui singularidades diversas, é uma das instituições sociais de maior penetração nas diferentes sociedades organizadas por

diferentes povos. Assim como o capitalismo, e por ser um dos seus aparelhos, o modelo escolar de transmissão de saberes (arborescentes[2]) perpassa a maioria das sociedades localizadas neste planeta.

Como aparelho do modelo capitalístico de sociedade, a escola tenta atravessar as diversas comunidades buscando construir e transmitir linguagens comuns. São linguagens, importantes para a vivência social no capitalismo, democracia, nas cidades, empresas, enfim, são linguagens que mediam toda essa relação (com a sociedade urbano-industrial-financeirizada que, influencia as diversas localidades do globo). Michel Foucault pensa alguns espaços comuns nas diversas sociedades, os denominando como heterotopias.

> Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. (Foucault, 2001, p. 415).

Como instituição que invade diversas sociedades e comunidades humanas, a escola pode se configurar como espaço de heterotopia, como um "entre-lugar", um lugar de passagem, produtora de linhas de fuga para a estrutura de controle que as máquinas do Estado tentam nos impor, como bem diz Gallo (2003). Este autor coloca alguns pontos importantes que podemos roubar do pensamento que Foucault nos oferece:

> Como Foucault afirmou que as heterotopias são multiplicidades, na medida em que justapõem, num único lugar, vários espaços distintos, que são incompatíveis entre si, podemos pensar na possibilidade de criação de heterotopias no tópico. Isto é, a criação de espaços outros de relações instituintes e criativas, no espaço instituído (tópico) (...) se os topos da escola moderna são aqueles do poder assimétrico, da normalização dos corpos pela disciplina e da planificação social pela biopolítica, ousar a justaposição de espaços outros, de um poder simétrico exercido como jogo, de relações experimentais e libertárias, em que ensinar e aprender sejam aventuras do pensamento. Justapor e transversalizar um espaço em que a relação pedagógica seja inventada na simetria, por mais que as posições de mestre e aprendiz sejam assimétricas. (Gallo, 2003, p.10).

Neste sentido, pensar a escola sabendo da sua geograficidade (espaço múltiplo, composição de diversas justaposições), das suas condições e sentidos, quais são

[2] "Os sistemas arborescentes são sistemas hierárquicos que comportam centros de significação e de subjetivação autômatos centrais, assim como memórias organizadas." (Deleuze; Guattari, *apud* Gallo, 2003, p.90)

os seus fundamentos e a "necessidade" social desta instituição é importante para melhor localizar e referenciar as relações que acontecem nesse espaço. Atualmente, a instituição escolar se pulveriza em partículas que cada vez mais invadem os diferentes espaços-tempos do cotidiano. Cada um de nós somos, de uma maneira ou de outra, forçados a estudar, nos formar, buscar mais cursos, nos atualizarmos, ou seja, o mundo atual nos exige atualizações cada vez mais constantes de estudos. Há uma relação de controle dentro desta lógica.

> Na crise da escola, observamos a circulação e a interação com outros veículos de conhecimento, como programas de educação à distância, a mediação do computador nas novas relações de ensino/aprendizagem, como também a presença cada vez mais comum dos infindáveis cursos de formação permanente e a necessidade paranoica de que nunca se chega a lugar algum, de que há sempre mais para saber, para aprender, para explorar. (Araújo, 2006, p. 2)

Ainda que a escola se espalhe por diversas esferas da sociedade e pode ser acessada por inúmeros meios, a instituição escolar clássica, ou seja, uma escola física implantada numa infraestrutura predial-burocrática ainda é mais popular no papel da "transmissão de saberes". Mesmo que avancemos de uma "sociedade disciplinar" para uma "sociedade de controle", ainda há uma grande relevância das estruturas fixas que marcam a sociedade disciplinar e o seu modo de operar.

> Na sociedade disciplinar, a produção de subjetividade estava submetida à lógica funcional de suas instituições fechadas, a moldes institucionais rígidos, fixos, com suas regras de tempo, espaço e comportamentos estritamente delimitados (...) Na sociedade de controle, ainda segundo Hardt, deparamo-nos com outros dispositivos de subjetivação não limitados a lugares específicos, mas que agem através de uma disseminação e de um desmantelamento próprios da máquina capitalista, que melhor funciona quão maior for seu nível de esfacelamento e dispersão (Araújo, 2006, p.3-4).

Há atravessamentos escolares que vão desde sua fisicidade, até seu modo de subjetivação e penetração na vida cotidiana. Sobre este processo de subjetivação, há um entreposto, um jogo entre o que se quer fazer entender (e como ser entendido) com a necessidade de entender aqueles que serão submetidos a essa lógica, ou seja, como fazer com que as diferentes pessoas, por exemplo, construam as competências nas diversas linguagens levando em conta as suas trajetórias. Toda a ciência "Pedagogia" se encabeça de sonhar as artimanhas para que tal façanha seja cumprida. Isso é uma das partes da escola, aquilo que pensam como ela deveria ser. Assim, a imagem de escola, aquilo que concebem como a instituição escolar, quando acontece já é outra coisa, pois é uma multiplicidade, um entreposto.

A escola é um acontecimento, ali acontecem muitas coisas e dentro dessa lógica, entre o que se pretende enquanto instituição concebida e aquilo que acontece no encontro dos corpos, há diversas pedagogias, geografias, estórias, que se passam e se lançam para além do prédio.

> Nesse sentido, uma vez que os programas de controle se confundem e se fazem proliferar através dos dispositivos que incorpora, a estratégia de resistência e sabotagem a esse sistema aponta justamente para um movimento inverso, ou seja, como usar tais dispositivos (na clínica, no trabalho, nas artes, nas relações de amizade etc.) para alimentar outros valores de pensamento e de ação distintos dos do capital? Como forjar práticas que instaurem outras possibilidades para o exercício da liberdade? (Araújo, 2006, p. 9).

Assim, pensamos que os dispositivos de controle que emanam das instituições escolares também são peças que podem ser subvertidas para a fuga paralela deste controle. Ou seja, dentro dos limites que esta estrutura oferece, como poderemos traçar linhas de fuga que nos permitam criar outras formas de existir numa escola (ou em qualquer lugar)?

O que se concebe como prática de ensino, nos "sistemas e redes de ensino", tenta-se submeter aos corpos diferentes. Há a tentativa de padronização, porém o acontecimento escola não se realiza da forma como preveem. Há diversas pedagogias, na confluência das diferentes trajetórias que criam pedagogias menores, estas que a todo o momento jogam com os dispositivos que a pedagogia maior cria. Sobre os conceitos "maior" e "menor" na adjetivação da pedagogia, Gallo e Figueiredo comentam:

> Compreendemos o cotidiano escolar como uma região fronteiriça em que se manifestam concomitantemente práticas maioritárias em educação e expressões minoritárias de educação. Quando ressaltamos as expressões é e sento queremos problematizar essa concepção maniqueísta do mundo, dos espaços e das coisas e, por isso, realizamos um paralelo com os conceitos de maioridade e menoridade objetivando que o leitor possa compreender os processos de co-habitação de ambos movimentos-conceitos. (Gallo; Figueiredo, 2015, p.26-27)

As práticas pedagógicas maiores e menores não são opostas, elas emergem de uma mesma relação, dentro de uma mesma multiplicidade que é "cotidiano escolar". Experimentar outras práticas de educação potencializa linhas que fogem das práticas mais codificadas (as mais coordenadas pelo aparato estatal que reproduz o discurso maior) criando diferenças, singularidades e sentidos outros para o ensino.

As pedagogias se multiplicam possibilitando aprendizados outros que não se mensuram pelos dados oficiais do Estado: aprender jogar truco, a "paquerar", vadiar, a

burlar a "vigilância" da escola, a romper com alguns mecanismos de controle presentes naquele espaço.

O processo escolar é uma tentativa de "adultizar" as crianças ao formato de adulto pré-concebido. A imagem do cidadão é a representação dessa forma idílica de adulto que o sistema se apoia na sua tentativa de "formatação" dessa subjetividade. Cidadão democrático, cidadão ecologicamente correto, cidadão de bem, enfim, todas as nuances de um sistema de significação do "sujeito" que opera para diminuir as possibilidades, os acasos, assim enfraquecendo com que a vida aconteça como afirmação do devir-diferença.

Pensando que o sistema educacional vai nos transmutando de crianças à homens, adultizando nossas mentes e corpos de forma a introduzir novas culpas por expressarmos infantilidades, expressarmos nossas criancices. Se assim fazemos somos taxados de loucos ou idiotas, mas quando na realidade a criança que querem nos afastar é a devir-criança da experimentação, da liberdade, da fé na novidade. Assim, trazemos Nietzsche na figura profética de Zaratustra nos fazendo o convite para potencializarmos o devir-criança.

> Esta é tua obstinação mais imperdoável: "tu tens o poder e tu não queres governa". E eu respondi: A mim me fala a voz do leão para a todos comandar". Então, mais uma vez, num sussurro, me falaram sem voz: "São as palavras mais silenciosas que trazem a tempestade. Pensamentos que chegam com pés de pombas é que dirigem o mundo. Ó Zaratustra, deves ir como uma sombra que está por vir: e tua liderança será de comando e comandante". E eu respondi: "Tenho vergonha". E então mais uma vez me falaram sem voz "Ainda precisas virar criança e não ter vergonha. Ainda tens o orgulho da juventude em ti, tu te tornaste jovem tarde demais, mas aquele que deseja voltar a ser criança deve superar a juventude" (Nietzsche, p.200, 2014.)

Sobre o devir-criança na obra de Nietzsche, Jorge Larrosa complementa:

> A criança, por último, é esquecimento, inocência, jogo, afirmação, criação, abertura, possibilidade, início (....). as palavras-chave do texto de Nietzsche são Inocência, Afirmação, jogo e criação. Se a liberdade em Kant, essa liberdade que temos visto desfalecer, estava ligada à maioridade, a liberdade aqui está ligada ao nascimento e à criança. (Larrosa, 2007, p. 92)

Na escola há centenas de crianças que são recalcadas à medida que o ordenamento e o controle as fazem ter vergonha e se sentirem culpadas pelas suas "criancices". Assim, cabe a reflexão sobre como a escola busca controlar estes corpos tão diversos, mas ao mesmo tempo, cria brechas que permitem que ocorra a diferença, que fogem do padrão objetivado pelo processo escolar.

As linhas de fuga são múltiplas e a cada atualização que o controle faz, como um antivírus que identifica e cria os anticorpos para determinados vírus, surgem outras linhas, outros vírus, que contaminam o espaço proliferando outras práticas pedagógicas, outros espaços, caminhos outros e assim segue. Sem estes percalços não haveria tanta tensão do Estado pra buscar novos mecanismos da Pedagogia. A escola entrelaça o maior e o menor, o molar, o molecular e as linhas de fuga[3], Pedagogia e as pedagogias.

## ILHA 2: A AULA

A aula é uma confluência de corpos, de pensamentos, de objetos e a cada aula há um acontecimento singular. Isto não quer dizer que toda aula é proveitosa, ou boa de antemão, pelo contrário, pode ser que o acontecimento aula se torne algo sem potência, que não possibilite pensamentos diferentes do previsível. Em se tratando de escola (ensino, educação, e.e.e.e), a aula é um fragmento muito importante e talvez aquela que exige maior frequência e comparecimento dos corpos. A aula pode ser compreendida como conjunção corpos, soma de multiplicidades potentes, como diz Deleuze e Guattari:

> Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser." (Deleuze e Guatarri, 1995, contracapa)

Neste espaço de conjunção de multiplicidades há pequenos acontecimentos que a fazem durar; são por vezes poucos minutos ou mesmo segundos que fazem chamar a atenção do aluno e criam sentido naquilo que a aula trata. Como diz Gilles Deleuze em entrevista, quando perguntado sobre para que serve uma aula, o filósofo diz que "a aula não tem como objetivo ser completamente entendida, uma aula é uma espécie de matéria em movimento, cada estudante, cada grupo, pega o que convém da aula, a aula ruim é aquela que não convém a ninguém, sem emoção não há aula[4].

Aula que não faz sentido nenhum, como é comum ouvir a queixa de muitos, é uma aula ruim, segundo Deleuze. E quando, ao menos por poucos instantes, a aula desperta o interesse no interlocutor, essa aula fez algum sentido pra ele, e neste sentido

[3] linha de fuga, esta levada desde o segmento, passando pelos limiares em direção ao desconhecido; esta linha percorre o caminho da alma, abstrata e simples, mas por sua expressão sinuosa, torna-se menos detectável. (Gallo; Figueiredo, 2015, p.40-41)

[4] Trecho retirado do vídeo disponível no Youtube no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=-ln2A0fkA78

foi útil. Como Deleuze nos indica, numa aula há diversas pessoas com interesses diversos; o desafio do professor é buscar dar sentido à aula para tão diverso.

Com base em Deleuze, Silvio Gallo aponta o conceito de *rizoma* como possibilidade de pensar o conhecimento como algo aberto, algo transversal que atravessa as diversas esferas que historicamente foram fragmentadas em disciplinas. É rizomática a forma, como, por exemplo, Deleuze coloca o acontecimento aula, como algo que deve fazer sentido para as diversas singularidades que há numa sala de aula. As conexões que são feitas, articuladas pelo professor, são as conexões que o rizoma articula para possibilitar um diferente pensar.

> Diferente da árvore, a imagem do rizoma não se presta nem a uma hierarquização nem a ser tomada como paradigma, pois nunca há um rizoma, mas rizomas; na mesma medida em que o paradigma, fechado, paralisa o pensamento, o rizoma, sempre aberto, faz proliferar pensamentos. (Gallo, 2003, p.93)

Há de se repensar como podemos possibilitar numa aula pensares rizomáticos, dentro de uma estrutura arborescente. Daí temos que pensar como suscitar no nosso aluno, no aluno que há (não o que imaginamos que deveria ser), uma transversalidade de saberes em rizoma.

Mas muito dos fundamentos da escola e dos professores ainda estão enraizados na compreensão de que uma boa aula é aquela que permite o aluno entender tudo que ali foi passado. Uma boa aula, para muitos, não acontece porque os alunos não têm interesse, ou não prestam a atenção devida aos procedimentos pedagógicos, o que impossibilita o aprendizado dos mesmos. Os professores responsabilizam os alunos, em primeiro lugar, pela "ineficiência" da transmissão dos saberes que a aula objetiva.

Os alunos também se frustram, ao perceber que muitos de seus objetivos não serão alcançados, seja passar de ano, ir bem numa prova, ou garantir um conhecimento que ele julga adequado para a sua inserção na universidade ou mercado de trabalho. Os objetivos, sejam dos alunos, sejam os dos professores, são idílicos, perante o fato de que não há possibilidade alguma de garantir a "transmissão" de conhecimentos dentro de uma estrutura que exige reconhecer teorias, teoremas, fórmulas, produzidos historicamente pelas sociedades. Quem acha isso possível?

Como reconhecer não quer dizer pensar, a escola idealizada por esses sujeitos é uma escola sem pensamento. A escola que se fundamenta na tentativa de deixar mais eficiente a assimilação de teorias, teoremas e fórmulas, é uma escola que impossibilita

pensar uma ciência viva. Conseguir reconhecer as fórmulas matemáticas adequadas para aquela operação, conseguir reconhecer as teorias que determinados autores comtemplam, isso, além de ser trabalho de memorização, não exige que o pensamento seja forçado, apenas estimulado a reconhecer o que já está dado.

Dê uma olhada nas escolas e nos seus discursos. Logo perceberemos que estão carregados de frustração. Estão frustrados pela educação do povo, que julgam mal-educados, frustrados pelos índices educacionais sabotados, frustrados por suas avaliações, frustrados por não serem bem cotados. E assim, isso reflete dia-a-dia como os sujeitos se sentem frustrados por não terem suas expectativas correspondidas no acontecimento de uma aula. Uma aula que não teve o seu "objetivo" concluído.

E se partirmos do que realmente podemos possibilitar? O que podemos para o ensino? O que podemos para fazer uma aula ter sentido para os alunos? São essas perguntas que podem nortear a nossa prática, mas perguntas que devem partir do que somos, do que é a escola, a aula, os alunos e os professores, não do que deveríamos ser. Um dos pontos importantes, para, ao menos nos livrarmos do sentimento de frustração, é entender que tudo pode acontecer numa aula, pois nós, enquanto professores, não temos o controle sobre os corpos dos alunos.

Compreender que somos uma parte do acontecimento aula. O que ocorre durante a aula é um acontecimento a parte, que difere do plano de aula ou das teorias pedagógicas. Para que nos preparemos para uma aula, temos que partir do que há, dos problemas que podemos observar entre os elementos que se encontram durante uma aula. Neste sentido, Zourabichvili aponta:

> Se aprender é uma experiência que envolve todo o ser, e não a troca entre um sábio e um ignorante, o ensino ajusta-se às condições de aprendizagem, desde que ele próprio seja uma experiência; este requisito será satisfeito caso se coloque a atenção nos problemas e na diferença dos problemas. (Zourabichbili, 2015, s/p)

Cabe ao professor, com a seu intuito pretensioso de conduzir uma boa aula, se preparar com base nos problemas reais que há nos corpos que se encontram ali. Evitar idealizar os alunos, as condições estruturais da escola, idealizar os projetos políticos pedagógicos, evitar reproduzir imagens do que deveriam ser as condições de uma aula, mas sim a partir das condições existentes, assim como os problemas que estão naquele tempo/espaço, pensar a condução de uma aula para que ela provoque a experiência de aprendizagem.

Provocar o pensamento, potencializar a criação da diferença. O que pode uma aula? Neste sentido, pensar é criar, é estar à deriva dos parâmetros de reconhecimento, o que provoca refletir sob os novos parâmetros para compreender determinados fatos. Entendemos que possibilitar uma aula que, ao menos por instantes, permita as pessoas pensarem, multiplica a criatividade. Criar caminhos, rotas, linhas que se diferenciam, criando o novo, não repetindo a velha fórmula/teoria. A representação, é um pensamento morto. Assim:

> Dito de outra forma: o pensamento é apenas "re-conhecimento", quando está submetido e regulado pelos princípios da representação. Sua atividade mais fecunda está paralisada, sua natureza está reprimida: o seu poder de criar, de pensar e de produzir sua própria diferença. (Schöpke, 2004, p. 24).

Fazer da aula uma representação do pensamento é não trazer a possibilidade de pensar a diferença. Esta associação entre reconhecimento e pensamento é onde se solidifica a educação/ensino/escola/aula que a moral pretende que se cumpra, e neste sentido firma-se dentro de uma linha conservadora de reprodução de vidas mortas, de cabeças-corpos enquadrados dentro de um processo já dado. Pensamos em possibilitar mais vidas-vivas, criativas, como afirmado neste trecho:

> O pensamento como afirmação da diferença, como afirmação de nossa própria diferença. É isso que defendem os "filósofos da diferença", os "pensadores nômades" – aqueles que não se enquadram em modelo prévios. Fazer do pensamento um "modo de existência", uma "máquina de guerra nômade" cujo maior desafio é permanecer livre dos modelos de representação, livre da Moral que tornou o pensamento um beato companheiro dos poderes vigentes. (Schöpke, 2004, p.29).

Pensar a diferença, fazer com que a aula potencialize experiências livres. Possibilitar, durante a aula, experiências que forcem o pensamento, que provoquem, que violentem o nosso estado atual. Como afirma Schöpke (2004), "pensar não é uma tendência natural, mas é efeito de uma força externa que nos violenta, retirando a razão de sua função recognitiva".

Transformar a aula numa experiência singular, criar nela linhas que fogem destes ditames de controle, que fogem da pedagogia de Estado, que fogem da pretensão idílica de criar "cidadão", de que estes cidadãos sejam todos bons reconhecedores de fórmulas, teoremas e teorias, enfim, tornar a aula singular, um modo de existência, uma aula-erva-daninha. Nos forcem a pensar, enquanto professores e que forcem os nossos alunos a evocar pensamentos e não recognições.

> (...) o pensamento está em relação direta com o "fora" ou, mais precisamente, com a diferença. Somente ele pode realmente estabelecer a diferença, sem que

> isso signifique aprisiona-la e delimitá-la em um conceito vazio. É exatamente porque o pensamento rompe com a representação que ele pode apreendê-la em si mesma. (Schöpke, 2004, p.178).

Para que possamos possibilitar a experiência do pensamento em uma aula, seja utilizando o livro didático, seja utilizando a arte, devemos nos permitir a experimentar. A experimentação é necessária para observar o que pode determinada aula para determinados corpos e como essa experiência se dá nas diferentes turmas. Pensar "políticas de resistência através das atuações pedagógicas" (Gallo, Figueiredo, 2015). Há de se mover, de remoer o seu plano de aula, para que ele possa partir dos corpos e suas diferencialidades para que possamos pensar as experiências de pensamento que podemos suscitar.

Temos de pensar em fazer do espaço de sala de aula, do acontecimento aula, naquele espaço-tempo, um espaço-liso, algo, que pelo menos por instantes, foge das velhas amarras da organização estatal e da ilusão de pensamento que a recognição introduz.

> O espaço liso é ocupado por acontecimentos ou hecceidades, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais que de propriedades. É uma percepção háptica, mais do que óptica. Enquanto no espaço estriado as formas organizam uma matéria, no liso materiais assinalam forças ou lhes servem de sintomas. É um espaço intensivo, mais do que extensivo, de distâncias e não de medidas. *Spatium* intenso em vez de *Extensio*. Corpo sem órgãos; em vez de organismo e de organização. (Deleuze; Guattari, 1997, p. 185)

O espaço estriado é o que mais há numa escola e numa aula. Os parâmetros curriculares, as ementas, as resoluções, os projetos pedagógicos, os regimentos, os planejamentos, as avaliações, a disposição das carteiras, a arquitetura dos prédios, o ordenamento do tempo na divisão das aulas, as chamadas, o livro-ponto. Esta organização que se estabelece no ambiente escolar nos força a cumpri-la, entretanto, ela nos possibilita trazer outros sentidos, buscar novas experiências, estabelecer acontecimentos distintos, ou seja, criar espaços lisos que hora ou outra fujam da organização que o espaço estriado estabelece.

> Isso significa que a estrutura constrange ao passo que também habilita, ou seja, existe coerção, no sentido de que limita certas ações, mas também fornece recursos que fazem com que os indivíduos conduzam suas vidas, através de suas leituras do mundo (que, numa instância explicativa mais entusiasmada, conduziria aos cuidados de si, às tecnologias do self). (Costa, 2010, p. 31-32)

A coerção a qual Costa faz menção está relacionada àquilo que articulamos sobre o espaço estriado, codificado e organizado. Há de se pensar que a estrutura que o

Estado compõe no seu jogo de controle e poder também possibilita que criemos, em cima desta, linhas de fuga, rupturas e espaços lisos. É nessa disputa que acontece a aula, e dessa forma que buscamos possibilitar experiências que forcem o pensamento.

> Portanto, há a "política experimentada" *com* subjetividades envolvidas (minoridades) e há também a "política almejada" *para* sujeitos e instituições (maioridades), ambas convivendo nesta ilimitada circularidade que as faz distintamente singulares e plurais ao mesmo tempo. Este é um desafio contemporâneo, o de saber viver e experienciar a riqueza dos estados de coexistência que desenham mundos. (Gallo; Figueiredo, 2015, p.44-45).

Emergir num espaço outro, numa linha que nos força a mover, provocar o pensar e cristalizar o sentido. Experimentar a aula e proliferar sentidos, liberar as linhas que fogem, fazer do espaço-tempo, acontecimento que é uma aula (de geografia, história, matemática, física), um possível, provocar pensamento, "dar consistência a seu fora".

> São essas definições que solicitam e dão sentido a constituição dos conceitos de "signo" e de "fora. Ao invés de apoiar-se em princípios, o pensamento é solicitado por signos. Ao invés de ter a garantia de Verdade, o pensamento torna-se necessário quando, forçado, dá consistência a seu fora (...) O signo não é uma aparência nem tampouco uma aparição, é um sintoma que encontra seu sentido em uma relação de forças. Com esse conceito, Deleuze evita a dualidade metafísica da aparência e da essência, o par aparição/condição da aparição característico do idealismo transcendental e a relação "científica" de causa e efeito. O signo, como expressão de uma coexistência de forças em combate, resulta de um acaso de uma multiplicidade de forças em devir. Como sintoma, o signo é um "objeto" portador de problema. Nessa medida, como efeito de relações de forças e de portador de problema, todo signo envolve uma coexistência de sentidos. (Abreu, 2007, p. 91).

Queremos, dentro destas reflexões puxadas pela discussão bibliográfica que fazemos, abrir espaço para que possamos conversar, dialogar e experimentar outras práticas docentes. Práticas estas que possam agenciar na multiplicidade da escola, da aula e dos sujeitos potencialidades que provoquem o pensamento e a criação, reterritorializando os possíveis que estavam "fora" das possibilidades, dando consistência a outros caminhos de ensino que estão porvir.

## ILHA 3: O PROFESSOR

A figura do professor é extremamente operatória para os moldes das instituições escolares tradicionais. Sem professor não há escola, diriam os mais deterministas. Pelo menos a escola que se reproduz na sociedade capitalista do começo do século XXI, sim, ela depende do sujeito-professor. Ao mesmo tempo em que carrega os discursos "libertadores", "progressistas", e de certa forma incorpora a figura do porta-voz da verdade, a mesma figura comporta uma predisposição conservadora e reacionária.

O discurso progressista, baseado em muitas teorias de metanarrativas, carrega a expectativa de que o discurso teórico tem força para libertar os sujeitos desta "sociedade desigual". Sendo assim, a educação é o caminho de "salvação" e ruptura para a liberdade das almas discentes. Para esta figura, o filósofo Silvio Gallo dá o nome de *professor profeta*:

> No âmbito da modernidade, parece-me que podemos dizer que o professor crítico, o professor consciente das suas relações sociais, de seu papel político, agiria como um professor-profeta. Como alguém que, vislumbrando a possibilidade de um novo mundo, fazia a crítica do presente e procurava apresentar, então, a partir da crítica do presente, a possibilidade de um mundo novo. (Gallo, 2003, p. 73).

O professor profeta cria expectativas, idealiza um mundo novo e crê que seus alunos devam aprender os seus preceitos para que caminhem juntos para a libertação. Esta figura muitas vezes não consegue lidar com a sua realidade, com as situações concretas de uma aula e por vezes acaba responsabilizando elementos outros como o Estado, os alunos, a sociedade, o FMI, entre outros, sem entender que a frustração é proporcional às expectativas que se criam.

Neste sentido, Silvio Gallo pensa em outras possibilidades de atuação do professor na educação. Ele fala do professor-militante, aquele que vive os problemas que os alunos vivem, que busca entendê-los para que a partir deles possa traçar as suas "estratégias de guerra" no ensino. Como diz Gallo (2003, p. 73): "O professor militante seria aquele que, vivendo com os alunos o nível de miséria que esses alunos vivem, poderia, de dentro desse nível de miséria, de dentro dessas possibilidades, buscar construir coletivamente".

Os níveis de miséria são distintos dependendo do grupo de alunos que o professor lida. Não é apenas a miséria social, como diz Gallo, mas há outros tipos de miséria (psicológica, afetiva, cultural, etc.) que o professor tenta vivenciar para criar, a partir daí, os elementos que potencializem linhas de fuga, num agenciamento coletivo, cooptado pelo professor, que tenta afetar individualmente os seus alunos.

> Mas o militante tem sempre uma ação coletiva; a ação do militante nunca é uma ação isolada. Então, o professor militante seria aquele que, vivendo as misérias dos alunos ou as misérias da situação social da qual ele participa, procuraria, coletivamente, ser um vetor da produção de superação, de condições de superação dessa miséria, ser um vetor de libertação, de possibilidades de libertação. (Gallo, 2003, p. 74).

O professor não seria um porta-voz da libertação e da mobilização, como o professor-profeta, mas um vetor de intensidades que agencia os desejos coletivos e os

seus devires. Continuando com Silvio Gallo, a escala de atuação do professor-militante vai para além da sala de aula, mas também acontece nos diversos meios que ele atua como figura professor.

> Essa luta cotidiana de construção de possibilidades de libertação é uma luta que deve dar-se em diversos ângulos e em diversos níveis. Ela deve dar-se no ângulo do cotidiano da sala de aula, ela deve dar-se nas relações que o professor trava com seus colegas no ambiente de trabalho, ela deve dar-se com as relações que o professor trava no seu ambiente social, mais amplo, mais geral, e ela deve dar-se também nas relações que o professor trava na luta sindical. (Gallo, 2003, p.74).

O professor deve ser político, mas uma política viva e ativa, articulada coletivamente no agenciamento dos desejos coletivos, não morta, aprisionada na reprodução do discurso já dado. A libertação é desejo e vontade que nutre nossa atuação, sem isso estaríamos numa deriva de blablablás que não nos potencializa nada. Bem como afirma Silvio Gallo neste trecho:

> (...) deslocar esse conceito, operar com a noção de uma educação menor, como dispositivo para pensarmos a educação, sobretudo aquela que praticamos no Brasil em nossos dias. Insistir nessa coisa meio fora de moda, de buscar um processo educativo comprometido com transformações no status quo, insistir nessa coisa de investir num processo educativo comprometido com a singularização, comprometido com valores libertários. (Gallo, 2003, p.75).

Fazer a educação menor proliferar é fazer política, é multiplicar a ação da menoridade, é conectar-se com as criações coletivas, ou seja, com a multiplicidade fazendo desterritorializar os preceitos da educação maior, reterritorializando na criação do novo.

> Sala de aula como espaço a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional. Uma educação menor é um ato de singularização e de militância. (Gallo, 2003, p.78)

Há, neste sentido, uma necessidade de repensarmos, enquanto professores, a aula que ministramos, para que ela de fato faça sentido, aconteça. Uma aula que se distancie dos clichês-aula, que está porvir e que se diferencie na prática de criação que cada professor exerce dentro das suas condições.

> Desde a perspectiva de uma didática da criação, a boa aula (no sentido tradicional) pode ser uma aula extremamente ruim; isto é, improdutiva, conservadora, obstaculizadora ou impeditiva da criação, da invenção, da fabricação do novo. Por isso, mesmo que "a luta contra os clichês" seja "algo terrível", como pode um professor evitar que a sua aula seja uma aula-clichê? Como pode um professor dar uma aula que não seja uma aula-dada? Não há regras nem soluções universais. (Corazza, 2012, p.3)

O que podemos fazer se não há regras ou clichês? Tudo. Mas tudo que faça sentido, tudo que converge com as misérias que os alunos carregam, temos que criar a aula, criar as condições de desterritorialização no acontecimento aula que ensaiamos, independente dos poderes que tentam nos regimentar naquela estrutura.

Mesmo que tentem nos operar o controle, controlar a forma da escola, sua arquitetura, a forma como conduzimos as aulas, o conteúdo que ministramos, enfim, tentam controlar a educação, há aquilo que foge, que é incontrolável, que é justamente, aquilo que devemos observar, agenciar e potencializar.

> No filme de Parker, as crianças se revoltam, quebram a máquina, cantando os versos floydianos - We don't need no education/we don't need no thought control/ no dark sarcasm in the classroom i hey, teacher, live the kids alone! O exercício do poder gera resistência, já demonstrou Foucault; a tentativa de controle pode fugir a qualquer controle. É o que Deleuze, num texto mais antigo, nos alerta em relação à aprendizagem. (Gallo, 2003, p.79)

Para uma educação política que possibilite a menoridade acontecer temos que nos esforçar para que essas amarras do controle não nos acoplem e a experimentação, o exercício de, a partir dos alunos e suas misérias, criar aulas que possam fazer um mínimo de sentido. Experimentar, experimentar e experimentar, possibilitando que a aula se torne um acontecimento, que se diferencia a cada momento e a cada aula. Neste sentido, Sandra Corazza fala sobre a "Filosofia da Diferença":

> Já a Filosofia da Diferença (também chamada por Deleuze de Empirismo Transcendental) reverte esse plano transcendente e privilegia a mobilidade perpétua do real, exercida num plano da imanência, o qual deve ser traçado pelos professores, que lhe vão dando consistência à medida que o criam por meio de experimentações. (...) Por isto, é que o platonismo, em Educação inclusive, é ferido de morte, em sua diferença relativa – entre O-Bom-Professor e O-Mau-Professor, que nada mais são do que Cópias, bem ou mal assemelhadas ao Padrão –, a qual sempre hierarquiza, ao privilegiar uns e secundarizar outros. Platonismo ferido pelo pensamento deleuziano, que valoriza justamente os professores-simulacros, como os únicos que têm possibilidades de produzir novidades e de levarem a Educação à diferença não maldita, já que só eles possuem forças inventivas orientadas para o por vir. (Corazza, 2012, p. 5-6)

Sobre o "professor-simulacro" ou "devir-simulacro", Corazza nos aponta a importância de pensarmos isso enquanto uma ação ininterrupta de várias forças que nos influenciam, que nos possibilitam, uma multiplicidade que nos faz acontecer, enquanto professor naquele momento, de uma aula por exemplo. Corazza argumenta dessa forma:

> Assim, devir-simulacro é o próprio processo do desejo de educar. Isto é, a partir do educador que ele é, dos fundamentos, metodologias, pedagogias que aprendeu, de como ele sabe exercer a sua profissão, o professor-artista entra na zona de vizinhança – que marca a pertença a uma mesma molécula, independentemente dos sujeitos e das formas – do desejo, ou em sua co-

> presença, entre as partículas extraídas do que ele carrega em si, e que não mais pertencem ao que ele é, ao que ele possui, a como ensina. Por isso, um pedagogo-educador-professor em devir-artista-simulacro é considerado uma hecceidade, isto é, uma coletividade molecular, não separável de um espaço corpuscular. Não que um professor se torne um artista, ou que um pedagogo se assemelhe a um artista, ou que um educador seja análogo a um artista, ou vice-versa, já que o devir não é metáfora simbólica; e sim que o educador, o professor, o pedagogo e o artista invocam uma zona objetiva de indeterminação ou de incerteza, comum e indiscernível, na qual não se pode dizer onde passam as fronteiras de uns e de outros. (Corazza, 2012, p. 8)

Nas diversas zonas de vizinhança que traçamos nossa prática, que provocamos nossas pedagogias é que criamos, são elas, as múltiplas forças que nos tocam, que nos possibilitam pensar e criar uma aula que faça sentido. Não podemos parar! Não podemos ser cooptados pelo controle, pelo conservadorismo e adotar uma política sedentária do achar que estamos no caminho certo, pois se pensamos assim talvez seja porque estamos inseridos na máquina de controle, como diz Gallo:

> Os atos militantes podem ser cooptados, re-inseridos no contexto da máquina de controle, perdendo seu potencial libertário. Ou, na perspectiva de fazer-se máquina, resultante dos agenciamentos, a educação menor pode despotencializar-se, ao permitir que se torne nova máquina de controle. (Gallo, 2003, p.85)

Rapidez e agilidade, para fugir do cooptação, criatividade para pensar o novo. Temos que nos preparar para estas condições de "guerra", na luta cotidiana, na microescala, micropolítica, como diz Foucault. Para não nos deixar agarrar, enquanto professor-militante, temos que sempre repensar os temas, o estilo, a condução, os alunos, a disposição dos objetos, a aula, a escola, e.e.e.e. Criar estratégias operacionais para a trincheira sala de aula. Temos que estarmos muito bem preparados, bem ensaiados, ensaiar bem nossas aulas, como enfatiza Deleuze na entrevista do abecedário:

> Tenho de refletir. Como tudo, são ensaios. Uma aula é ensaiada. É como no teatro e nas cançonetas, há ensaios. Se não tivermos ensaiado o bastante, não estaremos inspirados. Uma aula quer dizer momentos de inspiração, senão não quer dizer nada. (Deleuze, 1996)[5]

Para evocar momentos de inspiração o professor deve estar bem ensaiado, nas palavras de Deleuze. E bem ensaiado também remete ao entusiasmo do professor referente ao que ele aborda, os temas que são interessantes para os alunos, mas deve ser para ele também, o que gera entusiasmo na fala, segundo Deleuze na entrevista.

[5] Retirado do site https://www.bibliotecanomade.com/2008/03/arquivo-para-download-o-abecedrio-de.html às 07:49 de 28/08/2023. Transcrição do documentário/entrevista ***O Abecedário de Gilles Deleuze***, que compila uma série de entrevistas ao filósofo francês feita pela jornalista Claire Parnet.

A inspiração, os entusiasmos, os ensaios, os corpos, são diferentes, são multiplicidades e nunca se compõem do mesmo jeito, sempre se diferenciam, neste sentido pensar o "professor" também é desfazer a "raiz" que tenta associar a sua imagem a determinados conjuntos de formas. Como diz Sandra Corazza neste apontamento:

> Pois, esse *Princípio*, ao formular o conceito de *Professor*, nos leva a esquecer tudo aquilo que é distintivo como se, no campo da Educação, além dos vários professores e de suas ações individualizadas e desiguais, houvesse algo ou alguém que fosse *O Professor-Primordial* (*Uno*, *Padrão*, *Verdadeiro*, *Normal*), a partir do qual todos os professores fossem formados, embora por mãos inábeis; de modo que nenhum saísse correto e fidedigno à *Ideia Pura* daquele *Professor-Modelo*, dotado de uma qualidade essencial, ou *qualitas occulta*, cujo nome pode ser *Professoralidade*, e à qual cada um e todos os professores deverão submeter-se ou se esforçarem para dela se aproximarem, como. (Corazza, 2012, p. 4-5)

Esta tentativa de controle, de persuasão, que nos coloca como cópias das imagens do que deveríamos ser (professor ideal) devem ser combatidas. É importante sempre enfatizarmos que quando escrevemos sobre educação-ensino-aula-professor, não queremos montar uma receita sobre como deve ser, e muito pelo contrário, devemos questionar tais receituários combatendo-os nos diversos espaços.

## ILHA 4: O ALUNO

Se quando falamos sobre os professores afirmamos que sem professor há uma probabilidade de não haver escola, é possível concluir que sem alunos não há probabilidade; sem alunos não há escola. Ser aluno na sociedade de controle não está mais marcado à uma faixa etária, da infância-adolescência-juventude, ritos de passagem. Atualmente, todos, independente de faixa etária, estão constantemente sendo cobrados para serem "eternos alunos". Como dissemos, a formação contínua e constante é um dos mecanismos de controle que a sociedade atual exerce sobre nós.

Assim como os professores, os alunos também têm expectativas de aprendizagem. Muitos estipulam o que "querem ser", ou como, pelo menos, poderia ser uma escola, uma aula, ou o professor. Dentro dessas expectativas, assim como as dos professores, há diversos elementos que atravessam que são frutos de uma construção social, que alguns diriam que seria a ideologia. Suas expectativas de aprendizagem se associam aos seus desejos, suas vontades, mas desejos e vontades que são moldados pelos meios de propaganda do Estado e das empresas.

O aluno é um "outro" imaginado por nós professores. Se a educação propõe o ensino, este ensino é voltado ao outro, estudante, aluno que, ao olhar da instituição escolar, precisa ser ensinado. O aluno é entendido como o outro deste processo de "ensino", entretanto, os próprios professores também podem ser vistos como o outro pela visão dos alunos. Sílvio Gallo nos aponta sobre como a ideia moderna de escola é permeada por essa visão da "escolarização" do outro. Assim ele diz:

> A educação, portanto, lida sempre com o outro. A questão é saber como se dá a relação com o outro nestes processos. O grande mito da modernidade educativa, inaugurado por Comenius, é o de que é possível ensinar tudo a todos, ou, dizendo de outro modo, ensinar qualquer coisa a qualquer um. Para o educador morávio, assim como para Descartes, é tudo uma questão de método. Se é possível um método para orientar-se no pensamento, é possível um método para orientar o pensamento do outro, um método para ensinar (...) assim, o educador que planeja sua ação para os outros não tem em mente ninguém mais do que ele mesmo. Ele educa à sua semelhança, sendo o outro uma representação sua. Ele define, de antemão, o outro como o mesmo. (Gallo, 2008, p.7)

A educação (do ponto de vista moderno de educação) está relacionada à uma ideia de representação. A representação que perpassa o outro, eu, sujeito, e que perpassa também o que consideramos adequado a ser ensinado, conhecimento a ser "reproduzido" pelos alunos. Mesmo que imaginemos e possamos representar diversos sujeitos idílicos, nada disso se aproximará da multiplicidade que é um aluno, a escola, a aula, e assim, a ideia de ensinar algo ao outro é também idílica, pois nada garante que o que ensinamos seja apreendido. Assim fala Sílvio Gallo sobre esta questão citando Gilles Deleuze:

> E a chave para isso encontramos no próprio Deleuze, quando afirma, em Diferença e Repetição, que não é possível saber e controlar como alguém aprende (2006, p. 237). Podemos inventar métodos para ensinar, mas o vínculo que une o aprendizado ao ensino, de uma forma que pode ser prevista e controlada, só faz sentido no âmbito da filosofia da representação e não passa, portanto, de uma ficção. (Gallo, 2008, p.14)

Esperar algo da escola, da aula ou do professor é cogitar como deveria ser. Não que desfaçamos todas as expectativas, mas que estas possam ter a potência para ampliar e propagar os desejos e não fixar o desejo em polos, recortes, ideais, que se fecham para outras possibilidades de querer.

Mas, sobretudo, temos que entender o aluno, viver a miséria dele, para que possamos potencializar uma aula que faça sentido. E sobre qual é este aluno que estamos falando? Qual é o aluno do atual século? Do atual ano? De qual lugar? De qual miséria ele se esconde? As diversas perguntas podem permear nossa prática; claro que não

teremos todas as respostas, mas podemos ter pistas que nos permitam a pensar uma aula de acordo com o aluno que temos, não o que desejamos.

Isso porque cada aluno tem a sua singularidade, tem suas vontades e desejos. A pedagogia opera como um método generalizante, os que a usam pensam em massificar determinados conhecimentos, fazer com que a aula seja cada vez mais operatória para que um número maior de alunos possa ter conhecimento, dominar saberes. Silvio Gallo ao propor um currículo transversal e rizomático enfatiza:

> O processo educativo seria necessariamente singular, voltado para a formação de uma subjetividade autônoma, completamente distinta daquela resultante do processo de subjetivação de massa que hoje vemos como resultante das diferentes pedagogias em exercício. (Gallo, 2003, p.98)

Muitas das singularidades passam despercebidas pelo método, pela pressuposição de uma educação de massa. Ao mesmo tempo, temos uma massificação da informação. Os meios de comunicação possibilitam o acesso rápido e fácil à uma imensa variedade de informações. Isso nos mostra que dentro de um processo onde temos singularidades, há ainda informações massificadas que os atravessam. É uma relação de mão dupla, singularização, mas subjetivação de massa não realizada pela imensa pretensão da pedagogia, mas pelos meios de comunicação que conseguem realizar pela capilaridade da sua estrutura.

Mas não sejamos ingênuos: a enxurrada de informação nem sempre é positiva. Os meios de comunicação têm interesses particulares, já que a absoluta maioria advém do setor privado. As informações que estes meios circulam são produzidas, montadas e articuladas para que nelas atrevessem a conotação que os interesses privados desejam dar ênfase. O sentimento de estarmos bem-informados pode ser vazio. Jorge Larrosa nos coloca os seguintes pontos:

> E a primeira coisa que eu gostaria de dizer sobre o saber da experiência é que há que separá-lo de saber coisas, tal como se sabe quando se tem informação sobre as coisas, quando se está informado. É a língua mesma que nos dá essa possibilidade. Depois de assistir a uma aula ou a uma conferência, depois de ter lido um livro ou uma informação, depois de ter feito uma viagem ou de ter visitado uma escola, podemos dizer que sabemos coisas que antes não sabíamos, que temos mais informação que antes sobre alguma coisa, mas, ao mesmo tempo, podemos dizer também que nada nos passou, que nada nos tocou, que, com tudo o que aprendemos, nada nos sucedeu ou nos aconteceu. (Larrosa, 2004, p.154)

Mesmo informados, quais experiências que nos acontecem? Estaríamos mais "sábios" por conhecer mais informações? Estas questões são suscitadas pelo autor. Cabe

destacar, como dito na citação, que o mesmo vale para a aula, que pode nos acrescentar diversas informações, mas não nos "passar", não nos tocar e acrescentar "sabedoria". Criar espaços que permitam que os alunos ganhem mais "experiência", através de mais experimentações.

Não podemos ser ingênuos e atribuir tudo a um jogo de palavras "pós-modernas" de que tudo é multiplicidade, que tudo é válido para a educação, de que temos que assimilar todas as opiniões das diferenças e apenas viver as coisas como elas estão dispostas, sem poder fazer algo, já que poderíamos estar suscitando uma pequena "colonização" na sala de aula. Então, temos que lutar também, na militância em sala de aula, contra as opiniões fundadas em informações mastigadas pelos meios de comunicação. Esse sujeito moderno e informado é um dos sintomas da manipulação estabelecida pela sociedade de controle.

> O sujeito moderno é um sujeito informado que além disso opina. É alguém que tem uma Opinião supostamente pessoal e supostamente própria e às vezes supostamente crítica sobre tudo o que se passa, sobre tudo aquilo do qual tem informação. Para nós, a opinião, como a informação, converteu-se em um imperativo. Em nossa arrogância, passamos a vida opinando sobre qualquer coisa sobre a qual nos sentimos informados. (Larrosa, 2004, p.155)

Prosseguindo, Larrosa coloca que este sujeito que opina, supondo que por ser informado pode pautar opinião sobre tudo, na realidade, é um sujeito manipulado pelas informações fabricadas tornando suas opiniões também fabricadas.

> O periodismo é a fabricação da informação e a fabricação da opinião. E quando a informação e a opinião se sacralizam, quando ocupam todo o espaço do acontecer, então o sujeito individual não é outra coisa que o suporte informado da opinião individual, e o sujeito coletivo, esse que teria de fazer a história segundo os velhos marxistas, não é outra coisa que o suporte informado da opinião pública. Quer dizer, um sujeito fabricado e manipulado pelos aparatos da informação e da opinião, um sujeito incapaz de experiência. (Larrosa,2004, p.156)

Como dito anteriormente com base em Silvio Gallo (2003), os nossos alunos carregam diversos tipos de miséria. Larrosa (2004) enfatiza uma das misérias que mais ocorrem atualmente, a presunção do sujeito bem-informado. Uma condição que nos afeta, que incomoda, pois quando há uma massa de pessoas que pensam que estão bem-informados (mas são manipulados por informações codificadas pelos meios de comunicação) isso reflete em níveis de sociabilidade nos quais a ignorância pode prevalecer.

O aluno deve ser parte da aula. O professor prepara a sua aula, como base nos conteúdos curriculares, mas não consegue pautar a forma dela pelo que os alunos são. Temos que entender para quem as aulas são? O porquê daquela aula? O que eu quero para aquela aula? E assim, não há como pensarmos esta aula, ensaiarmos ela, sem adentrarmos nos desejos e anseios de nossos alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos propomos com este artigo provocar reflexões sobre como ensinamos Geografia. Tecendo uma análise, de forma breve, sobre algumas das características dos elementos que permeiam este "ensinar", como a escola, a aula, o professor e o aluno. Não nos propomos a dar receitas sobre o ensino, mas de levantar questões que podemos pensar sobre e potencializar a criação.

Neste arquipélago, caminhamos por essas ilhas, de forma que podemos ampliar a nossa leitura sobre a escola, sobre a aula, o professor e o aluno. Mais do que finalizar com estas considerações finais, quero propor que continuemos a pensar sobre o ensino, sobre a geografia, sobre a escola os alunos, e.e.e.e.

Se há um caminho que talvez podemos nos orientar a partir deste artigo, aponto que seria o de sempre se forçar a pensar a aula, a geografia a ser ensinada e as formas que podemos conduzir nossas aulas de modo que possibilite a criação e a circulação de pensamentos, para além da mimetização, pensares ainda não projetados, pensares por vir.

Diante desta iniciativa de sermos professores provocadores do pensar, teremos que agenciar nas geografias que atravessam nossa criação/aula, de modo a compreender as forças que as compõem e criar aulas que possam fazer sentido dentro dos contextos espaciais que elas coexistem, esse é o nosso convite. Analisar a escola, os alunos, as concepções de aula e do que é a docência, de modo a deslocarmos os pensamentos "enraizantes/enraizados" de nós mesmos para que adiante possibilitemos aulas que provoquem a reflexão crítica e o pensar dos alunos. Uma aula que permita a criação, o novo, potencializa a reterritorialização do possível que ainda está porvir.

## REFERÊNCIAS


ABREU, Ovídio de. **O fora e o signo.** O que nos faz pensar n°22, novembro de 2007.

ARAÚJO, Marcos Guilherme Belchior. **Sociedade de controle e capitalismo rizomático.** Revista Critério, v. 06, 2006.

CORAZZA, Sandra Mara. **Contribuições de Deleuze e Guattari para as pesquisas em educação.** Revista Digital do Lav – UFSM - Ano V – N°8, março de 2012.

_____. **Didaticário de Criação: Aula Cheia, Antes da Aula.** XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP, Campinas, 2012.

COSTA, Jean Henrique. **Subjetivação e dobras de fora: transitando por Foucault, de Gilles Deleuze.** Revista Trilhas Filosóficas, Ano III, número 1, jan.-jun. 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs vol.1**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

_____. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia, vol. 5.** São Paulo, Ed. 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Outros espaços.** In: Ditos e Escritos III – estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.411-422, 2001.

GALLO, Sílvio; FIGUEIREDO Gláucia Maria. **Entre maioridade e menoridade: as regiões de fronteira no cotidiano escolar.** APRENDER - Cad. de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da Conquista, Ano IX, n. 14, p. 25-51, 2015.

GALLO, Sílvio. **Deleuze e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença.** In: Anais do II Congresso Internacional Cotidiano: Diálogos sobre Diálogos. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e Educação Depois de Babel.** Editora Autêntica, 2004.

_____. **Nietzsche e Educação**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm**. Assim Falou Zarastustra: um livro para todos e para ninguém.** São Paulo: Martin Claret, 2014.

SCHÖPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2004.

ZOURABICHBILI, François. **Deleuze e a Questão da Literalidade.** Trad.: Sandra Corazza & Tomaz Tadeu, disponível em: http://intensidadez.unblog.fr/2015/04/23/deleuze-e-a-questao-da-literalidade-por-francois-zourabichvili/, 2015.



Recebido em março de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em outubro de 2024.

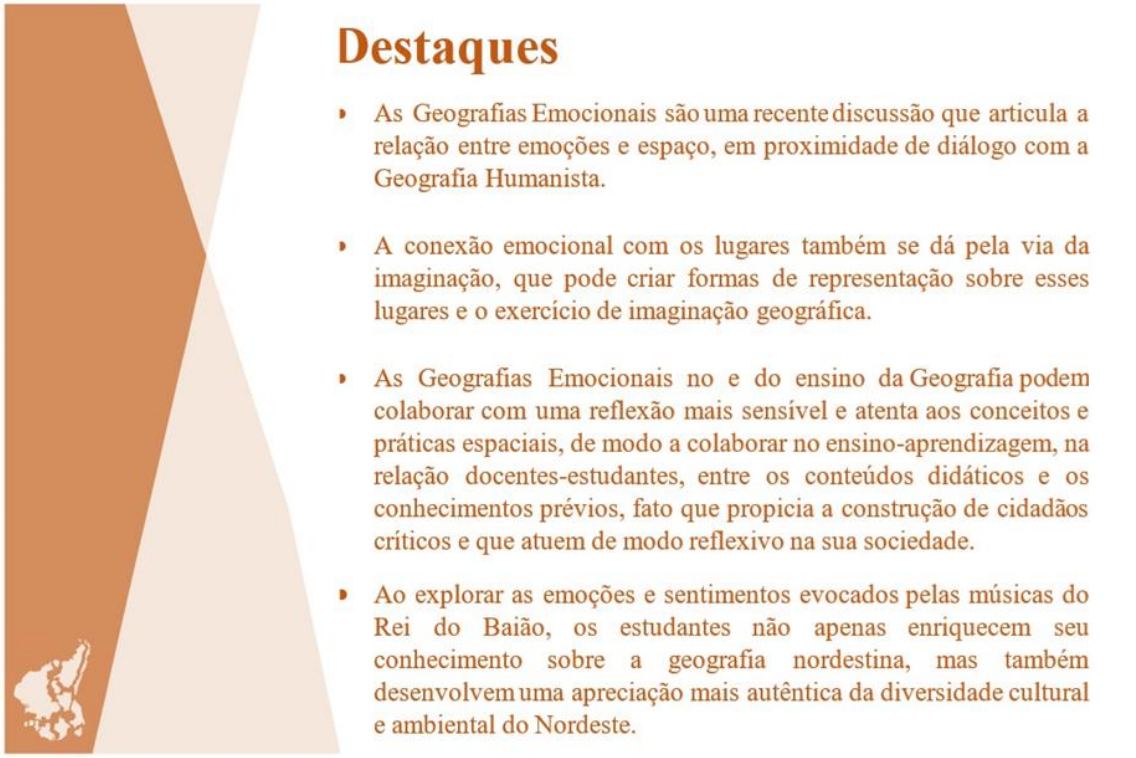
# UMA GEOGRAFIA EMOCIONAL DO NORDESTE NA SALA DE AULA: O SERTÃO DE LUIZ GONZAGA

## AN EMOTIONAL GEOGRAPHY OF THE NORTHEAST IN THE CLASSROOM: LUIZ GONZAGA'S SERTÃO

## UNA GEOGRAFÍA EMOCIONAL DEL NORDESTE EN EL AULA: EL SERTÃO DE LUIZ GONZAGA

**Aline Celestina dos Santos**
Universidade Federal de Mato Grosso
aline.geo12@gmail.com

**Marcia Alves Soares da Silva**
Universidade Federal de Mato Grosso
marciaalvesgeo@gmail.com




**RESUMO**

O presente artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado, cujo objetivo foi refletir sobre a Geografia Emocional do Nordeste a partir da imaginação e das canções de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião (1912-1989). A reflexão está estruturada em três partes principais que discutem o desenvolvimento histórico da Geografia Humanista e as Geografias Emocionais; a relevância didática no processo de ensino-aprendizagem em inserir a música no contexto escolar; e a apresentação dos resultados, a partir da realização de oficinas com 38 alunos do 7º Ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Santos Dumont, localizada no município de Cuiabá-MT. Durante este procedimento, foram construídos Mapas Mentais, seguindo os pressupostos teóricos e

práticos apresentados por Kozel (2013; 2018) e Torres (2009; 2014). Pode-se identificar, que os principais símbolos e significados que representam o Nordeste e o nordestino, dizem respeito a sua fé, com representação de igrejas, e a sua resistência, com a representação de cactos/mandacaru. Quanto às questões emocionais, houve a predominância de aspectos topofílicos, porém constatou-se também entendimentos distorcidos acerca desta região.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia. Imaginação Geográfica. Mapas Mentais. Geografias Emocionais no/do Ensino.

## ABSTRACT

This article is an excerpt from a master's dissertation, whose objective was to reflect on the Emotional Geography of the Northeast through the imagination and songs of Luiz Gonzaga, the King of Baião (1912-1989). The reflection is structured in three main parts discussing the historical development of Humanistic Geography and Emotional Geographies; the didactic relevance in the teaching-learning process by integrating music into the school context; and the presentation of results, derived from workshops conducted with 38 students from the 7th Year of Elementary School II at Santos Dumont State School, located in the municipality of Cuiabá-MT. Mind Maps were created during this process, following the theoretical and practical assumptions presented by Kozel (2013; 2018) and Torres (2009; 2014). It can be identified that the main symbols and meanings representing the Northeast relate to faith, represented by churches, and resistance, symbolized by cacti/mandacaru. Regarding emotional issues, topophilic aspects were predominant, but there were also distorted understandings of this region.

**Keywords**: Teaching Geography. Geographic Imagination. Mental maps. Emotional Geographies in/of Teaching.

## RESUMEN

Este artículo es un extracto de una tesis de maestría, cuyo objetivo fue reflexionar sobre la Geografía Emocional del Nordeste a partir de la imaginación y las canciones de Luiz Gonzaga, el rey del Baião (1912-1989). La reflexión se estructura en tres partes principales que abordan el desarrollo histórico de la Geografía Humanística y las Geografías Emocionales; la relevancia didáctica en el proceso de enseñanza-aprendizaje al integrar la música en el contexto escolar; y la presentación de los resultados, a partir de talleres con 38 estudiantes del 7º año de la Escuela Primaria II de la Escuela Estatal Santos Dumont, ubicada en la ciudad de Cuiabá-MT. Durante este procedimiento se construyeron Mapas Mentales, siguiendo los supuestos teóricos y prácticos presentados por Kozel (2013; 2018) y Torres (2009; 2014). Se puede identificar que los principales símbolos y significados que representan al nordeste se refieren a su fe, representada por las iglesias, y a su resistencia, simbolizada por los cactus/mandacaru. En cuanto a las cuestiones emocionales, hubo predominio de aspectos topofílicos, pero también se encontraron comprensiones distorsionadas sobre esta región.

**Palabras clave:** Enseñanza de Geografía. Imaginación Geográfica. Mapas mentales. Geografías emocionales en/de la enseñanza.

## INTRODUÇÃO

A compreensão da Geografia Humanista em seu contexto relacional e reflexivo com a categoria geográfica lugar, encontra-se enquanto um importante referencial teórico para a presente reflexão. A proposta da reflexão é trazer uma contribuição para essa área da Geografia, a partir das recentes contribuições das Geografias Emocionais. Para tanto, a reflexão versará sobre a proposta de pensar as Geografias Emocionais a partir da música em sala de aula, com foco na obra de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião.

Luiz Gonzaga nasceu em 13 de dezembro de 1912, em Exu, no sertão de Pernambuco e ficou conhecido como o "Rei do Baião", tendo seu falecimento em 2 de agosto de 1989, em Recife – PE. Em suas letras e interpretações, ressalta a diversidade natural, a cultura, a fome, a seca, os problemas ambientais, políticos e econômicos do Nordeste. As músicas que cantava são dotadas de sentimentos e significados. Em sua obra, Luiz Gonzaga afirma a riqueza cultural do Nordeste ao descrever a paisagem, sendo um caminho possível de análise sobre o conteúdo e os conceitos utilizados pela Geografia, principalmente em conteúdos relacionados à região Nordeste.

Partimos do pressuposto de que a potência da música de Luiz Gonzaga, dada sua relevância histórica e cultural, pode ser um caminho de experiência emocional que conecta os estudantes de diferentes contextos socioculturais, com as paisagens, lugares e dinâmicas espaciais do sertão. Podemos acessar o sertão não só pela caracterização comum da fome, pobreza e desigualdade, mas também por suas paisagens naturais, sua diversidade cultural, a resistência e o sentimento de pertencimento do seu povo. O Rei do Baião fala sobre um sertão sofredor, mas também um sertão de aço.

Nesse sentido, tem-se como objetivo refletir sobre o papel que as suas músicas podem exercer no contexto de sala de aula e no ensino da Geografia, pensando as categorias analíticas geográficas e a experiência emocional. Acreditamos ser possível analisar os aspectos subjetivos e sentimentais que as músicas de Luiz Gonzaga geram nos discentes para a construção e/ou representação de elementos do Nordeste enquanto lugaridade de vivência, historicidade e cotidianidade.

Diante desse contexto, o lugar e suas singularidades emocionais são expressas dialeticamente pelo próprio Luiz Gonzaga nas letras das suas músicas, na

sonoridade carregada de valores e significados e também pelos discentes ao representá-las nos mapas mentais. Deste modo, é relevante uma relação entre o aporte teórico que envolve a categoria lugar, na concepção humanista e as Geografias Emocionais.

Foram realizadas oficinas que resultaram na construção de 38 (trinta e oito) mapas mentais, de modo que estes possuíam referências memórias e afetivas nas músicas de Luiz Gonzaga e nos conhecimentos prévios de cada estudante. Pode-se assim considerar que os estudantes identificaram nas músicas do Rei do Baião, características sócio-históricas, culturais e naturais do Nordeste, bem como incluíram o próprio Luiz Gonzaga em suas representações, junto a elementos e adornos das festas juninas, que destacaram sobretudo a fé e religiosidade, e apontaram o cacto/mandacaru como o principal símbolo do Nordeste.

O presente artigo aborda os diálogos entre a Geografia Humanista e as Geografias Emocionais; a relação entre a Geografia e a música como caminhos para pensar as Geografias Emocionais em sala de aula; as músicas de Luiz Gonzaga que (re)desenham o Nordeste e por fim, as considerações finais.

## DIÁLOGOS ENTRE A GEOGRAFIA HUMANISTA E AS GEOGRAFIAS EMOCIONAIS

Estudos que busquem o diálogo entre a Geografia Humanista e as Geografias Emocionais são cada vez mais necessários. Principalmente, quando há o interesse em entender o papel das emoções na experiência e percepção do espaço geográfico, sendo fundamentais também no contexto do Ensino da Geografia.

Para Nascimento e Costa (2016), a Geografia Humanista, tem como foco principal a experiência, isto é, o espaço vivido e existencial do indivíduo que são adquiridas no cotidiano. Enquanto, as Geografias Emocionais "analisa a relação das pessoas e o espaço a partir das emoções, com intuito de compreender qual a dimensão emocional das representações espaciais, tendo, portanto, as pessoas como centralidade" (Silva, 2016, p. 104).

Ao longo do tempo, a Geografia passou por diversas mudanças teóricas e conceituaisOs desafios no ensino são diversos,. Com essas mudanças, surge, a partir da década de 1970, como uma crítica às ideias positivistas, a Geografia Humanista, com base na Filosofia, principalmente na Fenomenologia e no Existencialismo. "O advento

da Geografia Humanista compôs uma nova forma de fazer Geografia'' (Silveira, 2014, p. 103).

Destarte, a partir desse período, uma gama de autores passaram a desenvolver trabalhos em Geografia pautados no Humanismo, o que possibilita um diálogo mais próximo com outras áreas do conhecimento tais como a Sociologia e a Antropologia, tendo em vista que a Geografia Humanista enfatiza os aspectos subjetivos das relações humanas, por extensão, das ciências humanas (Holzer, 2016).

Para Rocha (2007, p. 21), "a Geografia Humanista busca a compreensão do contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona." Essa Geografia Humanista insere elementos subjetivos, tais como a percepção, sentimentos e experiências em seus estudos e análises, premissas teóricas e conceituais esta que até então refletidas na Psicologia e na própria Filosofia.

Assim, o sujeito e suas dimensões internas e particulares recebem uma maior ênfase nas pesquisas humanistas na Geografia. O sujeito apresenta esta relevância epistemológica pois é ele "quem descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista depois dele se apropriar intelectualmente" (Spósito, 2004, p. 38). Esse modo de construção das pesquisas:

> chega à geografia com grandes perspectivas, e com ela traz novas metodologias e conceitos a serem explorados pela ciência geográfica. As questões fenomenológicas são contribuições fundamentais de filósofos contemporâneos importantes como Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty e Sartre. (Nascimento; Costa, 2016, p. 07).

Ainda em concordância com Nascimento e Costa (2016), entende-se que Geografia Humanista possibilita uma multiplicidade de formas e metodologias, haja visto que há uma multiplicidade intrínseca ao próprio indivíduo, que gera diversos enfoques, olhares, sentimentos e sensações do objeto geográfico estudado. Para tais autores, este campo da Geografia "vem para trabalhar com a experiência, ou seja, o espaço vivido e existencial do indivíduo, destacando a emoção vivida e principalmente os valores que o indivíduo adquire no cotidiano" (Nascimento; Costa, 2016, p. 5).

Nesse ensejo, as Geografias Emocionais vão no caminho de evidenciar as emoções, os sentimentos, os sentidos, as experiências como fonte para construir o conhecimento, tendo como referência o espaço vivido. "O espaço vivido vem da discussão da escola francesa da Geografia Humanista, que insere a noção de *espace*

*vécu* para compreender as experiências das pessoas com os lugares, isto é, é o próprio espaço da existência" (Silva, 2019, p. 65).

Tendo seus fundamentos teóricos e conceituais na Fenomenologia, existencialismo, espiritualismo, e o pós-modernismo, as Geografias Emocionais também tem por base a Geografia Humanista, como afirma Andreotti:

> A geografia emocional é uma geografia humanística inspirada, mais ou menos explicitamente, em diferentes doutrinas filosóficas, em especial a fenomenologia, o existencialismo, o espiritualismo e o pós-modernismo. As fontes das perspectivas teóricas aproximam-se do Movimento Romântico que influenciou a doutrina dos geógrafos do século XIX (pensamento oitocentista) (Andreotti, 2013, p. 99).

A estruturação da Geografia enquanto ciência, seguindo uma tendência positivista científica que prima pela racionalização e dados, os estudos que envolvem as emoções foram deixados de lado nas reflexões geográficas. Por esse motivo, a compreensão das emoções atualmente é um campo fecundo de análise, justamente por elas se encontrarem e fazerem parte do convívio espacial humano e da criação de "lugaridades". A esse respeito Silva (2016, p.112) menciona que a "geografia das emoções busca articular essas pesquisas clássicas, colocando seu ponto de vista, analisando as emoções a partir das relações sociais e das práticas espaciais", pois os sentimentos e emoções:

> formam uma parte importante e integram a vida humana. Tocam a parte menos racional, ou melhor, irracional por excelência, e por isto ignorada pela cultura racionalista do passado. Entretanto, eles têm exercido uma influência profunda sobre o mundo, a arte, a poesia, a literatura, a pintura, a música e sobre a expressão mais sublime da genialidade humana[...]. (Furlanetto, 2014, p. 201).

As bases teóricas das Geografias Emocionais estão cada vez mais consolidadas, de forma que são diversos os autores, trabalhos e pesquisas que têm sido produzidos. Cabe salientar como exemplo, a Conferência Internacional e Interdisciplinar sobre Geografias Emocionais que ocorre a cada dois anos de maneira rotativa por diversos países.

> Desde 2002 e a cada dois anos é realizado o Congresso Internacional e Interdisciplinar de Geografias Emocionais. As sessões do referido congresso abordam temas como espaços afetivos e globalização, raízes versus desenraizamento, arquiteturas emocionais e paisagens da emoção, semiótica e a poética do afeto, espaço público e emoção, e política e emoção, entre muitos outros (Nogué, 2015, p 139, *tradução nossa*).

Segundo Silva (2016), as emoções têm sido estudadas por diversas áreas, como a Psicologia, a Biologia, e a Antropologia, devido principalmente às relações sociais e culturais que ensejam e são foco destas áreas do conhecimento científico, a incluir, as Geografias Emocionais, entendida como "uma geografia do espírito, dos sentimentos, mas também dos sentidos, dedicada às modalidades sensoriais que integram a nossa experiência no mundo" (Andreotti, 2013, p. 101).

Portanto, é possível reconhecer que ambas as abordagens se afinam na compreensão das relações entre os indivíduos e o espaço geográfico, e possibilitam a ênfase à importância das emoções na formação dessas relações. Os diálogos entre a Geografia Humanista e as Geografias Emocionais podem ocorrer em diversos níveis, desde a utilização de conceitos e metodologias compartilhados até a realização de estudos integrados que busquem compreender as relações entre as emoções, a subjetividade e a experiência do espaço geográfico.

Tendo em vista a Geografia Humanista e as Geografias Emocionais, esse estudo se embasará na Fenomenologia como método de abordagem. A Fenomenologia é uma corrente filosófica que enfatiza a experiência subjetiva das pessoas e como ela influencia a forma como elas percebem e entendem o mundo. Na Geografia, a Fenomenologia tem sido utilizada como uma abordagem teórica para explorar como as pessoas experimentam e compreendem o espaço geográfico.

Destarte, a Fenomenologia na Geografia tem como objetivo investigar as experiências dos indivíduos em relação ao ambiente físico e social em que eles vivem, de modo que, "o objetivo do método fenomenológico é descrever a estrutura integral da experiência vivida, os significados que essa experiência tem para os indivíduos que a vivenciam'' (Nascimento, Costa 2016, p. 45). Isso pode incluir a análise da forma como as pessoas percebem e interpretam o espaço, como criam significado em torno dele e como esses dinâmicas afetam seus comportamentos e decisões.

## GEOGRAFIA E MÚSICA: CAMINHOS PARA PENSAR AS GEOGRAFIAS EMOCIONAIS EM SALA DE AULA

Para atrair a atenção do estudante, deixar as aulas mais dinâmicas e interessantes, o professor precisa utilizar diferentes metodologias e recursos, para não as tornar enfadonhas. A música, neste cenário, pode servir como um recurso para auxiliar a

compreensão do conteúdo, pois ela exprime emoção, muitas das letras possuem conceitos e diversos temas utilizados pela Geografia e que podem ser utilizados na sala de aula, bem como afirma Costa (2002), ao mencionar que

> uma das vantagens de se utilizar a música na Geografia se afirmar na pluralidade de assuntos abordados por esta ciência. Violência, guerras, conflitos raciais, fome, falta de infraestrutura nas cidades, belezas naturais, como também degradação ao meio ambiente, fazem parte dos temas abordados por muitos compositores[...] (Costa, 2002, p. 3).

A música possibilita que as aulas se tornem prazerosas, por possuir uma linguagem universal e estar presente no cotidiano do aluno e da aluna. Esse recurso pode auxiliar o estudante a fazer a relação do que diz a letra da música com o conteúdo ministrado de forma mais lúdica e que possibilite a interação. Cabe salientar que o conteúdo presente na canção deve estar adequado com a temática abordada na aula e não somente como um passatempo. A esse respeito:

> Há décadas a Geografia brasileira vem considerando os trabalhos realizados sobre as dimensões musicais e sonoras, em especial os escritos em francês e inglês, que foram publicados principalmente após a "virada cultural" na década de 1980, aparecendo com destaque no debate acadêmico internacional. (Dozena, 2019, p. 31)

A música, nessa renovação educacional a qual se encontra a Geografia, torna-se um instrumental metodológico cada vez mais utilizado por professores. Diante disso, é importante salientar que o interesse pela questão musical e a Geografia, surge com Friedrich Ratzel e seu discípulo Leo Frobenius, como afirma Panitz:

> Ao contrário do que se possa imaginar, quando tratamos de manifestações culturais e espaço geográfico, o interesse geográfico pela música não aparece no giro cultural dos anos 1980, quando decorridas as reorientações teóricas nas ciências sociais, em especial nos países anglo saxões. As primeiras considerações que ligam a Geografia moderna à expressão musical podem ser atribuídas à Friedrich Ratzel e seu discípulo Leo Frobenius, etnólogo e arqueólogo africanista. Como observa Reynoso, Ratzel influenciou decididamente a Escola Histórico Cultural alemã e austríaca, sendo Frobenius o principal pesquisador que levou adiante as teorias do geógrafo alemão. Atento aos indícios materiais da cultura, Ratzel observou similaridades entre os arcos da África Ocidental e da Melanésia, suas características morfológicas, bem como as formas das flechas usadas junto com o arco. Frobenius levou a pesquisa adiante e relacionou similaridades entre os tambores e outros instrumentos musicais, que o levou a desenvolver a noção de Círculos Culturais (Kulturkreis) junto aos etnologistas austríacos Fritz Graebner e Wilhelm Schmidt, inspirados em Ratzel (Panitz, 2010, p. 49).

Ao falar do estudo da música na Geografia na atualidade, temos que destacar os autores que se encontram entre os mais proeminentes, sendo eles George O.

Carney e Lily Kong. Ambos são responsáveis por diversas pesquisas que refletem sobre a relação existente entre a Geografia e a música, em diferentes abordagens e linhas de estudos. Sobre tais autores Castro (2009) menciona que:

> Atualmente, pode-se considerar George O. Carney e Lily Kong como os dois autores mais importantes na área de Geografia e Música. Ambos publicaram não apenas trabalhos empíricos que abordam a atividade musical dos Estados Unidos e Cingapura, respectivamente, sobre a ótica espacial, mas também desenvolveram análises sobre este sub-campo de estudo, cada qual apresentando diferentes linhas de pesquisa já exploradas pelos geógrafos e, além disso, oferecendo propostas de agendas de pesquisa para os novos geógrafos que se interessam pelo tema (Castro, 2009, p. 10).

De acordo com Castro (2009), Lily Kong é responsável por um dos mais importantes estudos que aborda a temática música e Geografia, em seu trabalho intitulado *Popular music in geographical analyses*, escrito 1995, seu principal objetivo é promover a comunicação entre a Geografia (Ciência) e a música (arte).

Castro (2009) afirma que, segundo Kong, a relativa negligência dos geógrafos em relação à pesquisa com música, dentre outras manifestações artísticas, está baseada em dois pontos principais. O primeiro é a de que os geógrafos priorizaram por muito tempo a cultura da elite e não a cultura popular, o segundo ponto, foi a preferência por aspectos visuais na pesquisa geográfica cultural.

Conforme aponta Panitz (2021), o interesse sobre Geografia e música no Brasil são diversos e estão concentrados em quatro grandes temas: o primeiro é a música popular com destaque para o forró, o maracatu, o movimento manguebeat, a música caipira, o fandango paranaense e a música missioneira; o segundo são as cenas e circuitos musicais produtores de redes, fixos e fluxos; o terceiro são o samba e o carnaval e suas práticas territorializantes nas metrópoles brasileiras; e o último, o rap e o movimento *hip hop* produzindo territórios, representações e sociabilidades nos espaços periféricos. Essas diferentes temáticas demonstram a diversidade musical que o Brasil possui.

Ainda segundo o autor, as regiões Sudeste e Sul, principalmente os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul concentram essas pesquisas, porém esse cenário vem mudando e essas pesquisas estão se expandindo de modo mais amplo por outras regiões do Brasil.

Mello (1991) foi o pioneiro a estudar a relação Geografia e música, e de acordo com Panitz (2010, p. 65), "[...] sua dissertação utiliza amplamente a perspectiva

dos trabalhos literários, considerando o texto da canção como foco. Seu método, por conseguinte, trata as canções como um dado primário de sua investigação".

Ao estudar os compositores do Rio de Janeiro, Mello (1991) destaca também a importância da Geografia Humanista. "Contudo, somente na década seguinte que a música passará a ser um interesse constante e crescente na Geografia brasileira" (Panitz, 2021, p. 21).

Como forma de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, a música nas aulas de Geografia, apresenta-se como uma linguagem que possibilita que os estudantes contemplem as questões culturais, sociais, políticas, entre outras, pois "as abordagens voltadas ao ensino de geografia, tem fornecido elementos para a construção de conceitos geográficos e compreensão das sociabilidades no espaço escolar" (Panitz, 2021, p. 24).

Fazer uso da música no ensino de Geografia contribui para a construção dos conceitos geográficos por meio da percepção dos alunos e alunas, e a partir das trocas intersubjetivas. Além disso, relacionar as músicas com os conteúdos, contribui para uma aula mais prazerosa e dinâmica e pode possibilitar experiências tanto para quem ouve, quanto para quem canta. Ribeiro afirma que a música:

> [...] pode ser mobilizadora do pensamento, ou seja, é possível considerar como a música afeta, força, movimenta o exercício do pensar e assim pensar como a arte se torna fundamental para a criação de realidades, para transmitir as manifestações que ocorrem no espaço e essas manifestações transcendem o humano e se apresentam no sensível do ser humano, pois ela instiga o que podemos chamar de imaginações geográficas ou espaciais (Ribeiro, 2022, p. 6).

Por sua capacidade de instigar a percepção e os sentimentos das pessoas, a música é uma ferramenta que proporciona ao indivíduo interpretar o espaço, o lugar e a paisagem de forma subjetiva a partir da imaginação e da emoção, mesmo que o indivíduo não esteja no contexto em que foi escrita. "A música pode trazer ao indivíduo a percepção de determinado lugar, mesmo não estando fisicamente lá. Através de uma condição psicológica podemos vivenciar determinada situação ou paisagem" (Ferreira, 2012, p. 25).

Para Ribeiro (2022), existe uma diversidade na relação entre a Geografia e a música, de modo que essa temática possa contribuir para a construção do conhecimento e a compreensão do espaço e da sociedade. A autora ainda afirma que a música é uma

linguagem importante para que seja possível construir identidades, bem como visualizar sensações, os sentimentos e a imaginação.

Nesse sentido, tendo visto o potencial do uso da música para pensar questões espaciais e também afetivas, vamos apresentar a reflexão a partir do contexto prático: a sala de aula.

## AS MÚSICAS DE LUIZ GONZAGA QUE (RE)DESENHAM O NORDESTE

Os desafios no ensino são diversos, abrangendo diferentes tipos de estudantes e níveis de aprendizagem. Por isso, em nossa reflexão, foi necessário realizar uma metodologia com os estudantes partindo de algo que gostassem. Assim, surgiu a ideia de realizar uma oficina metodológica que envolvesse músicas, com foco nas músicas nordestinas, com ênfase naquele que é um dos grandes representantes da música nordestina: Luiz Gonzaga. O Rei do Baião teve importante reconhecimento pelas diversas interpretações que fez, incluindo obras de compositores como o cearense Humberto Teixeira e o pernambucano José Dantas Filho, conhecido como Zé Dantas.

Partindo desse princípio, a problemática da atividade prática foi provocar uma visão sobre o tema “Nordeste” no contexto do ensino da Geografia e fazer com que os estudantes refletissem os estereótipos construídos e alimentados pela mídia. Para isso, organizamos essa reflexão a partir da construção e interpretação dos mapas mentais.

O mapa mental é compreendido enquanto representação sociocultural, perceptiva, emocional e sentimental. Assim, enfatiza aspectos construídos e fundamentados na vivência, experiência e cotidianidade do eu, que dialoga também com questões sociais, psicológicos e geográficos. Pode-se mencionar, como resultado, que a representação no mapa mental, é também a representação de um determinado eu no mundo.

Kozel (2013) menciona que os mapas são produtos culturais pautados e construídos a partir de imagens sensoriais, fundamentadas em significados e subjetividades espaciais. Neste sentido, torna-se possível construir representações cartográficas atreladas a representações da paisagem, de modo que ambas demonstram os sentimentos e percepções de indivíduos.

Os mapas mentais foram produzidos por 38 alunos[1] do 7º Ano do Ensino Fundamental II da Escola Estadual Santos Dumont, em Cuiabá – MT, no ano de 2023. Cada mapa mental foi desenvolvido com o intuito de relacionar Geografia-Música-Emoções ao considerar o conteúdo voltado ao Nordeste brasileiro e as músicas de Luiz Gonzaga, ao retratarem o sertão enquanto paisagem e o cotidiano do nordestino.

As canções de Luiz Gonzaga apresentam diversos elementos do Nordeste e da vida do nordestino em seus mais diversos aspectos da sociedade, da cultura, da política e das características naturais. As músicas do Rei do Baião "dão o tom" do Nordeste, evidenciam momentos históricos e possibilitam a compreensão sócio-regional nordestina.

Com base nas reflexões de Santos (2004), corrobora-se que, especialmente no auge do baião, entre 1946 e 1955, as músicas de Luiz Gonzaga e a sua propagação por todo o território nacional, apresentou o Nordeste, seus aspectos culturais e naturais, para as demais regiões brasileiras. Criou-se, em consequência, um vínculo significativo de informações acerca da realidade desta região, onde são expostos seus problemas sociais.

Na atividade, além de retratar o Nordeste, os alunos e as alunas consideram que o Rei do Baião é parte relevante do próprio Nordeste. Essa relação existencial entre o ser humano e o seu mundo circundante, foi conceituada por geograficidade de modo que o espaço "onde se desenvolve a existência, porque ela é, em essência extensão, porque ela procura um horizonte, direções, existências que dela se aproximam, porque a vida lhe oferece percursos a seguir, fáceis ou acidentados, seguros ou incertos. (Dardel, 2015, p. 13).

O "descontentamento" do Rei do Baião foi representado por um dos alunos (Mapa Mental 1) e coaduna com uma de suas mais importantes falas sobre sua própria música "(...) percebi que cantar alegrias e tristezas do homem da terra é também uma forma de o ajudar a conhecer seus problemas.

1 Nesse contexto, o nome real de cada discente foi substituído por nome fictício, para manter o anonimato., seguindo os preceitos éticos da pesquisa científica.

**Mapa Mental 1–** Luiz Gonzaga “descontente” com a seca do Nordeste



**Fonte:** Representação criada por Yvo*, 2023.

Na realização das oficinas com os estudantes, dois alunos já conheciam Luiz Gonzaga, algumas de suas canções e sobre o tema central de suas letras: o Nordeste e a realidade nordestina. Assim, o próprio artista foi representado em mais 5 (cinco) dos 38 (trinta e oito) mapas mentais.

O Mapa Mental 2 é significativo porque representa um 'espelho dialético' entre o sertão em período de estiagem, marcado pela seca, e um período chuvoso, caracterizado pelo plantio e pela abundância. A própria presença de Luiz Gonzaga em ambos os contextos, demonstra a sua vivência, retratada em suas letras e canções, que se dão em diferentes prismas sociais e naturais. Isto propicia uma abrangência e uma profundidade que se unem e se complementam entre os dilemas e as belezas, os conflitos e as potencialidades nordestinas.

**Mapa Mental 2–** Luiz Gonzaga entre a seca e a abundância do Nordeste



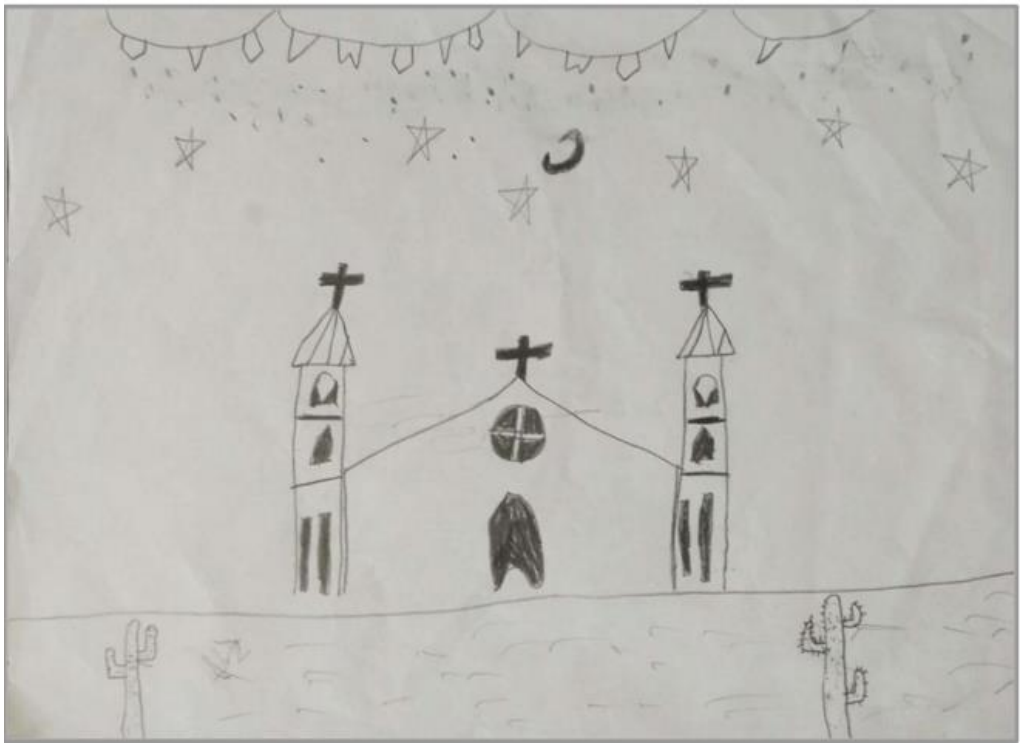
**Fonte:** Representação criada por Mirela*, 2023.

A maior parte dos estudantes conheciam, especialmente, duas músicas que "viralizaram" recentemente em redes sociais, que dizem respeito a "Dezessete e Setecentos", na qual é apresentado um aspecto da vida cotidiana do nordestino que se refere a negociação de valores, ou como popularmente dito, a pechincha; e também, a música "O Cheiro da Carolina" na qual descreve um cenário ocorrido em possível festa típica nordestina, onde geralmente, as pessoas se divertem dançando forró.

A festa e elementos típicos dos festejos nordestinos, tais como a dança, bandeirinhas e fogueiras, foram representadas em 7 (sete) mapas mentais. Essa premissa se faz relevante, pois, conforme apresenta Panitz (2021), é possível reconhecer e espacializar geograficamente, através de cultura musical e dos seus elementos constituintes, determinados povos e sociedades, em seus aspectos sonoros intrinsecamente relacionados aos seus adornos materiais e estéticos.

É oportuno perceber que a festa e seus adornos foram, comumente, representados juntamente com igrejas (Mapa Mental 3), estas que se encontram como principal símbolo religioso nas representações dos alunos. Diversas são as canções do Rei do Baião que apresentam narrativas religiosas, em especial ao Catolicismo, este que tem o maior número de adeptos no Nordeste brasileiro. Tais músicas são relevantes em um contexto cultural e social, pois em um passado onde as missas eram ainda rezadas em latim, foi possível que o sertanejo tivesse a sua "oração facilitada" (Sousa, 2020).

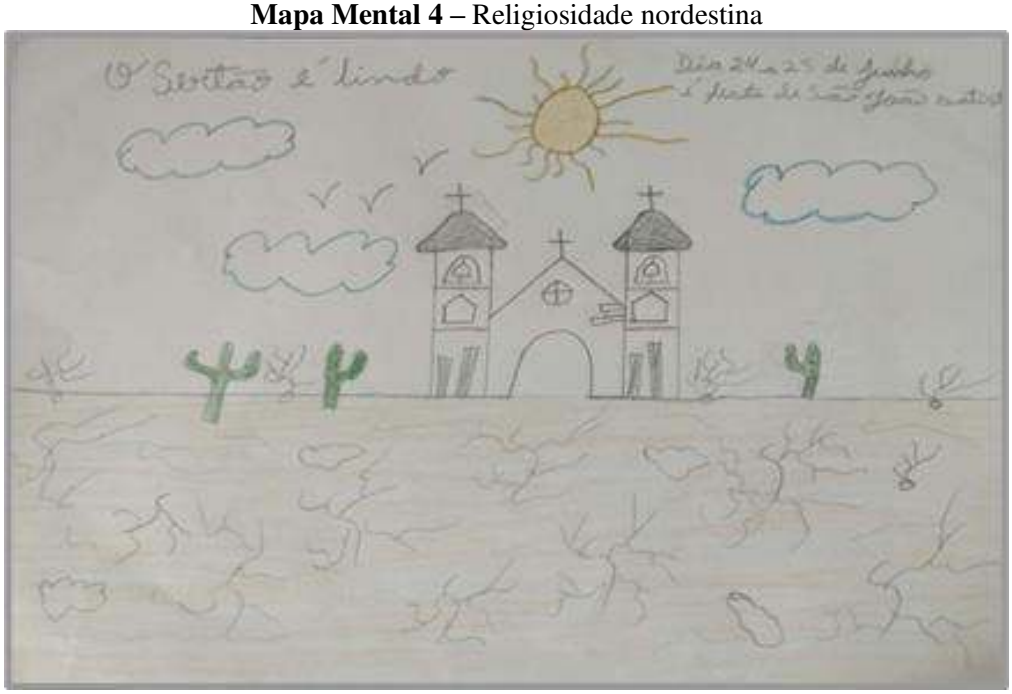
**Mapa Mental 3 –** Festas nordestinas



**Fonte:** Representação criada por Mateus*, 2023.

De modo associativo, 12 (doze) mapas mentais apresentaram elementos religiosos, mais enfaticamente, as próprias igrejas, sendo que uma fazia menção a festa de São João Batista (Mapa Mental 4) e uma representação de Padre Cícero.

**Mapa Mental 4 –** Religiosidade nordestina




**Fonte:** Representação criada por Vinicius*, 2023.

Diante dos símbolos e características apresentadas pelos alunos que fazem alusão a Geografia do Nordeste que se faz presente nas canções de Luiz Gonzaga, o elemento que mais se apresenta, em 25 (vinte e cinco) das 38 (trinta e oito) é voltado à paisagem: a representação do cacto.

Seja em representações onde há maior predomínio de cores como o amarelo e laranja, alusivos à caatinga e aos períodos de estiagem, seja quando há o azul dos rios e da chuva e o verde das folhagens, o cacto se fez presente na maioria das representações. O sentido se encontra na frase inicial da música "O xote das meninas" que diz respeito a "Mandacaru quando fulora na seca, é um sinal que a chuva chega no sertão".

O mapa mental 5 apresenta suma relevância, pois coaduna duas formas de representatividade da aluna: a primeira que consiste no desenho em si e a segunda na frase escrita pela estudante. O próprio sentido empregado reforça a narrativa presente em canções de Luiz Gonzaga, tais como "Sertão de Aço".

**Mapa Mental 5 –** Cacto enquanto símbolo de resistência nordestina




**Fonte:** Representação criada por Ana Luiza*, 2023.

Sentimentos de resiliência, compaixão e amorosidade foram expressos diretamente em 5 (cinco) representações, principalmente com uso de adereços que simbolizam sentimentos e emoções tais como o coração, que foram reforçados nos comentários durante a realização das oficinas.

Furlanetto (2014) aponta que sentimentos e emoções, são conceitos

aparentemente simples, por fazerem parte do cotidiano das pessoas, mas que ao contrário, possui difícil definição, tendo em vista que nenhuma definição intelectual será capaz de conceituar um sentimento. O fato é que o ato de "sentir" induz as pessoas tanto nas suas ações com outras pessoas, quanto na sua relação com os itinerários e lugares.

Tanto nas representações, quanto nas falas, supracitadas é possível reconhecer um sentido de topofilia, no qual há um apego e um sentimento positivo acerca do Nordeste e suas características sociais e naturais de forma a evidenciarem o próprio "calor" do nordeste/nordestino, bem como a referência de Eric Dardel ao evidenciar que "Cada alma, tem seu clima" (Dardel, 2015, p. 222).

No entanto, essa interpretação não foi unânime, de forma que duas representações apontaram predefinições do Nordeste, em sentido preconcebido em imagens distorcidas do que realmente é, é/ou seria o Nordeste. O mapa mental 6 retrata essa premissa, onde percebemos uma representação de um cacto armado assaltando uma pessoa, denotando a periculosidade na região.

**Mapa Mental 6**—Topofobia em relação ao Nordeste



**Fonte:** Representação criada por Acácia*, 2023.

Conforme afirmado por Furlanetto (2014), é reconhecido que nenhuma descrição intelectual pode explicar completamente um sentimento ou uma emoção. No entanto, diante dessa realidade, é importante reconsiderar e reintroduzir as músicas de Luiz Gonzaga de forma a desafiar essas percepções, e também assumir um papel mais

comprometido e consciente como educador, buscando minimizar interpretações que possam reforçar distorções, tanto em relação ao Nordeste quanto a outras regiões.

A inclusão das Geografias Emocionais no ensino da Geografia pode contribuir significativamente para uma educação mais holística e sensível. Ao reconhecer e explorar as emoções e os sentimentos associados a diferentes lugares e paisagens, os estudantes podem desenvolver uma conexão mais íntima com o ambiente ao seu redor. Isso não só promove uma compreensão mais profunda das complexidades geográficas, mas também ajuda a cultivar uma apreciação mais genuína e respeitosa pela diversidade cultural e ambiental. Além disso, ao abordar as Geografias Emocionais, os educadores podem abrir espaço para discussões sobre questões socioespaciais urgentes, capacitando os estudantes a se tornarem agentes reflexivos e de mudança em seus contextos de vivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Justamente por abarcar tantos elementos da vida e realidade social, que consideramos relevante incluir as músicas no ensino da Geografia. No caso do debate sobre a região Nordeste, as músicas de Luiz Gonzaga e o quanto e como (re)desenham o Nordeste, pode ser um caminho para pensar sobre as diversas emoções que evocam. Isto faz com que a categoria lugar em seus aspectos toponímicos e topofóbicos, possa ser melhor compreendida e aprofundada nos aspectos que unem emoções e sentimentos voltados a própria categoria, ou seja, no que se refere a uma lugaridade geográfica.

A própria utilização da música, ao gerar sentimentos e emoções, possibilita caminhos possíveis de serem percorridos no contexto educacional, de modo a colaborar no ensino-aprendizagem, na relação docentes-estudantes, entre os conteúdos didáticos e os conhecimentos prévios, fato que propicia a construção de cidadãos críticos e que atuem de modo reflexivo na sua sociedade.

Sobre a metodologia utilizada, reforça-se o que autores como Kozel (2018) mencionam, quanto a apreensão de fenômenos: não uma receita pronta e que se enquadre em todas as circunstâncias. Deste modo, houve adequações na própria constituição metodológica que propiciaram a construção das representações via mapas mentais.

Assim, com a produção de 38 (trinta e oito) mapas mentais, pautadas nas

músicas de Luiz Gonzaga e nos conhecimentos prévios de cada estudante, foi possível considerar que os alunos e as alunas identificaram nas músicas do Rei do Baião, características sócio-históricas, culturais e naturais do Nordeste; incluíram o próprio no Luiz Gonzaga como narrador da história nordestina e parte relevante do próprio Nordeste; consideraram que elementos e adornos das festas juninas, dada a sua relevância, fazem parte do cotidiano nordestino; apontaram a fé e religiosidade, por meio de representação de igrejas, como o principal símbolo social nordestino e trouxeram o cacto/mandacaru como o principal símbolo do Nordeste, de modo que esse tipo de vegetação é parte constituinte da paisagem nordestina

O compromisso é claro: transmitir as músicas de Luiz Gonzaga e o conteúdo sobre o Nordeste de forma a desmistificar visões distorcidas sobre essa região, fortalecendo uma compreensão mais ampla e precisa de sua riqueza cultural e geográfica. Ao explorar as emoções e sentimentos evocados pelas músicas do Rei do Baião, os estudantes não apenas enriquecem seu conhecimento sobre a geografia nordestina, mas também desenvolvem uma apreciação mais autêntica da diversidade cultural e ambiental do Nordeste.

## REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Giuliana. Geografia emocional e cultural em comparação com a racionalista. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (Orgs.). **Maneiras de ler geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013, p. 98-105.

CASTRO, Daniel de. Geografia e música: a dupla face de uma relação. **Espaço e Cultura**, *[S. l.]*, n. 26, p. 7–18, 2009.

COSTA, Franklin Roberto da. O ensino da geografia através do cancioneiro potiguar. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 13, 2002, João Pessoa. Anais... João Pessoa, 2002.

DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DOZENA, Alessandro. Os sons como linguagens espaciais. **Espaço e Cultura.** Rio de Janeiro, n. 45, p. 31-42, 2019.

FERREIRA, Manuel Nunes. **A Música como Recurso Didático na Aula de Geografia.** Brasília: Graduação em Licenciatura em Geografia – UNB – Universidade de Brasília, 2012, 51f, Monografia (Licenciatura em Geografia).

FURLANETTO, Beatriz. **Paisagem Sonora do Boi-de-mamão no litoral paranaense: a face oculta do riso.** Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de

Ciências da Terra—UFPR - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2014, 212f. Tese (Doutorado em Geografia).

HOLZER, Werther. Geografia Humanista – Trajetória 1950-1990. Londrina: EdUEL, 2016.

KOZEL, Salete. Mapas mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. *In*: KOZEL, S. **Mapas mentais: dialogismo e representações.** Curitiba: Appris, 2018.

KOZEL, Salete. Comunicando e Representando: Mapas como Construção Socioculturais. **Geograficidade**, Curitiba, número especial,v .3, p. 58-70, 2013.

MELLO, João Baptista Ferreira de. O Rio de Janeiro dos Compositores da música popular brasileira – 1928/1991 – uma introdução à geografia humanística. 1991. Dissertação (**Mestrado em Geografia**) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991

NASCIMENTO, Taiane Flores; COSTA, Benhur Pinós. Geografia Cultural e Humanista: Tendências Geográficas. In: Observatório Geográfico de América Latina, 2016, Cuba. **Anais…** Cuba, 2015.

NOGUÉ, Joan. Emoción, lugar y paisaje. In: LUNA, Toni; VALVERDE, Isabel. **Teoría y paisaje II: paisaje y emoción. El resurgir de las geografías emocionales.** Observatorio del Paisaje de Cataluña. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra, 2015, p. 137-148.

PANITZ, Lucas Manassi. Geografia da música: um balanço de trinta anos de pesquisas no Brasil. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 50, p. 13-27, 2021.

PANITZ, Lucas Manassi**. Por uma Geografia da música: O espaço geográfico da música popular platina.** Porto Alegre: Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010, 200f, Dissertação (Mestrado em Geografia)

RIBEIRO, Karen Miyasato**. Música e vivências espaciais: uma análise a partir de estudantes de Dourados (MS).** Grande Dourados: Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas – UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, 2022, 75 f, Dissertação (Mestrado em Geografia).

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia Humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **RA´EGA**, Curitiba, n. 13, p. 19-27, 2007.

SANTOS, José Farias dos. **A música como expressão do Nordeste.** São Paulo: IBRASA, 2004.

SILVA, Marcia Alves Soares. **O eu, o outro e o(s) nós: Geografia das Emoções à luz da Filosofia das Formas Simbólicas de Ernst Cassirer (1874-1945) e das narrativas de pioneiros da Igreja Messiânica Mundial.** Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019, 303f, Tese (Doutorado em Geografia).

SILVA, Marcia Alves Soares. Por uma Geografia das emoções. **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, p. 99-119, 2016.

SILVEIRA, Heitor Matos. O sentimento na música: o sertão nordestino de Luiz

Gonzaga em Asa Branca. **Geograficidade**, v.4, n.1, p.103-105. 2014.

SOUSA, Sandro Luis de. O campo semântico-cultural "religião e crenças" na obra de Luiz Gonzaga. **Acta Semiótica et Lingvistica.** v. 25, n. 1, p. 13-30, 2020.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TORRES, Marcos Alberto **A paisagem sonora da Ilha dos Valadares**: percepção e memória na construção do espaço. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia—UFPR - Universidade Federal do Paraná, 2009, 153f, Dissertação (Mestrado em Geografia).

TORRES, Marcos Alberto. **Os sons que se unem: a paisagem sonora e a identidade religiosa.** Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPR – Universidade Federal do Paraná, 2014, 241f, Tese (Doutorado em Geografia).

Recebido em junho de 2023.

Revisão realizada em abril de 2024.

Aceito para publicação em outubro de 2024.

# A PARTICIPAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MATO GROSSO DO SUL - NO PERÍODO DE 2010 A 2020

# THE PARTICIPATION OF CIVIL CONSTRUCTION IN THE ECONOMIC DEVELOPMENT PROCESS OF THE MUNICIPALITY OF DOURADOS - MATO GROSSO DO SUL - IN THE PERIOD FROM 2010 TO 2020

# LA PARTICIPACIÓN DE LA CONSTRUCCIÓN CIVIL EN EL PROCESO DE DESARROLLO ECONÓMICO DEL MUNICIPIO DE DOURADOS - MATO GROSSO DO SUL - EN EL PERÍODO DE 2010 A 2020

**Umberto de Andrade Filho**
Universidade Federal da Grande Dourados
umbertoandrade008@gmail.com

**Lisandra Pereira Lamoso**
Universidade Federal da Grande Dourados
lisandralamoso@ufgd.edu.br

## Destaques

- O Programa Minha Casa Minha Vida desempenhou um papel fundamental na expansão da construção civil, ajudando a reduzir o déficit habitacional em Dourados.
- De 2010 a 2020, o número de indústrias relacionadas à construção civil cresceu substancialmente, fortalecendo a economia local.
- A expansão da construção civil em Dourados impulsionou a criação de empregos e promoveu o desenvolvimento urbano e econômico da região.
- A Caixa Econômica Federal foi a principal responsável pelo financiamento imobiliário, viabilizando o crescimento do setor.

v. 16, n. 31, 2025 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

**RESUMO**

Este trabalho caracteriza a participação da indústria da construção civil no processo de desenvolvimento econômico do município de Dourados, analisando os fatores que contribuíram para a expansão do setor no período de 2010 a 2020. A metodologia contou com análise de dados secundários obtidos em bancos de dados públicos (AGEHAB/MS, IBGE, RAIS/CAGED, SEMADESC/MS, Banco Central, Prefeitura Municipal de Dourados). Concluímos que o desenvolvimento econômico contou com a relevância das políticas públicas para habitação popular, com participação dos bancos públicos na oferta robusta de financiamento imobiliário, além da expansão do número de unidades industriais relacionadas a construção civil.

**Palavras-chave:** Construção Civil. Políticas Públicas Habitacionais. Financiamento imobiliário.

**ABSTRACT**

This paper characterizes the participation of the construction industry in the economic development process in Dourados, analysing the factors that contributed to the sector's expansion from 2010 to 2010. The methodology involved analyzing secondary data obtained from public databases (AGEHAB/MS, IBGE, RAIS/CAGED, SEMADESC/MS, Central Bank, Municipal Government). We conclude that economic development has relied on the relevance of public policies for affordable housing, with the involvement of public banks in providing robust real public fundind, as well as the expansion of the number of manufacturing units linked by the construction sector.

**Keywords:** Civil Construction. Public Housing Policies. Real Estate Financing.

**RESUMEN**

Este trabajo caracteriza la participación de la industria de la construcción en el proceso de desarrollo económico del municipio de Dourados, analizando los factores que contribuyeron a la expansión del sector entre 2010 y 2020. La metodología implicó el análisis de datos secundarios obtenidos de bases de datos públicas (AGEHAB/MS, IBGE, RAIS/CAGED, SEMADESC/MS, Banco Central, Ayuntamiento de Dourados). Se concluye que el desarrollo económico se ha apoyado en la importancia de las políticas públicas de vivienda popular, con la participación de la banca pública en la robusta oferta de financiación inmobiliaria, además de la expansión del número de unidades industriales en el sector de la construcción.

**Palabras clave:** Construcción civil. Políticas públicas de vivienda. Financiación inmobiliaria.

## INTRODUÇÃO

O princípio teórico que orientou as indagações presentes na origem desta pesquisa foi considerar o processo de industrialização como motor de desenvolvimento das forças produtivas no território, visto que os setores industriais têm capacidade de impulsionar direta e indiretamente cadeias produtivas locais, regionais, nacionais e internacionais com potencialidades multiplicadoras no desenvolvimento de atividades econômicas em outros setores, tanto para a agricultura quanto para comércio e serviços. As atividades industriais, além de contribuírem para a diversificação produtiva, também participam na geração de empregos formais, organização sindical e maior disponibilidade de benefícios complementares aos funcionários, como planos de saúde e vale alimentação, quando as relações de trabalho são, predominantemente, formalizadas.

Analisando a escala nacional, durante o século XX, o Brasil passou pelos processos de industrialização e diversificação produtiva a partir da expansão mercado interno com incentivo estatal para a substituição de importações de produtos manufaturados (Laplane e Sarti, 2006). Este processo contribuiu para o desenvolvimento de centros urbanos e para diversificação das atividades econômicas (Mamigonian, 1969). O período entre 1930 e 1980 ficou caracterizado pelo desenvolvimentismo econômico, no qual foram elaboradas políticas econômicas direcionadas ao desenvolvimento da indústria nacional (Carvalho e Gala, 2020).

O processo de desenvolvimento do parque industrial brasileiro foi realizado também com a participação de financiamento externo. A crise da dívida externa no início da década de 1980 modificou a trajetória do desenvolvimento econômico nacional, tendo ficado conhecida como “Década Perdida” devido ao baixo crescimento econômico e inflação descontrolada. De acordo com Laplane e Sarti (2006, p. 271/2) “O contexto não foi favorável, desta forma, para a sustentação de estratégias mais ambiciosas de desenvolvimento industrial”.

Após o longo período de expansão e incentivos direcionados as atividades industriais no Brasil, durante a década de 1990, a política econômica deu uma guinada para a ortodoxia fiscal voltada ao neoliberalismo econômico, que resultou no processo de desindustrialização precoce (Bresser-Pereira, Nassif e Feijó, 2016). O período também foi

marcado pela aversão ao desenvolvimentismo econômico com reformas estruturais no planejamento econômico e privatizações de empresas estatais estratégicas para o desenvolvimento nacional (Carvalho e Gala, 2020). Como consequência deste processo, a dinâmica econômica do país passou por sucessiva perda de dinamismo em sua estrutura industrial, a prioridade deixou de ser os setores produtivos e passou a ser o setor financeiro (Medeiros, 2021).

> As mudanças iniciadas nos anos de 1990 colocaram em segundo plano os setores produtivos e priorizaram o setor financeiro, levando inúmeras consequências: abandono de políticas setoriais; liberdade para o Banco Central estabelecer juros; redução das barreiras de importações industriais; liberalização dos fluxos internacionais de capital. A principal consequência estrutural foi o processo de desindustrialização nas cadeias de bens de produção e de bens intermediários, levando à regressão da integração industrial, à redução dos investimentos, à dificuldade de se atingir taxas elevadas de crescimento, e de se elevar a renda. Aumentou a dependência de importações industriais e o país deixou de disputar os graus mais elevados e médios de valor no comércio mundial. (Medeiros, 2021, p. 367).

Diante do cenário de transição da política macroeconômica heterodoxa para ortodoxa "ocorreu um processo de perda de participação e desindustrialização na estrutura produtiva mais complexa e completa, efetivada pela desnacionalização de muitas linhas de produção" (Brandão, 2020, p. 15).

O eventual processo de desindustrialização, no âmbito nacional, aprofundou a dependência externa por insumos e produtos industrializados que até então eram produzidos no país. Diante desse cenário, "a indústria brasileira assume seu caráter complementar e subordinado aos circuitos e redes de produção internacional" (Pereira Junior, 2022, p. 361).

Durante o desenvolvimento do complexo industrial na região Sudeste, que provocou uma integração entre os "arquipélagos econômicos"[1] coube às demais regiões do território um papel secundário. Na região Centro-Oeste, desenvolveu-se uma estrutura produtiva direcionada ao abastecimento de proteínas animais e grãos para o consumo nos grandes centros urbanos, que foram formados na esteira do desenvolvimento industrial (Zamberlan *et al*., 2010).

Em paralelo ao processo de especialização produtiva regional cresceu, simultaneamente, a desigualdade regional. Conforme aponta Brandão (2019, p. 262) "o

[1] Expressão de Goldenstein e Seabra (1982).

sistema econômico configurado ao longo do século XX, alcançou integração comercial e produtiva, distribuída desigual e seletivamente no país".

Devido a presença de desigualdades regionais, os eventos não ocorrem de maneira homogênea e tal generalização sobre o processo de desindustrialização torna-se insuficiente quando modificamos a escala de análise. Concordamos com a leitura de Lamoso (2022) quando estabelece que o desenvolvimento é um processo que tem curso em espaços definidos, em tempos históricos definidos, portanto, é dinâmico no espaço e no tempo.

> Um mesmo fenômeno de desindustrialização pode representar resultados diferentes quando ocorre em territórios diferentes, pois cada país tem uma capacidade de resposta aos desafios que lhe são postos pelo curso do desenvolvimento econômico. (Lamoso, 2013, p. 426).

Com esse quadro histórico, nos voltamos para o município de Dourados para investigar quais atividades econômicas apresentaram destaque no processo de desenvolvimento econômico. A indústria, como relatamos, é relevante para o desenvolvimento econômico e a Indústria de Transformação, em particular, é a atividade que apresenta, na escala nacional, um enfraquecimento, o que compromete um desenvolvimento econômico robusto, se tomarmos como referência a história de experiências de economias ocidentais bem sucedidas. Por isso, selecionamos a coleta de dados sobre a Indústria de Transformação para verificar qual seu desempenho no espaço de estudo.

Na coleta de dados, nos deparamos com informações do IBGE e um banco de dados organizado e utilizado pelo Governo do Mato Grosso do Sul, que é divulgado pela Semadesc (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação). O IBGE inclui considera a seguinte classificação de atividades econômicas[2]: A) Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; B) Indústrias extrativas; **C) Indústria de transformação**; D) Eletricidade e gás; E) Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; **F) Construção**; G) Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; H) Transporte, armazenagem e correio; I) Alojamento e alimentação; J) Informação e comunicação; L) Atividades imobiliárias; M) Atividades

[2] Essa lista é a versão 2.0 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

profissionais, científicas e técnicas; N) Atividades administrativas e serviços complementares; O) Administração pública, defesa e seguridade social; P) Educação; Q) Saúde humana e serviços sociais; R) Artes, cultura, esporte e recreação; S) Outras atividades de serviços; T) Serviços domésticos; U) Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. Esse conjunto de atividades é sempre revisto, reelaborado, com objetivo de acompanhar o surgimento de novas atividades, resultado de maior divisão social do trabalho, que também é parte do desenvolvimento econômico.

Já o banco de dados da Semadesc[3] reúne como Indústrias uma gama maior do que apenas as unidades classificadas como Indústria de Transformação, do IBGE. A Semadesc reúne atividades econômicas das mais diversas características, de Indústria de bebidas a Indústria da Construção de Edifícios, como podemos observar na Figura 1. A Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul também adota a mesma metodologia da Semadesc, colocando como parte da Federação, algumas atividades que não estão relacionadas à transformação e sim a determinados tipos de prestação de serviços[4].

[3] A Semadesc substituiu a antiga Semade (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico). Ela herda o banco de dados da Semade, bem como a metodologia de organização de todas as informações econômicas e sobre o meio ambiente do estado de Mato Grosso do Sul, sendo fonte para discussão das políticas, avaliação de desempenho, acompanhamento de centenas de variáveis, que podem ser consultadas no link http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/.

[4] Essa divergência metodológica, replicada pela FIEMS, foi reconhecida e por isso também levantamos quais os grupos, segundo o IBGE, classificados como Indústria de Transformação, estão relacionados à construção civil e os apresentamos no Quadro 2

**Figura 1** - Banco de dados da Semadesc/MS para estabelecimentos industriais por ramos de atividade (2007-2022)




Fonte: Semade, 2024

A partir das informações da Semadesc constatamos alguns ramos de atividade com expressiva expansão no período pesquisado, o que nos levou a investigar quais fatores teriam exercido influência na expansão desse determinado ramo e as atividades diretamente relacionadas a ele. Pesquisamos as características do contexto regional e as principais políticas que provocaram sua expansão. Como veremos a seguir, a condição geográfica de município polo no centro sul do estado e os programas de estímulo a construção de moradias foram dois elementos importantes.

## O CONTEXTO REGIONAL COMO DEFINIDOR DAS PARTICULARIDADES

O estado de Mato Grosso do Sul não possui um acúmulo histórico de implantação de unidades industriais[5], pelo contrário, durante o século XX, como aponta Gomes (2016) a economia do estado foi predominantemente apoiada na pecuária extensiva que constituiu o processo de ocupação e povoamento. A autora também destaca que

> A partir da década de 1970, temos o início do processo de desconcentração industrial no Brasil, que iria espraiar no Mato Grosso do Sul somente no final dos anos 1990. Entretanto, o estabelecimento de pólos de desenvolvimento no estado, se insere na tentativa de concretizar o processo de descentralização da indústria, em vias de estabelecer um desenvolvimento mais abrangente do país. (Gomes, 2016, p. 84).

De acordo com Souza (2010, p. 27) "o conceito de pólo de desenvolvimento foi guinado a uma posição de destaque na definição das estratégias de desenvolvimento regional e nacional". Com isso, o conceito emerge como instrumento disciplinar de desconcentração industrial para redução de desigualdades regionais com objetivo de estimular a industrialização e dinamizar as potencialidades produtivas da região polarizada, por meio da indução direta do Estado.

No estado de Mato Grosso do Sul, como aponta Souza (2010) e Gomes (2016), quatro cidades foram definidas como pólos e possuem distritos industriais, sendo elas: Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas.

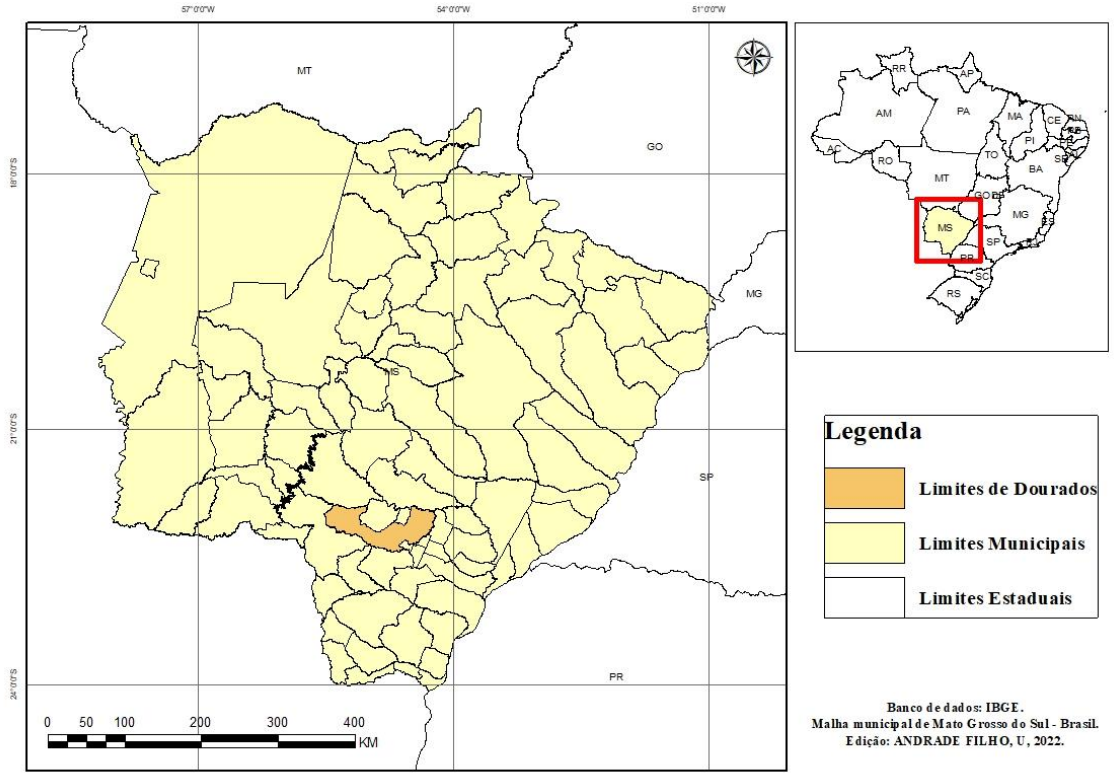
> Além da participação direta na execução de programas especiais de desenvolvimento e da criação de áreas industriais planejadas nas cidades-pólos, os sucessivos governos sul-mato-grossenses participaram indiretamente do processo industrial com uma série de leis e decretos, que concedem incentivos tributários aos empresários relocalizados, instalados ou que pretendem se instalar em seu território. (Souza, 2010, p. 89).

Dourados, município investigado neste trabalho, encontra-se na porção meridional do centro-sul de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do país (Ver Mapa 1). É o segundo maior em número de habitantes do estado com população de 243.367 habitantes (IBGE, 2022), representando cerca de 8% da população total do estado, atrás

[5] Para mais informações sobre o tema recomendamos os trabalhos de Zamberlan *et al.* (2010) e Lamoso (2018).

apenas da capital Campo Grande. O município tem a 28° maior extensão territorial do Mato Grosso do Sul.

**Mapa 1** – Localização do município de Dourados – Mato Grosso do Sul.




**Fonte:** Organizado pelos autores, 2022.

As políticas de desenvolvimento adotadas em meados da década de setenta, reorganizaram o arranjo produtivo do município de Dourados e dos municípios por ele polarizados. O intenso processo de mecanização do campo, a intervenção do Estado com políticas públicas, principalmente no tocante à implantação de infraestruturas, repercutiram diretamente na dinâmica urbana da região, como aponta Silva (1992).

As novas técnicas provenientes da internacionalização da produção substituíram, em parte, a agricultura tradicional dos colonos[6] por uma agricultura mecanizada, atraindo

[6] Durante meados do século XX o município de Dourados foi considerado sede da Colônia Agrícola Nacional (CAN), ela tinha como objetivo ampliar a densidade demográfica da região, fortalecer a ocupação capitalista na zona de fronteira e ocupar economicamente, com a expansão da lavoura e da política de colonização implantada pelo, então presidente, Getúlio Vargas. Para mais informações sobre a CAND, recomendamos a consulta de Santana Junior (2009).

cooperativas de capital nacional e, posteriormente, corporações econômicas nacionais e internacionais, especializadas na produção de grãos e a expansão das agroindústrias.

Segundo Dantas e Souza (2005):

> Desde a segunda metade da década de 1970, mais especificamente após a implementação do II Plano Nacional do Desenvolvimento Econômico (II PND, 1975/79), a Região da Grande Dourados passou a ser concebida como área alternativa de desconcentração industrial, o que motivou inclusive a implantação do distrito Industrial de Dourados, em 1982. (Dantas e Souza, 2005, p. 3980).

Além do II PND, foram elaborados outros programas governamentais que ajudaram a construir a dinâmica industrial presente em Dourados. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) elaborou, em 1976, o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Grande Dourados (PRODEGRAN). O programa foi elaborado com objetivo de constituir o novo arranjo produtivo regional, para fornecer melhor qualidade em assistência e infraestrutura, como aponta Abreu (2005):

> As metas e objetivos do PRODEGRAN eram fortalecer as atividades produtivas da região e a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais. Nesse sentido, apareceriam algumas proposições como: incentivar o aumento da produtividade; utilizar práticas conservacionistas de maior tecnificação e modernização das práticas de comercialização; introduzir novas culturas; promover o combate à erosão urbana e intensificar a infraestrutura capaz de potencializar essas realizações. (Abreu, 2005, p.161).

A autora destaca que o pacote de metas e objetivos traçados pelo programa incluíam as principais demandas para a produção na região, elas eram: maior capacidade de armazenamento, expansão da infraestrutura elétrica, melhores meios de transporte para escoamento da produção, incentivos para melhorar qualidade e quantidade de serviços de assistência técnica e criação de centros de pesquisas direcionados ao setor para correção do solo e ganho de produtividade na região. Isso adensou tecnicamente o território proporcionando condições materiais favoráveis à extensão da urbanização e uma relativa industrialização, embora com predominância dos setores de comércio e serviços.

Castillo *et al* (2016) ao investigarem as regiões do agronegócio, as novas relações entre campo-cidade e a decorrente reestruturação urbana, chamam atenção para o fato de que "a fragmentação do espaço agrícola decorre da seletividade dos investimentos produtivos e

das ações do estado na implementação de infraestruturas". (Castillo *et al*, 2016, p. 269). Isto foi característico do espaço de Dourados, com predominância na cadeia carne-grãos e, principalmente, das *commodities* do agronegócio, com atuação determinante de corporações internacionais.

Em Dourados e seu entorno, predominou a produção de cereais (soja-milho) voltada ao mercado externo (exportação de *commodities*), derivado de múltiplos fatores determinantes, sejam eles físicos como: topografia favorável à mecanização, regime pluviométrico e clima propício para o cultivo lavouras de grãos; e fatores sociais e políticos que contribuíram para a dinâmica produtiva que se organizam no território, como política de crédito agrícola e incentivos à expansão agroindustrial.

O município de Dourados apresenta uma complexa oferta de serviços de saúde e educação a população dos municípios próximos, condição comprovada pelos estudos do IBGE – Região de Influência das Cidades (2018). Muitas são as clínicas médicas, presença de hospitais de alta complexidade, além de uma rede de oferta de estabelecimentos de educação formal nos níveis do ensino fundamental, médio e, principalmente, ensino superior, com estabelecimentos públicos e privados. A atração pela oferta de serviços, a diversidade e quantidade de estabelecimentos comerciais, a participação da agroindústria (carne-grãos) e a inserção no comércio internacional pelas exportações de soja, são características que contribuíram na expansão das atividades relacionadas à construção civil.

No município, os dados da Semadesc/MS, que consideram a construção civil como parte da indústria de transformação, no período de 2010 a 2020, o aumento de unidades foi de 348 para 781. Quando os dados são desagregados e analisados em particular, demonstram quais são os setores industriais que apresentaram maior crescimento no munícipio, como poderemos ver no Quadro 1.

**Quadro 1 –** DOURADOS – Seis principais subsetores industriais com maior quantidade de unidades entre 2010 e 2020.

| Subsetores | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Indústria da Construção de Edifício | 22 | 43 | 67 | 91 | 106 | 112 | 125 | 113 | 110 | 106 | 116 |
| Indústria Diversas | 21 | 28 | 36 | 41 | 45 | 47 | 75 | 46 | 51 | 57 | 61 |
| Indústria Metalurgia, Exceto Máquinas e Equipamentos - Outros Produtos de Metal | 9 | 11 | 18 | 25 | 29 | 29 | 44 | 44 | 48 | 45 | 49 |
| Indústria de Produtos Alimentícios - Laticínios | 18 | 19 | 20 | 18 | 24 | 26 | 32 | 37 | 39 | 41 | 47 |
| Indústria de Impressão e Reprodução de Gravações | 33 | 33 | 36 | 38 | 44 | 48 | 47 | 45 | 43 | 46 | 45 |
| Indústria da Construção - Obras de Infraestrutura em Geral | 2 | 13 | 19 | 18 | 23 | 35 | 10 | 36 | 41 | 43 | 45 |

**Fonte:** SEMADESC, 2023. Organizado pelos autores.

No Quadro 1, constatamos que a indústria de construção de edifícios foi o setor que apresentou maior crescimento, contabilizando 116 unidades em 2020, quase o dobro do setor de indústrias diversas que no mesmo ano contou 61 unidades, aumento que ocorreu também no número das demais unidades.[7] Quando tomamos os dados do IBGE, sobre a quantidade de indústrias de transformação relacionadas à construção civil, temos um aumento de 82 para 121 unidades (Ver Quadro 2).

[7] Os critérios de agrupamento seguem a classificação definida pelo CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), elaborada sob a coordenação da Secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE que, de forma direta, considera como "setor da construção": a indústria de construção de edifícios, obras e infraestrutura e serviços especializados de construção, além de, indiretamente, movimentar outros setores da economia de forma por meio de publicidade e comércios em geral. A CNAE resulta de um trabalho conjunto das três esferas de governo; para mais informações basta consultar: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/cadastros/cnpj/classificacao-nacional-de-atividades-economicas-2013-cnae.

**Quadro 2** - Desempenho das indústrias de transformação relacionadas com a construção civil em Dourados de 2010 a 2020.

| Grupos relacionados à construção civil | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 205 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Desdobramento de madeira | 3 | - | 1 | 2 | 2 | 2 | 4 | 5 | 3 | 3 | 2 |
| Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis | 7 | 6 | 5 | 5 | 6 | 5 | 4 | 5 | 5 | 4 | 6 |
| Fabricação de vidro e de produtos do vidro | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 |
| Fabricação de cimento | - | - | - | 1 | 1 | - | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes | 24 | 23 | 31 | 37 | 41 | 32 | 35 | 33 | 35 | 38 | 40 |
| Fabricação de produtos cerâmicos | 4 | 5 | 4 | 7 | 6 | 7 | 7 | 6 | 6 | 6 | 5 |
| Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos | 3 | 2 | 3 | 5 | 5 | 5 | 6 | 6 | 7 | 8 | 8 |
| Siderurgia | - | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - | - | - | - |
| Metalurgia dos metais não-ferrosos | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | - | - | - | - | - | - |
| Fundição | 1 | 1 | 1 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - | - |
| Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada | 23 | 27 | 25 | 30 | 28 | 26 | 27 | 26 | 25 | 25 | 26 |
| Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas | 7 | 7 | 6 | 12 | 14 | 14 | 11 | 11 | 8 | 7 | 12 |
| Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente | 8 | 7 | 9 | 11 | 13 | 15 | 15 | 14 | 12 | 15 | 15 |
| Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica | - | - | - | - | - | - | - | - | 2 | 2 | 3 |
| Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - |

**Fonte:** IBGE/CEMPRE (2024). Organizado pelos autores

A economia regional apresentou um componente que foi determinante para a expansão dessas atividades, que foi o aumento na construção de moradias. Isso ocorreu por conta do programa Minha Casa Minha Vida, que comentaremos a seguir.

## POLÍTICA HABITACIONAL, CONSTRUÇÃO CIVIL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No processo de desenvolvimento econômico em Dourados, entre os seis setores industriais que mais cresceram em Dourados, dois setores estão diretamente ligados ao setor da construção, sendo eles: construção de edifícios e obras de infraestrutura em geral. Os setores de metalurgia, exceto máquinas e equipamentos e impressão e reprodução de gravações também tem ligações com a expansão do setor construção civil em Dourados.

A construção civil é um setor que se estrutura a partir de uma extensa e complexa cadeia produtiva. O setor demanda direta e indiretamente muitos insumos, equipamentos e serviços para construção de moradias e infraestruturas no geral. Uma de suas características é o uso intensivo de mão de obra nos canteiros de obras e serviço predominantemente braçal. A demanda social por obras da construção no Brasil está dada pelo déficit estrutural de infraestruturas e moradias consolidada a partir do modelo desenvolvimento dos centros urbanos, como aponta Santos (1993).

Teixeira e Carvalho (2005), ao tratar a construção civil como um possível instrumento para o desenvolvimento econômico, alertam que um dos grandes desafios para o desenvolvimento é escolher o setor para colocar os investimentos, visto que "a falta de recursos suficientemente disponíveis pode ser contornada com a indicação de setores estratégicos [...] a preferência deve recair sobre as atividades que maximizam as expansões econômicas diretas ou induzidas em outros setores". (Teixeira e Carvalho, 2005, p. 10).

No Brasil, a construção civil como política pública com intuito de atender a demanda social por moradia, foi acentuada na agenda do governo federal desde meados do século XX. A primeira iniciativa foi a instituição nomeada como Fundação Casa Popular, em 1946, durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. A Fundação tinha como objetivo a redução do contingente populacional alocado em favelas.

Em agosto de 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que teve como objetivo facilitar o financiamento habitacional e fomentar o setor da construção civil no país. Com a criação do Banco, foi sancionada a Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964 que regulamentou o mercado imobiliário brasileiro, criando maior seguridade aos investidores.

Alcantara Junior (2019) aponta que o Banco Nacional de Habitação conduziu o mercado imobiliário brasileiro por meio do Sistema de Financiamento Habitacional (SFH)[8], entre os anos de 1964 a 1984. O público alvo dos financiamentos, em sua maioria, eram pessoas de classe média, principalmente funcionários públicos[9]. Em 1968 foi criado o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) como caderneta de poupança para crédito imobiliário de financiamentos habitacionais via BNH.

O direito à moradia foi assegurado pelo artigo 6° da Constituição Federal de 1988 (CF de 1988). O artigo estabelece que o direito à moradia é uma competência comum entre a União, Estado e Municípios. A Constituição Federal (CF) trata da necessidade de promover programas capazes de fornecer a construção de moradias, melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico[10] em território nacional. No entanto, cabe ressaltar que a Constituição traz consigo apenas interesses e objetivos compostos pelo pacto social, mas para a execução de programas e políticas públicas direcionadas aos objetivos propostos é necessária disposição política e orçamento para o desenvolvimento dos direitos estabelecidos na CF de 1988, o que tem demandado constante enfrentamento político para que alguma prioridade seja conferida aos investimentos sociais. Nishimura, Freitas e Almeida (2018) escrevem que durante os anos de 1980 e 1990 as políticas habitacionais não foram incentivadas de maneira expressiva, com isso, o déficit habitacional[11] do país aumentou.

Em fevereiro de 2001 foi aprovada a Lei N. 10.188, que propôs a criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Ele teve como objetivo facilitar a construção e reformas de moradias. Como meta, o programa objetivou a melhora do bem-estar social além da criação de diversos postos de empregos diretos e indiretos.

---

[8] A garantia do financiamento do sistema era por meio da hipoteca do imóvel.

[9] Policiais, professores, médicos entre outros membros do funcionalismo público.

[10] Para mais informações sobre o artigo 6° da Constituição Federal de 1988, consultar: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641309/artigo-6-da-constituicao-federal-de-1988.

[11] Para compreender o conceito de déficit habitacional, temos como base a definição criada pelo extinto Ministério das Cidades (2011), que inclui também como déficit as moradias sem condições de serem habitadas devido seu deterioramento e riscos estruturais; coabitação familiar forçada, quando mais de uma família ocupando a mesma casa; adensamento excessivo, onde três ou mais pessoas ocupando o mesmo quarto; e, quando o valor pago pelo aluguel é superior a 30% da renda familiar.

Nishimura, Freitas e Almeida (2018) apontam que o programa é operado com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) que foi criado exclusivamente para a execução do PAR, além de também utilizar valores de outros fundos como Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), Fundo do Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Assistência Social (FAS) dentre outros fundos utilizados para operacionalizar o programa.

Inicialmente, os recursos foram direcionados apenas para municípios com mais de 250 mil habitantes, posteriormente para municípios com mais de 100 mil habitantes. Os mesmos autores retratam que, como resultado, o PAR tornou-se mais viável em cidades médias, visto que um dos fatores determinantes para construção das moradias é o valor do m² no espaço urbano, quando comparado com m² nas metrópoles brasileiras, as cidades médias ganham potencialidade.

> [...] o programa de financiamento habitacional, PAR, consegue promover no mercado de trabalho da construção civil uma melhora considerável nos postos de trabalhos. E nos anos subsequentes também proporciona o desenvolvimento econômico deste setor com o aumento de renda dos trabalhadores. (Nishimura, Freitas e Almeida, 2018, p. 512).

Em 28 de janeiro de 2007, foi lançado o programa que transformou o panorama geral do setor da construção civil no país, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC[12] promoveu um pacote de investimentos direcionados aos setores considerados estratégicos da economia brasileira, como afirma a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC).

> O programa tinha como objetivo aumentar o gasto público federal em investimento e sinalizar para o setor privado uma carteira de projetos estruturantes para a qual o governo poderia não apenas entrar como investidor direto, mas também como facilitador do crédito para o setor privado [...] (Monteiro Neto, 2021, p.57).

O Programa foi idealizado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2007, quando o cenário geoeconômico e geopolítico internacional se encontrava instável devido à crise iniciada no mercado financeiro dos Estado Unidos entre 2007-2008,

[12] Pode ser dividido em dois grandes pacotes de investimentos, PAC 1 e o PAC 2, ambos pacotes foram sancionados durante o segundo mandato (2007-2010) de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os PAC 1 e PAC 2 tiveram como objetivo a retomada do planejamento e execução de obras com viés social, energético, logístico urbano e propôs estimular o crescimento econômico do país.

que acabou por provocar uma recessão global no ano de 2009. Foi nesse contexto de iminente recessão financeira dos mercados globais que o governo federal idealizou o programa para aquecer a economia e buscou reorganizar a matriz econômica nacional.

Rotta e Reis (2018) destacam que os programas, projetos e ações dos PACs foram organizados a partir de três Eixos: infraestrutura e logística; infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana. Os autores ressaltam que mais de 55% dos investimentos do ano de 2007 até o ano de 2016 foram direcionados aos programas relacionados à infraestrutura social e urbana divididos nos Eixos: Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa Minha Vida e Água e Luz Para Todos[13]. Entre todos, o Minha Casa Minha Vida foi determinante para expansão da construção civil no município estudado. Entre os eixos dos programas relacionados à infraestrutura urbana e social, o Eixo Minha Casa Minha Vida contemplou: o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), a urbanização de assentamentos precários e financiamentos habitacionais.

O Programa Minha Casa Minha Vida 1 (PMCMV 1) foi lançado pela Lei Complementar Federal n° 11.977. Ele promoveu expansão do crédito habitacional e de longo prazo para investimento em infraestrutura com taxas de juros menores e subsidiadas para pessoas com baixa renda no país. O PMCMV foi organizado pelo Ministério das Cidades. Gonçalves Junior *et al.* (2014) apontam que as diretrizes do programa foram: a redução do déficit habitacional, distribuição de renda e inclusão social, dinamização do setor da construção civil e geração de emprego e renda. A dinamização do setor da construção civil foi bastante significativa no caso estudado.

O PMCMV foi organizado entre a União, Estados, Municípios, empreendedores e movimentos sociais. Juntamente com a criação do programa foram organizados os fundos garantidores de recursos, sendo eles: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Os

[13] Além disso, aproximadamente 34% dos investimentos foram direcionados aos programas de infraestrutura energética que incluem: a geração e transmissão elétrica, refino e petroquímica, gás natural e fertilizantes, além da indústria naval; e cerca de 10% dos investimentos foram empenhados no programa de infraestrutura logística que incluem: rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos e equipamentos para construção e melhoria de estradas.

fundos ficaram responsáveis por amortizar as possíveis inadimplências. O banco que ficou responsável pela análise e concessão dos financiamentos foi a Caixa Econômica Federal.

Uma das características iniciais do Programa foi o financiamento direcionado apenas para casas novas, justamente por conta do interesse em estimular o setor da construção civil e a economia do país, como aponta Gonçalves Junior *et al* (2014).

No entanto, ponderam ao destacar que

> É necessário deixar claro que a lógica geral da orientação dos investimentos nesta área foi direcionada para a ativação dos processos produtivos, especialmente via construção civil, e para a incorporação dos indivíduos ao processo de consumo, via financiamento habitacionais (Rotta e Reis, 2018, p. 9).

De modo geral, o programa destinou investimentos com subsídios direcionados ao financiamento de novas unidades habitacionais para famílias de baixa renda, reduzindo o déficit habitacional do país, além de estimular o setor da construção civil diante do cenário de crise econômica, que apresentava desemprego e desaquecimento econômico.

O Programa Minha Casa Minha Vida passou por anos de expansão orçamentária até 2016, quanto ocorreu o processo de *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff. Após a retirada da presidenta do poder executivo e com a posse do vice Michel Temer, as diretrizes econômicas foram modificadas. O Programa passou por corte de orçamento que resultou na redução de contratações e convênios para novos empreendimentos, principalmente após a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos para a formulação do orçamento público[14]. Em 2019, com a posse do Governo de Jair Messias Bolsonaro, o Programa passou por novas restrições orçamentárias devido o redirecionamento de prioridades adotadas.

No dia 12 de janeiro do ano de 2021, o Governo Federal sancionou a Lei n° 14.118, que instituiu o Programa Casa Verde e Amarela[15]. A Lei repaginou o PMCMV reformulando as modalidades de financiamento, subsídios de juros, valor orçamentário

[14] Para mais informações sobre o a Emenda 95/2016, consultar: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/analises-e-estudos/arquivos/2018/teto-de-gastos-o-gradual-ajuste-para-o-crescimento-do-pais.pdf/ - acessado em 15/02/2023.

[15] O acesso a letra da Lei é possível ser consultada pelo site: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14118-12-janeiro-2021-790986-norma-pl.html - acessado em 15/02/2023.

direcionado ao Programa e objetivos, sendo que alguns dos novos objetivos foram a regularização fundiária e renegociação de dívidas dos beneficiados já contemplados pelo PMCMV.

Em 15 de fevereiro de 2023, no início do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026), foram revogadas as portarias que instituíram o Programa Casa Verde e Amarela e revitalizado o PMCMV. O Programa voltou a conceder subsídios às populações de baixa renda da Faixa 1. A estimativa do governo é de que 50% das 2 milhões de unidades habitacionais previstas até 2026 sejam destinadas a populações dessa faixa com subsídios de 85% a 95% aos financiamentos, reforçando o caráter inclusivo do PMCMV para combate do déficit habitacional.[16]

Todos esses programas e políticas públicas foram relevantes para a expansão da construção civil. A seguir, abordaremos, de forma mais particular, as políticas públicas habitacionais implementadas no município de Dourados.

Com base em informações coletadas através da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB/MS), o município de Dourados recebeu 23 empreendimentos imobiliários entre 2010 e 2020, sendo 21 através do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e 2 Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Os empreendimentos entregues foram: Residencial Dioclécio Artuzi (2012/3); Residencial Harrison Figueiredo I, II e III (2014); Residencial Dioclécio Artuzi III (2016); Condomínio Vila Roma I, II e III (2016); Agricultor Tradicional (2015); Residencial Ildefonso Pedroso (2018); Residencial Campina Verde I e II (2019); Agricultor Tradicional (2018); Condomínio Residencial Itapiranga I e II (2019); Condomínio Residencial Ravena I e II (2018/9); Condomínio Residencial San Marino I, II e III (2019); Condomínio Quintas de Lisboa Fase CDE (2020); Residencial Positano (2020); Vila Mileto I (2019); Loteamento Guassu (2019).

[16] Para mais informações sobre o novo PMCMV, consultar: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/02/15/quem-pode-participar-do-novo-minha-casa-minha-vida.htm.

Ao todo, foram construídas 4.075 moradias sendo 4.048 habitações urbanas e 27 rurais e investidos R$ 286.586.680,15 na construção das moradias. Os valores investidos repercutiram na geração de empregos de forma direta e indireta.

No entanto, cabe ressaltar que se trata de um processo com diversas contradições que são intrínsecas ao desenvolvimento econômico do modo de produção capitalista. Ao analisar uma das problemáticas que têm direta relação com a expansão do setor da construção, temos o papel do setor imobiliário na acumulação urbana. Barboza e Gomes (2016), com base em Lefebvre (2008), concluem que o setor imobiliário funciona como um amortizador de crises cíclicas do capitalismo e, ao mesmo tempo, um imobilizador do capital nele investido, portanto, investir em imóveis constitui uma opção segura.

Calixto e Redón (2021) e Calixto, Silva e Bernadelli (2022) ao investigarem os impactos do PMCMV na produção do espaço urbano em Dourados, destacam o protagonismo de empreiteiras, que possuem sede em Campo Grande, na execução dos projetos do Programa, chamando atenção para as empresas Engepar Engenharia (Faixa 1,5 e 3) e RG Engenharia LTDA (Faixa 2). Os pesquisadores também chamam a atenção para o fato de que

> Quando consideramos os empreendimentos do PMCMV em Dourados, podemos afirmar que eles reforçam a reprodução de um modelo de localização periférica e descontinua, concentrando as unidades habitacionais, principalmente, na porção sul e sudeste, e ampliando as distâncias socioespaciais no interior da cidade. (Calixto e Redón, 2021, p. 44).

Embora esse não seja o objetivo deste trabalho, torna-se importante observar o papel desempenhado por grupos e empreiteiras de fora de Dourados nas licitações empenhadas para a construção de moradias de demanda social no município.

Fialho *et al*., (2014) ao destacam que

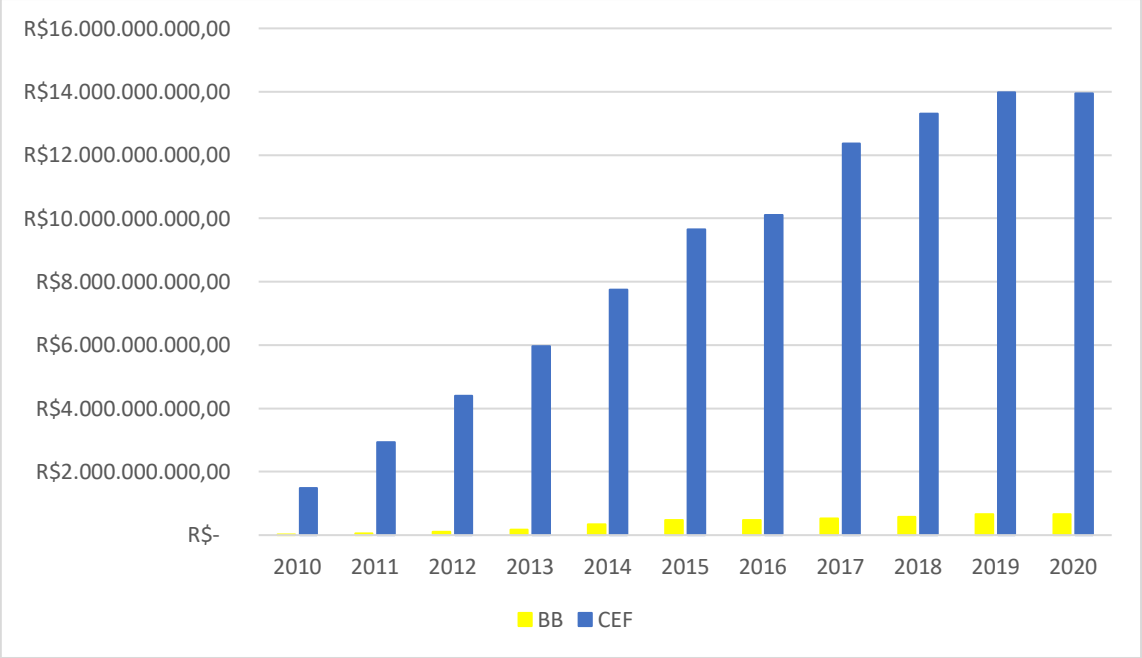
> A indústria da construção sofre influências de um conjunto de fatores que se relacionam dinamicamente com o setor. Políticas econômicas que proporcionam o crescimento de renda familiar e do emprego, aumento do crédito ao consumidor, maior oferta de crédito imobiliário e manutenção da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de diversos insumos da construção foram responsáveis pelo crescimento do setor nos últimos anos. A indústria da construção civil exerce influência sobre diversos setores da economia, seja através da alta taxa de geração de emprego, renda e impostos, ou pela geração de demanda em outros setores. O papel da construção civil como vetor do crescimento econômico é usualmente mensurado pelo tamanho relativo do seu produto como proporcionalmente à renda nacional e por sua ampla rede de ligações setoriais e

> elevado efeito multiplicador de emprego. Outra característica deste setor é a baixa demanda por importações, o que não pressiona a balança comercial com o aumento de sua atividade. (Fialho *et al.*, 2014, p.1105).

O setor da construção civil também afeta indiretamente múltiplos setores produtivos devido à sua extensa demanda de produtos e mercadorias antes, durante e após as construções, pois também são realizadas reformas. Concordamos com o argumento de que "A extensa e complexa cadeia produtiva da construção civil exerce forte alavancagem econômica nos setores que lhe servem de formuladores de insumo, sendo importante indutora do crescimento para estas atividades" (Teixeira e Carvalho, 2005, p. 21).

Ao analisar o desempenho do setor da construção civil no município de Dourados, constatamos a importância da expansão dos financiamentos de bancos estatais na concessão de linha de crédito para o setor imobiliário. Na Figura 2, demonstramos os valores concedidos para o setor imobiliário do município entre 2010 e 2020.

**Figura 2** – DOURADOS - Evolução anual dos volumes de financiamentos imobiliários oriundos do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal em comparativo entre 2010 e 2020.




**Fonte:** Banco Central, 2023. Organizado pelos autores.

A partir dos dados apresentados, confirmamos a participação da Caixa Econômica Federal (CEF) como principal agente financiador da construção civil, totalizando o montante de R$ 95.925.825.148,00, contabilizando cerca de 95% dos valores; o Banco do Brasil S.A. (BB) demonstrou um desempenho menor na concessão de linhas de financiamentos ao setor imobiliário, totalizando R$ 3.888.752.446,00, cerca de 5% do total.

A CEF oferece linhas de crédito acessíveis com juros subsidiados, departamentos especializados na análise de projetos e concessão de crédito para o financiamento habitacional que incluem: compra, construção e reforma de imóveis através dos serviços prestados, além de oferecer prazos para pagamentos de, até, 35 anos[17]. O BB também expandiu os valores concedidos ao financiamento imobiliário ao município, embora em menor quantidade oferecendo modalidades de compra, construção e reforma de imóveis, com prazo para pagamento em até 35 anos[18].

O município de Dourados contava com duas agências bancárias da CEF em 2010 e chegou ao ano de 2020 com quatro agências bancárias, todas participaram da concessão de crédito para o financiamento imobiliário; já o BB contava com cinco agências bancárias em 2010, permaneceu com o mesmo número de agências bancárias, com quatro trabalhando com financiamento imobiliário.

Os valores que foram direcionados ao financiamento imobiliário repercutem no setor da construção civil e influenciam direta e indiretamente o desempenho de toda cadeia produtiva que compõem a indústria da construção. Ao todo, durante os 11 anos, foram direcionados ao financiamento imobiliário no município de Dourados R$ 99.814.577.594,00.

A política habitacional e o crédito nos bancos públicos, ao incidir sobre a expansão da construção civil, por consequência, repercutiu no aumento das unidades da indústria de transformação que estão diretamente relacionadas a ela. Neste momento, voltamos ao banco de dados do IBGE, considerando a classificação CNAE, para o mesmo período, de 2010 a 2020 e obtivemos o seguinte quadro:

[17] Para mais informações sobre as modalidades de financiamento imobiliário do banco, consultar: https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/Paginas/default.aspx.

[18] Para maiores informações sobre as modalidades de financiamento imobiliário do Banco do Brasil S.A., consultar: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/financiamentos/financiamento-de-imoveis#/.

## CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados, constata-se a significativa presença do setor da construção civil no desenvolvimento econômico de Dourados, influenciando direta e indiretamente a expansão de unidades da indústria de transformação. Múltiplos fatores auxiliam na explicação da existência de tal fenômeno, entre eles, o papel das políticas públicas habitacionais incentivadas pelo PAC através do PMCMV, que exerceu efetivo papel a partir de 2010, ano que foi lançado o primeiro empreendimento relacionado ao programa.

Também é destaque a expansão dos valores concedidos ao financiamento imobiliário pelos bancos públicos durante o período, aproximadamente 100 bilhões de reais, que estimularam a expansão da construção civil e contribuíram diretamente para o desempenho setor da construção no município de Dourados.

Os resultados apresentados não esgotam o tema, mas auxiliam na caracterização do fenômeno em Dourados. A partir das constatações apresentadas, surgem novos questionamentos acerca dos da dinâmica do setor na geografia econômica do município, como: Quais os efeitos desta expansão no comércio local? Qual o espraiamento da industrialização do setor nos empregos formais diretos e indiretos? Entre outras perguntas que podem ser exploradas por pesquisas posteriores.

O Grupo de Pesquisa Sócio-econômico-ambiental de Mato Grosso do Sul segue com pesquisas relacionadas ao tema afim de investigar as transformações produtivas que ocorrem em Dourados e no estado.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. Região da Grande Dourados (MS): Planejamento e (des)construção de uma região. I*n*: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais**. [S.L]: Universidade de São Paulo, 2005. p. 159-180.

ALCÂNTARA JUNIOR, Érbes Santos de. O impacto do Programa Minha Casa Minha Vida no setor da construção civil. 2019. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Engenharia Civil) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campo Mourão, 2019.

BARBOSA, Adauto Gomes; GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Reflexão sobre o papel do setor imobiliário na acumulação urbana. **Sociedade & Natureza**, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 333-346, dez. 2016.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 258-279, 11 abr. 2019.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Dinâmicas e transformações territoriais recentes: o papel da PNDR e das políticas públicas não regionais com impacto territorial. *In*: MONTEIRO NETO, A. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil:** políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro – RJ: IPEA, 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NASSIF, André; FEIJÓ, Carmem. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 493-513, set. 2016.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; REDÓN, Sergio Moreno. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais. Os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras: notas introdutórias. *In*: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; REDÓN, Sergio Moreno (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e Seus Desdobramentos Socioespaciais:** os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. Porto Alegre: Totalbooks, 2021. Cap. 1. p. 16-34.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SILVA, Paulo Fernando Jurado da; BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Os novos vetores da produção do espaço urbano em Dourados-MS e o processo de reconfiguração da periferia**. Confins (Paris), v. 56, p. 1-13, 2022.

CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BÜHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Anpege**, [S.L.], v. 12, n. 18, p. 259-282, 2016.

DANTAS, Danilo Sanches; SOUZA, Adáuto de Oliveira. Diagnóstico da estrutura industrial do município de Dourados (MS). In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo. **Anais**. [S.L], 2005. p. 3978- 3990.

FIALHO, Karlo Eugênio Romero.; COSTA, Heloina Nogueira da; LIMA, Sérgio Henrique de Oliveira; BARROS NETO, José de Paula. Aspectos econômicos da construção civil no Brasil. **XV Encontro de Tecnologia do Ambiente Construído**. ENTAC- 2014.

CARVALHO, André Roncaglia; GALA, Paulo; **Brasil, uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender nosso fracasso.** 1. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2020.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. **Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização.** Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, [S.L.], p. 21-47, 1982. Disponível em http://dx.doi.org/10.7154/rdg.1982.0001.0002.

GONÇALVES JUNIOR, Carlos Alberto; DUTRA, Ricardo de Lemos; LOPES, Ricardo Luis; RODRIGUES, Rossana Lott. O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira: uma análise de insumo-produto. Ambiente Construído, [S.L.], v. 14, n.

1, p. 177-189, mar. 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212014000100014.

GOMES, Thayná Nogueira. **A dimensão espacial do processo de reestruturação da indústria no Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014**. 2016. 270 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2016.

IBGE. (2022). Censo Demográfico 2022: Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE.

**IBGE/CEMPRE.** Cadastro Central de Empresas: 2024. Disponível em: Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE | IBGE. Acesso em: 11/05/2024.

IBGE. (2018). Região de Influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Indústria, desindustrialização e território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 3, p. 408-429, 2013.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Spatial productivity and commodity, Mato Grosso do Sul - Brazil. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, mai. 2018.

LAMOSO, Lisandra Pereira. A economia no território: esboço sobre possibilidades de reindustrialização à brasileira. *In:* VIERIA, Alexandre Bergamin; MORETTI, Edvaldo Cesar; LAMOSO, Lisandra Pereira (org.). **Território, Economia e Politica**. [S.L]: Totalbooks, 2022. p. 78-94.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. **Política Econômica em Foco**, [S.L], v. 7, p. 271-291, abr. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MAMIGONIAN, Armem. **Notas Sobre o processo de industrialização no Brasil**. Boletim FFCL – Presidente Prudente., p. 1-28, 1969.

MEDEIROS, Marlon Clovis. Crise e desindustrialização no Brasil atual. In: GÓMEZ, Maricarmen Tapia; PÉREZ-GUILARTE, Yamilé; MARTÍ, Francisco Javier Jover (org.). **América Latina: Repercusiones espaciales de la crisis política**. [S.L]: Asociación Española de Geografía, 2021. Cap. 24. p. 367-379.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 140 p.

MONTEIRO NETO, Aristides. Indústria e território no Brasil: debates, evidências e hipóteses para uma análise contemporânea. In: MONTEIRO NETO, Aristides; SILVA, Raphael de Oliveira; SEVERIAN, Danilo (org.). Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI. Brasília: Ipea, 2021. Cap. 2. p.57.

NISHIMURA, Fábio; FREITAS, Carlos Eduardo de; ALMEIDA, Roselaine. Impacto do Financiamento Habitacional sobre o Mercado de Trabalho na Construção Civil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 72, n. 4, p. 497-514, 2018.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. A Geografia que pensa a indústria para um projeto de Brasil no século XXI. **Revista da Anpege**, [S. l.], v. 18, n. 36, 2022.

ROTTA, Edmar; DO REIS, Carlos Nelson. Programa De Aceleração Do Crescimento (PAC): retomada do protagonismo do estado na definição da política de desenvolvimento?. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, Ijuí - Brasil, v. 1, n. 1, 2018.

SANTANA JUNIOR, Jaime Ribeiro de. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. **Geografia** (Londrina), Londrina, v. 18, n. 2, p. 89-105, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEMADESC/MS. (2023). Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – Base de Dados do Estado. Disponível em: http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/ . Acesso em: 19/03/2024.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados-MS**. 1992. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SOUZA, Adáuto de Oliveira. **Estado e indução da atividade industrial: considerações acerca da teoria dos pólos de desenvolvimento no espaço de Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2010. (Coleção Cadernos Acadêmicos).

TEIXEIRA, Lucilene Pires; CARVALHO, Fatima Marilia Andrade de. A construção civil como instrumento do desenvolvimento da economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 109, p. 9-26, dez. 2005.

ZAMBERLAN, Carlos Otávio *et al*. Análise da industrialização sul-mato-grossense em face da industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 3, p. 114-135, dez. 2010.

Recebido em abril de 2024.

Revisão realizada em junho de 2024.

Aceito para publicação em outubro de 2024.

# TERRITÓRIOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: DEMOCRATIZAÇÃO, EMPREENDIMENTO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA SUSTENTÁVEL

# INDIGENOUS TERRITORIES IN LATIN AMERICA: DEMOCRATIZATION, SOCIAL ENTREPRENEURSHIP, AND SUSTAINABLE ECONOMIC ORGANIZATION

# TERRITORIOS INDÍGENAS EN AMÉRICA LATINA: DEMOCRATIZACIÓN, EMPRENDIMIENTO SOCIAL Y ORGANIZACIÓN ECONÓMICA SOSTENIBLE

**Angelina Maria de Oliveira Licório**
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)
angelina.licorio@ifro.edu.br

**Diêgo Alexandre Duarte**
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
diego.alexandre.duarte@posgrad.ufsc.br

**Raquel da Silva Pereira**
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)
raquel.pereira@online.uscs.edu.br

**Dércio Bernardes de Souza**
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
dercio@unir.br

**Osmar Siena**
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
siena@unir.br

v. 16, n. 31, 2025 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

## Destaques

- Povos indígenas na América Latina buscam participação política para defender seus direitos, preservar seus territórios e construir modelos de desenvolvimento sustentáveis.
- Movimentos como o zapatista no México e o mapuche no Chile lutam pelos direitos indígenas à terra, proteção ambiental e preservação cultural.
- Comunidades indígenas buscam modelos de empreendedorismo social que valorizem suas tradições e promovam o desenvolvimento econômico sustentável.
- A valorização e incorporação do conhecimento tradicional indígena são essenciais para a participação social e para a criação de políticas públicas eficazes.
- No Brasil, indígenas lutam pela demarcação de terras e inclusão social, enfrentando a criminalização de lideranças e a lenta implementação de políticas públicas.

**RESUMO**

O artigo analisa a participação política e social dos povos indígenas na América Latina, compreendida como o engajamento em processos decisórios formais e informais, incluindo eleições, movimentos sociais e outras formas de organização política que visam à defesa de seus direitos, à preservação de seus territórios e à construção de modelos de desenvolvimento autônomos e sustentáveis. O objetivo é examinar a relação entre essa participação, a preservação do território e a organização socioeconômica, destacando desafios e avanços. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica sistemática, abrangendo estudos publicados entre 2014 e 2024. Os resultados apontam para a importância do reconhecimento e respeito aos direitos territoriais e à autodeterminação dos povos indígenas, ressaltando a relevância do empreendimento social e da organização econômica sustentável como caminhos para o desenvolvimento, a preservação cultural e a proteção ambiental. O artigo também discute questões de desigualdade, exclusão e conflitos socioambientais enfrentados por esses povos, enfatizando a necessidade de políticas públicas que promovam a participação e o respeito à diversidade cultural.

**Palavras-chave:** Povos indígenas. Democratização. Participação política. Direitos territoriais. Auto governança.

**ABSTRACT**

This article analyzes the political and social participation of indigenous peoples in Latin America, understood as their engagement in both formal and informal decision-making processes, including elections, social movements, and other forms of political organization aimed at defending their rights, preserving their territories, and constructing autonomous and sustainable development models. The objective is to examine the relationship between this participation, the preservation of territory, and socioeconomic organization, highlighting challenges and advances. The methodology adopted is qualitative, based on a systematic literature review encompassing studies published between 2014 and 2024. The results point to the importance of recognizing and respecting the territorial rights and self-determination of indigenous peoples, emphasizing the relevance of social enterprise and sustainable economic organization as pathways to development, cultural preservation, and environmental protection. The article also discusses issues of inequality, exclusion, and socio-environmental conflicts faced by these peoples, underscoring the need for public policies that promote participation and respect for cultural diversity.

**Keywords**: Indigenous peoples. Democratization. Political participation. Territorial rights. Self-governance.

**RESUMEN**

Este artículo analiza la participación política y social de los pueblos indígenas en América Latina, entendida como su involucramiento en procesos de toma de decisiones tanto formales como informales, incluyendo elecciones, movimientos sociales y otras formas de organización política que tienen como objetivo la defensa de sus derechos, la preservación de sus territorios y la construcción de modelos de desarrollo autónomos y sostenibles. El objetivo es examinar la relación entre esta participación, la preservación del territorio y la organización socioeconómica, destacando los desafíos y avances. La metodología adoptada es cualitativa basada en una revisión sistemática de la literatura, abarcando estudios publicados entre 2014 y 2024. Los resultados apuntan a la importancia del reconocimiento y respeto de los derechos territoriales y la autodeterminación de los pueblos indígenas, subrayando la relevancia del emprendimiento social y la organización económica sostenible como caminos para el desarrollo, la preservación cultural y la protección ambiental. El artículo también discute cuestiones de desigualdad, exclusión y conflictos socioambientales que enfrentan estos pueblos, enfatizando la necesidad de políticas públicas que promuevan la participation y el respeto a la diversidad cultural.

**Palabras clave:** Pueblos indígenas. Democratización. Participación política. Derechos territoriales. Autogobierno.

## INTRODUÇÃO

Os povos indígenas na América Latina têm uma história milenar, caracterizada por um rico patrimônio cultural que remonta a milhares de anos. Apesar disso, eles enfrentaram séculos de colonização, exploração e marginalização, resultando em desafios políticos e sociais (De La Cuadra, 2015).

A participação política e social se refere às maneiras pelas quais os indivíduos se envolvem no processo político e contribuem para suas comunidades. Isso pode incluir votação, ativismo, organização comunitária e outras formas de engajamento cívico (Luna, 2014).

A participação social é fundamental para uma democracia saudável, pois permite que os cidadãos expressem suas opiniões, influenciem a tomada de decisões e responsabilizem os líderes. Para os povos indígenas, a participação política e social e o engajamento em processos decisórios e ações coletivas visam à defesa de seus direitos, à preservação de seus territórios e à construção de modelos de desenvolvimento autônomos e sustentáveis, bem como às formas de organização e ação política que resistem à incorporação plena na organização estatal (Luna, 2014).

A participação política dos povos indígenas na América Latina tem sido marcada por desafios significativos. No México, os povos indígenas enfrentam várias barreiras à sua representação política, que incluem discriminação, acesso limitado à educação e recursos, bem como uma representação inadequada nos processos de tomada de decisão (Ayerbe, 2011). Essas dificuldades comprometem a capacidade dos povos indígenas de influenciar as políticas que impactam suas comunidades e de assegurar a proteção efetiva de seus direitos, perpetuando assim a marginalização histórica que enfrentam.

Da mesma forma, na Bolívia, os povos indígenas também enfrentam desafios significativos em sua busca por uma representação igualitária e a salvaguarda de seus direitos (Vitale; Nagamine, 2022). Esses obstáculos, como a discriminação e a marginalização, continuam a afetar negativamente os povos indígenas em suas aspirações políticas, sendo necessário adotar medidas que enfrentem essas questões e promovam uma participação política mais equitativa e inclusiva.

Alguns casos bem-sucedidos de participação política indígena na América Latina se destacam, como por exemplo a eleição de Evo Morales, o primeiro presidente indígena da Bolívia em 2005, que foi um marco significativo na luta pela representação política indígenas (Mayorga, 2017).

A eleição de Morales representou uma mudança na paisagem política do país e destacou a importância da participação indígena na democracia (Ayerbe, 2011; Mayorga, 2017). Contudo, os povos indígenas na Bolívia continuam a enfrentar discriminação e desafios em seus esforços para obter representação e proteção igualitária de seus direitos.

Os conflitos recentes sobre os direitos à terra e a extração de recursos afetam desproporcionalmente as comunidades indígenas, destacando a necessidade de investigação e defesa contínuas nesta área. Apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, as comunidades indígenas da América Latina ainda enfrentam obstáculos significativos em relação à sua participação política (Mayorga, 2017). Uma análise mais detalhada dos conflitos recentes revela que os mesmos estão vinculados ao agronegócio, à mineração, ao garimpo e a grandes empreendimentos. Essas atividades têm impactado significativamente as comunidades indígenas, o que demonstra a urgência de discutir o tema em profundidade (Svampa, 2020).

Esses desafios abrangem questões como discriminação, restrições no acesso à educação e recursos, bem como representação inadequada nos processos de tomada de decisão. Para alcançar uma sociedade democrática, equitativa e justa, é fundamental que os povos indígenas sejam considerados em todos os sistemas socialmente organizados e nos processos de tomada de decisão (Duguid, 2020). Para tanto é necessário que se avance no processo de reconhecimento e valorização de suas vozes, necessidades e aspirações em todas as esferas, mas particularmente no âmbito político.

Para entender os desafios que os povos indígenas enfrentam na representação política e garantir que seus direitos sejam protegidos, este estudo traz uma discussão sobre os povos Indígenas da América Latina sob a ótica da Participação Social e Democrática e da Organização Econômica Sustentável, considerando os Empreendimentos Sociais e a relação com o Território.

O Objetivo é identificar cenários de uma Participação Democrática dos Povos Indígenas com preservação do território e organização socioeconômica. Para tanto, se

adota como procedimento metodológico, a abordagem qualitativa de caráter exploratório, com análise sistemática da literatura dos últimos dez anos, levantada junto à base de dados *Web of Science* - Coleção Principal.

Quanto a revisão sistemática da literatura, seguindo os critérios de Petticrew e Roberts (2006) a busca na base de dados *Web of Science* foi realizada utilizando palavras-chave relevantes para a temática, como 'participação política indígena', 'movimentos sociais indígenas' e 'democratização na América Latina'. Foram considerados artigos publicados entre 2014 e 2024, a fim de traçar um panorama histórico e contextualizar os avanços e desafios contemporâneos da participação política e social indígena. A qualidade metodológica dos estudos incluídos foi avaliada utilizando critérios adaptados de Petticrew e Roberts (2006), como a clareza da pergunta de pesquisa, a adequação do desenho do estudo, a descrição dos participantes e a análise dos resultados. Os resultados foram sintetizados de forma narrativa, considerando a heterogeneidade entre os estudos e buscando identificar padrões e tendências.

## PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

A participação política dos povos indígenas na América Latina tem se tornado um assunto de destaque nas últimas décadas. Mesmo com alguns avanços os povos indígenas continuam enfrentando desafios que afetam sua participação política, tais como, a discriminação, a marginalização e as barreiras de acesso à educação e à saúde (Vitale; Nagamine, 2022).

Além disso, chama-se a atenção para os desafios relacionados à luta pelo território, como a morosidade no reconhecimento dos direitos territoriais originários e a demarcação de terras. A falta de acesso à educação, saúde e recursos está intrinsecamente ligada à ausência de um território demarcado, o qual possibilita a produção da vida, uma educação diferenciada e uma saúde integral e intercultural que respeite as especificidades de cada povo e da região em que vive (Baniwa, 2023).

Apesar do apoio recebido por Evo Morales de parte do movimento indígena e a sua eleição histórica como presidente da Bolívia em 2005, é importante mencionar as críticas direcionadas ao seu governo em relação à expansão do neoextrativismo e a projetos como a construção da estrada no Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS), que afetaram os direitos territoriais e a proteção ambiental. Essa

situação evidencia as complexidades e contradições inerentes aos processos políticos que envolvem os povos indígenas e o Estado, a representação política igualitária e a proteção dos direitos dos povos indígenas na Bolívia e em toda a América Latina continuam sendo desafios presentes (Ayerbe, 2011; Mayorga, 2017).

No Equador, os povos indígenas têm desempenhado um papel de destaque ao participarem de protestos contra políticas governamentais que são percebidas como prejudiciais às suas comunidades e ao meio ambiente (Araujo; Silva, 2022). Essa mobilização evidencia a resistência e a luta contínua dos povos indígenas na América Latina. O envolvimento ativo dos povos indígenas nos protestos ressalta a necessidade de políticas e práticas que reconheçam e garantam o respeito aos direitos e às aspirações dessas comunidades, a fim de promover uma sociedade mais justa e equitativa para todos (Barié, 2020).

Os povos indígenas também estão envolvidos em movimentos sociais e políticos que buscam promover seus direitos e interesses (Dangl, 2019). Esses movimentos são importantes para garantir que as vozes dos povos indígenas sejam ouvidas e consideradas nas decisões políticas, pois, a participação dos povos indígenas na política não se limita apenas à eleição de líderes indígenas.

Um exemplo de movimento social liderado por indígenas é o Congresso Nacional Indígena (CNI) no México, formado em 1996 (CNI, 2017), organização que busca promover a participação política dos povos indígenas e defender seus direitos. O CNI busca também, construir alianças com outros movimentos sociais e políticos para promover mudanças mais amplas na sociedade mexicana (CNI, 2017).

Lupien (2020) esclarece que a participação política dos povos indígenas na América Latina também é afetada pela falta de representação nos órgãos governamentais e pela discriminação estrutural. Muitas vezes, os povos indígenas não têm acesso aos recursos necessários para se candidatarem a cargos políticos ou para fazerem suas vozes serem ouvidas nas decisões políticas. Outro desafio enfrentado pelos povos indígenas na participação política é a falta de reconhecimento de seus sistemas de governança tradicionais.

Muitos governos latino-americanos ainda operam sob um sistema jurídico ocidentalizado que não reconhece as formas de organização e tomada de decisão dos

povos indígenas. Isso pode levar a conflitos entre os sistemas jurídicos e políticos ocidentais e os sistemas tradicionais dos povos indígenas (Centellas, 2018).

Apesar dos desafios apresentados, os movimentos políticos liderados por indígenas continuam a crescer e ganhar força na América Latina. Esses movimentos buscam promover o autodesenvolvimento político dos povos indígenas e defender seus direitos à terra, recursos naturais e autodeterminação.

## O MOVIMENTO INDÍGENA NO BRASIL: PARTICIPAÇÃO E RESISTÊNCIA

No Brasil, o movimento indígena também tem se mobilizado de forma crescente na busca por participação política e garantia de seus direitos. A candidatura de Sônia Guajajara à vice-presidência da República, em 2018, na chapa de Guilherme Boulos, representou um marco importante nesse processo, evidenciando a busca por representatividade e a luta por direitos e reconhecimento (De Souza, Cardoso e Do Amaral Filho, 2019; TSE, 2024).

Além disso, o número de candidaturas indígenas nas eleições cresceu significativamente, demonstrando a força da mobilização e o desejo de ocupar espaços de poder e decisão. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de candidatas e candidatos que se autodeclararam indígenas aumentou desde 2014, quando a Justiça Eleitoral começou a computar essa informação. Nas eleições municipais de 2020, foram registradas 1.721 candidaturas indígenas, um aumento de 11% em relação ao pleito anterior (TSE, 2024).

Cabe destacar a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a nomeação de Sônia Guajajara como ministra, em 2023, representam um passo importante na relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas. Essa iniciativa abre a possibilidade de maior protagonismo e participação indígena na formulação de políticas públicas que os afetam diretamente (Braga, Cangussu e Furquim, 2023).

Paralelamente, as mudanças na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), agora Fundação Nacional dos Povos Indígenas, e a nomeação da advogada Joenia Wapichana como sua primeira presidente indígena, demonstram a valorização do conhecimento e da liderança indígena na gestão de questões primordiais para esses povos (TSE, 2024).

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL INDÍGENA NA AMÉRICA LATINA

Os movimentos sociais indígenas vêm ganhando força na América Latina, abordando questões como direito à terra, proteção ambiental e preservação cultural. Um exemplo é o movimento zapatista no México, que lutou pelos direitos indígenas tanto por meio da luta armada quanto por protestos pacíficos, ganhando atenção internacional e forçando o governo mexicano a reconhecer os direitos indígenas e estabelecer autogoverno em certas áreas (Inclán, 2018).

O zapatismo difere de outros movimentos indígenas por centrar seu processo político-organizativo na auto-organização e na reivindicação da autonomia, inclusive perante o Estado (Inclán, 2018). Diferentemente de outras organizações, os zapatistas não buscam ocupar o Estado, mas sim construir experiências coletivas de autonomia territorial, estabelecendo críticas radicais ao processo eleitoral (Esteva, Gutiérrez Luna e Ragazzini, 2014; Luna, 2014).

Em contraste, o Congresso Nacional Indígena (CNI) buscou a participação no processo eleitoral com a candidatura de María de Jesús Patricio à presidência e apesar do apoio do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que é um grupo revolucionário de indígenas formado em Chiapas, no México, a essa candidatura, é fundamental reconhecer que são processos políticos distintos, com diferentes visões sobre a relação com o Estado (Gomes e Benzaquen, 2018). O CNI e sua busca pela participação no processo eleitoral, contrastando com a abordagem do movimento zapatista, que prioriza a autonomia e a auto-organização destaca como esses dois movimentos, embora indígenas e atuantes no México, possuem visões distintas sobre a relação com o Estado e as estratégias de luta por seus direitos.

Um outro exemplo é o movimento Mapuche no Chile (Labra Mocarquer, 2022), que luta pelo reconhecimento de seus direitos ancestrais à terra e à identidade cultural, enfrentando discriminação e violência do governo chileno e de empresas privadas que buscam explorar seus recursos.

Embora tenha havido algum progresso na garantia do reconhecimento legal de seus direitos e na criação de mecanismos para sua participação, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir uma participação e representação significativas na democracia e na governança. Reconhecer o direito e a importância da participação

indígena na democracia e nos movimentos sociais é essencial para promover uma governança equitativa (Cott, 2005; Banco Mundial, 2015).

Os governos e a sociedade precisam reconhecer o papel das comunidades indígenas nos processos de tomada de decisão e garantir que tenham voz ativa na formulação de políticas que afetam suas vidas. Para tanto, se faz necessário a identificação de práticas capazes de engajar as comunidades indígenas e políticas públicas que deem sustentação a suas participações.

Apesar do registro de alguns movimentos políticos indígenas bem-sucedidos na América Latina, comunidades indígenas em todo o mundo continuam enfrentando discriminação, marginalização e violência (Lamas, 2016). Resolver essas questões requer não apenas o reconhecimento legal dos direitos indígenas, mas também mudanças fundamentais nas atitudes e estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a exclusão (Júnior; Menezes, 2020).

Destaca-se a importância do conhecimento tradicional indígena na participação social e nos processos de tomada de decisão, pois as comunidades indígenas possuem perspectivas e experiências únicas que podem contribuir para debates de questões que lhes são pertinentes, como saúde, educação e justiça social. No entanto, essas perspectivas são muitas vezes ignoradas ou subestimadas na sociedade.

Os Inuit do Canadá são exemplos do impacto positivo que pode resultar da valorização e incorporação do conhecimento tradicional (Dahl; Hansen, 2019). Eles têm uma compreensão profunda de seu meio ambiente e usaram esse conhecimento para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável em suas comunidades. Seu conhecimento tradicional foi reconhecido e incorporado às políticas governamentais e processos de tomada de decisão (Sawatzky *et al*., 2020).

O ativismo indígena tem desempenhado um papel relevante chamando a atenção para as lutas contínuas dessas comunidades, trata-se do ativismo Indígena por Justiça Social e Direitos Humanos. Desde a luta da tribo Standing Rock Sioux contra o Dakota Access Pipeline (Bell, 2018) até os protestos liderados pelos Maori contra o Acordo de Parceria Transpacífico (Patterson, 2018), ativistas indígenas têm estado na vanguarda da defesa da justiça social e dos direitos humanos.

Por meio de seus esforços, eles não apenas chamaram a atenção para os problemas enfrentados por suas comunidades, mas também inspiraram outras pessoas a

agir e se juntar à luta por um mundo mais justo e igualitário. A organização territorial é fundamental para as comunidades indígenas protegerem suas terras e recursos da exploração por atores externos. Por meio de seu ativismo, as comunidades indígenas defendem sua autodeterminação e seus territórios.

## FATORES QUE DIFICULTAM A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA DEMOCRACIA E NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

Comunidades indígenas em muitos países enfrentam discriminação sistêmica que restringe seu direito de voto e limita seu acesso a informações e recursos necessários para uma participação efetiva nos processos de tomada de decisão (Smith *et al*., 2017). Essas barreiras não apenas violam seus direitos humanos básicos, mas também perpetuam sua marginalização e exclusão do processo democrático.

As desigualdades estruturais e a discriminação contra os povos indígenas muitas vezes resultam no silenciamento de suas vozes e na ignorância de suas preocupações por aqueles que estão no poder (Milanez *et al*., 2019). Na Austrália, por exemplo, os povos aborígines há muito enfrentam barreiras para participar do processo político, como a exigência de fornecer prova de identidade (Urt, 2014).

É necessário incorporar perspectivas indígenas e enfrentar essas barreiras sistêmicas para criar uma sociedade mais democrática e inclusiva (Yashar, 1999). Esforços para aumentar o acesso às informações e recursos, bem como suporte linguístico e cultural, podem ajudar a garantir que os povos indígenas tenham voz nas decisões que afetam suas comunidades (Da Silva, 2023). Abordar as desigualdades estruturais e a discriminação enfrentadas pelos povos indígenas é essencial para criar uma sociedade mais igualitária, onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas (Hernández; Calcagno, 2003).

A falta de materiais de votação culturalmente apropriados e locais de votação acessíveis em áreas remotas também têm sido obstáculos aos povos indígenas para participarem do processo eleitoral (Araujo Júnior, 2018). O acesso limitado à educação e recursos, barreiras linguísticas, marginalização, entre outros, são alguns dos desafios enfrentados pelas comunidades indígenas (Hernández; Calcagno, 2003).

Busca-se não apenas aumentar a representação indígena no governo, mas também criar espaços para diálogo e consulta entre as comunidades indígenas, governo e

sociedade. Espaço onde o diálogo possa ser fluido, ininterrupto e os esforços constantes, para ser capaz de enfrentar os inúmeros desafios e assegurar a participação indígena na democracia (Brandão, 2013).

## EMPREENDIMENTO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA SUSTENTÁVEL

Um aspecto relevante a ser considerado é a relação dos povos indígenas com suas terras ancestrais. Esses territórios têm um significado cultural, espiritual e econômico profundo para as comunidades indígenas. Ao terem controle e domínio sobre seus territórios, os povos indígenas podem desenvolver modelos de empreendimento social e organização econômica que estejam alinhados com seus valores e práticas tradicionais, ao mesmo tempo em que promovem a sustentabilidade ambiental (Mariosa *et al*., 2022; Gouvêa *et al.,* 2022).

As comunidades indígenas na América Latina têm buscado formas de empreendimento social que valorizem suas tradições e conhecimentos ancestrais e que possam contribuir para o desenvolvimento econômico de suas comunidades (Mariosa *et al*., 2018; Gouvêa *et al.,* 2022). Isso pode envolver a criação de cooperativas, associações e empreendimento comunitários que se baseiam em práticas sustentáveis, como agricultura orgânica, artesanato tradicional, turismo comunitário e manejo sustentável dos recursos naturais (Marques *et al*., 2010; Mariosa *et al*., 2022).

Essas iniciativas não apenas promovem a independência econômica das comunidades indígenas, mas também ajudam a preservar suas culturas e fortalecer seus laços sociais. Além disso, ao adotar práticas sustentáveis, os povos indígenas desempenham um papel fundamental na proteção do meio ambiente e na promoção da conservação da biodiversidade em seus territórios (Corbari, 2017).

É importante ressaltar que as experiências políticas dos povos indígenas na América Latina são diversas e complexas, abrangendo particularidades nos modos de organização política do movimento indígena em relação ao Estado e requer o apoio de políticas públicas adequadas, o respeito aos direitos indígenas e a valorização da diversidade cultural (Faria, 2008). O reconhecimento e o respeito aos direitos territoriais e auto governamentais dos povos indígenas são fundamentais para que eles possam

desenvolver suas próprias estratégias de empreendimento social e organização econômica sustentável (Mariosa *et al*., 2022).

A resiliência e a sabedoria ancestral dos povos indígenas são os principais fatores que colaboram para o desenvolvimento de práticas de empreendimento social e organização econômica sustentável (Corbari, 2017). Por meio de sua profunda conexão com a terra e seus conhecimentos transmitidos ao longo de gerações, essas comunidades são capazes de aplicar estratégias de subsistência tradicionais, utilizar plantas medicinais, adotar técnicas agrícolas sustentáveis e realizar a gestão responsável dos recursos naturais. Esses conhecimentos ancestrais podem ser incorporados em modelos contemporâneos de empreendimento, resultando em maior resiliência das comunidades indígenas e contribuindo para a sustentabilidade ambiental (Carvalho *et al.,* 2016).

A valorização da cultura e do patrimônio desempenha um papel central na promoção do empreendimento social e da organização econômica sustentável nos territórios indígenas. Além de buscar aspectos econômicos, esses modelos de empreendimento também têm o objetivo de preservar a cultura e o patrimônio indígena (Silva *et al.,* 2018). Ao valorizar e fortalecer as práticas culturais, artesanais e tradicionais das comunidades indígenas, tais modelos contribuem para a preservação da identidade e do legado cultural dessas populações (Silva *et al.,* 2018; Santos *et al.,* 2019).

O turismo comunitário surge como uma forma de empreendimento social que possibilita às comunidades indígenas compartilharem sua cultura, tradições e ambiente natural com os visitantes, e simultaneamente, em que geram renda para suas comunidades (Da Silva Leal, 2007). Por meio da promoção do turismo sustentável e culturalmente sensível, as comunidades indígenas encontram benefícios econômicos e fortalecem sua identidade cultural, enquanto os visitantes têm a oportunidade de vivenciar e aprender com essas culturas únicas (Bianchin; Marcelino, 2017; Moraes *et al*., 2018).

A colaboração entre as comunidades indígenas, o setor público, o setor privado e as organizações da sociedade civil promovem o desenvolvimento de modelos de empreendimento social e organização econômica sustentável nos territórios indígenas (Gouvêa *et al.,* 2022). Através de parcerias estratégicas, é possível obter recursos, conhecimentos especializados, capacitação e acesso a oportunidades de financiamento, ampliando assim as perspectivas de sucesso dessas iniciativas.

Em suma, os territórios indígenas na América Latina oferecem um contexto rico e promissor para a implementação de modelos de empreendimento social e organização econômica sustentável, onde podem combinar suas tradições e conhecimentos ancestrais com práticas modernas e sustentáveis, promovendo assim o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a proteção ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação política dos povos indígenas na América Latina é afetada por diversos desafios, como discriminação, marginalização, acesso limitado à educação e recursos, e representação inadequada nos processos de tomada de decisão. A eleição de Evo Morales como presidente indígena da Bolívia em 2005, foi um importante marco na luta pela representação política dos povos indígenas, mas ainda existem grandes desafios e discriminação em relação aos direitos e representação igualitária.

Os povos indígenas têm buscado maior participação nos processos de tomada de decisão por meio de movimentos sociais e políticos, como o Congresso Nacional Indígena no México, que trabalha para promover a participação política e defender os direitos indígenas. Contudo, mesmo com alguns avanços legais no reconhecimento dos direitos indígenas e na criação de mecanismos de participação, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir uma participação e representação significativas na democracia e na governança.

A participação social dos povos indígenas também é importante, e movimentos como o zapatista no México e o mapuche no Chile têm lutado pelos direitos indígenas à terra, proteção ambiental e preservação cultural, entre outros, enfrentando discriminação e violência.

No Brasil, o movimento indígena também tem conquistado avanços significativos na busca por participação política e garantia de seus direitos. O aumento das candidaturas indígenas, a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a nomeação da primeira presidente indígena da FUNAI são exemplos do crescente protagonismo dos povos indígenas no país.

O ativismo indígena tem se consolidado na defesa da justiça social e dos direitos humanos, inspirando outras pessoas a se juntarem à luta por um mundo mais justo e igualitário. E, a valorização e incorporação do conhecimento tradicional indígena são

fundamentais para a criação de políticas e práticas mais eficazes que beneficiem toda a sociedade.

A promoção do empreendimento social e da organização econômica sustentável nos territórios indígenas da América Latina é uma oportunidade valiosa para valorizar a cultura, preservar os conhecimentos ancestrais e promover o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental. Através do turismo comunitário, parcerias estratégicas e incorporação dos conhecimentos tradicionais, é possível fortalecer as comunidades indígenas e construir sociedades mais justas, participativas e equitativas. No entanto, é essencial o apoio de políticas públicas, respeito aos direitos indígenas e valorização da diversidade cultural para o sucesso dessas iniciativas. O empreendimento social e a organização econômica sustentável nos territórios indígenas representam um caminho promissor para um futuro mais harmonioso e sustentável.

Embora tenham ocorrido avanços na participação política e social dos povos indígenas na América Latina, ainda existem desafios significativos que precisam ser superados para garantir uma representação igualitária, proteção de direitos e uma sociedade mais democrática. A valorização do conhecimento tradicional indígena e o combate à discriminação são passos importantes nessa direção.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO JÚNIOR, J. J. **Direitos territoriais indígenas: uma interpretação intercultural**. 332 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil Constitucional; Direito da Cidade; Direito Internacional e Integração Econômica; Direi) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2018.

ARAUJO, L. DA S.; SILVA, A. T. R. DA. JATARISHUN: revoltas indígenas camponesas do Equador e Bem Viver. **Caderno CRH**, v. 35, p. e022004, 2022.

AYERBE, L. F. Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 83, p. 179–216, 2011.

BANCO MUNDIAL. **América Latina indígena no século XXI. Washington, DC: Banco Mundial**. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO. 2015. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/curated/pt/603241467994679041/pdf/98544-WP-P148348-Box394854B-PUBLIC-America-Latina-Indigena-PORTUGUESE.pdf>. Acesso em: 10 de jun de 2023.

BANIWA, Gersem. Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates e práticas interculturais. **Antropologia & Sociedade-Revista** do Laboratório de Antropologia, Arqueologia e Bem-Viver da UFPE, v. 1, n. 1, p. 7-21, 2023.

BARIÉ, Cletus Gregor. Representation of indigenous peoples in times of progressive governments: lessons learned from Bolivia, Latin American and Caribbean. **Ethnic Studies**, 17:2, 167-192. 2020. DOI: 10.1080/17442222.2020.1839225.

BELL, R. A. The Fort Laramie Treaty of 1868 and the Sioux: Is the United States Honoring the Agreements it Made? **Indigenous Policy Journal**, Vol. XXVIII, n. 3, 2018.

BIANCHIN, Aracelli; MARCELINO, Bruno César Alves. Cultura e mercadoria: perspectivas do turismo comunitário na América Latina. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, 2017.

BRAGA, Leonardo Viana; CANGUSSU, Daniel; FURQUIM, Laura Pereira. Abertura da Parte II-Um ano de governo Lula e as principais dificuldades no apoio às políticas voltadas aos povos isolados e de recente contato**. Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 15, 2023.

BRANDÃO, Pedro Augusto Domingues Miranda. **O novo constitucionalismo pluralista Latino-Americano**: participação popular ecosmovisões indígenas (Sumak Kawsay e Pachamama). 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

CARVALHO, Neusa Maria; PARODE, Valquíria Pezzi; DE SOUZA, Marli Olina. A construção do genograma de famílias Guarani-Mbyá: uma estratégia para fortalecimento e reconhecimento de uma comunidade indígena de cultura ancestral. **Temas em Educação e Saúde**, v. 12, n. 1, p. 63-84, 2016.

CENTELLAS, Miguel. **Indigenous Politics and Representation in Latin America**. obo in Political Science. 2018. DOI: 10.1093/obo/9780199756223-0253.

CONGRESO NACIONAL INDÍGENA (CNI). **¿Qué es el CNI?.** 2017. Disponível em: http://www.congresonacionalindigena.org/que-es-el-cni-movil/. Acesso em 10 de jun de 2023.

CORBARI, S. D. Alternativas ao desenvolvimento, autonomia dos povos indígenas e limitações: o caso do turismo em terras indígenas. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 5, n. 2. 2017.

COTT, Donna Lee Van. Building inclusive democracies: Indigenous peoples and ethnic minorities in Latin America. **Democratization**, v. 12, n. 5, p. 820-837, 2005. DOI: 10.1080/13510340500322215.

DA SILVA LEAL, Rosana Eduardo. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n. 3, p. 17-25, 2007.

DA SILVA, Carlos Renato. **Política pública de demarcação das terras indígenas e a efetivação do direito fundamental dos povos indígenas**. Editora Dialética, 2023.

DAHL, P. P. E.; HANSEN, A. M. Does Indigenous Knowledge Occur in and Influence Impact Assessment Reports? Exploring Consultation Remarks in Three Cases of Mining Projects in Greenland. **Arctic Review on Law and Politics**, 10, 165–189, 2019.

DANGL, Benjamin. **The Five Hundred Year Rebellion:** Indigenous Movements And The Decolonization Of History In Bolivia. Independent Uncompromising Indigenous, 2019. Disponível em: https://intercontinentalcry.org/the-five-hundred-year-rebellion-

indigenous-movements-and-the-decolonization-of-history-in-bolivia/. Acesso em 10 de jun de 2023.

DE LA CUADRA, F. Indigenous people, socio-environmental conflict and post-development in Latin America. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 23–40, abr. 2015.

DE SOUZA, Ananda Louzeiro; CARDOSO, Ana Shirley Penaforte; DO AMARAL FILHO, Otacílio. Uma Mulher Indígena: notas sobre a participação de Sônia Guajajara nas eleições presidenciais de 2018. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 15, p. 69-82, 2019.

DUGUID, Danielle. How Political Engagement Helps Indigenous Communities in their Fight for Rights. **Political Science**. 34. 2020. Disponível em: https://scholarsarchive.library.albany.edu/honorscollege_pos/34. Acesso em 10 de jun de 2023.

ESTEVA, Gustavo; GUTIERREZ LUNA, Diana Itzu; RAGAZZINI, Irene. Mandar obedeciendo en territorio zapatista. **América Latina en Movimiento**, 2014.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Ecoturismo indígena**. Território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-17022011-095412. Acesso em: 2023-06-10.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro; BENZAQUEN, Guilherme Figueredo. A inflexão zapatista: o Congresso Nacional Indígena e a candidatura presidencial em 2018. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, n. 2, p. 196-205, maio/ago. 2018.

GOUVÊA, Raul; LEHNEMAN, Leonardo; TERRA, Branca. Tribal economic development & entrepreneurship: A latin american perspective, **World Development Perspectives**, v. 26, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.wdp.2022.100403.

HERNÁNDEZ, I.; CALCAGNO, S. Pueblos Indígenas y la Sociedad de la Información en América Latina y el Caribe: Un Marco para la Acción. **Revista argentina de sociología**, n. 1, págs. 110-143. 2003.

INCLÁN, Maria. The Zapatista Movement and Mexico's Democratic Transition: Mobilization, Success, and Survival. **Oxford Scholarship** Online. ISBN: 9780190869465. 184 pag. 2018.

JÚNIOR, Acursio; MENEZES, Rafael. Democracia deliberativa e consulta prévia na Amazônia: Direito como mediador democrático em conflito indígena e mineração de potássio em Autazes, Amazonas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. v. 10, n. 3, 2020. DOI: 10. 10.5102/rbpp.v10i3.6658.

LABRA MOCARQUER, R. Narraciones del origen desde una materialidad nacional moderna: El proceso de creación del Wenüfoye (Bandera Mapuche) y su proliferación no tradicional. **REVISTA CUHSO**, v. 30, n. 1, pp. 163–185. 2022. DOI: 10.7770/cuhso-v30n1-art2119.

LAMAS, I. A. Colonialismo Epistêmico na América Latina: Povos Indígenas e Corporações Multinacionais Mineiras. **In Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Isabella_Lamas_II-Simposio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf. Acesso em 10 de jun de 2023.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. Territorios en resistencia hacia la forma estado. Hacia una constelación de mundos posibles. **Cardinalis**, n. 3, p. 32-47, 2014.

LUPIEN, P. Indigenous Politics and Resistance in Latin America: Continuity and Change. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. 2020. DOI: https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.1770.

MARIOSA, D. F.; GIGLIO, E. M.; MORAIS, L.; MARIOSA, P. H. Indicadores socioambientais e redes de cooperação em áreas protegidas. In Nuevas formas de organización y trabajo: Latinoamérica frente a los actuales desafíos económicos, sociales y medioambientales. **Red de Posgrados de Investigación Latinos en Administración y Estudios Organizacionales**. v. 2, p. 1416–1425. 2018.

MARIOSA, Duarcides Ferreira; MORAIS, LP; BRITO, Brígida; *et al*. A contribuição da economia social e solidária para a autonomia das populações indígenas situadas numa área de reserva de desenvolvimento sustentável na Amazônia». **Otra Economía,** v. 15, n. 27, p. 84-102. 2022. Disponível em https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14959/9648. Acesso em 10 de jun de 2023.

MARQUES, J; BRITO, B.; ALARCÃO, N. Da economia solidária ao turismo solidário: para uma conceptualização e prática reflexivas. In Brito, B.; Alarcão, N.; Marques, J. (Org.). **Desenvolvimento comunitário**: das teorias às práticas. Lisboa: Gerpress. 2010.

MAYORGA, F. Estado Plurinacional Y Democracia Intercultural En Bolivia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. e329401, 2017.

MILANEZ, F. *et al*. Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, p. 2161–2181. 2019.

MORAES, E. A.; AZEVEDO, M. I; MENDONÇA, T. M. C. M. Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede Turismo. **Visão e Ação**, v. 20, n. 2, 2018. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=261058449004. Acesso em 10 de jun de 2023.

PATTERSON, B. T**rudeau's 'Progressive' TPP Violates Indigenous Rights, Opposed by Māori and Mapuche Peoples**. The Council. Of Canadians. 2018.

Petticrew, M., Roberts, H. **Systematic Reviews in the Social Sciences**: A Practical Guide. Wiley-Blackwell, 2006.

SANTOS, Danielle; DE CARVALHO, Joelma; TRICÁRICO, Luciano. Patrimônio imaterial e o turismo étnico em comunidade indígena, em Iranduba, Amazonas. **Turismo e Sociedade**. v. 12, n. 3, p. 16-35. 2019. DOI: 10.5380/tes.v12i3.69779.

SAWATZKY, A., CUNSOLO, A., JONES-BITTON, A. *et al*. "The best scientists are the people that's out there": Inuit-led integrated environment and health monitoring to respond to climate change in the Circumpolar North. **Climatic Change** 160, 45–66, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s10584-019-02647-8.

SILVA, L.; DIAS NETO, J.; DEUS, J. A. S. de. A luta histórica dos povos indígenas do leste brasileiro: do direito à valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Brasil. **Revista FÓRUM PATRIMÔNIO:** Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, [S. l.], v. 9, n. 2, 2018. Disponível em:

https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/33982. Acesso em: 11 jun. 2023.

SMITH, B. M.; CHAKRABARTI, P.; CHATTERJEE, A.; *et al.* Collating and validating indigenous and local knowledge to apply multiple knowledge systems to an environmental challenge: A case-study of pollinators in India. **Biological Conservation**, v. 211, Part A, 2017, Pages 20-28, ISSN 0006-3207, DOI: https://doi.org/10.1016/j.biocon.2017.04.032.

SVAMPA, M. As **fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Editora Elefante, 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Candidaturas indígenas aumentam, mas representatividade segue baixa.** Brasília, 7 fev. 2024. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/dia-nacional-de-luta-dos-povos-indigenas-candidaturas-aumentam-mas-representatividade-segue-baixa. Acesso em: 10 ago. 2024.

URT, João Nackle. Povos indígenas e estados nacionais em perspectiva comparada: um estudo exploratório sobre a situação social, econômica e política no Canadá, no México, no Peru e na Austrália. **Anais: 2 Seminário de Relações Internacionais - Graduação e Pós-Graduação**, João Pessoa. 2014.

VITALE, D.; NAGAMINE, R. Towards Another Cosmopolitanism: Transnational Activism Of Indigenous Women In Latin America. **Revista Direito** GV, v. 18, n. 3, p. e2238, 2022.

YASHAR, D. J. Democracy, Indigenous Movements, and the Postliberal Challenge in Latin America. **World Politics**, v. 52, n. 1, p. 76–104. 1999. DOI: http://www.jstor.org/stable/25054101.

Recebido em abril de 2024.

Revisão realizada em julho de 2024.

Aceito para publicação em outubro de 2024.

# A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ECOTURISMO: A PERCEPÇÃO DOS VISITANTES DO JARDIM BOTÂNICO INHOTIM EM BRUMADINHO, MINAS GERAIS, BRASIL

## ENVIRONMENTAL EDUCATION IN ECOTOURISM: THE PERCEPTION OF VISITORS TO THE INHOTIM BOTANICAL GARDEN IN BRUMADINHO, MINAS GERAIS, BRAZIL

## EDUCACIÓN AMBIENTAL EM ECOTURISMO: LA PERCEPCIÓN DE LOS VISITANTES DEL JARDÍN BOTÁNICO INHOTIM EM BRUMADINHO, MINAS GERAIS, BRASIL

**Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha**
Universidade Estadual de Montes Claros
vanessatamiiris@gmail.com

**Rahyan de Carvalho Alves**
Universidade Estadual de Montes Claros
rahyan.alves@unimontes.br

**Carlos Alexandre de Bortolo**
Universidade Estadual de Montes Claros
carlos.bortolo@unimontes.br

## Destaques

- O turismo consiste-se em um dos segmentos econômicos que mais se desenvolveu nos últimos anos e, o ecoturismo é o segmento que apresenta os maiores índices de crescimento;

- A Educação Ambiental pode ser compreendida como o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente;

- O turismo do município de Brumadinho (Minas Gerais) foi impulsionado, principalmente, pela fundação do Instituto Inhotim - criado em meados da década de 1980, em uma fazenda deste.

v. 16, n. 31, 2025 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

**RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar o uso turístico do Jardim Botânico do Inhotim (JBI) e suas potencialidades para a sensibilização ambiental. Para tanto, utilizou-se como metodologia: revisão bibliográfica e análise de dados coletados em trabalho/exercício de campo realizado no mês de novembro de 2022, com a aplicação de questionários aos seus visitantes. Considera-se que, o JBI é um espaço poderoso e impactante para a ocorrência de uma EA prazerosa/relevante, pois dispõe de uma gama de possibilidades (advindas da integração de um amplo acervo artístico e botânico) para a interpretação e sensibilização ambiental. Contudo, o desdobrar das visitas em imersões esporádicas e não dirigidas/mediadas pode afetar o potencial de sensibilização do visitante.

**Palavras-chave:** Educação ambiental. Ecoturismo. Jardim Botânico Inhotim. Brumadinho.

**ABSTRACT**

The objective of this research is to analyze the tourist use of the Inhotim Botanical Garden (JBI) and its potential for environmental awareness. To this end, the following methodology was used: bibliographical review and analysis of data collected in field work/exercise carried out in November 2022, with the application of questionnaires to its visitors. It is considered that the JBI is a powerful and impactful space for the occurrence of a pleasurable/relevant Environmental Education, as it has a range of possibilities (arising from the integration of a wide artistic and botanical collection) for interpretation and environmental awareness. However, the splitting of visits into sporadic and non-directed/mediated immersions can affect the visitor's potential to raise awareness.

**Keywords:** Environmental education. Ecotourism. Inhotim Botanical Garden. Brumadinho.

**RESUMEN**

El objetivo de este trabajo es analizar el uso turístico del Jardín Botánico Inhotim (JBI) y su potencial para la conciencia ambiental. Para ello se utilizó la siguiente metodología: revisión bibliográfica y análisis de datos recolectados en el trabajo/ejercicio de campo realizado en noviembre de 2022, con la aplicación de cuestionarios a sus visitantes. Se considera que el JBI es un espacio poderoso e impactante para la ocurrencia de una educación ambiental placentera/relevante, ya que cuenta con un abanico de posibilidades (derivadas de la integración de una amplia colección artística y botánica) para la interpretación y la conciencia ambiental. Sin embargo, concertar las visitas en inmersiones esporádicas y no dirigidas/mediadas puede afectar el potencial del visitante para crear conciencia.

**Palabras clave:** Educación ambiental. Ecoturismo. Jardín Botánico Inhotim. Brumadinho.

## INTRODUÇÃO

O turismo consiste-se em um dos segmentos econômicos que mais se desenvolveu nos últimos anos. Segundo Hintze (2008), dentre os segmentos deste setor, o ecoturismo é o que apresenta os maiores índices de crescimento. O ecoturismo foi primeiramente abordado por Hetzer (1965), quando este identificou os quatro pilares do turismo responsável, a saber: *i)* minimizar o impacto ambiental; *ii)* respeitar a cultura local; *iii)* maximizar os benefícios para a população anfitriã e *iv)* potencializar a satisfação do turista a partir da compreensão do lugar, do deleite e de diferentes aprendizados (Blamey, 2001).

Para Silva *et al.* (2021, p. 370) "o ecoturismo é mais do que a apropriação dos recursos naturais para fins de turismo e lazer, é, sobretudo, um compromisso com o desenvolvimento sustentável". Ou seja, consiste-se em um turismo que estimula a preservação e a conscientização ambiental por meio da educação não-formal.

Silva e Novello (2021, p. 499) corroboram com este pensamento, denotam que além da relevância econômica, o ecoturismo dispõe de caráter educativo na medida em que "permite experiências e sensações vivenciadas em meio à natureza, proporcionando ao ecoturista uma participação responsável, através da adoção de atitudes que não sejam prejudiciais ao ambiente".

Para Mendonça (2005), o crescimento do ecoturismo traz a esperança do desenvolvimento de uma atividade integradora, que respeita os habitantes locais e o meio ambiente, além de possivelmente apresentar melhorias na consciência ambiental da sociedade. Isto quando a atividade for conduzida de forma adequada, respeitando as características, fragilidades e limites socioambientais da área determinada e, principalmente, permeada por ações efetivas de Educação Ambiental (EA) (Ramos; Oliveira, 2008).

Em relação a EA, essa pode ser compreendida como o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a boa qualidade de vida e sua sustentabilidade. A mesma busca instigar a preservação ambiental, reduzindo a degradação que assola nosso Planeta Terra. Assim, pode ser tida como essencial para o desenvolvimento do ecoturismo (Freire, 2006).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o uso turístico do Jardim Botânico do Inhotim (JBI) e suas potencialidades para a sensibilização ambiental. Para tanto, utilizou-se como metodologia revisão bibliográfica, pautada em autores, como: Blamey (2001); Neiman e Rabinovici (2002); Mendonça (2005); Freire (2006); Hintze (2008); Ramos e Oliveira (2008); Figurelli e Porto (2008), dentre outros, através da leitura de livros e artigos científicos disponíveis em bibliotecas virtuais; a partir dos descritores: educação ambiental, ecoturismo, jardins botânicos, etc.

E, análise de dados coletados em trabalho/exercício de campo realizado no mês de novembro de 2022, com a aplicação de questionários para visitantes do Instituto Inhotim (museu de arte contemporânea e jardim botânico), aplicado de forma presencial, para 40 visitantes. Juntamente ao uso da iconografia, do diário de bordo e da elaboração de mapas no *software* livre QGIS 3.26 para tornar mais verossímil as análises.

Neste questionário indagamos os visitantes sobre o que buscam em um passeio de ecoturismo; o que entendem por EA no ecoturismo; os fatores que os motivaram a visitar o Instituto Inhotim; quantas vezes já visitaram o mesmo; a integração entre seus acervos artístico e botânico; se o seu paisagismo facilita a percepção da importância das plantas para a manutenção da vida humana no planeta Terra; os sentimentos/significados/sensações que o JBI traz e as potencialidades para o desenvolvimento da sensibilização ambiental.

Logo, o presente estudo está fundamentado na perspectiva dos visitantes do Instituto Inhotim acerca do seu significado perante a educação ambiental. Trata-se de um estudo quantiqualitativo, onde os resultados obtidos a partir do questionário serão tabulados e sistematizados na forma de tabelas criadas no *Microsoft Word*, posteriormente, analisadas e expressas na forma de interpretação textual. Em seguida, busca coletar/organizar/analisar dados empíricos, por meio da observação das falas dos sujeitos entrevistados (suas opiniões, relatos, experiências e percepções), sobre o assunto supracitado.

O trabalho foi desenvolvido em quatro etapas: a primeira concentrou-se numa revisão bibliográfica sobre a educação ambiental atrelada ao ecoturismo. A segunda etapa consistiu na apresentação dos aspectos socioeconômicos do município de Brumadinho (Minas Gerais/Brasil) e na contextualização do espaço-tempo em que o Instituto Inhotim foi fundado. A terceira etapa visa apresentar os dados obtidos em campo.

E, por fim, naturalmente, temos as considerações finais. Dessa forma, apresentamos a seguir, a discussão da pesquisa.

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DO ECOTURISMO

No Brasil, a primeira iniciativa governamental de ordenar o ecoturismo ocorreu em 1987, a partir da criação da comissão técnica nacional, formada por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), com o intuito de monitorar o Projeto Turismo Ecológico. Este segmento turístico surge como uma proposta de contemplação e conservação da natureza (Neiman; Rabinovici, 2002).

Para Neiman e Rabinovici (2002), a discussão sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis atinge a atividade de ecoturismo e insere uma nova maneira de vivenciar e usufruir das paisagens rurais, das regiões costeiras, das áreas florestadas, dentre outros ecossistemas que são julgados como possíveis para um modelo de turismo mais responsável. Isto, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente a ser visitado.

Em 1994, a EMBRATUR e o Ministério do Meio Ambiente publicaram às Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, conceituando-o como:

> [...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (Brasil, 2008, p. 16).

Na Agenda 21 - programa de ação assinado por 179 países participantes da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio 92), o ecoturismo é apontado como uma prática conservacionista, comprometida com a natureza, com a responsabilidade social e com o desenvolvimento local (Brasil, 2008). O mesmo é capaz de trazer experiências enriquecedoras e contribuir para a preservação ambiental. Pois como denota o Ministério do Turismo, o ecoturismo é uma atividade que "busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente". (Brasil, 2008, p. 16).

Logo, as medidas educadoras consistem-se em uma forma de diminuir os impactos negativos da atividade turística, bem como convergir esforços na potencialização dos impactos positivos (Ramos; Oliveira, 2008). O termo Educação Ambiental foi utilizado pela primeira vez em 1965, durante a Conferência em Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra. A partir desta data ocorreram diversos encontros sobre a temática, sendo que um dos mais importantes foi a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi - Rússia, 1977 (Dias, 2004).

Em 1999 foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) aspirando-se que os cidadãos tenham direito à educação ambiental, sendo o ecoturismo incentivado como uma das formas de educação ambiental não-formal, voltada à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (Brasil, 2005).

A sensibilização é um processo subjetivo que engloba não apenas o acesso ao conhecimento, mas também uma mudança de consciência e atitude frente às problemáticas ambientais (Pelegrini; Vlach, 2011). Ou seja, a sensibilização tende a levar o sujeito a repensar sua vida, a realizar uma reflexão mais profunda acerca de seus atos e, assim, mudar atitudes em relação ao meio ambiente; contribuindo para sua preservação.

Portanto, é nítida a relevância do ecoturismo como uma ferramenta de educação ambiental. Conforme Figurelli e Porto (2008), a atividade supracitada possui em sua essência uma capacidade educativa e de tomada de consciência, uma vez que possibilita aos turistas/visitantes uma fuga da rotina, viabilizando a visualização de questões que passam despercebidas no dia a dia. Ao retornar a sua residência o turista tende a estar mais consciente dos problemas socioambientais não apenas da região visitada, mas também dos da sua própria comunidade. Neste sentido, a educação pode desenvolver a curiosidade, contribuindo para a autonomia do visitante, revelando novos costumes, diferentes formas de se administrar o cotidiano, juntamente a alegria vivenciada através do lazer e de cada descoberta. Do ponto de vista da população local, esses também são beneficiados, pois podem fazer uso das ferramentas de educação ambiental em benefício próprio e coletivo. Vale destacar também que, muitos turistas já vão a um local com a ideia de aprender determinada questão ou temática, levando a discussão para além de uma fuga da realidade.

Freire (2006, p.173), corrobora com este pensamento ao afirmar que a EA permite:

> [...] exercitar a motivação para a aventura consciente, onde se evidencia o compromisso com o outro e com o ambiente; criar um novo espaço para o autoconhecimento; conhecer e explorar sensações e emoções, as quais permitam alterações de valores em relação ao ambiente e à perspectiva da qualidade de vida (Freire, 2006, p. 173).

Entretanto, de acordo com Hintze (2008), o crescimento da atividade de ecoturismo não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento da prática educativa, do exercício e aprendizado das questões ambientais. Para Ramos e Oliveira (2008), a EA não deve se limitar apenas a algumas informações em relação aos aspectos do meio físico, mas, sim, compor o processo cognitivo dos sujeitos. Assim, é imprescindível que haja informação e sensibilização de forma articulada (Neiman; Rabinovici, 2002). Todavia, na maioria dos casos, recorre-se apenas à descrição de paisagens e relato de dados.

Nesse sentido, a seguir iremos apresentar o município de Brumadinho e o espaço-tempo em que o Instituto Inhotim foi fundado.

## CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Na caracterização do município de Brumadinho, seu processo de surgimento ocorreu por meio da fundação de um núcleo de abastecimento de bandeirantes paulistas. A partir disto, iniciou e expandiu seu processo de ocupação territorial. Os primeiros núcleos de que se têm registros no território que viria a ser Brumadinho, são Nossa Senhora da Piedade do Paraopeba e Bonfim do Paraopeba. Em 1891, foi criado o distrito de Brumado do Paraopeba, vinculado ao município de Bonfim (IBGE, 2022).

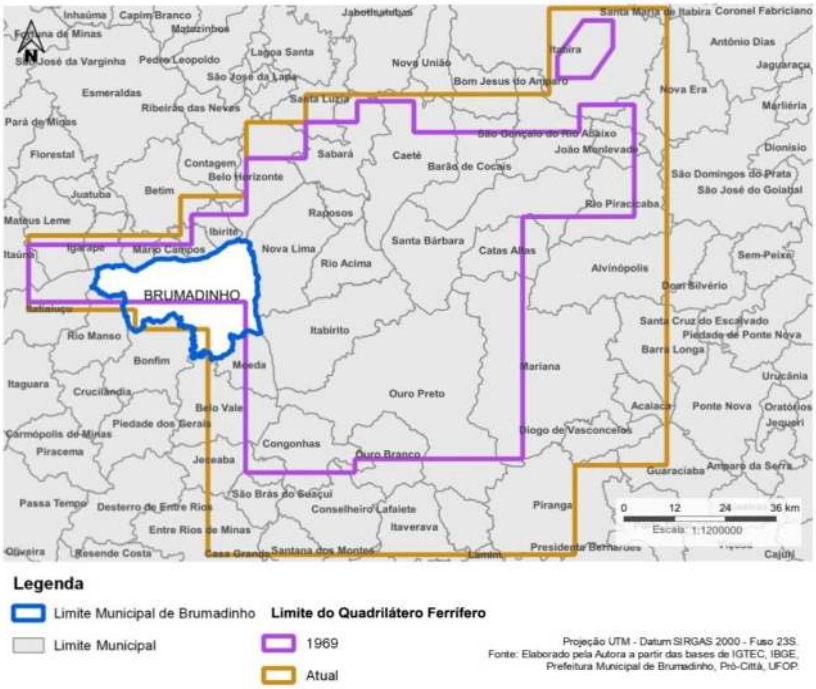
Vale destacar que, em 1808, o Governo Real emitiu alguns decretos referentes à mineração e à fabricação de ferro. Minas Gerais era a província mais populosa do Brasil e suas riquezas minerais atraíam cada vez mais a atenção de exploradores e governantes. Contudo, o transporte de pessoas e mercadorias ainda era um problema para o então Vale do Paraopeba, devido ao seu relevo montanhoso e dificuldade de acesso. Com isto, construiu-se o Ramal Paraopeba da Estrada de Ferro Central do Brasil (1914-1917) – que acarretou a vinda de muitas pessoas para a região (IBGE, 2022).

Em 1914, pela Lei Estadual n° 622/1914 o distrito de Brumado do Paraopeba passou a ser chamado de Conceição do Itaguá. E, em 1923, a Lei Estadual nº 843/1923 regulamentou a mudança de nome do distrito de Conceição do Itaguá para Brumadinho.

Em 1938, no processo de emancipação político-administrativa foi criado o município de Brumadinho, pelo Decreto-Lei Estadual nº 148/1938, com a sua base territorial formada do desmembramento dos municípios de Bonfim, Itabirito e Nova Lima; constituído pelos distritos de Brumadinho, Aranha, São José do Paraopeba (desmembrado de Itabirito) e Piedade do Paraopeba (desmembrado de Nova Lima). Em 1953, ganhou o distrito de Conceição do Itaguá. Ademais, nesses cinco distritos há 32 bairros rurais (IBGE, 2022).

Brumadinho localiza-se no Vale do Paraopeba, na Região Geográfica Intermediária de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e possui mais da metade do território municipal inserido no Quadrilátero Ferrífero (QFe). A saber, o QFe trata-se de uma demarcação geométrica situada na região central do estado de Minas Gerais que delimita uma das regiões com maior presença de recursos minerais da Terra, apresentando numerosos depósitos auríferos e reservas de minério de ferro de alto teor (UFOP, 2020) (Mapa 1).

**Mapa 1 –** Inserção de Brumadinho nos limites do QFe de 1969 e 2019.



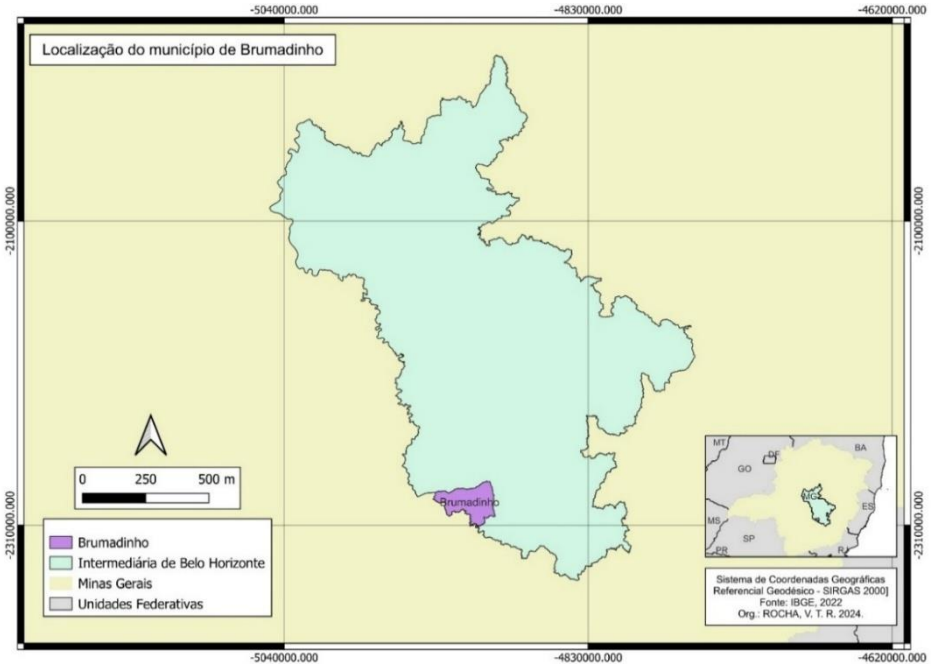

**Fonte:** Araújo, 2022.

O município de Brumadinho, além de possuir mais da metade do seu território inserido no QFe, é um dos 34 municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Ocupa uma área da unidade territorial de 638,434 km² (IBGE, 2022). Em 2010, de acordo com o Censo do mesmo ano, apresentava 33.973 habitantes (IBGE,

2010). Já, em 2022, apresentava uma população de 38.915 habitantes (a maioria residindo na área urbana), com densidade demográfica de 60,86 hab./km² - considerada baixa se comparada aos demais municípios metropolitanos (IBGE, 2022).

Brumadinho possui como municípios limítrofes: Belo Horizonte, Ibirité, Sarzedo, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Itatiaiuçu, Rio Manso, Bonfim, Belo Vale, Moeda, Itabirito e Nova Lima (Mapa 2).

**Mapa 2 –** Localização do município de Brumadinho (MG).




**Fonte:** IBGE, 2022.
**Org.:** Autores, 2024.

Relacionado a estrutura etária, a população entre 15 e 49 anos abrange uma representatividade de (7.489 habitantes) 56%, enquanto os habitantes menores de 15 anos e maiores de 50 anos compreendem, respectivamente, 7.489 e 7.496 indivíduos, ambos equivalente a 22% (IBGE, 2010) (Tabela 1).

**Tabela 1 –** Estrutura etária da população no município de Brumadinho (MG) – 2010.

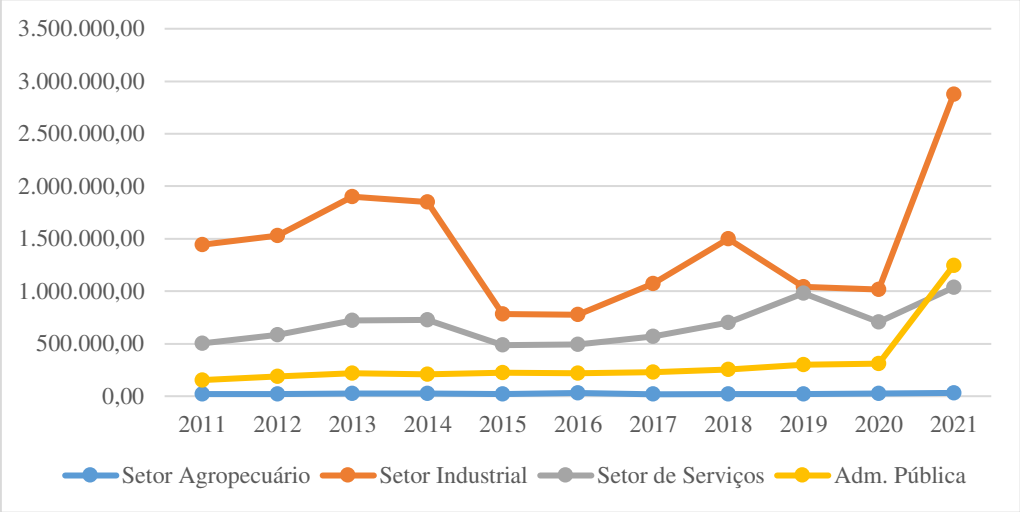
| Estrutura etária | População (2010) | % do Total (2010) |
|---|---|---|
| Menos de 15 anos | 7.489 | 22% |
| 15 a 49 anos | 18.988 | 56% |
| Mais de 50 anos | 7.496 | 22% |

**Fonte:** IBGE, 2010.
**Org.:** Autores, 2024.

Quanto aos aspectos físicos, Brumadinho é formado, em grande parte, por áreas montanhosas, situado na porção sul da Serra do Espinhaço Meridional - evolução geológica semelhante a uma espinha que vai do centro ao norte do estado de Minas Gerais. A região possui muitos mananciais de água e variedades de fauna e flora, além de remanescentes da Mata Atlântica. Ademais, a cidade é margeada inclusive pelo Rio Paraopeba, um dos principais afluentes do Rio São Francisco. As condições hídricas favoráveis da região foram fatores importantes para o estabelecimento dos bandeirantes nos fins do século XVII – o que deu início ao seu processo formativo (IBGE, 2022).

O Produto Interno Bruto (PIB) do município é de R$ 112.233,99 x 1.000 a preços correntes. O setor de menor participação no PIB municipal entre 2011 e 2021 é o Setor Agropecuário, seguido do Setor de Administração Pública. É nítido que o Setor Industrial é o que apresenta maior impacto no PIB, a mineração ainda é a atividade econômica mais relevante, principalmente pela atuação da Vale S.A. - proprietária do Complexo de Paraopeba, que inclui as minas Jangada e Feijão. Em 2011, o Setor Industrial contribuía com R$1.440.590,66 e, em 2021, com R$2.875.453,98 – quando chegou ao seu ápice. Em dez anos o setor apresentou algumas quedas, de 2013 para 2014 (R$1.899.775,82 - R$1.851.867,67); de 2014 para 2015 (R$1.851.867,67 - R$782.205,94); de 2015 para 2016 (R$782.205,94 - R$775.757,43); de 2018 para 2019 (R$1.497.009,00 - R$1.041.200,66) e, de 2019 para 2020 (R$1.041.200,66 - R$1.014.010,67). O Setor de Serviços saltou de R$501.534,41, em 2011, para R$1.035.614,39, em 2021. Neste período apresentou apenas duas quedas, de 2014 para 2015 (R$726.653,33 - R$486.035,51) e de 2019 para 2020 (R$982.383,63 - R$705.810,69) (FJP, 2023) (Gráfico 1).

**Gráfico 1 –** Produto Interno Bruto do município de Brumadinho (2011-2021).



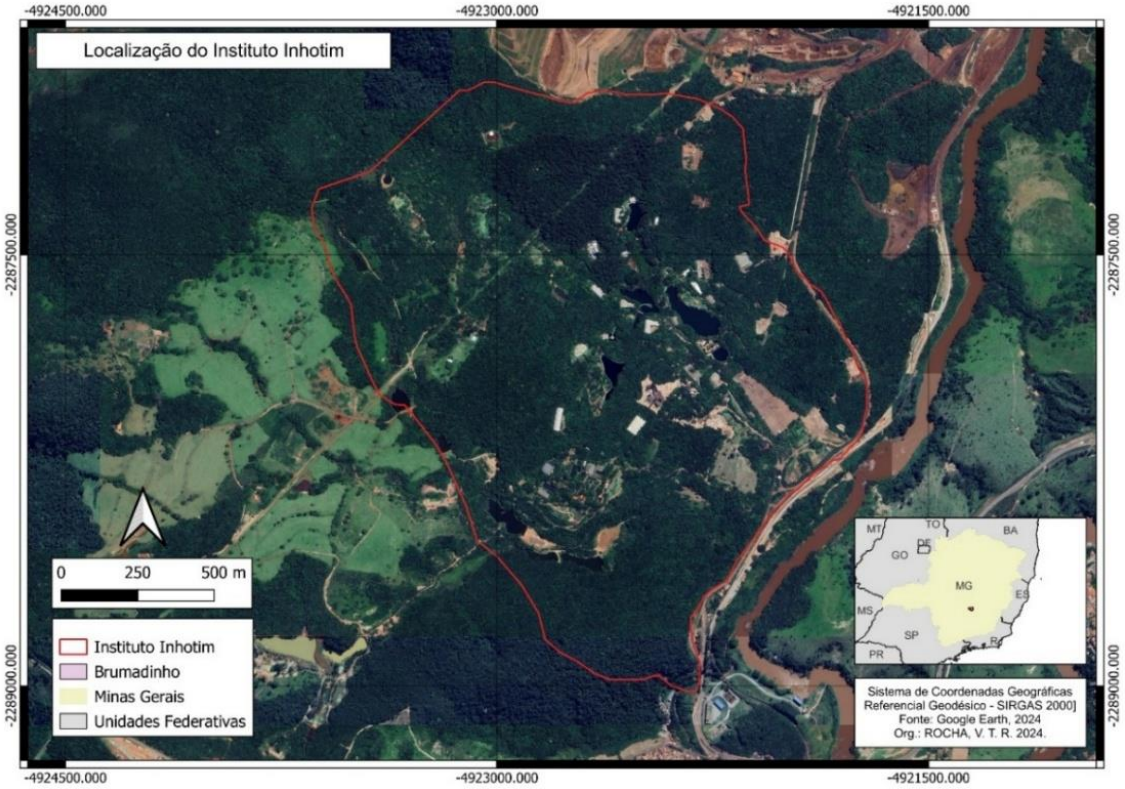

**Fonte:** FJP, 2023.
**Org.:** Autores, 2024.

O decrescimento da participação do Setor de Serviços de Brumadinho no PIB em 2020 esteve associado à variação negativa do índice de volume de boa parte das atividades terciárias e, particularmente, daquelas que dependem do fluxo e da circulação de pessoas, afetadas pelas medidas restritivas de isolamento social adotadas como medidas de contenção do Coronavírus (tais como os serviços de alojamento, hospedagem, alimentação fora do domicílio, turísticos, prestados às famílias, de transporte de passageiros, à educação e saúde pública e privada e parte do comércio associado às vendas de produtos da cadeia metalmecânica, de tecidos, vestuário e calçados, livros e papelaria e de combustíveis e lubrificantes, em consonância com a redução no nível de atividade dos serviços de transporte) (FJP, 2023). E, também devido ao rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, no dia 25 de janeiro de 2019.

Neste setor há o predomínio de empresas de pequeno porte voltadas ao atendimento da população e ao turismo. O turismo tornou-se uma atividade econômica relevante e com grande potencial de crescimento no município. Uma vez que, está inserido no circuito de Veredas do Paraopeba, que dispõe de vários conjuntos paisagísticos reconhecidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA).

O turismo foi impulsionado, principalmente, pela fundação do Instituto Inhotim. Este foi criado em meados da década de 1980, em uma fazenda no município supracitado, localizado a 60km de Belo Horizonte (Mapa 3).

**Mapa 3 –** Localização do Instituto Inhotim.




**Fonte:** IBGE, 2022.
**Org.:** Autores, 2024.

O mesmo foi idealizado por Bernardo Paz, empresário da área de mineralogia, inicialmente colecionador de arte moderna brasileira, visando a criação de um espaço de lazer para a família e amigos, com espaços para comportar sua coleção. Influenciado pela exuberância da paisagem local e pelas ideias de Burle Marx (1909-1994) resolveu ampliar sua coleção botânica, principalmente a coleção de palmeiras, que hoje é considerada uma das maiores da América Latina, sendo algumas dessas apresentadas a seguir, na Figura 1.

**Figura 1 –** Algumas palmeiras do Instituto Inhotim.



**Fonte:** Autores, 2022.

Posteriormente, Bernardo Paz passou a colecionar obras de artistas renomados da arte contemporânea internacional. E, em 2002 fundou o Instituto Cultural Inhotim, hoje Instituto de Arte Contemporânea do Inhotim, entidade sem fins lucrativos que objetiva a criação, educação e fomento da arte contemporânea. Até 2005 o mesmo continuou ampliando a coleção artística e botânica do instituto e, em 2006, houve sua abertura ao público/visitante. Em 2010 o parque/jardim do Inhotim foi reconhecido como jardim botânico pela Comissão Nacional de Jardins Botânicos (CNJB) (Inhotim, 2024).

Neste mesmo ano, reconheceu-se, oficialmente, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Inhotim, pelo governo federal, anexada no entorno do complexo museológico, sendo somados 249,53 hectares de área de preservação. Sua existência representa um importante cinturão de conservação da fitofisionomia de Mata Atlântica e entraves de Cerrado. Pois, a norte barra o avanço da atividade de mineração vizinha à área do Instituto Inhotim e, a sul, o avanço da expansão urbana do município de Conceição do Itaguá (Inhotim, 2024).

Ademais, além de ser um Museu de Arte Contemporânea (MAC) é um Museu Paisagem de Arte Contemporânea (MPAC), que dispõe de um acervo com mais de 500 obras de arte contemporânea de artistas de vários continentes, expostas ao ar livre, em galerias permanentes e/ou temporárias (Inhotim, 2024).

O Jardim Botânico, foco principal de nosso estudo, pode ser considerado como ocupante do total da área de visitação do Instituto, apresentando, portanto, um total de 140 hectares de terreno. O conjunto paisagístico do Inhotim expõe grupos de espécimes raros. As variedades de plantas são dispostas de uma maneira que compõe jardins dentro do jardim, em conjuntos de blocos repetitivos da mesma variedade. E, apresenta quatro lagos ornamentais com 3,5 hectares de lâmina d'água e coloração esverdeada - fruto da adição de um produto orgânico e biodegradável conhecido como *Lago Azul* (inofensivo ao meio ambiente e ao ser humano), conforme exposto na Figura 2.

**Figura 2 –** Lago em frente a obra de Hélio Oticica 'Invenção da cor, penetrável Magic Square #, De Luxe' ladeada por palmeiras-azuis.



**Fonte:** Autores, 2022.

Diante do exposto, a seguir, iremos apresentar os dados coletados na pesquisa de campo realizada.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em novembro de 2022 fomos a campo para investigar a percepção dos entrevistados sobre o Jardim Botânico do Inhotim e seu potencial para a educação ambiental. Para tanto, nos valemos da aplicação de um questionário aplicado a 40 visitantes deste. Sendo que fragmentos das respostas dos sujeitos entrevistados serão inseridos no decorrer das discussões realizadas neste trabalho.

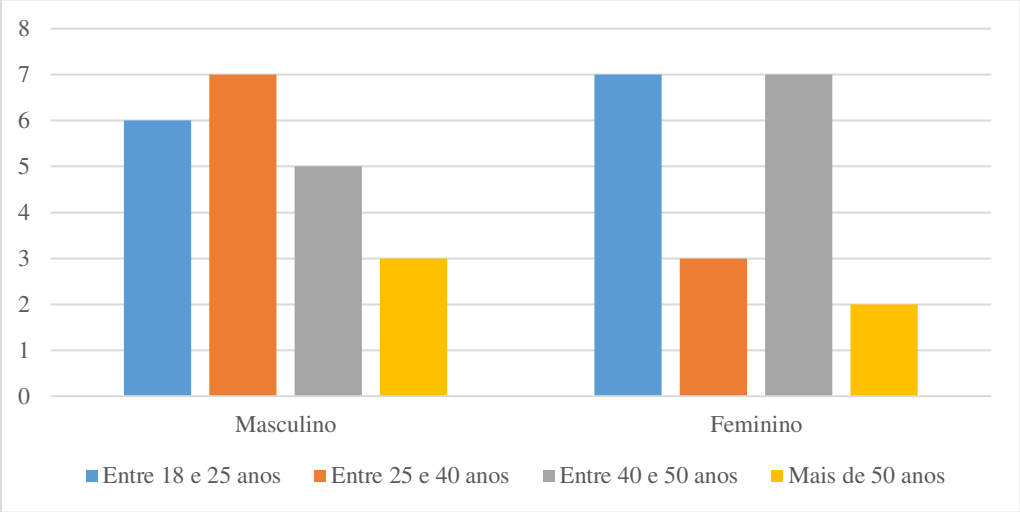
O questionário consiste-se em um instrumento fundamental para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados visa obter informações diretas do indivíduo a ser entrevistado. Para Nogueira (1968, p.129), o formulário pode ser definido como "[...] um inventário destinado à coleta de dados resultantes quer da observação, quer de interrogatório, cujo preenchimento é feito pelo próprio investigador, à medida que faz as observações ou recebe as respostas, ou pelo pesquisado, sob sua orientação".

Segundo Silva, Marinho e França (2013), o uso de questionários nas pesquisas acadêmicas torna-se viável em razão da praticidade, pois permite coletar informações em um período curto de tempo e obter resultados representativos da população-alvo; possui grande relevância para as investigações geográficas.

Convém ressaltar que, a palavra percepção origina do latim *Perceptio-onis*, e denota "[...] ação ou efeito de perceber, de compreender o sentido de algo por meio das sensações ou da inteligência" (Dicio, 2024, p.14). A percepção pode ser caracterizada como as respostas dadas a partir do resultado da interação entre os sentidos e a mente, como os seres humanos entendem e interagem com o espaço que os cercam; sendo possível "[...] afirmar que é através da percepção que se constrói o conhecimento do espaço adjacente e organiza outro, individualizado" (Malanski, 2014, p.20).

Com base nos dados obtidos com a aplicação do questionário aos quarenta visitantes, traçamos o perfil destes baseando-se no gênero, idade, estado civil, escolaridade, local de origem e profissão. Dentre os entrevistados, os indivíduos do gênero masculino totalizaram 21, equivalente a 52,5% e, os visitantes do gênero feminino somam 19, que corresponde a 47,5%. Quanto a idade, dos indivíduos do sexo masculino, 7 (34%) possuem entre 25 e 40 anos; seguido dos que possuem entre 18 e 25 anos, sendo 6 visitantes, equivalente a 28%; 5 (23%) apresentam idade entre 40 e 50 anos e 3 (15%) possuem mais de 50 anos. Dos indivíduos do sexo feminino, 7 (37%) possuem entre 18 e 25 anos; 7 (37%) entre 40 e 50 anos; 3 (16%) entre 25 e 40 anos e, por fim, 2 visitantes (10%) possuem acima de 50 anos (Gráfico 2).

**Gráfico 2 –** Perfil dos entrevistados baseado no gênero e na idade.



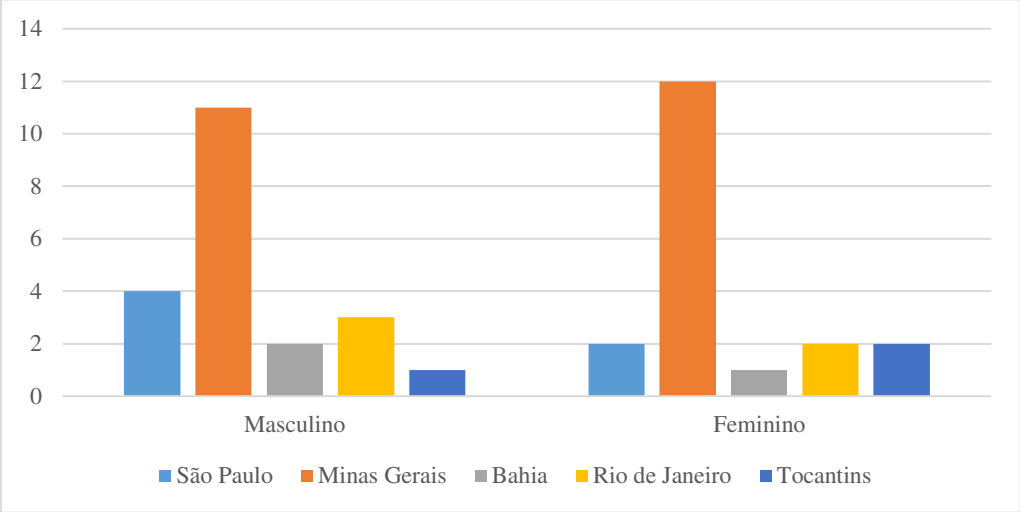

**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

Quanto ao estado civil das pessoas investigadas, 8 (38%) homens e 10 (53%) mulheres declararam-se solteiras (os); 9 (43%) homens e 6 (32%) mulheres casadas (os); 3 (14%) homens e 1 (5%) mulher viúva (os) e 1 (5%) homem e 2 (10%) mulheres divorciadas(os).

Dos visitantes entrevistados, 1 (5%) homem e 2 (10%) mulheres estão ou completaram o Ensino Fundamental; 3 (14%) homens e 2 (10%) mulheres estão ou completaram o Ensino Médio; 10 (48%) homens e 12 (65%) mulheres estão cursando ou concluíram cursos de graduação; 2 (9,5%) homens e 1 (5%) mulher possui especialização; 3 (14%) homens e 1 (5%) mulher tem mestrado e, 2 (9,5%) homens e 1 (5%) mulher tem doutorado.

Da população entrevistada, 4 (19%) homens e 2 (10,5%) mulheres residem em São Paulo; 11 (52%) homens e 12 (63%) mulheres em Minas Gerais; 2 (9,5%) homens e 1 (5%) mulher na Bahia; 3 (14%) homens e 2 (10%) mulheres no Rio de Janeiro e, 1 (5%) homem e 2 (10,5%) mulheres em Tocantins (Gráfico 3). Convém destacar que, para o recorte dessa pesquisa optamos por entrevistar apenas brasileiros, devido a praticidade no diálogo com pessoas de língua portuguesa. Contudo, foi notória a presença significativa de estrangeiros no jardim botânico do Inhotim – que conforme afirmado pelos prestadores de serviço do Instituto, isto é algo que ocorre regularmente.

**Gráfico 3** – Perfil dos entrevistados baseado no local de origem.

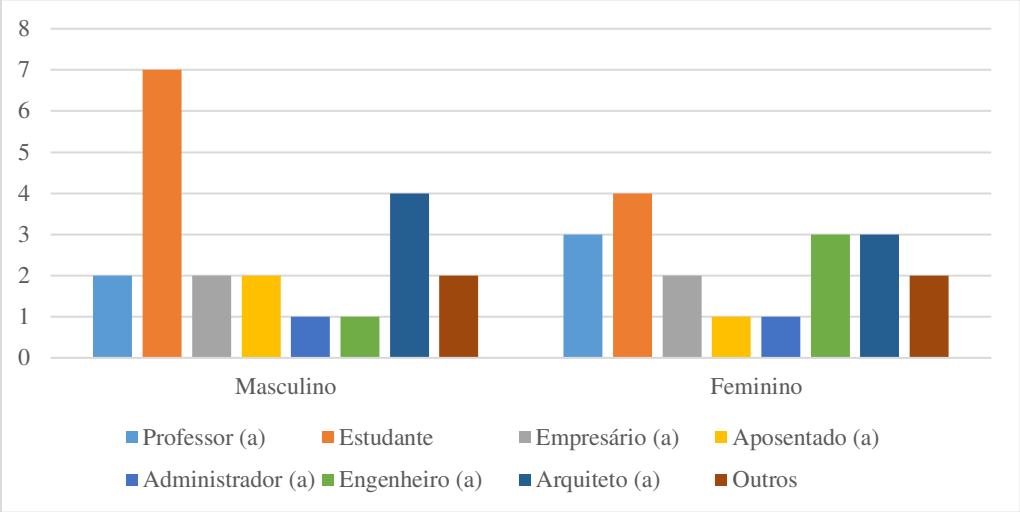



**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

É visível que a maior parte dos entrevistados são do estado de Minas Gerais e, parte destes é originária de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Os visitantes oriundos de outros estados brasileiros aparecem em trânsito, incorporando a ida ao Inhotim em seus respectivos percursos. Estes possuem como destino final, majoritariamente, cidades do circuito barroco mineiro: Ouro Preto, Tiradentes, Juiz de Fora, Belo Horizonte etc. Isto posto, a incorporação do Inhotim nos itinerários, evidencia a visibilidade do atrativo a nível nacional e internacional.

Quanto ao exercício profissional, 2 (9,5%) homens são professores e 3 (16%) mulheres são professoras; 7 (33%) homens e 4 (21%) mulheres estudantes; 2 (9,5%) homens e 2 (10,5%) mulheres empresárias (os); 2 (9,5%) homens aposentados e 1 (5%) mulher aposentada; 1 (5%) homem e 1 (5%) mulher administradora (o); 1 (5%) homem engenheiro e 3 (16%) mulheres engenheiras; 4 (19%) homens e 3 (16%) mulheres arquitetos (os) e, 2 (9,5%) homens e 2 (10,5%) mulheres possuem outras profissões, conforme representado no Gráfico 4.

**Gráfico 4 –** Perfil dos entrevistados baseado na profissão.




**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

Inicialmente, os entrevistados foram questionados sobre o que buscam em um passeio de ecoturismo, sendo que 13 (32,5%) disseram buscar diversão/lazer; 9 (22,5%) almejam aprendizado e conhecimento ambiental, histórico e cultural; 9 (22,5%) buscam sensações e emoções (adrenalina, alegria, paz, etc.); 4 (10%) buscam educação ambiental e 5 (12,5%) convívio em sociedade (Tabela 2).

**Tabela 2 –** Distribuição dos entrevistados por motivos de realizarem um passeio de ecoturismo.

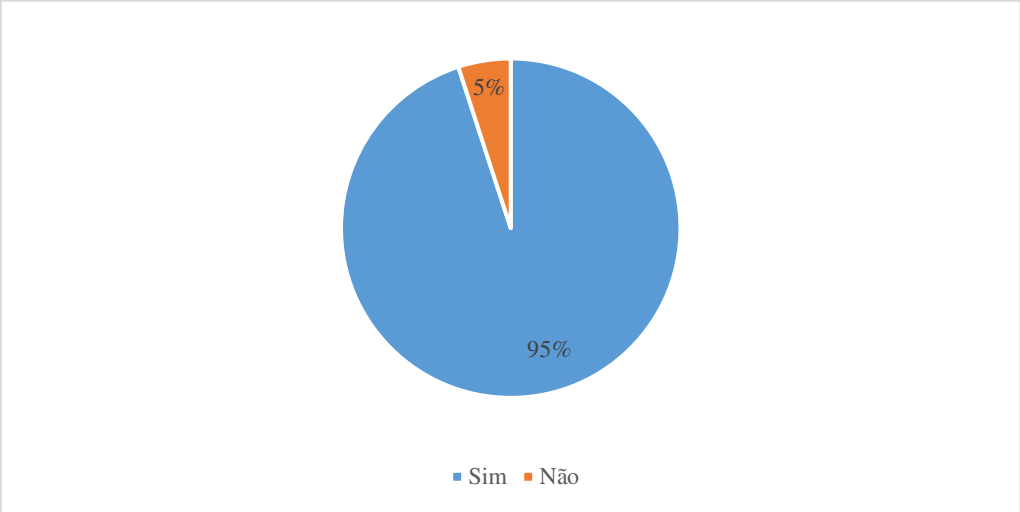
| Motivação | Visitantes (n°) | Visitantes (%) |
|---|---|---|
| Aprendizado/conhecimento ambiental, histórico e cultural | 9 | 22,5% |
| Diversão/lazer | 13 | 32,5% |
| Educação ambiental | 4 | 10% |
| Sensações/emoções | 9 | 22,5% |
| Convívio em sociedade | 5 | 12,5% |

**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

A Tabela 2 evidencia que são diversos os motivos que levam as pessoas a realizarem uma atividade/passeio de ecoturismo. Destarte, o Gráfico 5 apresenta as respostas para a pergunta “Deve existir educação ambiental durante um passeio de ecoturismo?”, sendo que a grande maioria, 95%, 38 visitantes, acreditam que deva existir educação ambiental durante as atividades de ecoturismo e 5% (2 visitantes) acreditam que não.

Daqueles que responderam sim, muitos justificaram ser necessário abordar esta temática para que de fato haja a conscientização sobre a importância da preservação ambiental, gerando mudanças de hábitos/comportamentos em relação ao meio ambiente. Dos indivíduos que responderam não, ambos justificaram que caso haja a educação ambiental em todas as atividades de ecoturismo há a possibilidade destas se tornarem cansativas/maçantes.

**Gráfico 5 –** Distribuição dos entrevistados por opiniões quanto a existência da educação ambiental em passeios de ecoturismo.




**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

Convém destacar que Affonso, Costa-Pinto e Alves (2022, p. 177), enfatizam a importância de se abordar a EA, principalmente em um passeio de ecoturismo, isto numa perspectiva de transformação cultural e de promoção de mudanças/revoluções acerca da forma como as sociedades interagem com o meio ambiente, afirmam que:

> O primeiro papel da EA […] é incentivar as pessoas a pensarem; a se questionarem; a desnaturalizar em coisas que parecem óbvias; e a se indignarem com aquilo que é contra a vida e que leva à extinção da nossa espécie. Para isso, é essencial que se estimule a compreensão dos nexos de causalidade, ou seja, devemos proporcionar estímulos para que as pessoas pensem; esses estímulos, por sua vez, precisam provocar entendimentos sobre relações entre causas e efeitos.

Isto posto, é perceptível que a questão ambiental vem sendo bastante abordada em sociedade, tendo em vista a urgência de práticas que contornem a degradação do planeta Terra. Segundo Foladori (2001) e Silva (2010), a questão

ambiental emerge como problema significativo a nível mundial em torno da década de 1970, ocasionada por contradições entre o modelo dominante de desenvolvimento econômico-industrial e a realidade socioambiental.

Para Sauer e Ribeiro (2012), como resposta a esta problemática, formulou-se o conceito de desenvolvimento sustentável – o qual propõe a inclusão de critérios ambientais na atividade produtiva, visando assegurar o crescimento econômico, respeitando as condições de renovação e a capacidade dos ecossistemas existentes. De acordo com Fontenelle (2013), o consumidor também é responsável pela degradação ambiental ao estimular o hiperconsumismo das sociedades modernas. Para reverter esse quadro, faz-se necessário uma mudança de paradigma, o ser humano deve repensar sua relação com a natureza, gerando mudanças significativas (Foladori, 2001).

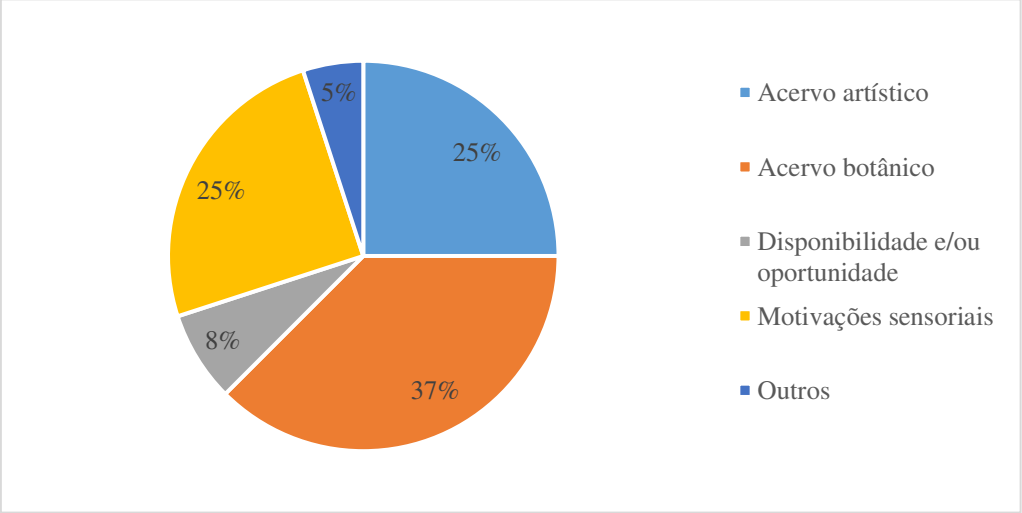
Neste sentido, a educação ambiental busca justamente levar as pessoas a saírem da zona de conforto e a terem atitudes mais sustentáveis, que respeitem a natureza e seus recursos. Para tanto, o Inhotim apresenta a mediação como estratégia do seu setor educativo para lidar com questões associadas à EA. Suas visitas podem ocorrer com ação pedagógica direcionada (mediação), ou sem. A mediação apoia-se no diálogo sobre os acervos artístico e botânico, na autonomia e na experiência do público, permitindo percorrer caminhos não tão óbvios para o visitante, buscando inserir novos pontos de vista, instigar a criatividade e a curiosidade e, consequentemente, a conscientização ambiental. Pois "[...] construir uma concepção de integração junto a natureza depende também de estímulos que trabalhem a mesma ideia de diferentes formas de trabalhar a cognição" (Geerdink; Neiman, 2010, p.75).

As atividades de mediação acontecem, geralmente, em grupo, combinadas previamente. Estas dividem-se, a saber, em visita Panorâmica, visita Temática Ambiental e visita Temática Artística, mas não se restringe apenas a esta formatação. As visitas panorâmicas ocorrem diariamente e as temáticas mensalmente, ou de acordo com a demanda e disponibilidade do Instituto. Ambas são ideais "[...] para quem deseja conhecer um pouco sobre a história do Instituto e se inspirar" (Inhotim, 2024). Destaca-se que, dos entrevistados, os que não estavam participando de mediação corresponde a maioria (32 visitantes), os demais estavam inseridos em atividades mediadas. Em geral, o serviço educativo ou de mediação aparenta ser quase exclusivamente utilizado por grupos escolares ou de excursão, enquanto os visitantes autônomos costumam realizar o

trajeto sem orientação direta de um mediador, seja este estagiário ou monitor.

O Gráfico 6 apresenta as respostas para a pergunta "O que te motivou a visitar o Instituto Inhotim?". Dos entrevistados, 15 (37%) disseram que a motivação foi o acervo botânico presente no jardim do Inhotim; 10 (25%) afirmaram ser o acervo artístico; 10 (25%) ser motivações sensoriais; 3 (8%) disseram ser a disponibilidade e/ou oportunidade para a visita e, 2 (5%) deram ênfase a outros motivos. Especificamente, quanto as motivações sensoriais, o entrevistado 7 pontua que "*vim em busca de um momento agradável, de descontração e conexão com a natureza*".

**Gráfico 6 –** Distribuição dos entrevistados por motivação para visitar o Instituto Inhotim.

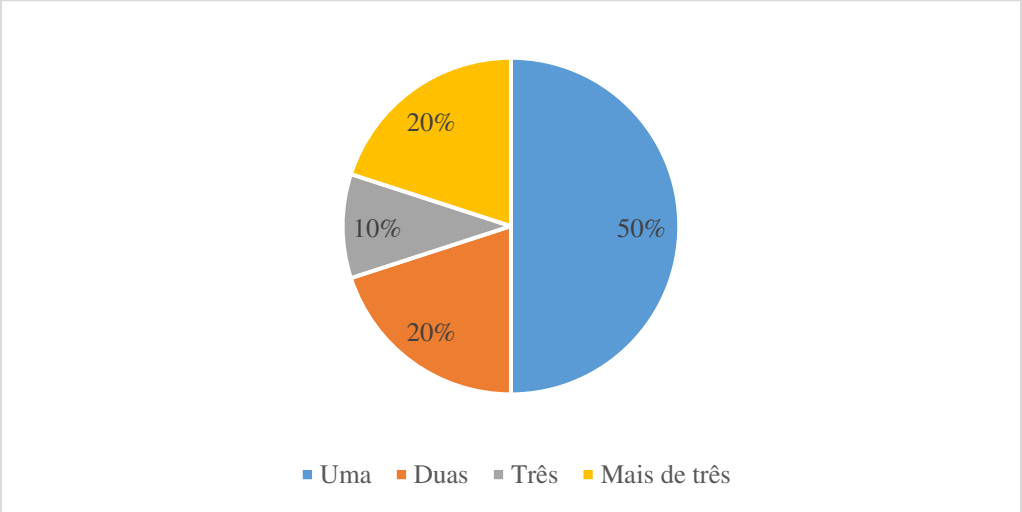



**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

Quando questionados se já haviam visitado o jardim botânico do Inhotim anteriormente, a maioria (30 pessoas) respondeu que não (75%), e 10 (25%) responderam que sim. Aqueles que ainda não tinham visitado o jardim afirmaram que também irão voltar mais vezes, porque ainda tem muito para se ver e sentir. Dos que responderam positivamente para a pergunta anterior, 5 (50%) falaram que visitaram uma vez; 2 (20%) duas vezes; 2 (20%) mais de três vezes e 1 (10%) visitou-o três vezes (Gráfico 7). Ambos afirmaram ter visitado o Inhotim novamente devido aos sentimentos que o local despertou em cada um, para o entrevistado 14 "*Inhotim é um lugar muito lindo, especial e exuberante para se visitar apenas uma vez na vida*". O entrevistado 2 complementa ao dizer que "*é a terceira vez que venho aqui, e cada vez parece que é a primeira. Esse jardim mudou minha forma de ver o mundo, eu me reconectei com a natureza, mudei*

*meus hábitos, atitudes simples, como plantar uma árvore, mas que com certeza fazem uma grande diferença*". Isto deixa explícito o potencial do jardim botânico do Inhotim para despertar a sensibilidade ambiental em seus visitantes.

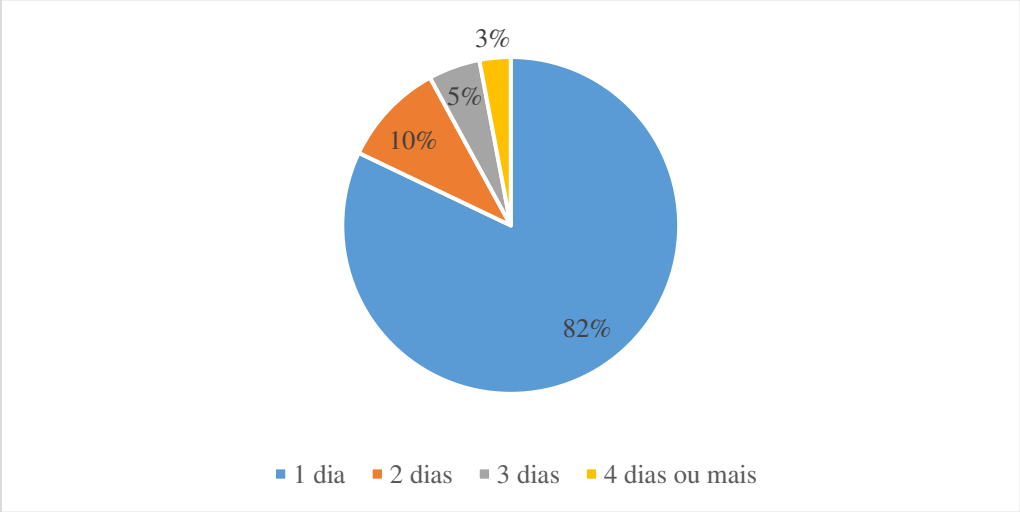
**Gráfico 7 -** Distribuição dos entrevistados por número de vezes que visitaram Inhotim.




**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

A duração de visitação no Jardim Botânico Inhotim foi tida como um obstáculo para a sensibilização ambiental, uma vez que, devido sua expansão e variedades de locais para serem visitados, o próprio Instituto aconselha que a visita ocorra em pelo menos dois dias completos (turnos manhã e tarde). No entanto, a média de visitação foi de 1 dia (82%), como evidenciado no Gráfico 8.

**Gráfico 8 -** Distribuição dos entrevistados por tempo de duração da visita.




**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

No caminho pedagógico para se construir uma sensibilização ambiental é necessário instruir os indivíduos, oportunizar as informações relevantes como componentes de transformação racional. Logo, os informativos presentes no jardim assumem um papel de grande importância. Porém, a maioria dos visitantes mostraram-se insatisfeitos com sua sinalização, como relatado pela entrevista 29 "*fiquei meio perdida ao me deslocar aqui e acabei perdendo muito tempo*" e o entrevistado 12 disse que "*gostaria de ter visto mais placas mostrando mais plantas, seus nomes científicos e populares, de onde são, assim como vi de algumas aqui*". Algo que merece ser destacado é o fato dos visitantes que tiveram o auxílio do mediador demonstrarem ter tido maior acesso a informações, conceitos, percursos e diálogos que os instigaram, que despertaram a sensibilidade em relação à natureza.

Em seguida, os entrevistados foram questionados sobre a integração dos acervos artístico e botânico do JBI. De forma majoritária, todos os entrevistados apontaram que um complementa o outro, de uma forma magnífica. Como exemplificado pelo entrevistado 31 "*a obra da árvore suspensa, por exemplo, simboliza muito essa integração*", evidencia a conversão de ambos os acervos.

A obra supracitada é de Matthew Barney, conhecida como *De lama lâmina* - uma estrutura geodésica construída em aço e vidro, na qual um trator sustenta uma árvore. A mesma baseia-se numa performance de desfile de carnaval realizado na Bahia. A peça evidencia a preocupação ambiental do artista, enfatiza a luta entre os orixás da

preservação e da destruição da mata. A transparência e a reflexão do vidro fazem com que a paisagem externa seja reproduzida na forma geodésica quando se olha de fora, da mesma forma que traz a paisagem natural para dentro do domo geodésico quando se está no interior, como evidenciado na figura 3.

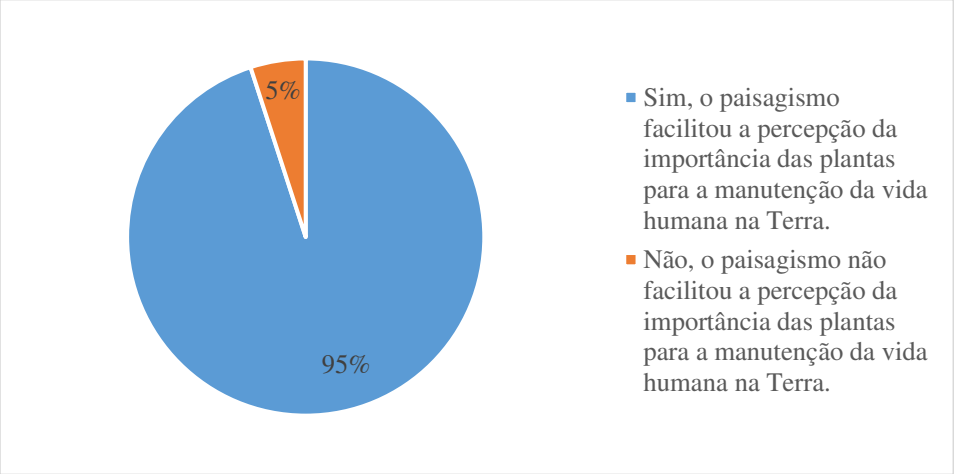
**Figura 3 –** Obra *De lama lâmina* do artista Matthew Barney.



**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

Para a EA o paisagismo apresenta grande potencial para sensibilizar as pessoas, isto através do aprendizado sensorial. Segundo Leão (2007), o paisagismo é tido como uma ferramenta que "procura organizar e equipar os espaços, com o emprego da vegetação, de forma a aumentar o bem-estar físico e psicológico do ser humano". Desta forma, os visitantes foram questionados se o paisagismo do Inhotim facilita a percepção da importância das plantas para a manutenção da vida humana na Terra. Dos 40 entrevistados, 38 (95%) afirmaram que sim, o paisagismo facilitou esta percepção e, apenas 2 (5%) disseram que não (Gráfico 9).

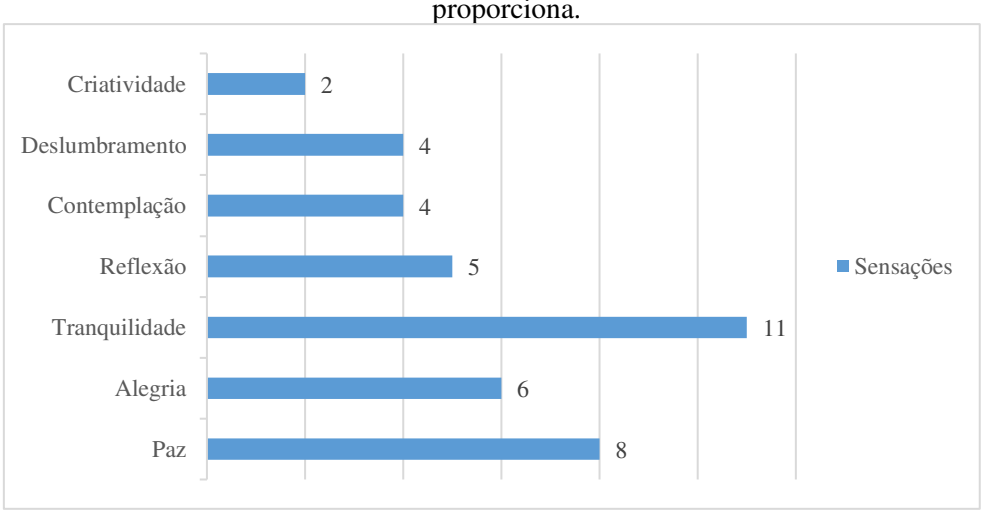
**Gráfico 9 –** Distribuição dos entrevistados sobre a importância do paisagismo do JBI.




**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

Na sequência da pesquisa, buscamos compreender os sentimentos/sensações que o jardim proporciona. A sensação mais mencionada pelos entrevistados é a de tranquilidade (11 visitantes); seguida de paz (8 visitantes) e do sentimento de alegria (6 visitantes). Outrossim, 5 entrevistados caracterizaram a visita como um momento de reflexão; de contemplação (4 visitantes); de deslumbramento (4 visitantes) e como possibilidade de despertar/aguçar a criatividade (2 visitantes) (Gráfico 10). Percebe-se que no imaginário do visitante está presente uma natureza idealizada, que se associa no geral à representação do paraíso, paz, tranquilidade, liberdade, proteção (Serpa, 2011).

**Gráfico 10 –** Distribuição dos entrevistados por sentimentos/sensações que o jardim proporciona.




**Fonte:** Pesquisa direta, 2022.

É evidente que o JBI apresenta-se como um espaço poderoso e impactante para a ocorrência de uma EA prazerosa/relevante, pois dispõe de uma gama de possibilidades para a interpretação e sensibilização ambiental. Contudo, o desdobrar das visitas em imersões esporádicas e não dirigidas/mediadas afeta o potencial de sensibilização do visitante.

Neste sentido, apresentamos, a seguir, as considerações finais do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, a EA possui a desafiadora missão de resinificar paradigmas e padrões mentais enraizados na percepção dos indivíduos acerca da relação entre o ser humano e a natureza. Para que aja uma possível mudança, é fundamental a transformação no campo dos valores, da afetividade e do conhecimento da sociedade em geral, o que pode inspirar comportamentos individuais e coletivos em direção a um reencantamento com a natureza. Logo, o ecoturismo vem sendo incentivado como uma das formas de EA não-formal (Freire, 2006).

Esta pesquisa elucidou que o JBI configura-se como um local de referência, de lazer e cultura para a população de diversos estados brasileiros, principalmente Minas Gerais, e também para muitos estrangeiros. O mesmo é frequentado por pessoas de diferentes faixas etárias, motivadas principalmente pela diversão/lazer, pelo aprendizado/conhecimento ambiental, histórico e cultural e pelas sensações/emoções que o ambiente (marcado pela integração dos acervos artístico e botânico) desperta em cada indivíduo.

Nas atividades de ecoturismo a presença da EA é tida pela maioria dos entrevistados (95%), 38 visitantes, como necessária/relevante. E, o auxílio de um mediador também, pois contribui de forma significativa para despertar a sensibilidade em relação à natureza. Os visitantes do jardim acreditam que seu paisagismo apresenta grande potencial para sensibilizar as pessoas sobre a importância da preservação ambiental, isto através do aprendizado sensorial, das experiências processadas durante a visitação. Nesse caso, o JBI vem cumprindo um importante papel no desenvolvimento científico, cultural e ambiental de seus visitantes.

Vale destacar que, as áreas verdes materializadas em jardins botânicos assumem papéis distintos para cada indivíduo, pois cada cidadão possui sua própria

percepção do verde e cria novas perspectivas no sentido de preservar a natureza. Assim, com as discussões e reflexões desenvolvidas neste estudo, espera-se que os resultados possam inspirar os turistas a visitarem o JBI e que se atentem ao seu potencial enquanto espaço de aprendizado e sensibilização ambiental.

## REFERÊNCIAS


AFFONSO, G. U. de; COSTA-PINTO, A. B.; ALVES, D. D. P. Interpretação ambiental e Educação Ambiental crítica no ecoturismo: definindo critérios para analisar o plano interpretativo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, *[S. l.]*, v. 17, n. 4, p. 167–194, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13130>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ARAÚJO, J. G. C. de. **O processo de planejamento municipal em Brumadinho/MG:** avanços e permanências em situação de minero-dependência. 2022. 212 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

BLAMEY, R. K. Principles of ecotourism. In: WEAVER, D.B. (Ed.). **The encyclopedia of ecotourism**. Wallingford: CAB International, 2001. p. 5-22.

BRASIL. **Ecoturismo, orientações básicas**. Brasília, 2008b. 60 p.

_____. **Agenda 21 global**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-Socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em: 20 abr. 2024.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3. Ed. Brasília, 2005. 102 p.

DIAS, G. F. **Educação ambiental:** princípios e práticas. 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.

DICIONÁRIO – DICIO. **Dicionário Online de Português**. DICIO, 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

FIGURELLI, A. H.; PORTO, I. A relação entre turismo e educação ambiental e suas contribuições na luta por um mundo mais justo e preservado. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 20, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol20/art28v20.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

FOLADARI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FONTENELLE, I. A. A ressignificação da crise ambiental pela mídia de negócios: responsabilidade empresarial e redenção pelo consumo. **Revista Galaxia**. n. 26, p. 135-147, set./dez. 2013.

FREIRE, M. Diálogo entre a educação e a natureza. In: SCHWARTZ, G.M. (Org.). **Aventuras na natureza:** consolidando significados. Jundiaí: Fontoura, 2006. Cap. 10, p. 169–182.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - JFP. **Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais.** FJP, 2023. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/produto-interno-bruto-pib-de-minas-gerais/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GEERDINK, S.; NEIMAN, Z. A educação ambiental pelo Turismo. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICCI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, p. 63-83, 2010.

HETZER, N. D. Environment, tourism, culture. **Ecosphere**, Washington, v.1, n.2, p.1-3, jan./jun. 1965.

HINTZE, H. C. **Ecoturismo na cultura de consumo:** possibilidade de educação ambiental ou espetáculo? 2008. 137 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html >. Acesso em: 11 ago. 2024.

INSTITUTO DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO INHOTIM - INHOTIM. **Inhotim**. Brumadinho: Inhotim, 2024. Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

LEÃO, J. F. M. C. **Identificação, seleção e caracterização de espécies vegetais destinadas à instalação de jardins sensoriais táteis para deficientes visuais, em Piracicaba (SP), Brasil**. 2007. 136f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" /Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11136/tde18102007104447/pt-br.php>. Acesso em: 21 jun. 2024.

MALANSKI, L. M. Geografia Humanista: percepção e representação Espacial. **Revista Geográfica de América Central**, n. 52, p. 29-50, jan./jun., 2014.

MENDONÇA, R. **Conservar e criar:** natureza, cultura e complexidade. São Paulo: SENAC, 2005. 255 p.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. O cerrado como instrumento para a Educação Ambiental em atividades de ecoturismo. In: NEIMAN, Z. (Org.). **Meio ambiente, educação e Ecoturismo**. Barueri: Manole, 2002. Cap. 7, p. 135–157.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social**: introdução às suas técnicas. São Paulo: EDUSP, 1968.

PELEGRINI, D. F.; VLACH, V. R. F. As múltiplas dimensões da educação ambiental: por uma ampliação da abordagem. **Sociedade & Natureza**, p. 187–196, 2011.

RAMOS, L. M. J.; OLIVEIRA, S. F. Educação ambiental para o ecoturismo nas unidades de conservação: um nexo ontológico. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação ambiental**, v. 20, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol20/art8v20.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SAUER, M.; RIBEIRO, E. M. Meio ambiente e serviço social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. II, n. 2, p.390-398, ago/dez 2012.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011

SILVA, J. A.; MARINHO, J. C. B; FRANÇA, G. A. Consórcio entre pesquisas: possibilidades para o aprofundamento dos estudos qualitativos em educação. **Educação temática digital**. Campinas, v. 15, n.3. p. 443-454, set./dez. 2013.

SILVA, K. F. P; NOVELLO, T. P.A educação ambiental no ecoturismo: uma estratégia para a valorização local e o despertar do sentimento de pertencimento ambiental. **Eventos Pedagógicos**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 482–502, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/10359>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SILVA, M. das G. **Questão Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável:** um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, T. E da; CRISPIM, M. C.; ANDRADE, M. O. de; REGALA, P. S. Ecoturismo e Educação Ambiental nas trilhas guiadas no Vale do Capão (BA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, *[S. l.]*, v. 14, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/11416>. Acesso em: 21 jun. 2024.

UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto. **O Quadrilátero Ferrífero:** Avanços do conhecimento nos últimos 50 anos. Setembro, 2020. Disponível em: <https://qfe2050.ufop.br/news/o-quadrilatero-ferrifero-avancos-do-conhecimento-nos-ultimos-50-anos> . Acesso em: 20 abr. 2024.

Recebido em maio de 2024.

Revisão realizada em julho de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

# O PERFIL DO COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE NO SÉCULO XXI

# THE PROFILE OF PARANA'S FOREIGN TRADE IN THE 21ST CENTURY

# EL PERFIL DEL COMERCIO EXTERIOR DE PARANÁ EN EL SIGLO XXI

**Rodrigo Gavioli Diniz**
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
rodrigogaviolipsn@gmail.com

**Fernanda Leandro Domanski**
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
fernandale@gmail.com

## Destaques

- O processo de reprimarização que assola a economia paranaense é um reflexo do que ocorre em âmbito nacional, em que as *commodities* aumentaram consideravelmente sua relevância nas exportações;
- As relações econômicas promovidas e estabelecidas pelo Paraná com os países emergentes (periféricos) foram ampliadas no contexto do século XXI, com destaque especial para a China;
- Apesar da significativa participação de bens manufaturados, muitos deles de alto valor agregado, na pauta de importações do Paraná, foram registrados poucos episódios de déficit na balança comercial.

**RESUMO**

O objetivo principal do trabalho é analisar o perfil e as características do comércio exterior paranaense nos dois primeiros decênios do século XXI, buscando compreender modificações estruturais e padrões de comportamento desse comércio. A metodologia do trabalho contempla procedimentos qualitativos, mas principalmente os descritivos e quantitativos, em decorrência da ampla disponibilidade de dados e indicadores sobre o assunto no IPARDES. Esses dados foram coletados, sistematizados em tabelas e posteriormente analisados. Os resultados mostram que o Paraná é um grande importador de bens manufaturados (de maior sofisticação), e que a partir do segundo decênio do século XXI, se consolidou como um grande exportador de bens primários. Na primeira década do século XXI, o cenário era diferente, com uma participação média superior de

bens manufaturados. Isso indica que o estado está passando pelo processo de reprimarização. Além disso, destaca-se a estreita relação do Paraná com a China, que vem se tornando o principal parceiro comercial do estado, tanto em exportações quanto em importações.

**Palavras-chave:** Paraná. Reprimarização. Exportação. Importação. China.

## ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the profile and characteristics of Paraná's foreign trade in the first two decades of the 21st century, in an attempt to understand structural changes and patterns in trade behavior. The methodology of the work includes qualitative procedures, but mainly descriptive and quantitative ones, due to the wide availability of data and indicators on the subject from IPARDES. This data was collected, systematized in tables, and then analyzed. The results show that Paraná is a major importer of manufactured goods (of greater sophistication), and that since the second decade of the 21st century, it has consolidated its position as a major exporter of primary goods. In the first decade of the 21st century, the scenario was different, with a higher average share of manufactured goods. This indicates that the state is undergoing a process of reprimarization. In addition, Paraná's close relationship with China stands out, as it has become the state's main trading partner, both in terms of exports and imports.

**Keywords**: Paraná. Reprimarization. Export. Import. China.

## RESUMEN

El objetivo principal de este estudio es analizar el perfil y las características del comercio exterior de Paraná en las dos primeras décadas del siglo XXI, con el fin de comprender los cambios estructurales y los patrones de comportamiento del comercio. La metodología del trabajo incluye procedimientos cualitativos, pero principalmente descriptivos y cuantitativos, debido a la amplia disponibilidad de datos e indicadores proporcionados por IPARDES. Estos datos fueron recopilados, organizados en tablas y posteriormente analizados. Los resultados muestran que Paraná es un gran importador de bienes manufacturados (de mayor sofisticación) y que, a partir de la segunda década del siglo XXI, se consolidó como un gran exportador de bienes primarios. En la primera década del siglo XXI, el escenario fue diferente, con una mayor participación promedio de bienes manufacturados. Esto indica que el estado está pasando por un proceso de reprimarización. Además, se destaca la estrecha relación de Paraná y China, que se ha convertido en el principal socio comercial del estado, tanto en términos de exportaciones como de importaciones.

**Palabras clave:** Paraná. Reprimarización. Exportación. Importación. China.

## INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1930 e 1980, o Brasil experienciou um período de significativo ativismo estatal com a predominância do Programa de Substituição de Importações (PSI) e da expansão do tecido industrial brasileiro. Para tanto, algumas estratégias nacionais de desenvolvimento foram determinantes, como o Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek (JK) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND) no transcorrer da Ditadura Militar (1964-1985). Mas, como alertaram Bresser-Pereira e Theuer (2012), o nacional desenvolvimentismo também contou com períodos de considerável financiamento externo e de exportações de bens manufaturados, sobretudo a partir de 1960.

Com o solapamento do desenvolvimentismo brasileiro na década de 1980, por fatores internos e externos – como as crises do petróleo de 1973 e 1979 – o Brasil gradualmente abandonou o ativismo estatal e passou a aderir aos ideais neoliberais. O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), mas principalmente os de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), implementaram políticas neoliberais/ortodoxas: juros elevados, câmbio muitas vezes apreciado, desregulamentação financeira, abertura econômica e privatizações (Sallum Jr, 2000; Pochmann, 2022). Esse processo foi decisivo para a conformação de três fenômenos: financeirização da economia brasileira, desindustrialização do país (Morceiro, 2012) e demasiada ênfase nas exportações de *commodities*.

Em virtude da maior participação das *commodities* no comércio exterior brasileiro, autores como Morceiro e Guilhoto (2019) afirmam que o Brasil enfrenta um quadro de reprimarização e especialização regressiva, que prejudica o crescimento e o desenvolvimento, ou seja, o Brasil está participando do comércio internacional como fornecedor de produtos primários e importador de produtos sofisticados. Entender se essa é uma realidade dos estados mais dinâmicos do país (histórica e economicamente) no século XXI, é imprescindível para a obtenção de respostas acerca de problemas socioeconômicos regionais e nacionais. Na presente pesquisa, o estado analisado é o Paraná, em virtude de sua relevante economia (5° maior PIB do país) e pelos poucos

estudos na ciência geográfica contemplando a realidade do comércio exterior paranaense[1].

A partir destes pressupostos, este trabalho procura analisar o perfil e as características do comércio exterior paranaense nos dois primeiros decênios do século XXI, buscando compreender modificações estruturais e padrões de comportamento desse comércio.

Dentre os objetivos específicos da pesquisa, destacam-se: analisar as exportações e importações conforme o valor agregado (bens básicos, semimanufaturados e manufaturados) e os grupos de produtos – também é possível fazer essa análise segundo categorias de uso; comparar, quando possível, o desempenho do comércio exterior do Paraná no final do século XX e nos dois primeiros decênios do século XXI; identificar os principais parceiros comerciais (países) do estado no período delineado, e por fim; observar se houve ou há reprimarização da pauta exportadora.

A metodologia do trabalho envolve procedimentos qualitativos, mas principalmente os descritivos e quantitativos, devido à ampla disponibilidade de dados e indicadores sobre o assunto no estado do Paraná, encontrados no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Primeiramente, realizou-se uma revisão bibliográfica acerca de processos e conceitos cardeais (comércio exterior e reprimarização), utilizando autores da Geografia e áreas correlatas, a exemplo de Lamoso (2020), Morceiro e Guilhoto (2019) e Pereira e Oliveira (2019). Em seguida, foram coletados, sistematizados e analisados múltiplos dados e indicadores secundários do IPARDES. Esses dados foram coletados, organizados em tabelas e posteriormente analisados.

Tais dados e indicadores estão disponíveis em relatórios de comércio exterior organizados e publicados pelo IPARDES, abrangendo um conjunto de informações relevantes. Esses relatórios eram divulgados anualmente pelo instituto, mas a última edição, publicada em 2019, trouxe os resultados do biênio 2017/2018. Para a análise segundo valor agregado, o recorte temporal compreende os anos de 1992 a 2018; para a análise dos grupos de produtos e dos parceiros comerciais do estado, são utilizados anos

[1] Parte notável dos estudos sobre o Paraná são da ciência econômica e analisam a conjuntura da primeira década do século XXI, exceto o trabalho de Castro (2022), que merece ser destacado.

selecionados: 2001/2002, 2009/2010 e 2017/2018. A partir dos anos selecionados foi possível tecer comparações.

Este artigo está estruturado em três partes mais a introdução. Na primeira, é feito um breve resgate histórico do comércio exterior brasileiro e paranaense, além da apresentação do conceito de reprimarização da pauta exportadora, que é um conceito-chave no trabalho. Em seguida, são apresentados os dados sobre exportação e importação do Paraná, com base no valor agregado e por grupos de produtos. A segunda parte contempla dados acerca dos principais parceiros comerciais do Paraná no século XXI em anos selecionados. Primeiro, foi feita uma análise das exportações e, posteriormente, das importações do estado. A terceira e última seção apresenta as considerações finais do artigo, destacando os principais achados.

## CARACTERÍSTICAS E COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO PARANÁ: UMA ANÁLISE SEGUNDO VALOR AGREGADO E GRUPOS DE PRODUTOS

O comércio exterior pode ser definido como as trocas comerciais (exportações e importações) que se estabelecem entre diferentes mercados no plano internacional, de uma mesma região ou não. Essas transações envolvem bens e serviços diversos, incluindo desde matérias-primas e produtos de baixo valor agregado/conteúdo tecnológico, até os fluxos de bens e serviços mais sofisticados e de maior complexidade (peças, equipamentos ou produtos totalmente acabados e prontos para serem comercializados) (Pereira; Oliveira, 2019; Rodrigue; Comtois e Slack, 2013).

A história do comércio exterior brasileiro é marcada por diferentes momentos. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2024), por exemplo, durante a República Velha (1889-1930) e o Estado liberal, a balança comercial do país registrou déficit em apenas três anos (1913, 1920 e 1921), com exportações baseadas no café e em outros poucos produtos agrícolas, ao passo que as importações eram compostas pelos produtos manufaturados. Durante o nacional desenvolvimentismo, entre as décadas de 1930 e 1980, o comércio exterior ganhou ímpeto a partir da década de 1960, com um plano de incentivo às exportações – notadamente de produtos manufaturados – no governo de Juscelino Kubitschek (Zarpelão, 2009). Simultaneamente, as importações se flexibilizaram e ganharam mais espaço na economia nacional.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 1990), a partir da década de 1970, coube a agricultura a tarefa de gerar superávit comercial, a fim de equilibrar o balanço de pagamentos, agravado pela crise da dívida externa e pelos mal sucedidos planos de combate à inflação. A economia brasileira passou a ser submetida a política macro, que buscavam a queda dos índices gerais de preços e o ajuste do setor externo. Assim, a trajetória da agricultura brasileira – e em menor medida, da pecuária – em relação ao comércio exterior teve um crescimento contínuo ao longo do tempo.

Dados de Nassif e Castilho (2020) confirmam a expansão da agropecuária em âmbito nacional, particularmente no comércio exterior. Os autores assinalam que a participação dos bens primários de menor conteúdo tecnológico na pauta de exportações do país, era de 49,6% no período 1990-1995; no recorte que abrange os anos de 2011-2016 o percentual foi de 66,3%. Campeão, Sanches e Maciel (2020) analisando o caso da soja no país, demonstram que entre 2008 e 2020 o Brasil não só expandiu o volume produzido como também ampliou sua participação no mercado mundial, sendo responsável por 41,45% das exportações de soja entre os principais países produtores.

Esse cenário ratifica os argumentos de Morceiro e Guilhoto (2019), Lopes (2020) e Lamoso (2020) de que o Brasil vem enfrentando um processo de reprimarização da pauta exportadora. Lamoso (2020, p. 7) entende que há reprimarização "Quando um país deixa de exportar, relativamente, mais bens industriais do que primários, comumente representados por *commodities* agrícolas e minerais [...]". No entanto, se um país ou região sempre teve sua pauta exportadora representada majoritariamente pelos produtos primários, não é possível constatar a existência da reprimarização. Embora o Brasil nunca tenha se desvinculado da produção primária, houve um período em sua história em que a produção e comercialização de bens manufaturados foram fundamentais para a economia e o comércio exterior. Algo parecido aconteceu com o estado do Paraná.

A economia dessa unidade da federação, até meados do século XX, era composta basicamente pela produção agrícola de baixa mecanização, além da indústria extrativista, caracterizada por métodos rudimentares e baixa incorporação de tecnologia nos processos de extração. Isso ocorria porque as indústrias se concentravam principalmente na exploração da madeira e do mate (Ribeiro, 2021). A produção e o comércio paranaenses estavam intrinsecamente vinculados aos produtos de menor valor agregado e de baixa sofisticação.

Na década de 1960, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) para promover o desenvolvimento industrial e melhorar a infraestrutura, com financiamento próprio. Em 1968, a companhia se transformou no Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP). Nesse período, também se começou a questionar as estruturas produtivas da economia paranaense, que eram focadas na agricultura e no processamento de produtos primários, com forte dependência de São Paulo para a manufatura (Niehues, 2014).

A partir dos anos 1970, o estado começou a se industrializar como uma estratégia de desenvolvimento econômico. Naquele período, o café, cultivado predominantemente no norte do estado, ainda era a principal fonte de renda. O capital do café no Paraná era direcionado para São Paulo, que comprava o produto paranaense para exportá-lo como produto manufaturado, transferindo parte da riqueza do Paraná para São Paulo (Trintin, 2001). O setor cafeeiro sofreu um declínio devido à modernização agrícola, variações nos preços e perdas de safras causadas por eventos climáticos adversos.

Ao longo dos anos, houve uma busca pelo progresso através da industrialização de produtos básicos, com o objetivo de transformar uma economia predominantemente agrícola em uma industrializada, com a intervenção do Estado. Assim, entre as décadas de 1960 e 1970, tanto no Paraná quanto no restante do país, houve um incentivo para o cultivo de soja visando substituir o café como principal produto de exportação. O Estado promoveu então a mecanização da agricultura e o uso de agroquímicos, o que também contribuiu para o êxodo rural (Ribeiro, 2021).

Nos anos 1990, o Paraná experimentou significativas mudanças econômicas em resposta às transformações endógenas e exógenas. Com a abertura econômica promovida pelo Governo Federal no início da década, o setor privado teve que adequar suas técnicas de gestão e métodos de produção para lidar com a nova realidade de uma economia aberta. Os setores da agricultura e da indústria sofreram uma reestruturação concentrando-se em áreas com maior valor agregado e potencial de inserção nos mercados nacionais e internacionais (Ribeiro, 2021). Somando-se a atração de novos segmentos industriais de maior complexidade e agregação de valor, a exemplo das indústrias de componentes e materiais de transporte e da indústria automobilística, que assumiram posição de destaque.

Desta forma, o Paraná diversificou seus setores produtivos, promovendo uma maior geração de renda e oportunidades de emprego. Essas mudanças na economia do Paraná contribuíram para que o estado se tornasse a quinta economia mais industrializada do país, e quinto lugar em termos de geração de renda. De acordo com dados do IBGE, a participação do Paraná no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro aumentou de 5,3% em 1996 para 6,4% em 2003 (Migliorini, 2006). A produção primário-exportadora e alguns ramos industriais de maior complexidade foram vitais nesse processo de ocorrência no final do século XX.

Atualmente, o estado é um dos mais industrializados do país, embora sua produção seja predominantemente voltada para manufaturas de baixo nível tecnológico. As exportações do Paraná refletem essa característica, com uma expressiva participação de produtos básicos e industrializados de menor valor agregado. A partir de 1992, a participação dos produtos básicos nas exportações do estado variou entre 29% e 53% (IPARDES, 2019). Entre 2011 e 2018, esses números se estabilizaram, e a participação dos produtos básicos superou os 45% em todos os anos. Em 2018, os produtos básicos representaram 53,21% do total das exportações paranaenses, o melhor desempenho no recorte analisado (1992-2018).

A Tabela 1 mostra tal realidade. A crescente participação dos produtos básicos nas exportações indica uma maior dependência de *commodities* agrícolas, enquanto a variação nos produtos manufaturados sugere medidas pontuais para industrializar a economia, mas sem uma política de longo prazo que priorize os setores industriais mais complexos.

**Tabela 1 –** Exportações do Paraná com base no valor agregado (1992-2018).

| | Básico | | Industrializados | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Semimanufaturados | | Manufaturados | | |
| Ano | Valor (US$ mil FOB) | Part. (%) | Valor (US$ mil FOB) | Part. (%) | Valor (US$ mil FOB) | Part. (%) | Total (US$ mil FOB) |
| 1992 | 1.067.932 | 50,61 | 206.642 | 9,79 | 822.506 | 38,98 | 2.110.039 |
| 1993 | 1.191.871 | 48,04 | 192.267 | 7,75 | 1.081.457 | 43,59 | 2.481.143 |
| 1994 | 1.459.424 | 41,62 | 487.597 | 13,90 | 1.538.079 | 43,86 | 3.506.749 |
| 1995 | 1.439.114 | 40,34 | 646.613 | 18,13 | 1.463.107 | 41,01 | 3.567.346 |
| 1996 | 2.081.290 | 49,02 | 576.682 | 13,58 | 1.562.959 | 36,81 | 4.245.905 |
| 1997 | 2.524.220 | 52,00 | 560.259 | 11,54 | 1.740.382 | 35,85 | 4.849.631 |
| 1998 | 1.918.816 | 45,38 | 665.062 | 15,73 | 1.614.172 | 38,18 | 4.217.015 |
| 1999 | 1.735.682 | 44,14 | 626.797 | 15,94 | 1.528.226 | 38,86 | 3.930.561 |
| 2000 | 1.661.374 | 37,81 | 498.631 | 11,35 | 2.158.622 | 49,12 | 4.379.503 |
| 2001 | 2.280.991 | 42,87 | 561.285 | 10,55 | 2.416.688 | 45,42 | 5.312.332 |
| 2002 | 2.384.075 | 41,80 | 668.797 | 11,73 | 2.576.841 | 45,18 | 5.687.363 |
| 2003 | 2.985.014 | 41,70 | 877.848 | 12,26 | 3.217.442 | 44,95 | 7.132.002 |
| 2004 | 3.908.974 | 41,56 | 969.099 | 10,30 | 4.437.090 | 47,18 | 9.382.205 |
| 2005 | 3.297.780 | 32,87 | 993.498 | 9,90 | 5.608.205 | 55,89 | 10.007.040 |
| 2006 | 2.931.247 | 29,26 | 1.146.938 | 11,45 | 5.755.975 | 57,47 | 9.978.622 |
| 2007 | 4.233.777 | 34,27 | 1.318.847 | 10,68 | 6.630.908 | 53,68 | 12.319.415 |
| 2008 | 5.787.485 | 37,96 | 1.611.541 | 10,57 | 7.540.538 | 49,46 | 15.165.022 |
| 2009 | 4.985.127 | 44,42 | 1.304.406 | 11,62 | 4.719.959 | 42,06 | 11.125.061 |
| 2010 | 5.983.154 | 42,21 | 1.800.201 | 12,70 | 6.121.495 | 43,18 | 14.035.993 |
| 2011 | 7.952.480 | 45,72 | 2.410.778 | 13,86 | 6.645.958 | 38,21 | 17.289.541 |
| 2012 | 8.356.708 | 47,19 | 2.274.620 | 12,84 | 6.748.083 | 38,10 | 17.623.326 |
| 2013 | 9.068.374 | 49,72 | 2.099.371 | 11,51 | 6.817.117 | 37,38 | 18.097.707 |
| 2014 | 8.304.081 | 50,85 | 1.955.979 | 11,98 | 5.819.271 | 35,63 | 16.240.911 |
| 2015 | 7.649.587 | 51,31 | 1.655.686 | 11,11 | 5.428.565 | 36,41 | 14.832.910 |
| 2016 | 7.208.707 | 48,01 | 1.948.726 | 12,98 | 5.765.938 | 38,40 | 15.014.900 |
| 2017 | 8.665.276 | 48,32 | 2.434.522 | 13,58 | 6.715.254 | 37,45 | 17.933.166 |
| 2018 | 9.631.560 | 53,21 | 2.208.947 | 12,20 | 6.178.939 | 34,14 | 18.100.069 |

(1) Os valores apresentados nessa tabela, bem como na Tabela 3 acerca das importações do Paraná com base no valor agregado, foram organizados e disponibilizados pelo IPARDES em US$ mil FOB. A sigla FOB advém da expressão em inglês "*Free on Board*" em que o comprador é quem assume as responsabilidades da compra (riscos, seguro etc.).

**Fonte:** IPARDES, 2019. Elaboração dos autores, 2024.

Apesar da variação no período analisado, a participação dos produtos manufaturados apresentou uma tendência de crescimento em alguns anos da primeira década do século XXI, mas, desde 2011, tem se mantido abaixo dos 40%, situação inexistente entre 2001 e 2010. Esse movimento de retração começou a ser experienciado após 2007. Em 2006, os produtos manufaturados atingiram 57,47% das exportações, e em 2008, representaram 49,46% (IPARDES, 2019). Contudo, em 2018, último ano

computado, a participação caiu para 34,14%. Os produtos semimanufaturados, por sua vez, tiveram uma participação mais estável, variando entre 7,75% e 18,13%.

O valor total das exportações do Paraná aumentou significativamente ao longo do período analisado. Em 1992, o valor total das exportações era de US$ 2.110.039 mil FOB, enquanto em 2018, esse montante chegou aos US$ 18.100.069 mil FOB (IPARDES, 2019). As vendas do complexo agroindustrial cresceram significativamente nos segmentos de farelo de soja e óleo vegetal bruto, devido à modernização da agricultura no estado e ao aumento da demanda internacional pelo complexo soja, com destaque para a demanda chinesa. A Tabela 2 mostra uma diversificação nas exportações do Paraná ao longo dos anos, com aumento significativo da participação do complexo soja e do complexo carnes e uma diminuição dos complexos de maior sofisticação, como o de material de transportes e componentes.

**Tabela 2 –** Exportações do Paraná com base nos grupos de produtos (em anos selecionados).

| **Grupos de produtos** | **Participação em%** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2001** | **2002** | **2009** | **2010** | **2017** | **2018** |
| Complexo soja | 31,27 | 34,25 | 29,17 | 27,21 | 31,57 | 38,11 |
| Complexo carnes | 8,23 | 8,37 | 14,81 | 13,51 | 16,00 | 15,32 |
| Material de transportes e componentes | 21,42 | 21,41 | 13,01 | 15,41 | 13,55 | 10,30 |
| Papel e celulose | 2,63 | 2,32 | 3,08 | 3,02 | 6,05 | 6,95 |
| Madeiras e manufaturas de madeira | 9,28 | 10,53 | 4,74 | 4,57 | 6,07 | 6,85 |
| Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos | 3,28 | 2,71 | 3,87 | 4,50 | 3,25 | 3,03 |
| Açúcar | 3,41 | 2,70 | 6,24 | 7,98 | 5,91 | 3,85 |
| Produtos químicos | 2,08 | 2,04 | 3,50 | 3,27 | 3,05 | 3,11 |
| Petróleo e derivados | 1,52 | 2,10 | 2,86 | 2,49 | 1,08 | 2,19 |
| Café | 2,23 | 2,03 | 2,35 | 2,18 | 1,72 | 1,91 |
| Outros grupos de produtos | 14,66 | 11,54 | 16,38 | 15,86 | 11,75 | 8,38 |
| **Total** | **100** | **100** | **100** | **100** | **100** | **100** |

**Fonte:** IPARDES, 2019. Elaboração dos autores, 2024.

Especificamente sobre o complexo soja, a participação nas exportações aumentou de 31,27% em 2001 para 38,11% em 2018 – com variação negativa no período 2009/2010. Esse crescimento teve repercussões na tabela de valor agregado, onde os produtos básicos (como soja) passaram de 42,87% em 2001, para 53,21% em 2018. O complexo carnes também aumentou sua participação nas exportações, de 8,23% em 2001,

para 15,32% em 2018 (IPARDES, 2019). Esse crescimento refletiu o aumento da demanda por carne paranaense. Salientamos que produtos como carnes (neste caso aves, suínos e bovinos) podem ser enquadrados tanto em produtos básicos quanto semimanufaturados e manufaturados, dependendo do nível de processamento.

Considerando o grupo materiais de transporte e componentes, de maior sofisticação e complexidade, é notável o movimento de retração. Em 2001, o estado vendeu cerca de 21,42% de produtos desse grupo, mas em 2018, o percentual foi de apenas 10,30%. Essa redução indica uma diminuição nas exportações de produtos manufaturados complexos, ou seja, que agregam mais valor. Já o grupo de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos experienciou episódios de crescimento e retração, variando entre 2,71% e 4,50% nos anos selecionados (IPARDES, 2019).

Ao comparar as Tabelas 1 e 2, é possível notar uma significativa mudança nas exportações do Paraná ao longo dos anos, com um aumento expressivo na participação de produtos básicos como soja e carne, enquanto a proporção de produtos mais complexos sofreu variações. O crescimento do complexo soja reflete diretamente no aumento dos produtos básicos, enquanto a queda na participação dos materiais de transportes e componentes se alinha com a diminuição relativa dos produtos manufaturados.

No tocante às importações paranaenses, o quadro observado no período (1992-2018) contrasta com o das exportações. Apesar de haver um aumento nas vendas de produtos básicos, como soja e carne, nas importações, é possível notar um aumento nas compras de produtos manufaturados e uma diminuição na participação dos produtos básicos, ao passo que os produtos semimanufaturados participam das importações de maneira estável em quase todo o recorte analisado (IPARDES, 2019).

Para efetivar as importações do Paraná em 1992, foram gastos cerca de US$ 769.453 mil FOB, no último ano, o montante total foi de US$ 14.103.427 mil FOB, conforme pode ser observado na Tabela 3. Apesar do montante expressivo em 2018, o ano de 2014 foi aquele com o maior dispêndio em importações, se aproximando dos US$ 20.000.000 mil FOB, ou mais especificamente, US$ 19.493.360 mil FOB (IPARDES, 2019). As Tabelas 1 e 3 evidenciam que houve saldo positivo em quase todos os anos. Uma das exceções é o período compreendido entre 2011 e 2014, no qual o valor gasto com as importações ultrapassou o valor adquirido com as exportações. Dessa forma, é

factível afirmar que as exportações de produtos básicos, especialmente os complexos soja e carne, são rentáveis para o estado.

**Tabela 3 –** Importações do Paraná com base no valor agregado (1992-2018).

| Ano | Básico | | Industrializados | | | | Total (US$ mil FOB) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Semimanufaturados | | Manufaturados | | |
| | Valor (US$ mil FOB) | Part. (%) | Valor (US$ mil FOB) | Part. (%) | Valor (US$ mil FOB) | Part. (%) | |
| 1992 | 159.839 | 20,77 | 88.364 | 11,48 | 521.250 | 67,74 | 769.453 |
| 1993 | 210.645 | 17,54 | 124.145 | 10,34 | 866.275 | 72,13 | 1.201.065 |
| 1994 | 513.280 | 32,29 | 176.905 | 11,13 | 899.255 | 56,58 | 1.589.440 |
| 1995 | 702.869 | 29,41 | 203.856 | 8,53 | 1.483.566 | 62,07 | 2.390.291 |
| 1996 | 785.875 | 32,28 | 190.752 | 7,83 | 1.458.105 | 59,89 | 2.434.733 |
| 1997 | 862.887 | 26,09 | 196.000 | 5,93 | 2.248.081 | 67,98 | 3.359.611 |
| 1998 | 670.840 | 16,53 | 224.243 | 5,53 | 3.162.505 | 77,94 | 4.070.445 |
| 1999 | 632.145 | 17,09 | 227.790 | 6,16 | 2.839.554 | 76,76 | 3.704.123 |
| 2000 | 968.585 | 20,67 | 262.388 | 5,60 | 3.455.256 | 73,73 | 4.692.822 |
| 2001 | 851.472 | 17,27 | 198.006 | 4,02 | 3.879.474 | 78,71 | 4.936.910 |
| 2002 | 588.685 | 17,66 | 190.370 | 5,71 | 2.554.336 | 76,63 | 3.338.947 |
| 2003 | 714.232 | 20,49 | 194.998 | 5,59 | 2.576.821 | 73,92 | 3.494.042 |
| 2004 | 560.124 | 13,91 | 289.377 | 7,19 | 3.176.645 | 78,90 | 4.031.550 |
| 2005 | 815.348 | 18,01 | 239.051 | 5,28 | 3.472.838 | 76,71 | 4.528.221 |
| 2006 | 1.551.064 | 25,95 | 279.357 | 4,67 | 4.147.550 | 69,38 | 5.989.575 |
| 2007 | 2.053.483 | 22,77 | 399.781 | 4,43 | 6.564.724 | 72,80 | 9.048.514 |
| 2008 | 3.828.136 | 26,27 | 982.115 | 6,74 | 9.759.971 | 66,99 | 14.621.111 |
| 2009 | 1.811.926 | 18,83 | 458.895 | 4,77 | 7.350.022 | 76,40 | 9.638.019 |
| 2010 | 2.188.420 | 15,68 | 560.525 | 4,02 | 11.208.012 | 80,30 | 13.959.550 |
| 2011 | 3.117.918 | 16,61 | 768.624 | 4,10 | 14.881.221 | 79,29 | 18.803.920 |
| 2012 | 3.284.630 | 16,94 | 796.650 | 4,11 | 15.306.514 | 78,95 | 19.493.360 |
| 2013 | 2.689.237 | 13,90 | 964.471 | 4,99 | 15.690.094 | 81,11 | 19.427.721 |
| 2014 | 2.309.398 | 13,35 | 794.068 | 4,59 | 14.192.348 | 82,06 | 17.329.092 |
| 2015 | 1.330.702 | 10,69 | 630.112 | 5,06 | 10.487.691 | 84,25 | 12.490.228 |
| 2016 | 1.224.517 | 11,04 | 533.682 | 4,81 | 9.334.108 | 84,15 | 11.166.857 |
| 2017 | 872.668 | 6,88 | 547.612 | 4,32 | 11.260.096 | 88,80 | 12.680.376 |
| 2018 | 1.074.008 | 7,62 | 663.617 | 4,71 | 12.365.802 | 87,68 | 14.103.427 |

**Fonte:** IPARDES, 2019. Elaboração dos autores, 2024.

A Tabela 3 demonstra que os produtos manufaturados representaram a maioria das importações do Paraná nos anos contemplados, com uma ampliação considerável entre 1992 e 2018. Em 1994, o percentual era de 56,58%, enquanto em 2010 alcançou 80,30%. Além disso, é difícil identificar uma sequência consistente de anos com crescimento ou queda na participação, prevalecendo oscilações ao longo do período. Entretanto, entre 2014 e 2018, houve uma variação de cerca de 5% e a participação dos

produtos manufaturados permaneceu estável na casa dos 80% (se aproximando dos 90% em 2018). (IPARDES, 2019).

A variação nos produtos básicos também é bastante significativa entre 1992 e 2011 (IPARDES, 2019). Em 1994 e 1996, o percentual de produtos básicos excedeu os 30%, alcançado 32,29% e 32,28%, respectivamente. Em 2004, a participação foi de apenas 13,91%. No entanto, a partir de 2012, praticamente não há aumento percentual dos produtos básicos no total das importações paranaenses, com exceção de 2016. Chama atenção a participação irrisória abaixo dos 10% no biênio 2017/2018.

Ao analisar os grupos de produtos importados pelo Paraná (Tabela 4) no século XXI é notória a presença de produtos manufaturados ou semimanufaturados, refletindo o que foi apresentado na Tabela 3. Os dados da Tabela 4 mostram que até 2010, havia um forte equilíbrio entre cinco grupos, mas a partir do ano de 2017, os produtos químicos passaram a representar quase 30% das importações do estado, tendo atingido 29,90% em 2018 (IPARDES, 2019). Existem duas possíveis explicações para esse aumento: a) expansão da produção nas indústrias dos setores farmacêutico e químico, com destaque para a Prati-Donaduzzi e a Quimitol, empresas localizadas no município de Toledo, e; b) crescimento das importações de insumos industriais em âmbito nacional – dentre eles os insumos químicos – conforme destacado por Cano (2012).

**Tabela 4 –** Importações do Paraná com base nos grupos de produtos (em anos selecionados).

| **Grupo de produtos** | **Participação em%** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2001** | **2002** | **2009** | **2010** | **2017** | **2018** |
| Produtos químicos | 16,11 | 20,27 | 18,91 | 16,55 | 26,16 | 29,90 |
| Material de transporte e componentes | 20,55 | 22,24 | 20,64 | 21,78 | 16,59 | 19,13 |
| Petróleo e derivados | 12,69 | 9,93 | 14,15 | 14,59 | 17,42 | 13,28 |
| Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos | 14,43 | 14,18 | 13,89 | 14,53 | 10,67 | 10,53 |
| Materiais elétricos e eletrônicos | 16,48 | 6,43 | 9,36 | 10,12 | 7,16 | 6,93 |
| Produtos metalúrgicos | 2,60 | 2,50 | 4,03 | 4,99 | 2,80 | 3,00 |
| Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão | 2,39 | 3,06 | 1,92 | 1,65 | 1,89 | 1,96 |
| Cereais | 1,92 | 2,29 | 2,55 | 1,31 | 1,81 | 1,53 |
| Papel e celulose | 1,91 | 2,09 | 1,61 | 1,66 | 1,40 | 1,45 |
| Produtos têxteis | 1,66 | 2,89 | 1,06 | 1,12 | 1,03 | 0,93 |
| Móveis e mobiliário médico cirúrgico | 0,62 | 0,68 | 0,43 | 0,48 | 0,62 | 0,65 |
| Outros grupos de produtos | 8,65 | 13,43 | 11,45 | 11,22 | 12,45 | 10,71 |
| **Total** | **100** | **100** | **100** | **100** | **100** | **100** |

**Fonte:** IPARDES, 2019. Elaboração dos autores, 2024.

O grupo material de transporte e componentes, apresentou variações entre 16,59% e 22,24% nos anos selecionados (IPARDES, 2019), e só deixou de ser o grupo de produtos mais importado no último biênio. Outros grupos que também diminuíram sua participação no período foram máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e materiais elétricos e eletrônicos. A retração neste último caso foi significativa, variando de 16,48% no primeiro ano do século, para 6,95% em 2018. Em relação aos grupos de produtos de menor valor agregado, como os cereais, é notável um baixo percentual de participação em todos os anos, sempre abaixo dos 3%.

Assim sendo, o comércio exterior paranaense apresenta algumas características e padrões de comportamento no período em questão (1992 a 2018): ao analisar os indicadores de exportação, sejam eles baseados nos grupos de produtos ou em valor agregado, é possível verificar uma relação direta entre a economia do estado e os produtos primários e de baixo valor agregado, uma vez que, em quase todos os anos, esses produtos tiveram uma participação significativa, mesmo naqueles em que os produtos de maior sofisticação apresentaram percentuais mais elevados; as importações do Paraná são baseadas em produtos manufaturados, uma realidade que se tornou mais evidente na segunda década do século XXI; além disso, durante quase todo o período analisado, o saldo comercial foi positivo, apesar das importações de produtos manufaturados e de maior sofisticação.

É plausível dizer que o Paraná está passando pelo processo de reprimarização de sua pauta exportadora, corroborando a afirmação de Lamoso (2020). A autora identificou que algumas economias subnacionais, como o Paraná, têm exportado mais produtos primários em prejuízo daqueles de maior valor agregado e sofisticação – na primeira década do século XXI, por outro lado, o Paraná exportou mais bens manufaturados. De acordo com os indicadores apresentados, essa reprimarização é mais intensa quando se analisa o valor agregado das exportações em detrimento dos grupos de produtos. De 1992 a 2010, havia forte equilíbrio entre os produtos primários e os manufaturados, com marcantes oscilações, mas a partir da segunda década do século XXI os bens primários lideraram o quadro de vendas do estado em todos os anos, com uma participação média de 49,29% (IPARDES, 2019).

## OS PARCEIROS COMERCIAIS DO PARANÁ NO SÉCULO XXI

Nos primeiros anos do século XXI, o Paraná consolidou sua presença nos mercados internacionais, exportando, sobretudo, soja, carne, papel e celulose, dentre outros produtos primários e manufaturados, como já foi mencionado anteriormente. Essas relações comerciais foram reforçadas pelos acordos bilaterais e tratados internacionais assinados pelo Governo Federal, o que permitiu ao Paraná expandir seu alcance e se integrar de forma mais eficiente na economia global (Ribeiro, 2021).

No período pré-crise de 2008, os Estados Unidos foram o principal destino das mercadorias paranaenses. Em 2001, por exemplo, a participação foi de 17,49%, totalizando US$ 930.120 mil FOB. Em 2002, a participação dos Estados Unidos aumentou em termos percentuais e absolutos, chegando a 17,77%, com um valor de US$ 1.013.022 mil FOB, o que representa um crescimento de 8,91% (IPARDES, 2003).

No entanto, a intensificação do comércio de *commodities* com a Europa e a Ásia, bem como a exportação de bens manufaturados para a América Latina, resultou num aumento significativo das taxas de crescimento das exportações nacionais. Concomitantemente, a participação dos Estados Unidos nas exportações do Paraná registrou declínio. Dessa forma, novos mercados ganharam protagonismo nas relações comerciais estabelecidas com o Paraná.

A China representa o maior crescimento percentual no período em questão. Em 2001, as exportações para a China eram de apenas 2,17% totalizando US$ 115.244 mil FOB. Em 2002, a participação foi significativamente ampliada, alcançando US$ 421.519 mil FOB, uma alta impressionante de 265,76%. Esse crescimento foi consequência da crescente demanda chinesa por produtos agrícolas, sobretudo soja (IPARDES, 2003; Cano, 2012).

Alguns países europeus, como a França, os Países Baixos (Holanda) e a Alemanha, apresentaram uma diminuição na participação das exportações do Paraná. A França, por exemplo, sofreu uma queda de 14,95%, passando de 7,17% em 2001, para 5,69% em 2002. A participação dos Países Baixos caiu de 5,50% para 4,85%, enquanto a Alemanha passou de 5,28% para 4,64%, refletindo as variações nos mercados desses países. No sentido oposto, o Reino Unido e a Rússia apresentaram crescimento. As exportações para o Reino Unido aumentaram de 4,19% para 5,40%, um aumento de

38,21%. Já a Rússia, as exportações aumentaram de 2,04% para 2,62%, um aumento de 37,68% (IPARDES, 2003).

Em 2002, as exportações do Paraná aumentaram de US$ 5.317.509 mil FOB para US$ 5.700.199 mil FOB, o que representa um crescimento total de 7,20%. Esse aumento nas exportações é consequência da expansão do mercado internacional para os produtos paranaenses, especialmente para a China, que se tornou um parceiro comercial cada vez mais relevante. Os dados referentes aos anos 2001 e 2002, podem ser visualizados na Tabela 5.

**Tabela 5 –** Destino das exportações do Paraná (2001 e 2002).

| Países | 2001 | | 2002 | | VAR. (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Valor (US$ mil FOB) [1] | Part. (%) | Valor (US$ mil FOB) | Part. (%) | |
| EUA | 930.120 | 17,49 | 1.013.022 | 17,77 | 8,91 |
| China | 115.244 | 2,17 | 421.519 | 7,39 | 265,76 |
| França | 381.319 | 7,17 | 324.321 | 5,69 | -14,95 |
| Reino Unido | 222.914 | 4,19 | 308.085 | 5,40 | 38,21 |
| Países baixos (Holanda) | 292.536 | 5,50 | 276.664 | 4,85 | -5,43 |
| Alemanha | 281.027 | 5,28 | 264.313 | 4,64 | -5,95 |
| Espanha | 232.992 | 4,38 | 241.580 | 4,24 | 3,69 |
| Itália | 198.597 | 3,73 | 193.127 | 3,39 | -2,75 |
| México | 135.966 | 2,56 | 177.681 | 3,12 | 30,68 |
| Rússia | 108.598 | 2,04 | 149.522 | 2,62 | 37,68 |
| Outros | 2.418.196 | 45,49 | 2.330.365 | 40,89 | -3,63 |
| **Total** | **5.317.509** | **100,00** | **5.700.199** | **100,00** | **7,20** |

[1] Os valores dessa tabela, bem como da Tabela 8 foram organizados e disponibilizados pelo IPARDES em US$ mil FOB.

**Fonte:** IPARDES, 2003. Elaboração dos autores, 2024.

Diversas crises globais e locais tiveram impacto no comércio exterior mundial. A maior delas foi a crise financeira de 2008, também conhecida como bolha imobiliária nos Estados Unidos, que causou uma recessão global, com diversas economias entrando em colapso. O PIB global diminuiu, o desemprego aumentou e diversas companhias faliram, o que causou uma queda na demanda global e uma retração econômica que afetou diversos setores. Contudo, a crescente demanda chinesa por soja, carne e outros produtos agropecuários foram percebidos nos países que os produziam (Ribeiro, 2021).

Com o objetivo de garantir a sua segurança alimentar, a China tornou-se o maior consumidor mundial de soja. A soja é usada principalmente para óleo vegetal e

ração animal. Com o crescimento do consumo de carne na China, impulsionado pelo aumento e alterações nos hábitos alimentares dos chineses, a demanda por ração animal (que é composta, principalmente por farelo de soja) ampliou significativamente.

Em 2010, o Brasil se tornou mais relevante nas exportações globais, o que se deve ao aumento de 3,6% do PIB mundial, sustentado por países em desenvolvimento como a China e Índia, que aumentaram em 10,3% e 9,7% o seu PIB, de acordo com a Organização Mundial de Comércio (OMC) (IPARDES, 2011). Esse contexto apontou para a recuperação de algumas economias mundiais.

As informações do IPARDES (2011), apresentadas na Tabela 6, indicam a China como o principal destino das exportações paranaenses no ano de 2009, com um valor de US$ 1.234.880.145, o que representa 11,00% do total exportado pelo estado. Em 2010, as exportações para a China aumentaram expressivamente para US$ 2.276.775.276, correspondendo a 16,06% do total, ou seja, um crescimento de 84,37%.

**Tabela 6 –** Destino das exportações do Paraná (2009 e 2010).

| Países | 2009 | | 2010 | | VAR. (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Valor (US$ FOB) | Part. (%) | Valor (US$ FOB) | Part. (%) | |
| China | 1.234.880.145 | 11,00 | 2.276.775.276 | 16,06 | 84,37 |
| Argentina | 860.343.975 | 7,67 | 1.622.537.524 | 11,45 | 88,59 |
| Alemanha | 939.811.889 | 8,37 | 997.945.682 | 7,04 | 6,19 |
| Holanda | 720.325.985 | 6,42 | 636.615.837 | 4,49 | -11,62 |
| EUA | 466.301.641 | 4,15 | 540.777.089 | 3,81 | 15,97 |
| Rússia | 209.367.024 | 1,87 | 496.485.718 | 3,50 | 137,14 |
| Paraguai | 309.830.480 | 2,76 | 446.897.224 | 3,15 | 44,24 |
| Arábia Saudita | 258.484.980 | 2,30 | 386.124.921 | 2,72 | 49,38 |
| Coreia do Sul | 304.123.023 | 2,71 | 373.891.828 | 2,64 | 22,94 |
| França | 422.821.861 | 3,77 | 345.181.650 | 2,43 | -18,36 |
| Outros | 5.398.770.095 | 48,98 | 5.912.761.026 | 42,71 | 9,18 |
| **Total** | **11.125.061.098** | **100,00** | **14.035.993.775** | **100,00** | **26,31** |

**Fonte:** IPARDES, 2011. Elaboração dos autores, 2024.

A expansão das exportações para a China e a Rússia é consequência da ampliação das relações comerciais. Esses países buscaram aprimorar o intercâmbio comercial entre nações em desenvolvimento, afastando-se da dependência de mercados tradicionais como a Europa e os Estados Unidos. Além disso, é notório o aumento das relações comerciais dentro do bloco Mercosul, com um crescimento significativo das

exportações para a Argentina. A este crescimento podemos atribuir-se às políticas comerciais favoráveis dentro do bloco e à proximidade geográfica.

No último biênio avaliado (2017/2018), as relações com os países emergentes e periféricos se intensificaram. A participação da China nas exportações paranaenses aumentou significativamente. Os 16,06% registrados em 2010 foram ampliados para 27,71% em 2017 e, posteriormente, atingiram 34,13% em 2018, totalizando US$ 4.971.780.700 e US$ 6.177.981.434, respectivamente (IPARDES, 2019).

No caso argentino, houve a manutenção da participação relativa observada em 2010 para o ano de 2017, com um aumento no valor absoluto, como mostra a Tabela 7. Em 2018, houve uma redução na participação total e no valor absoluto – uma variação de -29,43%. Apesar desse cenário, a Argentina continuou sendo o segundo maior mercado consumidor de produtos paranaenses. O Paraguai, outro país vizinho do Brasil e do Paraná, ampliou sua participação em cerca de 16,56% entre 2017 e 2018, tornando-se o quarto mercado que mais consome os produtos ofertados pelo estado (IPARDES, 2019). No biênio anterior (2009/2010) sua participação relativa era semelhante, mas os valores absolutos eram inferiores.

As Tabelas 6 e 7 mostram que certos países, como a França, a Coreia do Sul, a Rússia e a Arábia Saudita, que foram alguns dos principais mercados compradores de produtos paranaenses no biênio 2009/2010, não conseguiram se manter no biênio 2017/2018. Outros países periféricos, como o México, o Chile e a Índia – além da Itália, um país desenvolvido – estreitaram as relações com o Brasil e o Paraná, tornando-se mercados consumidores relevantes.

**Tabela 7 –** Destino das exportações do Paraná (2017 e 2018).

| Países | 2017 | | 2018 | | VAR. (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Valor (US$ FOB) | Part. (%) | Valor (US$ FOB) | Part. (%) | |
| China | 4.971.780.700 | 27,72 | 6.177.981.434 | 34,13 | 24,26 |
| Argentina | 2.053.380.841 | 11,45 | 1.449.056.654 | 8,01 | -29,43 |
| EUA | 890.294.059 | 4,96 | 894.724.896 | 4,94 | 0,50 |
| Paraguai | 462.965.951 | 2,58 | 539.643.650 | 2,98 | 16,56 |
| Países baixos (Holanda) | 397.060.967 | 2,21 | 529.032.080 | 2,92 | 33,24 |
| Alemanha | 448.356.310 | 2,50 | 457.716.818 | 2,53 | 2,09 |
| México | 392.472.447 | 2,19 | 423.158.658 | 2,34 | 7,82 |
| Chile | 323.587.126 | 1,80 | 390.412.369 | 2,16 | 20,65 |
| Índia | 323.781.737 | 1,81 | 377.577.637 | 2,09 | 16,61 |
| Itália | 262.029.444 | 1,46 | 361.205.132 | 2,00 | 37,85 |
| Outros | 7.413.457.374 | 41,31 | 6.499.559.815 | 35,91 | -12,32 |
| **Total** | **17.933.166.956** | **100,00** | **18.100.069.143** | **100,00** | **0,93** |

**Fonte:** IPARDES, 2019. Elaboração dos autores, 2024.

Há um movimento semelhante em relação às importações, no qual a China aumenta sua participação de forma gradual, até se tornar o principal fornecedor de produtos para o estado do Paraná. No primeiro biênio avaliado a fração chinesa era risível: 1,49% (2001) e 2,53% (2002), ou US$ 73.269 mil FOB e US$ 84.410 mil FOB, respectivamente (IPARDES, 2003). Enquanto isso, países como Alemanha, Estados Unidos e Argentina se destacavam como os principais parceiros do Paraná.

A Alemanha iniciou o século com uma participação de 17,59% ou US$ 866.929 mil FOB. Um ano depois, essa participação aumentou para 17,79%, totalizando US$ 593.227 mil FOB (IPARDES, 2003). Isso quer dizer que, apesar do aumento percentual relativamente pequeno, houve redução no valor movimentado com compras externas. Este cenário não se limita ao caso alemão, pois praticamente todos os países listados na Tabela 8 tiveram uma situação semelhante, devido a uma notável queda nas importações paranaenses entre 2001 e 2002 (-32,34%). Os Estados Unidos e a Argentina, por exemplo, apresentaram não apenas uma redução percentual, mas também no gasto total.

**Tabela 8 –** Origem das importações do Paraná (2001 e 2002).

| Países | 2001 | | 2002 | | VAR. (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Valor US$ mil FOB) | Part. (%) | Valor (mil US$ FOB) | Part. (%) | |
| Alemanha | 866.929 | 17,59 | 593.227 | 17,79 | -31,57 |
| EUA | 607.645 | 12,33 | 396.984 | 11,91 | -34,67 |
| Argentina | 641.406 | 13,02 | 377.141 | 11,31 | -41,20 |
| França | 282.300 | 5,73 | 226.097 | 6,78 | -19,91 |
| Paraguai | 144.307 | 2,93 | 186.307 | 5,59 | 29,10 |
| Nigéria | 402.064 | 8,16 | 164.963 | 4,95 | -58,97 |
| Itália | 277.638 | 5,63 | 115.109 | 3,45 | -58,54 |
| Reino Unido | 68.719 | 1,39 | 103.899 | 3,12 | 51,19 |
| Israel | 113.094 | 2,30 | 97.806 | 2,93 | -13,52 |
| China | 73.296 | 1,49 | 84.410 | 2,53 | 15,16 |
| Outros | 1.450.186 | 29,47 | 987.871 | 29,64 | -31,87 |
| **Total** | **4.927.584** | **100,00** | **3.333.814** | **100,00** | **-32,34** |

**Fonte:** IPARDES, 2003. Elaboração dos autores, 2024.

No biênio 2009/2010, houve mudança em relação ao cenário apresentado no início do século, com uma variação positiva de 45,05% nas importações paranaenses. Em 2009, a China era o principal país de origem das importações do estado, com 13,20% (ou US$ 1.270.362.741). Em 2010 essa participação aumentou para 15,20% (ou US$ 2.120.672.204), o que significa uma variação positiva de 66,93% (IPARDES, 2011). A participação da Argentina permaneceu acima dos 11% assim como no biênio anterior, com a diferença de ter se tornado o segundo maior exportador de produtos para o estado, como é possível observar na comparação entre as Tabelas 8 e 9.

Os Estados Unidos deixaram de ser um dos três principais mercados de origem das importações paranaenses com uma participação abaixo de 8% nos dois anos selecionados (2009 e 2010). Apesar disso, houve um aumento de 85,90% no gasto total, uma vez que, em 2009, o Paraná comprou US$ 595.128.530 (6,19%) em produtos estadunidenses, e um ano depois, esse valor foi de US$ 1.106.358.216 (7,93%) (IPARDES, 2011). Outro exemplo é a Nigéria, cuja participação no biênio 2009/2010 é significativamente superior à do biênio 2001/2002, o que significa um crescimento nos valores gastos pelo Paraná com produtos nigerianos. Analisando a Tabela 9, verifica-se, no entanto, que a participação diminuiu de 13,35% em 2009 para 10,19% em 2010. O mesmo pode ser dito de Taiwan, que, no início do século não estava entre os principais fornecedores de produtos para o Paraná, situação diferente em 2009, quando passou a integrar a lista.

**Tabela 9 –** Origem das importações do Paraná (2009 e 2010).

| Países | 2009 | | 2010 | | VAR. (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Valor (US$ FOB) | Part. (%) | Valor (US$ FOB) | Part. (%) | |
| China | 1.270.362.741 | 13,20 | 2.120.672.204 | 15,20 | 66,93 |
| Argentina | 1.301.568.584 | 13,53 | 1.683.437.713 | 12,06 | 29,34 |
| Nigéria | 1.284.287.584 | 13,35 | 1.422.138.137 | 10,19 | 10,73 |
| Estados Unidos | 595.128.530 | 6,19 | 1.106.358.216 | 7,93 | 85,90 |
| Alemanha | 688.263.702 | 7,15 | 1.008.387.336 | 7,23 | 46,51 |
| França | 384.636.980 | 4,00 | 666.187.634 | 4,77 | 73,20 |
| México | 327.487.287 | 3,40 | 406.669.880 | 2,91 | 24,18 |
| Suécia | 178.678.239 | 1,86 | 328.811.075 | 2,36 | 84,02 |
| Itália | 231.003.362 | 2,40 | 325.574.146 | 2,33 | 40,94 |
| Taiwan | 237.783.977 | 2,47 | 312.379.725 | 2,24 | 31,37 |
| Outros | 3.188.818.037 | 32,45 | 4.578.934.409 | 32,78 | 31,73 |
| **Total** | **9.638.019.023** | **100,00** | **13.959.550.475** | **100,00** | **45,03** |

**Fonte:** IPARDES, 2011. Elaboração dos autores, 2024.

Em 2017 e 2018, há uma grande mudança nos principais mercados exportadores de produtos para o estado do Paraná, como mostra a Tabela 10. Enquanto a Nigéria e Taiwan eram destaques no biênio 2009/2010, no último biênio computado (2017/2018) o país africano diminuiu sua participação, ao passo que o país asiático não apareceu na lista. No caso da Nigéria, o consumo total de produtos nigerianos caiu. Em 2017, apenas US$ 100.298.420 (0,79%) foram gastos. Um ano depois, o valor foi de US$ 364.437.998 (2,58%) (IPARDES, 2019), mas ainda assim distante da experiência de alguns anos anteriores.

Os Estados Unidos, que foram um dos principais mercados de origem dos produtos do Paraná no início do século e tiveram uma queda significativa no final dos anos 2000 (Tabela 9), voltaram a ser protagonistas entre 2017 e 2018. Em 2017, por exemplo, tiveram uma participação de 17,76% (ou US$ 2.252.088.810). No ano seguinte, esse percentual diminuiu para 14,44% (ou US$ 2.036.458.463). A China continuou sendo um mercado de grande importância, com um aumento relavante no que diz respeito aos gastos totais do Paraná com produtos chineses. Em 2017, a participação foi de 16,55% (ou US$ 2.098.183.131) e, em 2018, de 17,07% (ou US$ 2.407.756.461). Isso indica uma grande concentração de importações de produtos de origem estadunidense ou chinesa (IPARDES, 2019).

**Tabela 10 –** Origem das importações do Paraná (2017 e 2018).

| Países | 2017 | | 2018 | | VAR. (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Valor (US$ FOB) | Part. (%) | Valor (US$ FOB) | Part. (%) | |
| China | 2.098.183.131 | 16,55 | 2.407.756.461 | 17,07 | 14,75 |
| EUA | 2.252.088.810 | 17,76 | 2.036.458.463 | 14,44 | -9,57 |
| Argentina | 1.115.205.280 | 8,79 | 1.268.989.832 | 9,00 | 13,79 |
| Alemanha | 625.918.162 | 4,94 | 700.169.053 | 4,96 | 11,86 |
| França | 574.945.974 | 4,53 | 637.089.713 | 4,52 | 10,81 |
| México | 354.363.562 | 2,79 | 453.169.420 | 3,21 | 27,88 |
| Rússia | 340.706.980 | 2,69 | 418.994.763 | 2,97 | 22,98 |
| Espanha | 318.195.286 | 2,51 | 373.268.403 | 2,65 | 17,31 |
| Paraguai | 402.621.784 | 3,18 | 369.945.170 | 2,62 | -8,12 |
| Nigéria | 100.298.420 | 0,79 | 364.437.998 | 2,58 | 263,35 |
| Outros | 4.497.848.211 | 35,46 | 5.073.122.324 | 35,96 | 11,33 |
| **Total** | **12.680.375.600** | **100,00** | **14.103.426.888** | **100,00** | **11,22** |

**Fonte:** IPARDES, 2019. Elaboração dos autores, 2024.

Ao comparar as Tabelas 8, 9 e 10, é notável que, entre os anos selecionados para essa variável (importações), existem alguns países que se mantém como mercados importantes para o Paraná (Argentina e Alemanha), mesmo com pequenas variações (positivas ou negativas); e outros que, apesar de estarem incluídos na lista em todos os biênios delimitados, ou seguiram uma tendência de crescimento (China) ou de grande oscilação (Estados Unidos e principalmente Nigéria) (IPARDES, 2019).

É evidente que as compras realizadas pelo Paraná têm origem não somente em países desenvolvidos, mas também em países que estão na periferia do sistema capitalista (emergentes), sejam eles vizinhos do Brasil (Argentina e Paraguai) ou não (China, Israel, Rússia, Nigéria e México). Essa realidade também está ocorrendo no cenário das exportações paranaenses, como já foi demonstrado anteriormente. No entanto, apesar de ter uma grande variedade de parceiros comerciais, o Paraná estreitou os laços com a China. Esse movimento é uma consequência das relações estabelecidas pelo Brasil com o país asiático, que também são seguidas por outras nações da América do Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Paraná é uma das principais economias subnacionais do Brasil, seja pela indústria ou pelo agronegócio. Além disso, o estado tem uma estrutura produtiva que reúne uma grande variedade de atividades econômicas, com reflexos no comércio exterior. O Paraná, historicamente, esteve associado à produção primária de café ou soja, com baixa ou alta mecanização. No entanto, em determinado momento, particularmente no início do século XXI, o estado teve uma pauta exportadora fortemente baseada em produtos manufaturados – incluindo os de alta tecnologia e os de menor complexidade – o que indica um protagonismo do setor industrial nunca visto antes.

Na segunda década do século XXI houve uma mudança significativa: entre 2011 e 2018, quase 50% das exportações do Paraná foram de produtos primários, de menor valor agregado, com destaque para a comercialização de produtos dos complexos soja e carnes, rompendo com a conjuntura vivida alguns anos antes. Essa realidade nos permite afirmar que o estado está passando pelo processo de reprimarização econômica, ratificando o que outros autores haviam analisado. Concomitantemente, as importações paranaenses são formadas basicamente por bens manufaturados (cerca de 80%).

No que diz respeito aos parceiros comerciais do estado, a China, que, no início do século XXI, tinha uma pequena participação no comércio paranaense, seja em termos de exportação ou importação, foi ganhando importância de forma gradativa até se estabelecer como o principal parceiro comercial do Paraná. Nesse período, a Argentina também se consolidou como um dos principais mercados nas variáveis analisadas (exportação e importação), uma vez que os Estados Unidos sofreram com constantes oscilações.

Como resultado, apresentamos três padrões de comportamento do comércio exterior paranaense que foram identificados no trabalho e merecem destaque: a) importações compostas principalmente pelos produtos manufaturados e uma significativa exportação de produtos primários; b) a presença de superávits comerciais em quase todos os anos selecionados, e; c) a China estreitando os seus laços comerciais com o Paraná e o Brasil. É importante salientar que, até o início da segunda década do século XXI, a participação dos produtos manufaturados e básicos no comércio exterior paranaense era

de muita variação, mas, a partir da segunda década do mesmo século, começou-se a notar uma relativa estabilidade.

**REFERÊNCIAS**

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 811-829, dez. 2012.

CAMPEÃO, Patrícia; SANCHES, Arthur Caldeira; MACIEL, Wilson Ravelli Elizeu. Mercado Internacional de Commodities: uma análise da participação do brasil no mercado mundial de soja entre 2008 e 2019. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 18, n. 51, p. 76-92, jun. 2020.

CANO, Wilson. A desindustrialização do Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 831-851, dez. 2012.

CASTRO, Francisco José Gouveia de. Reestruturação Industrial e Competitividade do Comércio Exterior do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 45, n. 143, p. 45-67, dez. 2022.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Política comercial na Primeira República**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2024. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20COMERCIAL%20NA%20PRIMEIRA%20REP%C3%9ABLICA.pdf. Acesso em: 27 mai. 2024.

IPARDES. **Paraná**: comércio exterior. 15. ed. Curitiba: IPARDES, 2011.

IPARDES. **Paraná**: comércio exterior. 23. ed. Curitiba: IPARDES, 2019.

IPARDES. **Paraná**: comércio exterior. 7. ed. Curitiba: IPARDES, 2003.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. Acesso em: 01 jun. 2024.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Reprimarização no Território brasileiro. **Espaço e Economia** Revista Brasileira de Geografia Econômica, Ano IX, n. 19, 2020.

LOPES. Victor Tarifa. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Revista Carta Inter**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2020, p. 174-203.

MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria paranaense**:** Formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI**. Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v.1, n.1, p. 62-80, jul./dez. 2006.

MORCEIRO, Paulo César. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000 - 2011:** abordagens e indicadores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MORCEIRO, Paulo César; GUILHOTO, Joaquim José Martins. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira. São Paulo. **IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação**, v. 6, n. 1, p. 1-33. jan. 2019.

NASSIF, André; Marta, CASTILHO. Trade patterns in a globalised world: brazil as a case of regressive specialisation. **Cambridge Journal Of Economics.** Cambridge, p. 671-701. Maio 2020.

NIEHUES, Leandro Garcia. A industrialização do Paraná: Abordagens de um processo de desenvolvimento concentrado. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, número especial, p. 454-466, jul./dez. 2014.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; OLIVEIRA, Igor Martins de. Geografia do comércio internacional, exportações e transportes de commodities agrícolas no Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 328-355, abr. 2019.

POCHMANN, Marcio. **A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial.** São Paulo: Ideias e Letras, 2022.

RIBEIRO, Matheus Vocado. **A importância das exportações do Paraná para a balança comercial brasileira, uma análise entre os anos de 2000 a 2014**. Monografia. Curitiba: Centro Universitário Curitiba, 2021.

RODRIGUE, Jean-Paul; COMTOIS, Claude; SLACK, Brian. **The geography of transport systems**. 3. ed. London: Routledge, 2013. 432 p.

SALLUM JR, Brasilio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo social**, v. 11, p. 23-47, 2000.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A ECONOMIA PARANAENSE: 1985-1998**. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. A HISTÓRIA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO (1953-2007). **Revista do Direito Privado da UEL**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2009.

Recebido em junho de 2024.

Revisão realizada em agosto de 2024.

Aceito para publicação em outubro de 2024.

# A "CASA BÚNKER" E A REDEFINIÇÃO DA ESCALA DOMÉSTICA: RUMO A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL?

# THE 'BUNKER HOUSE' AND THE REDEFINITION OD DOMESTIC SCALE: TOWARDS SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION?

# LA CASA BUNKÉR Y LA REDEFINICIÓN DE LA ESCALA DOMÉSTICA: ¿HACIA LA FRAGMENTACIÓN SOCIOESPCIAL?

**Victor Hugo Quissi Cordeiro da Silva**
Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente (UNESP)
victor.quissi@unesp.br

## Destaques

- As práticas espaciais dos citadinos podem ser afetadas pelas novas tecnologias, acentuando processos em curso. O uso da internet e dos aplicativos de celular são elementos capturados nas entrevistas e analisados neste artigo.
- O atual meio técnico-científico-informacional (Santos, 2002) possibilitou a realização de atividades virtuais, tais como o *home office* e o *e-commerce* que, por sua vez, impactam diretamente na experiência urbana dos citadinos.
- A pandemia de covid-19 exigiu a adoção de medidas de isolamento social, impondo novas relações cotidianas. Os desafios para sobrepujar as necessidades dos deslocamentos foram suplantadas de maneira desigual pelos diferentes citadinos, a partir das condições socioeconômicas e residenciais dos indivíduos.

**RESUMO**

A estrutura das cidades médias possou por mudanças nos últimos anos, caracterizada por uma ruptura da lógica centro-periférica para a lógica da fragmentação socioespacial. A reestruturação urbana em Presidente Prudente/SP é fio condutor de nossas discussões neste texto, com destaque para as alterações nas práticas espaciais e, como consequência, nas experiências urbanas dos citadinos. A superação da lógica centro-periférica significa a redefinição do que é central e periférico, bem como da relação entre ambos. A periferia pensada em termos geométricos não se confunde necessariamente com a periferia social, porque novos conteúdos passaram a estar presentes nestas áreas da cidade. Para tanto, selecionamos colaboradores de espaços residenciais fechados e dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1). A partir da análise de

entrevistas, discutimos as transformações no cotidiano destes moradores, além das diferentes formas de apropriação do espaço urbano, os graus de isolamento e as estratégias para superar os constrangimentos impostos pelas distâncias. Os impactos da pandemia de covid-19 também estão presentes nas análises, dado a importância do tema para os entrevistados. A desigualdade e a seletividade espacial estão presentes nos relatos que discutimos neste texto, a partir dos quais defendemos a ideia de que podemos compreender essas novas dinâmicas à luz do processo de fragmentação socioespacial, da ressignificação da escala doméstica e da formação de uma "casa búnker".

**Palavras-chave:** Casa búnker. Escala doméstica. Fragmentação socioespacial. Covid-19.

## ABSTRACT

The structure of medium-sized cities has undergone changes in recent years, characterized by a rupture from the center-peripheral logic to the logic of socio-spatial fragmentation. Urban restructuring in Presidente Prudente/SP is the guiding thread of our discussions in this text, with emphasis on changes in spatial practices and, therefore, in the urban experiences of city dwellers. Overcoming the center-peripheral logic means redefining what is central and peripheral, as well as the relationship between them. The periphery thought of in geometric terms is not necessarily confused with the social periphery, because new contents are now present in these areas of the city. To this end, we selected employees from closed residential spaces and housing complexes of the Minha Casa Minha Vida Program (track 1). Based on the analysis of interviews, we discuss the transformations in the daily lives of these residents, in addition to the different ways of appropriating urban space, the degrees of isolation and strategies to overcome the constraints imposed by distances. The impacts of the Covid-19 pandemic are also present in the analyses, given the importance of the topic for the interviewees. Inequality and spatial selectivity are present in the reports we discuss in this text, from which we defend the idea that we can understand these new dynamics considering the process of socio-spatial fragmentation, the resignification of the domestic scale and the formation of a "búnker house".

**Keywords:** Bunker house. Domestical scale. Socio-spatial fragmentation. Covid-19.

## RESUMEN

La estructura de las ciudades medianas ha experimentado cambios en los últimos años, caracterizándose por una ruptura de la lógica centro-periférica hacia la lógica de la fragmentación socioespacial. La reestructuración urbana en Presidente Prudente/SP es el hilo conductor de nuestras discusiones en este texto, con énfasis en los cambios en las prácticas espaciales y, como consecuencia, en las experiencias urbanas de los habitantes de las ciudades. Superar la lógica centro-periférico significa redefinir lo central y lo periférico, así como la relación entre ellos. La periferia pensada en términos geométricos no necesariamente se confunde con la periferia social, porque ahora están presentes nuevos contenidos en estas áreas de la ciudad. Para ello, seleccionamos empleados de espacios residenciales cerrados y conjuntos habitacionales del Programa Minha Casa Minha Vida (pista 1). A partir del análisis de entrevistas, discutimos las transformaciones en la vida cotidiana de estos residentes, además de las diferentes formas de apropiación del espacio urbano, los grados de aislamiento y las estrategias para superar las

limitaciones impuestas por las distancias. Los impactos de la pandemia de Covid-19 también están presentes en los análisis, dada la importancia del tema para los entrevistados. La desigualdad y la selectividad espacial están presentes en los informes que discutimos en este texto, desde los cuales defendemos la idea de que podemos entender estas nuevas dinámicas a la luz del proceso de fragmentación socioespacial, la resignificación de la escala doméstica y la formación de una "casa búnker".

**Palabras clave:** Casa bunkér. Escala doméstica. Fragmentación socioespacial. Covid-19.

## INTRODUÇÃO

Este texto está baseado nos resultados alcançados em pesquisa de Mestrado em Geografia, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)[1]. Tal projeto buscou investigar as práticas espaciais de moradores de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (faixa 1) e de espaços residenciais fechados de alto padrão em Presidente Prudente/SP. Para a realização deste trabalho entrevistamos residentes destas áreas, tomando o cuidado de abordar diferentes perfis de idade e sexo. Nos excertos apresentados, destacamos as experiências vivenciadas durante a pandemia da covid-19 e as alterações no cotidiano, indicando-nos possíveis tendências de transformação do cotidiano e das formas de viver a cidade.

O caminho metodológico percorrido por nós nesta pesquisa tomou como referência um conjunto amplo de discussões realizadas no âmbito do Projeto Temático Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas (Sposito, 2018). A definição das metodologias e das formas de análise das informações obtidas tiveram como pano de fundo contribuir ao debate que vinha sendo realizado no Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), a partir do qual foram produzidas duas obras que reúnem e descrevem estas discussões teórico-metodológicas (Góes; Melazzo, 2022; Sposito; Sposito, 2022). Consideramos estas referências como norteadoras da pesquisa que realizamos e que está parcialmente apresentada neste artigo. Portanto, a definição do perfil dos entrevistados, a construção do roteiro prévio de entrevista, a nossa postura diante dos entrevistados, a transcrição e

[1] Processo: 2021/06433-2.

análise do discurso tomaram como base esse amplo conjunto de discussões referenciados neste parágrafo.

Apresentar uma definição sucinta do que compreendemos como processo de fragmentação socioespacial é um desafio que nos coloca diante dos riscos da simplificação e da generalização. No entanto, tendo em vista os objetivos deste texto, podemos tomar como ponto de partida a potencialidade do conceito na compreensão de como, na estruturação da cidade, as práticas espaciais dos citadinos definem e são definidas em um contexto propenso a acentuar as desigualdades socioespaciais. Levamos em consideração este processo para observar a condição dos sujeitos que vivem em conjuntos habitacionais do PMCMV (faixa 1) e dos espaços residenciais fechados, buscando ressaltar as diferenciações e desigualdades como caminho para revelar na escala do cotidiano a inserção dos citadinos na vida urbana.

A redefinição do par centro-periferia em cidades médias brasileiras tem como condicionantes os novos *habitats* urbanos e as novas escolhas locacionais das atividades comerciais e de serviços, como apresentado em Silva (2022; 2023). Em relação aos novos *habitats*, podemos observar vetores da valorização imobiliária em cidades médias (Barcella, 2018) que fundamentam suas ações sobretudo na expansão da malha urbana e no investimento em áreas fora do centro consolidado ou tradicional. Além de investimentos em espaços residenciais fechados de alto padrão, também ganhou destaque nas últimas décadas as políticas habitacionais voltadas às camadas populares, como no exemplo do PMCMV.

Estamos diante de uma nova espacialização da desigualdade (Calixto; Redón, 2021) em cidades médias. A associação do centro principal como o espaço de moradia das camadas média e alta não é mais um padrão necessariamente verdadeiro, porque se sobrepõem a esta lógica – centro-periférica – a mudança na óbvia relação entre a área geometricamente periférica da cidade e as áreas socialmente desvalorizadas, seja nas dimensões econômica e/ou simbólica. Entre as várias portas de entrada para os estudos urbanos, destacamos a perspectiva de construção de uma Geografia da Vida Cotidiana (Lindón, 2006a), porque compreendemos o cotidiano uma das instâncias centrais para analisar as novas espaço-temporalidades na apropriação da cidade e os efeitos da pandemia de covid-19 na experiência urbana.

## VETORES DA EXPANSÃO URBANA EM PRESIDENTE PRUDENTE

O debate sobre a fragmentação socioespacial esteve por muito tempo associado ao contexto metropolitano, sendo que no Brasil o estudo pioneiro de Santos (1990) é um dos exemplos mais importantes. Entretanto, se expandirmos o olhar para contribuições vindas dos nossos vizinhos latino-americanos e de trabalhos mais recentes que abordam o tema da fragmentação em cidades médias, podemos agregar subsídios de grande importância aos nossos estudos, como nos exemplos dos trabalhos de Prévôt-Schapira (2001), Prévôt-Schapira e Pineda (2008), Guzmán e Hernández (2013) e Sposito e Sposito (2020). Dessa forma, partimos da noção de fragmentação socioespacial como um aprofundamento da desigualdade e da diferenciação, porque indica a tendência à separação entre aqueles que são "diferentes" em termos econômicos e/ou sociais.

As formas de apropriação do espaço urbana e as condições para produção da espaço-temporalidade dos citadinos demonstram essa desigualdade, distanciando as pessoas não apenas na dimensão do habitar – situação na qual o conceito de segregação[2] já seria suficiente para a compreensão da realidade – mas incluem dimensões outras, como o trabalhar, o consumir e o lazer. Contribuem para esta separação barreiras que podem ser físicas, socioeconômicas e estigmas territoriais, possíveis de serem observados nos seguintes exemplos: disseminação de muros, grades e sistemas de vigilâncias (principalmente em espaços residenciais fechados e *shopping centers*); nas distâncias que precisam ser vencidas pela população de baixa renda e que significam custos adicionais ao orçamento familiar; e na carga simbólica negativa que espaços segregados costumam carregar.

Os espaços residenciais fechados e os conjuntos habitacionais do PMCMV (faixa 1) apesar das suas grandes diferenças, possuem como característica comum a tendência a localização nas periferias da cidade, redefinindo o que poderíamos chamar de periferia, de centro e a relação entre ambos (Sposito; Góes, 2013). Não obstante, a reestruturação em curso possui seus agentes, sua espaço-temporalidade e seus desdobramentos, influenciando no cotidiano daqueles que vivem este processo. Sendo

[2] Lembramos ao leitor que originalmente o conceito de segregação era adjetivado como residencial, demonstram esta associação com a dimensão do habitar (Sposito, 2013).

assim, acreditamos que é pertinente aos objetivos deste texto apresentar brevemente os antecedentes dos vetores do processo de periferização do espaço urbano em Presidente Prudente/SP.

## O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: BREVE APRESENTAÇÃO

O PMCMV foi, sobretudo, uma medida econômica adotada pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) com a finalidade de apresentar uma resposta à crise econômica mundial de 2008. Tendo sido iniciado em 2009, o programa buscou mobilizar recursos públicos para a construção de habitações populares, ativando assim toda uma cadeia produtiva que reduziria os efeitos deletérios da desaceleração da economia. Como apontado em Maricato (2009), essa resposta do governo poderia gerar emprego e renda em setores envolvidos na construção civil num momento de queda da demanda global.

Em paralelo a adoção de uma política econômica anticíclica havia o desejo de solucionar uma velha discussão sobre as cidades brasileiras: o combate ao déficit habitacional. Neste sentido, Amore (2015) ressalta a relevância da habitação social para a população que se encontra nas faixas de renda mais baixas do país, porque são aquelas que apresentam maiores dificuldades de aquisição da casa própria. Entretanto, podemos identificar na questão da terra e na segregação os dois principais gargalos desta política pública, exemplificada na escolha de áreas periféricas, pouco integradas ao tecido urbano consolidado e com precárias condições de infraestrutura e serviços urbanos.

Nos anos que sucederam a inauguração do PMCMV podemos identificar quatro fases: 2009 a 2011, 2011 a 2014, 2016 a 2020 e 2023 até o momento. Estes períodos se diferenciam pela estrutura do programa e do direcionamento desta política pública. Nas duas primeiras fases existem três faixas de renda para as quais se direcionam os financiamentos, denominadas faixas 1, 2 e 3. Na terceira fase houve o acréscimo de mais uma faixa de renda: 1,5.

Mudanças recentes na política nacional alteraram as diretrizes do Estado brasileiro a resto da política habitacional, especialmente após a chega à presidência da república de Jair Bolsonaro em 2018. Em seu segundo ano de mandato o então presidente extinguiu o PMCMV e deu início ao Programa Casa Verde e Amarela. Essa decisão teve como claro objetivo desvincular a imagem dessa política pública dos governos petistas, mas com limitações orçamentárias que impactaram na efetiva realização deste projeto.

Por outro lado, a chegada ao poder da frente ampla capitaneada pelo PT significou a retomada do PMCMV com alterações nas faixas de renda atendidas, incluindo o subsídio total nos financiamentos oferecidos a famílias que são beneficiadas por Benefícios de Prestação Continuada (BPC), como no caso dos participantes do Bolsa Família.

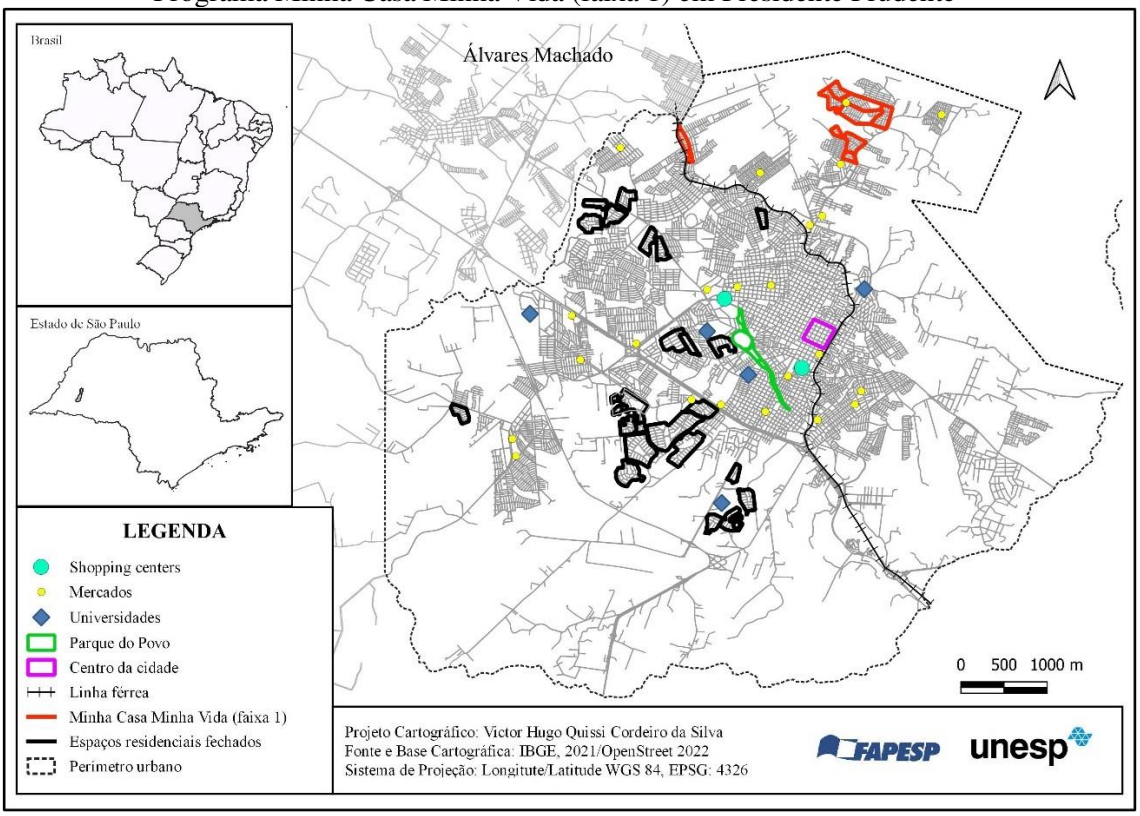
Para compreender a complexidade da produção do espaço urbano, Calixto e Redón (2021) destacam a importância de diferentes empreendimentos e que se destinam a públicos de diferentes rendas, como no exemplo daqueles advindos do PMCMV e dos espaços residenciais fechados de alto padrão. Em cidades médias a construção destes diferentes conjuntos vem produzindo efeitos na estruturação urbana que contribuem para a redefinição do par centro-periferia que tanto marcou os estudos urbanos do século XX. Um dos impactos foi a produção de uma nova espacialização das desigualdades em cidades médias, cujos vetores de promoção estão firmados nas dinâmicas imobiliárias.

> Esses loteamentos impõem novas formas de produção do espaço urbano, recriam valores fundiários e imobiliários, modificam o tecido urbano e reconfiguram a periferia. Nesse processo, as novas conformações espaciais introduzidas pelo PMCMV como, por exemplo, a ampliação do perímetro urbano, reforçam a reprodução de um modelo de localização periférica e descontínua, aumentando as distâncias no interior da cidade, implicando em novas relações socioespaciais (Calixto; Redón, 2021, p. 20).

A nova espacialização da desigualdade revela o especial interesse por parte de agentes produtores do espaço urbano pelas periferias da cidade, corroborando com as afirmações de Maia *et al.* (2021), ao observar as iniciativas de habitação social e dos espaços residenciais fechados para públicos de renda média e/ou alta, em geral localizados nas zonas de transição entre o rural e o urbano.

Podemos afirmar que os capitais envolvidos nessa dinâmica promovem um acelerado processo de expansão urbana, mesmo que em detrimento de interesses ambientais e sociais. Esta tendência é perceptível quando observamos a Imagem 1, que destaca os empreendimentos do PMCMV (faixa 1) e os espaços residenciais fechados, os primeiros localizados na porção mais ao norte e os segundos com forte concentração na zona sul da cidade.

**Imagem 1** – Localização dos espaços residenciais fechados e conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) em Presidente Prudente




Fonte: Silva (2024).

Para Amore (2015) a questão da moradia passa pelo enfrentamento do problema do financiamento e o problema da terra, isto é, atender a demanda não solvável da população e adquirir terras para a incorporação imobiliária. O modelo adotado no PMCMV deixa a questão da terra na esfera municipal e o financiamento na esfera federal, tendo como desdobramento a sobreposição do espaço enquanto valor de troca em detrimento do espaço enquanto valor de uso.

Apesar do MCMV prever alguns mecanismos que mitigam a tendência à segregação socioespacial, as incorporadoras e a inação do poder público municipal representaram a reprodução deste padrão de urbanização excludente. O capital incorporador buscou trabalhar com os valores máximos estabelecidos por unidade habitacional, o que significa que as margens de lucro estiveram condicionadas a redução dos custos de produção. Sendo assim, rebaixar a qualidade das casas construídas foi a medida adotada pelo capital, entregando unidades habitacionais com os materiais mais baratos e com as dimensões de área construída os menores possível.

A formação de grandes áreas afastadas do restante da cidade e mal integradas pelo sistema viário também estiveram no horizonte de preocupações no projeto do MCMV. O financiamento de grandes bairros segregados e homogeneizados socioeconomicamente estava proibida, pelo menos nos termos do projeto. A imagem de casas a perder de vista, localizadas em áreas distantes, era uma preocupação que vinha de experiências nacional e estrangeiras que demonstravam os problemas desse tipo de política. No entanto, as construtoras encontraram formas de burlar essas regras, construindo os grandes bairros homogêneos que caracterizam o MCMV. Em Presidente Prudente o Conjunto Habitacional João Domingos Netto é um exemplo desta estratégia, pois para contornar a regra do limite de casas por projeto as construtoras dividiram o bairro em 5 lotes contínuos. Na prática o João Domingos Netto é um só bairro com mais de 2.323 casas, no papel são 5 lotes diferentes que não chegam a 500 casas cada.

Os interesses do bloco local de poder – formado por proprietários de terras, empresários da construção civil, políticos e judiciário – cumpre um papel importante na escolha da localização dos projetos do MCMV. Essa conjunção de forças que domina a política dos municípios no Brasil, nem sempre de modo homogêneo, garante a reprodução da segregação socioespacial via política pública. A inação das prefeituras em relação a formação de bancos de terras público, tendo por finalidade a produção de habitações bem localizadas é um face desta problemática. É evidente que essa postura refratária do poder público municipal não é por acaso, mas atende aos interesses de agentes econômicos e políticos locais. Sobre os efeitos negativos do programa Cardoso e Aragão (2013, p. 54) advertem.

> Mas essa estratégia de valorização do capital tem como consequência um aumento do "custo" social final do empreendimento, já que os adquirentes terão que arcar com maiores despesas de transporte e com problemas de infraestrutura no entorno, "pagando" então pelo lucro das construtoras e reafirmando o modelo de espoliação urbana que caracteriza o processo de urbanização brasileira historicamente.

A espoliação urbana mencionada pelos autores é revelada na limitação dos moradores de áreas segregadas – como no exemplo dos conjuntos habitacionais do PMCMV (faixa 1) – ao construírem suas respectivas espaço-temporalidades (Pereira, 2006), isto é, a capacidade de produzirem autonomamente seus itinerários urbanos, o que inclui os horários e as áreas da cidade. Nesta leitura da cidade a mobilidade ou a

imobilidade cumprem um papel importante no cotidiano dos citadinos e ajuda a revelar aspectos importantes das práticas espaciais em cidades médias brasileiras.

## OS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS

Em relação à cidade de Presidente Prudente, o primeiro registro de "loteamento fechado" data do ano de 1975, mas é a partir dos anos 1990 que este tipo de empreendimento ganhará força na cidade (Sobarzo Miño, 1999). Neste sentido, Sposito (2003, n.p.) nos indica que a escolha residencial das classes médias e alta passa por mudança, que incluem uma área da cidade e nova tipologia dos imóveis, com a presença de áreas verdes e de lazer.

> Se nos anos 1980, as ideias de segurança, boa localização e vida urbana estiveram diretamente identificadas com a opção pela moradia em apartamento, a partir dos anos de 1990, a 'onda' dos loteamentos fechados passou a comparecer como a nova forma de *habitat* urbano, que continha os valores associados à valorização e mais o símbolo de qualidade de vida, advindo da presença de áreas verdes e de lazer, e da opção pela residência unifamiliar.

Portanto, se até os anos 1980 a busca por uma boa localização por parte das classes média e alta gerava a verticalização do centro e de seu entorno, buscando acesso rápido aos comércios e serviços, a partir dos anos 1990 a boa localização passou a significar residir em espaços residenciais fechados distantes de áreas fortemente adensadas, mas que pudessem garantir acesso rápido via avenidas às áreas centrais da cidade.

Em função dessas transformações, estes empreendimento passaram a buscar as áreas urbanas mais distantes do centro, porém, em um processo de seletividade espacial, porque não ocorre em toda a extensão do que se constitui como arrabalde da cidade. Como podemos observar na Imagem 1, os espaços residenciais fechados tendem a localizarem-se sobretudo na porção mais ao sul da cidade de Presidente Prudente, em contraposição aos conjuntos habitacionais do PMCMV (faixa 1), localizados mais ao norte.

Seguindo a contribuição do marxismo, a diferenciação dos espaços urbanos se fundamenta do ponto de vista econômico nas disputas em torno na renda fundiária ou renda da terra. O debate sobre esse tema extrapola os objetivos deste texto, mas podemos encontrar uma discussão inicial sobre os usos do solo urbano na economia capitalista em

Singer (1979). Em Sposito (1990) a produção e apropriação da renda fundiária em Presidente Prudente comparece como objeto de pesquisa central do autor, na qual podemos observar o potencial desta teoria para a compreensão do espaço urbano.

Tomando como referência o debate empreendido por Sposito (2003) identificamos quatro pontos fundamentais para compreender a expansão dos espaços residenciais fechados, levando em consideração as particularidades do processo de urbanização brasileiro. **A ideia de planejamento** marca os loteamentos horizontais fechados de forma positiva, porque garante uma diferenciação diante do restante da cidade, que por sua vez é o resultado de um longo processo de produção do espaço e combinação de diferentes tipos de tempo, gerando uma característica de heterogeneidade. O planejamento típico dos espaços residenciais fechados objetiva desfazer a imponderabilidade da vida urbana, com os seus encontros fortuitos e por vezes conflitantes, permitindo aos moradores prever o que ocorrerá e evitar os indesejáveis. Portanto, formam-se espaços marcados por uma **forte homogeneidade interna** que garante a diferenciação entre aqueles que residem nestes espaços e aqueles que vivem nos espaços abertos da cidade.

A privacidade e o discurso relativo à insegurança combinam-se para justificar a opção pelos espaços residenciais fechados, a **liberdade segmentada** que marca esta narrativa indica-nos o desejo de se separar do restante da cidade, conformando uma autossegregação socioespacial. A este processo, acrescentaríamos a **acentuação das disparidades socioeconômicas** no Brasil pois: "ajudam a entender porque uma parte de suas sociedades opta por se separar do restante e por se esconder da violência que eclode nas cidades, como face perversa da reduzida perspectiva de futuro e do baixo grau de inclusão social" (Sposito, 2003, n.p.).

A transformação empreendida por esses espaços revela um conjunto amplo de mudanças que justificam a ideia de uma verdadeira reestruturação da cidade, o que gera uma nova divisão econômica e social do espaço. Em cidades médias podemos verificar uma particularidade desse processo que merecem destaque, principalmente porque estamos analisando uma cidade que cumpre um papel de intermediação entre pequenos centros urbanos e grandes cidades. Entre as particularidades de cidades de menor porte demográfico está o preço da terra urbana, devido à tendência de maiores estoques de terras que garantem uma segmentação socioespacial diversa das grandes

cidades. Como efeito desta característica de cidades de porte médio, há uma maior inserção de grupos de renda média nesses espaços se compararmos com grandes cidades, "gerando fraturas socioespaciais diversas" (Sposito, 2007, n.p.).

A apropriação do espaço urbano e a capacidade de produção da espaço-temporalidade dos citadinos são diferenciadas na medida em que em cidades médias as distâncias tendem a ser menores e os sistemas viários menos densamente utilizados, permitindo uma mobilidade urbana acentuada, mesmo para aqueles que residem nos espaços residenciais fechados mais distantes do centro da cidade. A desigual capacidade de deslocamento pela cidade condiciona contextos e experiências urbanas profundamente desiguais, diferenciando aqueles que detêm maiores recursos e veículo automotivo individual daqueles que dependem de outros modais de transporte e ainda possuem baixa renda.

Se por um lado os moradores de espaços residenciais fechados produzem com maior autonomia suas espaço-temporalidades e dependem menos dos constrangimentos da distância, a periferização do espaço urbano por parte da população de baixa renda, tendo como vetor no contexto de Presidente Prudente os conjuntos habitacionais do PMCMV (faixa 1), reveste-se de um caráter segregativo e limitador da constituição da experiência espaço-temporal de seus moradores. Novas espacialidades e temporalidades emergem a partir do processo de fragmentação socioespacial, expressas e condicionadas, entre outros fatores, pela localização da população mais pobre e da escolha residencial dos setores de renda média e alta.

## RUMO A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL?

No âmbito das práticas espaciais direcionadas ao consumo e/ou lazer também podemos identificar processos de segmentação entre as diferentes camadas socioeconômicas, contribuindo para a fragmentação socioespacial. De acordo com Sposito e Sposito (2020), a fragmentação pode se relacionar com os conceitos de segregação, autossegregação e exclusão social. Entretanto, não podemos confundi-los ou tomá-los como sinônimos, devido ao fato de que em cada realidade empírica esses termos entram em relação de maneira particular.

Em Presidente Prudente, os processos em voga podem ser identificados na apropriação seletiva do espaço urbano, sejam nas dimensões do trabalho, lazer ou

consumo. Portanto, revela-se a divisão territorial do trabalho no espaço urbano e as estratégias distintas de efetuar os deslocamentos a partir das condições socioeconômicas e residenciais dos indivíduos.

A fundamentação histórica e conceitual que se empreendeu neste texto se justifica quando consideramos que o contexto inaugurado pela pandemia de covid-19 indicou o agravamento das condições de apropriação do espaço urbano, algumas de tendência conjuntural e outras que podem indicar permanências mesmo após a emergência sanitária. As entrevistas realizadas nesta pesquisa foram feitas no período final da pandemia, quando a curva de mortes por covid estava em declínio. A análise das informações obtidas nos indicou que poderíamos aventar a hipótese de que certas mudanças no cotidiano dos entrevistados decorreram do contexto pandêmico e tendiam a se manter mesmo no pós pandemia.

Na base destas mudanças está o meio técnico-científico-informacional (Santos, 2002) que possibilitou a realização de atividades virtuais, como no exemplo do *home office* e o *e-commerce*. No que pese a disseminação dos objetos técnicos, cabe destacar as profundas desigualdades de acesso desses equipamentos. Carlos (2020b) desenvolve uma avaliação das mudanças no cotidiano a partir da pandemia da covid-19, destacando os impactos do isolamento e das medidas de contenção não apenas como contextuais ou episódicas, mas como indutoras de possíveis mudanças e aprofundamento de tendências que vinham se estabelecendo na dinâmica urbana.

Para além das questões que envolvem a saúde pública e a crise econômica, ressaltam-se aspectos que envolvem a vida nas cidades, tomando como hipótese o agravamento da fragmentação socioespacial. A alteração mais imediata esteve relacionada a mudança na relação casa-trabalho, ainda mais subsumido a reprodução ampliada do capital, tendo em vista o aumento da jornada de trabalho e a difícil separação entre atividades domésticas e laborais.

> O home office subverteu a lógica e o uso do espaço privado da família, que se torna espaço produtivo do capital subordinando o tempo familiar [...] nessa circunstância, a casa passa a ser a síntese dos espaços-tempos cotidianos antes desenvolvidos nos lugares diferenciados da cidade (Carlos, 2020a, p. 12).

A subordinação do humano e de seu cotidiano à reprodução do capital não é novo e não nasce com a pandemia da covid-19, entretanto este processo ganhou novos

matizes e características a partir desse contexto. Apensar da restrição à circulação de pessoas, o fluxo de comunicação continuou intenso através dos meios digitais. As transformações recentes alteraram as definições de perto e longe e a construção das escalas geográficas.

Pode-se afirmar que as distâncias foram relativizadas, porque percorridas em menor tempo. A distância tem seu significado alargado e inclui a conexão via meios digitais, portanto "as possibilidades estavam potencialmente presentes, mas a necessidade surgida nesse período intensificou muito o emprego de saídas virtuais para concretizar as ações corriqueiras, tanto relativas ao trabalho como as de cunho pessoal" (Endlich, 2020, p. 49). A redefinição da escala doméstica discutida pela autora emerge como tema de fundamental importância devido à pandemia, que nos impeliu à condensar nossas relações cotidianas no ambiente doméstico.

> A escala doméstica passa a abrigar muitas atividades e ter, portanto, múltiplas funções. O *mundo* e outras escalas geográficas maiores estão de forma ainda mais efetiva em cada casa. Pode ser que esta condição seja passageira, mas a ressignificação e o preparo da casa nesse sentido possivelmente serão mantidos posteriormente (Endlich, 2020, p. 54-55, *grifo do autor*).

Buscando a não falsificação dos flagrantes desníveis sociais, ressalta-se que na escala doméstica há uma realidade profundamente desigual e heterogênea.

> Assim, a escala doméstica é uma dimensão bastante ressignificada nesse período. Nela, embora alguns vejam igualdade de condições, estamos todos em casa; ao contrário revelam-se, mais do que nunca, as contradições sociais, pois sob o rótulo de casa, existem realidades abissalmente desiguais (Endlich, 2020, p. 55).

A redefinição da escala doméstica já havia sido objeto de análise de Lindón (2005; 2006b) ao identificar uma crescente entronização da vida cotidiana e seu encerramento na escala da casa. O próprio sentido atribuído à casa estaria sendo ressignificado, levando à desconstrução da vida urbana e/ou das relações e diálogos que a cidade poderia proporcionar.

Essa nova semântica teria ao menos três dimensões – a casa como patrimônio, a casa equipada e aprovisionada e a casa protegida e fechada. Lindón (2006b) adverte que essas dimensões possuem como fundamento a passagem do cidadão ao consumidor e as crescentes formas de diferenciação a partir do consumo. Este panorama geral indica o

individualismo que reforça o rompimento das relações interpessoais e o diálogo entre os diferentes grupos na cidade.

A dimensão da casa equipada e aprovisionada nos parece cada vez mais atual, tendo tido um sobressalto com a pandemia da covid-19. Dessa forma, a tendência de substituir os deslocamentos cotidianos pelo uso de equipamentos técnicos e de informática não era uma novidade, mas com a disseminação de *smartphones*, microcomputadores e redes de internet aumentam também a adoção do *e-commerce* e do *home office*. Essa reflexão confirma nossa hipótese de que mais do que uma "revolução" do cotidiano, como propõe Carlos (2020a), a pandemia acelerou transformações em curso e que indicavam a fragmentação socioespacial.

> El ejemplo de ese equipamiento son todos los objetos domésticos vinculados con la informática, pero también la variedad de objetos electrodomésticos y herramientas domésticas diversas que permiten realizar dentro de la casa muchas tareas y actividades que antes requerían de los prestadores de servicios diversos y trabajadores especializados que ofrecía la ciudad. En suma, el equipamiento desplaza una serie de actividades cotidianas de la ciudad al interior de la casa, lo que termina siendo un debilitamiento de la vida urbana (Lindón, 2006b, p. 26).

Outra dimensão que se intensificou com a pandemia foi o fechamento da casa ou a busca por sistemas de controle e segurança cada vez mais sofisticados. Sem dúvida esse processo está mais bem exemplificado nos espaços residenciais fechados de alta renda, mas não exclui necessariamente outros estratos de renda, devido a disseminação dos sistemas de vigilância.

A combinação dessas dimensões que ressignificam a casa e se combinam aos processos de segregação e autossegregação condicionam a desconstrução da cidade, nas palavras de Lindón (2006b, p. 27) "así, la ciudad dispersa y fragmentada está configurando las condiciones para construcción social de la casa *búnker*". A imagem que a perspectiva da casa búnker nos remete fica mais visível quando olhamos para a pandemia, acrescida das transformações tecnológicas e comunicacionais dos últimos anos. Portanto, condiciona novas práticas espaciais, acelerando processos de segmentação socioespacial em curso, como no exemplo da fragmentação socioespacial.

> La casa búnker contribuye de muchas formas a la deconstrucción de la ciudad en tanto contacto con el otro, experiencias de lo heterogéneo, lo inesperado y diverso. Pelo tal deconstrucción no atenta contra las formas espaciales proprias, sino contra las formas de apropiárselas y

> vivirlas. Sin duda, esta resemantización de la casa no lleva consigo la desaparición de las calles ni de otros espacios públicos, menos aún se destruyen las proximidades físicas entre casas (Lindón, 2006b, p. 27).

A mudança no cotidiano também pode ser avaliada a partir dos deslocamentos dos citadinos. Como avaliou Barbiero (2020), a adoção do transporte individual, além de ser uma tendência anterior a pandemia, poderá se agravar. De acordo com a autora, o transporte coletivo estava em declínio em vários países do mundo, porém, ao representar espaços de aglomeração de pessoas e disseminação de doenças passou a ser cada vez mais representado como um local de risco. Dessa forma, adotar um meio de transporte individual pode representar uma alternativa[3] não apenas àqueles que não querem se expor aos perigos ligados à aglomeração de pessoas, mas principalmente como meio para alcançar maior autonomia nos deslocamentos cotidianos.

## O COTIDIANO APREENDIDO PELA PANDEMIA

Ao analisar os relatos feitos pelos entrevistados identificamos ao menos quatro temas, sintetizados da seguinte maneira: I – descrição dos prejuízos psíquicos e físicos por causa do contexto de isolamento social ou pelas sequelas causadas pela covid-19; II – mudanças nas práticas de consumo, evidenciando o aumento das compras *online* através de aplicativos de celular; III – mudanças no ambiente de trabalho com o *home office* ou alterações não relacionadas ao *home office* e IV – situações em que o isolamento social não alterou significativamente as práticas espaciais do entrevistado, devido à sua situação ocupacional.

O declínio da vida de relações nas cidades contemporâneas nem sempre está evidente nas formas espaciais, portanto, exige procedimentos de pesquisa que possam partir de escalas de análise que ressaltam o ponto de vista do habitante. Tomar como hipótese a redefinição da escala doméstica implica buscar uma visão não apenas de

[3] É importante deixar claro que nem todas as pessoas serão capazes de comprar um carro ou moto zero quilômetro, o transporte coletivo ainda permanece como única opção para muitas pessoas. No entanto, caminhos informais existem, como no caso de aquisição e manutenção de carros e motos usados sem o pagamento de impostos e taxas, feitos muitas vezes sem a transferência da documentação para o novo proprietário. Para além do mercado tradicional de veículo usados, existe um "mercado informal" que é de difícil mensuração.

sobrevoo (Souza, 2007) e perceber os "espacios domésticos en tanto espacios vividos" (Lindón, 2006b, p. 19).

Os entrevistados Bernardo e Ricardo[4], moradores em conjuntos habitacionais do PMCMV, respectivamente João Domingos Netto e Jardim Panorâmico, relataram um crescente sentimento de medo em relação à saúde pessoal e familiar. Este sentimento se manifesta nos entrevistados seja em função da experiência de passar pela infecção causada pela covid-19, seja pelo volume assustador de notícias sobre mortes durante a pandemia.

Os efeitos psicológicos negativos advindos do contexto pandêmico também se relacionam ao necessário isolamento deles, ocasionando momentos de pânico e ansiedade. A possibilidade de manter o isolamento social, algo que não foi possibilitado a todos os brasileiros, não impediu a sensação de incertezas. O exemplo de Bernardo e Ricardo demonstra estas afirmações, indicando que mesmo podendo ficar em casa, os desafios de enfrentar a pandemia foram enormes.

A ocupação laboral cumpriu um papel significativo neste momento, devido a capacidade de manter o isolamento social ou não. No caso dos entrevistados Bernardo e Ricardo, respectivamente monitor escolar e estudante, foi possível ficar em casa. No entanto, algumas particularidades devem ser destacadas quando observamos a fala de Ricardo a respeito do *home office*.

Na condição de estudante, as atividades desempenhadas na universidade foram transferidas quase que totalmente para o ambiente virtual, indicando que tanto professores quanto alunos deveriam se adaptar a este novo contexto. As dificuldades compartilhadas por ele podem se estender à inúmeros estudantes brasileiros, porque muitos não dispunham dos meios necessários para as atividades escolares ou universitárias *online*.

> No começo, vou falar a verdade, eu quase fiquei louco também [risos], não é fácil não. Eu mesmo sou meio ansioso, quando falava assim: está com a garganta... não, eu estou. Nossa a Lucimara que é mais centrada. Ela falava assim: não, você não está com isso, não está com aquilo. Mas eu falava: mas minha garganta está raspando. Não foi fácil não, mudou tudo. Praticamente o corpo da gente não é o mesmo mais. Igual eu peguei [se referindo a infecção por covid-19], hoje mesmo quando eu

[4] O nomes utilizados neste texto são fictícios, com total confidencialidade das fontes.

> estava deitado descansando parece que eu estava sentindo falta de ar. E a garganta geralmente a faringite fica seca e tipo um pouquinho de falta de ar. O corpo da gente não é o mesmo mais, mudou bastante (Bernardo, 52 anos, Monitor de escola, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente).
>
> Eu acho que impactou. Primeiro que a pandemia ela me desencadeou uma crise de ansiedade muito forte, de paralisar mesmo a minha vida social, de chorar, de precisar passar por uma psicóloga, tomar remédio. Esse contato com a morte me fez ter esse medo irreal e eu gostava muito de ir para esses espaços públicos. E devido ao alto risco, por exemplo, o meu estudo para o mestrado inteiro foi nesse quartinho aqui, essa foi a minha vida na pandemia [...]. Então, por eu gostar de estar no Parque do Povo, de ir para a feira, de ir para a UNESP, de encontrar um ou outro amigo meu da faculdade que trampa e tem contato com outras pessoas, então eu me isolei totalmente. A única pessoa com quem eu me encontrava era a minha companheira e por essa neura que eu usava máscara até dentro de casa com os meus avós, com medo de passar para eles, porque são pessoas de idade. (Ricardo, 29 anos, Estudante, João Domingos Netto, Presidente Prudente).

A fala de Guilherme, 63 anos, morador do condomínio Damha I, indica que mesmo indivíduos que possuíam uma renda mensal sensivelmente acima da média da população brasileira também tiveram um sofrimento psíquico. Apesar de não ter passado pela infecção do vírus, a mudança abrupta para o modelo de trabalho *home office* foi vista de maneira bastante negativa.

> No começo foi drástico, porque praticamente eu fiquei preso em casa. Então você imagina um cidadão que está acostumado a sair todo o dia a 30 anos de casa, circular livremente até para fins de trabalho, para um lado e para o outro, para qualquer lugar aqui da região e de repente você tem que ficar trancafiado foi a pior experiência que eu tive (Guilherme, 63 anos, Oficial de justiça, Damha I, Presidente Prudente).

A psique humana não foi a única dimensão a ser afeta pela pandemia da covid-19, as medidas restritivas contribuíram para alterar práticas espaciais ligadas ao consumo. A maior mudança que pudemos identificar por meio das entrevistas está relacionada ao uso intensivo de aplicativos de celular e compras *online*. A utilização de meios digitais para compras não era uma novidade para grande parte dos participantes da pesquisa, mas o seu uso foi aumentado na medida em que o isolamento social se estendia. Ricardo, morador do João Domingos Netto, percebeu que essas práticas se intensificaram no momento da pandemia, permitindo que ele se expusesse mesmos ao vírus.

> E compra online a gente começou a usar mais o iFood, de fato. Porque como a gente gosta de comer alguma coisa fim de semana, para evitar,

> ela [se referindo a namorada] também muito preocupada com a questão da pandemia, a gente passou a utilizar mais. Não sempre. Mas quando a gente, se tinha como pedir no mesmo estabelecimento por via iFood, a gente pedia [...]. São esses cuidados, com a compra especificamente e pedir demais online, foi meio inevitável, para evitar mesmo a alta exposição (Ricardo, 29 anos, Estudante, João Domingos Netto, Presidente Prudente).

A situação sócio-ocupacional da professora e médica Alice e da estudante de medicina Alana, permitiram que elas mantivessem suas atividades em isolamento social. A idade e o quadro de saúde de Alice também contribuíram para o afastamento do trabalho presencial. No caso de Alana, a renda da família foi a principal responsável por permitir que ela não precisasse se expor ao contato com outras pessoas em meio a pandemia.

> **Descreva como a pandemia mudou a sua rotina.**
>
> Muita mudança. Enquanto pandemia eu me afastei da minha atividade docente, a faculdade ficou afastada por um período e a prefeitura também porque por eu ter mais de 60 anos, ser hipertensa, idosa e obesa, eu tinha um risco maior e fiquei afastada da minha atividade na prefeitura. Como docente depois eu retornei com atividade online. Então eu fiquei bastante online com os meus alunos, mas só nessa atividade online. Mas houve uma mudança muito grande de rotina, com certeza. De deslocamentos e tudo, ficamos dentro de casa. E continuei trabalhando um período, mas online. E mesmo na prefeitura eu prestei alguma coisa online (Alice, 62 anos, Médica/Professora, Damha I, Presidente Prudente).
>
> A pandemia foi um período um pouco intenso assim, porque a gente estava na área da saúde, então a gente não era... Eu estava, quando começou a pandemia, no terceiro ano. Então a gente não estava nem fazendo o sistema acontecer e também... Como você vai parar de fazer as coisas que você está fazendo? Então, foi um pouco confuso. Como eu estava ainda no ciclo básico, era basicamente teoria, o que aconteceu foi que eu parei de sair. Tive que ficar não, eu consegui, eu tive essa possibilidade. Porque como eu moro com a minha família e eu tive a oportunidade mesmo de ficar em casa. Eles iam e faziam as compras tudo. E meus pais conseguiram trabalhar de casa, então foi isso. E aí também eu voltei um pouco antes de todo mundo voltar também, para frequentar as aulas presencialmente. Antes da pandemia, eu fazia atividade física, então isso eu parei também e me adaptei a fazer em casa e não parei (Alana, 22 anos, Estudante, Quinta das Flores, Presidente Prudente).

Apesar de que alguns profissionais puderam ficar em casa, as entrevistas de Sofia e Helena mostraram que ao passar as primeiras semanas de pandemia muitos

trabalhadores tiveram que voltar as atividades presenciais. Inicialmente o trabalho na fábrica foi paralisado, permitindo que a Helena ficasse em casa, mas não demorou muito para que as atividades no trabalho retornassem. A Sofia era ao mesmo tempo estudante e estagiária em um escritório de advocacia, porém, ainda que as aulas tenham passado a acontecer no ambiente virtual, o escritório em que ela trabalhava logo solicitou a volta às atividades normais.

> **E a pandemia alterou muito a sua atividade de estágio e de faculdade?**
>
> No começo da pandemia em 2020, quando decretou a pandemia, eu fazia estágio lá na [Universidade] Toledo mesmo, no escritório de lá. Então, assim que decretou a pandemia tudo fechou. Só ia os advogados e como eu sou estagiária a gente ficava em home office, então eu fiquei em *home office* 2020 inteiro! Inteiro mesmo. Comecei a ir assim *flex* faz um mês, mas depois voltou tudo home office de novo. Então 2020, até o começo de 2021, foi tudo online e a faculdade também. Voltou esse ano presencial, no terceiro ano de faculdade votou tudo presencial. E aí em 2021 eu mudei de estágio, fui para outro escritório. E nesse escritório era tudo presencial, a gente tomava todos os cuidados, mas não tinha como fazer online. Eram coisas muito difíceis, muito complexas, principalmente para estagiário, então era tudo presencial, a gente não tinha como deixa nenhum estagiário em home office. Então a gente deixava em casos extremos né, se tivesse algum sintoma, se tivesse algum colega do lado que estava [com covid], então deixava todo mundo..., mas eram raros casos (Sofia, 19 anos, Estudante/Estagiária, Condomínio Isabel Mizobe, Alvarez Machado).
>
> **E a pandemia alterou muito seu trabalho?**
>
> No meu trabalho no começo, com a pandemia, ficou mais tranquilo porque eu fiquei alguns dias em casa. Porque eles reduziram o horário de trabalho e eu ficava em casa. Tipo a gente trabalhou acho que uma semana para o velho [referência ao patrão] e o resto a gente recebia do governo. Bem no começo, daí depois começou a normalizar. Mas o covid deixou a gente mais em casa, ele não deixou mais a gente sair, não era todo lugar que você pode ir e fica mais em casa, você convive mais com a família (Helena, 23 anos, Auxiliar de produção, Jardim Panorâmico, Presidente Prudente).

O ambiente das redes sociais foi apropriado até para o lazer e manifestações artísticas e culturais, por meio de plataformas como *Instagram* e *YouTube*. A prática das batalhas de rap são muito populares entre jovens e costumam reunir grandes plateias para assistir aos confrontos entre MCs. Entrevistamos um jovem que é frequentador assíduo desses eventos e nos explicou

como a própria organização das batalhas de rap se organizaram para manter as apresentações no ambiente virtual.

> **Como a pandemia afetou suas atividades de lazer?**
>
> O pessoal [da batalha de rap] fizeram online, algumas eram cada MC na sua casa, outras reuniam poucos MCs em um local específico, só os MCs, sem plateia e eles fazem uma live. Então, para o público votar, live no Instagram, live no YouTube e o pessoal ia votando no chat. Então assim como todas as outras vertentes da sociedade, o lazer não foi diferente, eles se adaptaram da forma que conseguiram. Eu não fiz parte disso, não ajudei a organizar nada nesse sentido, mas eu sei que houve sim (Heitor, 19 anos, Estagiário/Estudante, Condomínio João Paulo II, Presidente Prudente).

A única entrevistada que não relatou alterações em seu cotidiano foi a da Emanuela, de 60 anos, moradora do conjunto habitacional João Domingos Netto. No entanto, cabe destacar que o cotidiano dela estava bastante restrito ao bairro em que mora e, além disso, ela não desempenha atividades de trabalho ou estudo. Nestas circunstâncias, a entrevistada não teve grandes alterações em sua rotina.

> **E a senhora acredita que a pandemia alterou a forma de fazer as compras de alguma maneira?**
>
> Não, não alterou nada. Porque como eu disse a você, quando fechou tudo o comércio ficou aberto farmácia, supermercado e açougue. Era limitado o número de pessoas para entrar no mercado, mas você entrava, era só entrar na fila. Esperando sua vez, verificar a temperatura, passar álcool e entrar (Emanuela, 60 anos, Aposentada, João Domingos Netto, Presidente Prudente).

A ressignificação da escala doméstica (Endlich, 2020) é um dos fatores que se destacam nas falas dos entrevistados. Muitas atividades que antes eram desenvolvidas preferencialmente em outros espaços, foram transferidas para o ambiente doméstico. Essa condição se agrava no momento do necessário isolamento social, indicando aos pesquisadores a necessidade de um olhar mais atento as mudanças na escala doméstica, porque possivelmente muitas dessas alterações continuaram a acontecer mesmo após a pandemia. A casa, mais do que nunca para esses entrevistados passou a ser o espaço do trabalho, do estudo, do lazer e do consumo.

Para a maioria dos entrevistado a casa se torna uma síntese dos espaços-tempos cotidianos (Carlos, 2020a). No entanto, aqueles que desempenham atividades de trabalho que necessitam da presença física, não puderam manter o isolamento social

durante muito tempo. As práticas de consumo também foram alteradas pela pandemia, como relatou o entrevistado Ricardo, morador do conjunto habitacional João Domingos Netto. Antes da pandemia ele relata que era comum frequentar diferentes espaços da cidade para lazer e consumo. Todavia, após o isolamento, passou a ser mais recorrente a adoção do *e-commerce*, a partir de plataformas de compras.

A cidade como concentração de pessoas, comércios, serviços, tenderia ao encontro e as trocas (não apenas de mercadorias), isto é, dos contatos interpessoais e do diálogo político e cultural. No contexto contemporâneo, no entanto, radicalizam-se as separações, a partir das quais o diálogo entre diferentes é interditado. A redefinição da escala doméstica via incorporação de diferentes dimensões à escala da casa, tais como lazer, consumo, trabalho e estudo podem indicar uma temática a ser explorada quando pensamos nas práticas espaciais e no cotidiano urbano. Esse tema ganhou destaque em função da recente pandemia, mas ainda carece de mais estudos para que possamos compreender o real impacto dessas novas práticas, principalmente aquelas relacionadas ao chamado *e-commerce*, ao *home office*, ao ensino à distância e ao lazer virtual (serviços de *streaming*, redes sociais e etc.).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a maior complexidade nos processos de estruturação urbana impõe o desafio de levar em consideração novas formas de segmentação socioespacial, indo além dos processos de segregação e autossegregação. A experiência urbana vista em suas múltiplas dimensões inclui as dimensões do habitar, trabalhar, consumir, lazer e etc., colocando-nos diante de diferenciações que incluem a apropriação dos espaços e tempos na cidade. A capacidade de produção da espaço-temporalidade dos citadinos é central nas discussão que envolvem a fragmentação socioespacial, porque sobrepõem diferentes dimensões do cotidiano, os espaços e tempos do consumo, do lazer e o trabalhar.

Pensar a escala doméstica contemporânea é um dos desafios da pesquisa urbana orientada ao estudo do recente processo de fragmentação. Do ponto de vista metodológico podemos afirmar que acessar a intimidade do lar coloca uma problemática adicional ao pesquisador, exigindo um determinado nível de confiança e cuidado no tocante a maneira como lidamos com os colaboradores da pesquisa. O uso de entrevistas

pode ser um caminho viável para alcançar os objetivos da pesquisa, mesmo que existam limitações no que se refere a dados quantitativos, como no exemplo de dados referentes ao acesso à internet e/ou de uso do *e-commerce* por faixa de renda. Essas informações que ficaram de fora deste texto poderiam complementar as nossas discussões e trazer outras problemáticas não pensadas o momento.

## REFERÊNCIAS


AMORE, C. S. "Minha Casa Minha Vida" para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Org.) **Minha Casa... e a cidade? Avaliações do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BARBIERO, L. Mobilidade urbana em tempos de COVID-19: a bicicleta como opção: In: TOWS, R. L.; MALYSZ, S. T.; ENDLICH, A. M. (Org.) **Pandemia, espaço e tempo**: reflexões geográficas. 1 Ed. Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

BARCELLA, B. L. S. **A dinâmica dos agentes imobiliários e suas estratégias fundiárias em cidades médias**: da reprodução do capital à reprodução das desigualdades socioespaciais. 2018. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

CALIXTO, M. J. M. S.; REDÓN, S. M. O programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais. Os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras: notas introdutórias. In: CALIXTO, M. J. M. S.; REDÓN, S. M. (Org.) **O programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais**: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. I Ed. Porto Alegre: Total Books, 2021.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.) **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. I Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, A. F. A. A "revolução" no cotidiano invadido pela pandemia. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **COVID-19 e a crise urbana**. 1 Ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2020a.

_____. O eclipse da cidade e os sem direitos. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-eclipse-da-cidade-e-os-sem-direitos/>. 25 de abril de 2020b. Acesso em: outubro de 2021.

ENDLICH, A. M. Repensando as escalas geográficas em tempos de pandemia. In: TOWS, R. L.; MALYSZ, S. T.; ENDLICH, A. M. (Org.) **Pandemia, espaço e tempo**: reflexões geográficas. 1 Ed. Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

GÓES, E. M.; MELAZZO, E. S. (Org.) **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos**: procedimentos, instrumentos e operacionalização. Rio de Janeiro: Consequência Editorial, 2022.

GUZMÁN, R. A.; HERNÁNDEZ, S. K. M. La fragmentación urbana y la segregación –

una aproximación conceptual. **Rev. Legado**, jul./dez., 2013.

MAIA, D. S.; MIRANDA, L. I. B.; MORAES, D. A.; SPINELLI, J.; ARAÚJO, C. M. A expansão periférica de Campina Grande (PB): entre a habitação de interesse social e os condomínios fechados. In: CALIXTO, M. J. M. S.; REDÓN, S. M. (Org.) **O programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais**: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. 1 Ed. Porto Alegre: Total Books, 2021.

LINDÓN, A. Geografía de la vida cotidiana. In: HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. **Tratado de geografía humana**. Barcelona: Anthropos e UAM Iztapalapa, 2006a.

_____. El mito de la casa propia y las formas de habitar. **Rev. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. IX, n. 194, 2005.

_____. La casa búnker y la deconstrucción de la ciudad. **Rev. LimiaR. Estudios sociales y humanísticos**, v. IV, n. 2, 2006b.

MARICATO, E. O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. **Carta Maior**. São Paulo, 2009.

PEREIRA, S. R. **Percursos urbanos**: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade. 2006. 323 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologias, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105070>.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. F. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. **Rev. Perfiles latinoamericanos**, n. 19, 2001.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. F.; PINEDA, R. C. Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada. **Rev. Eure**, v. XXXIV, n. 103, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**: o caso de São Paulo. Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SILVA, V. H. Q. C. Atividades comerciais e de serviços e centralidade intraurbana em Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. ***Elisée*, Rev. Geo. UEG – Goiás**, v. 11, n. 1, jan./jun. 2022.

_____. Centralidade intraurbana em Ribeirão Preto – SP. **Rev. Geografia em Atos** (Online), v. 7, n. 1, p. 1-19, fev. 2023.

_____. **Fragmentação socioespacial e experiências urbanas em Presidente Prudente**. Eliseu Savério Sposito. 2024. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

SOBARZO MIÑO, O. **A segregação socioespacial em Presidente Prudente**: análise dos condomínios horizontais. Dissertação (Geografia) – Universidade Estadual Paulista, 1999.

SOUZA, M. L. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: uma “visão (apenas) de sobrevoo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Rev. Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

SPOSITO, E. S. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente**. 1990. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, jun., 2020.

SPOSITO, M. E B.; GÓES, E. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo, Editora UNESP, 2013.

SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira**: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos. Projeto de pesquisa. Presidente Prudente, 2018.

SPOSITO, M. E. B. A cidade dentro da cidade. Uma *edge city* em São José do Rio Preto. **Rev. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. VII, n. 146, 2003.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Rev. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,** v. XI, n. 245, 2007.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Vasconcelos, P. de A.; Corrêa, R. L.; Pintaudi, S. M. (org.) **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial – São Paulo: Contexto, 2013.

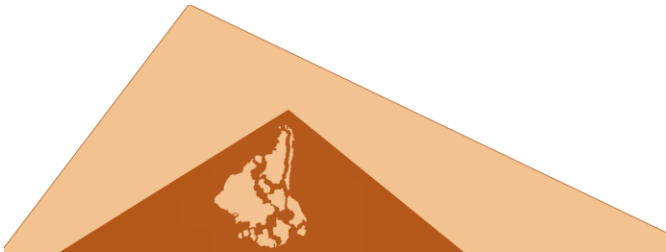
SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. (Org.) **A construção de uma pesquisa em ciências humanas**. Rio de Janeiro: Consequência Editorial, 2022.

Recebido em fevereiro de 2024.

Revisão realizada em julho de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

# NOTA DE PESQUISA



# OIAPOQUE – SAINT GEORGES DE L'OYAPOCK: A FRONTEIRA E A COVID 19[1]

# OIAPOQUE – SAINT GEORGES DE L'OYAPOCK: THE FRONTIER AND COVID 19

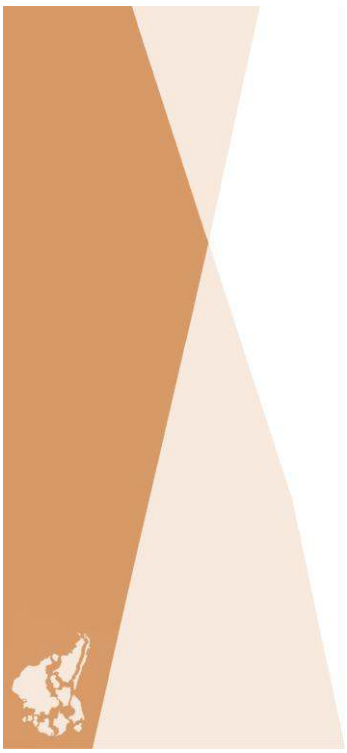
# OIAPOQUE – SAINT GEORGES DE L'OYAPOCK: LA FRONTERA Y LA COVID 19

**Alexandre Bergamin Vieira**
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
alexandrevieira@ufgd.edu.br

**Yurgel Pantoja Caldas**
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
yurgelcaldas@gmail.com

**Gutemberg de Vilhena Silva**
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
gutemberg@unifap.br

**Camilo Pereira Carneiro Filho**
Universidade Federal do Goiás – UFG
camilo.pereira@ufg.br



## Destaques

- A pandemia de COVID-19 passou a refletir tensões políticas, considerando uma resistência aos fluxos transfronteiriços e relações geopolíticas que mudaram rapidamente nas zonas fronteiriças. A fronteira internacional foi revivida como um dispositivo rígido de vigilância e de controle para conter um vírus visto como invasor estrangeiro.

- Podemos afirmar que a pandemia promoveu uma dissimetria na fronteira, isolando as duas localidades uma da outra, com a população "totalmente abandonada" (Jane), com pacientes brasileiros ou franceses sendo transportados para o lado francês da fronteira, mesmo sem quaisquer termos de cooperação entre os dois países (esta foi a tônica da política brasileira durante a pandemia).

- Hoje as políticas para a fronteira são pensadas por aqueles não vivem e que não estão nas fronteiras e, quiçá, entendem esses espaços. De fato, são os que vivem e os que estão na fronteira que sabem quais seriam as Políticas necessárias para esse espaço, que mais uma vez frisamos, são subversivos.

[1] Este artigo contou com suporte financeiro do projeto FRONT-Guianas (CNPq, nº 402849/2023-0).

**RESUMO**

O mapeamento e a análise da COVID-19, no espaço geográfico, permitiram claramente constatar, que sua evolução, se deu estritamente associada às estruturas territoriais de circulação, que são formas fixas, associadas aos fluxos por elas conformadas. Em razão dessas características, a Geografia, pode fornecer subsídios não somente ao diagnóstico das dinâmicas territoriais, dos casos da doença, mas também a realização, de prognósticos que possam orientar as ações de saúde pública, desde que respeitadas e compreendidas, as especificidades desse fenômeno em cada lugar. A pandemia COVID-19, acentuou tensões políticas e alterou as relações geopolíticas, que mudaram rapidamente a realidade das zonas fronteiriças. A fronteira internacional, foi revivida, como um dispositivo rígido de vigilância e de controle, visando conter um vírus, visto como invasor estrangeiro. Nesse sentido, este texto se apresenta, com a perspectiva de compreender os impactos da pandemia COVID-19, na circulação transfronteiriça Brasil (Oiapoque) e França (Saint-Georges de l'Oyapock). Sendo o trabalho de campo, a análise empírica e as entrevistas, o embasamento para a discussão acerca dos impactos da pandemia COVID-19, neste espaço da fronteira internacional e na vida dos fronteiriços, o que revela uma fronteira subversiva.

**Palavras-chave:** Pandemia. COVID-19. Fronteira. Fronteira Subversiva.

**ABSTRACT**

The mapping and analysis of COVID-19, in geographic space, clearly allowed us to verify that its evolution was strictly associated with territorial circulation structures, which are fixed forms, associated with the flows shaped by them. Due to these characteristics, Geography can provide support not only for the diagnosis of territorial dynamics, cases of the disease, but also the creation of prognoses that can guide public health actions, as long as the specificities of this phenomenon are respected and understood. in each place. The COVID-19 pandemic heightened political tensions and altered geopolitical relations, which quickly changed the reality of border areas. The international border was revived as a rigid surveillance and control device, aiming to contain a virus, seen as a foreign invader. In this sense, this text presents itself, with the perspective of understanding the impacts of the COVID-19 pandemic, on cross-border circulation between Brazil (Oiapoque) and France (Saint-Georges de l'Oyapock). Fieldwork, empirical analysis and interviews are the basis for the discussion about the impacts of the COVID-19 pandemic, in this space of the international border and in the lives of borderers, which reveals a subversive border.

**Keywords:** Pandemic. COVID 19. Border. Subversive Border.

**RESUMEN**

El mapeo y análisis de la COVID-19, en el espacio geográfico, claramente permitió verificar que su evolución estuvo estrictamente asociada a estructuras de circulación territorial, que son formas fijas, asociadas a los flujos conformados por ellas. Por estas características, la Geografía puede brindar apoyo no sólo para el diagnóstico de dinámicas

territoriales, casos de la enfermedad, sino también para la creación de pronósticos que puedan orientar acciones de salud pública, siempre y cuando se respeten y comprendan las especificidades de este fenómeno. cada lugar. La pandemia de COVID-19 aumentó las tensiones políticas y alteró las relaciones geopolíticas, lo que rápidamente cambió la realidad de las zonas fronterizas. La frontera internacional revivió como un rígido dispositivo de vigilancia y control, con el objetivo de contener un virus, visto como un invasor extranjero. En este sentido, este texto se presenta, con la perspectiva de comprender los impactos de la pandemia de COVID-19, en la circulación transfronteriza entre Brasil (Oiapoque) y Francia (Saint-Georges de l'Oyapock). El trabajo de campo, el análisis empírico y las entrevistas son la base para la discusión sobre los impactos de la pandemia de COVID-19, en este espacio de la frontera internacional y en la vida de los fronterizos, que revela una frontera subversiva.

**Palabras clave:** Pandemia. COVID-19. Frontera. Frontera Subversiva.

## INTRODUÇÃO

Desde o início do século XXI, a Geografia brasileira vem se dedicando em compreender e aprofundar cada vez mais o debate sobre a saúde pública e coletiva a partir da inter-relação das categorias *região*, *território*, *lugar* e *saúde*, considerando como as condições de saúde ou de doença podem ser reflexos das condições dos lugares e dos territórios, bem como o processo de regionalização dos serviços de saúde podem melhorar as condições dos territórios e dos lugares dos sujeitos sociais.

As formas e os processos que estruturam e organizam o meio geográfico na contemporaneidade, marcado pelo meio técnico-científico-informacional, impõem uma série de condições, principalmente de desigualdades socioespaciais, que conformam e orientam os estudos da Geografia da Saúde no Brasil.

A eclosão e a difusão espacial da Covid-19 no ano de 2020 não se tratou apenas de um problema de saúde pública nos mesmos moldes que outras pandemias trouxeram anteriormente, mas representou um novo desafio a ser enfrentado num mundo cada vez mais interconectado e globalizado.

Assim, alteraram-se as escalas da vida, da sociedade e da economia, ampliaram-se os entrecruzamentos e as articulações impostos por um mundo mais complexo, tornando necessário transformar o olhar da Geografia para novos problemas (Guimarães *et al*., 2020).

Nos últimos anos, doenças zoonóticas (gripes suína e aviária, por exemplo) emergentes assumiram destaque nos meios de comunicação por serem consideradas de "médio risco", o que indicou a necessidade premente de se compreender o meio

geográfico. Por serem ameaçadoras, as epidemias sempre sondaram a necessidade de medidas práticas de cientistas e profissionais técnicos de diversas áreas para evitar as pandemias. Afinal, a informação é uma "arma" numa "guerra contra os vírus", e a união de informação e ciência é essencial nesses momentos pandêmicos.

Quando a pandemia da Covid-19 foi confirmada, questões oriundas da Saúde aceleraram-se em busca por respostas no campo da Geografia, principalmente da Geografia da Saúde, que tem como um de seus eixos de reflexão a distribuição espacial dos fenômenos, num processo de diversidade teórica de totalidade prática.

As doenças e as pandemias apresentam características socioespaciais – estão confinados no espaço em escalas (a cidade, o bairro, o lar), no tempo (a estação do ano, o surto, a epidemia) e na classe social (os pobres, os indigentes, os trabalhadores) –; sanitárias – centram-se na questão higienista –; e discursivas – possuem nos epidemiologistas e na saúde coletiva os seus peritos principais.

Assim, a Geografia da Saúde, que é, intrinsecamente, interdisciplinar e Geopolítica, nos permite contribuir para a compreensão da dispersão hierárquica e relacionada aos eixos de circulação e fluxos e fixos no território. Sendo assim, a compreensão e a análise do contexto geográfico permite-nos apreender os fixos, os fluxos e a materialidade das ações num contexto como o vivenciado no mundo e no Brasil com a pandemia da COVID-19.

O mapeamento e a análise da COVID-19 no espaço geográfico permitiu claramente constatar que sua evolução se deu estritamente associada às estruturas territoriais de circulação, que são formas fixas, associadas aos fluxos por elas conformadas. Em razão dessas características, a geografia pode fornecer subsídios não somente ao diagnóstico das dinâmicas territoriais dos casos da doença, mas também a realização de prognósticos que possam orientar as ações de saúde pública, desde que respeitadas e compreendidas as especificidades desse fenômeno em cada lugar (Guimarães *et al*., 2020, p.134-136).

A disseminação do Coronavírus da Covid-19 foi mais um desses novos problemas, exemplo da gradativa aceleração da intervenção humana nos processos naturais. Ou seja, com a gradativa degradação dos ambientes naturais novas e outras pandemias estão no horizonte do mundo globalizado, com rápida circulação e disseminação. Ainda, podemos afirmar que é possível que as mudanças ambientais

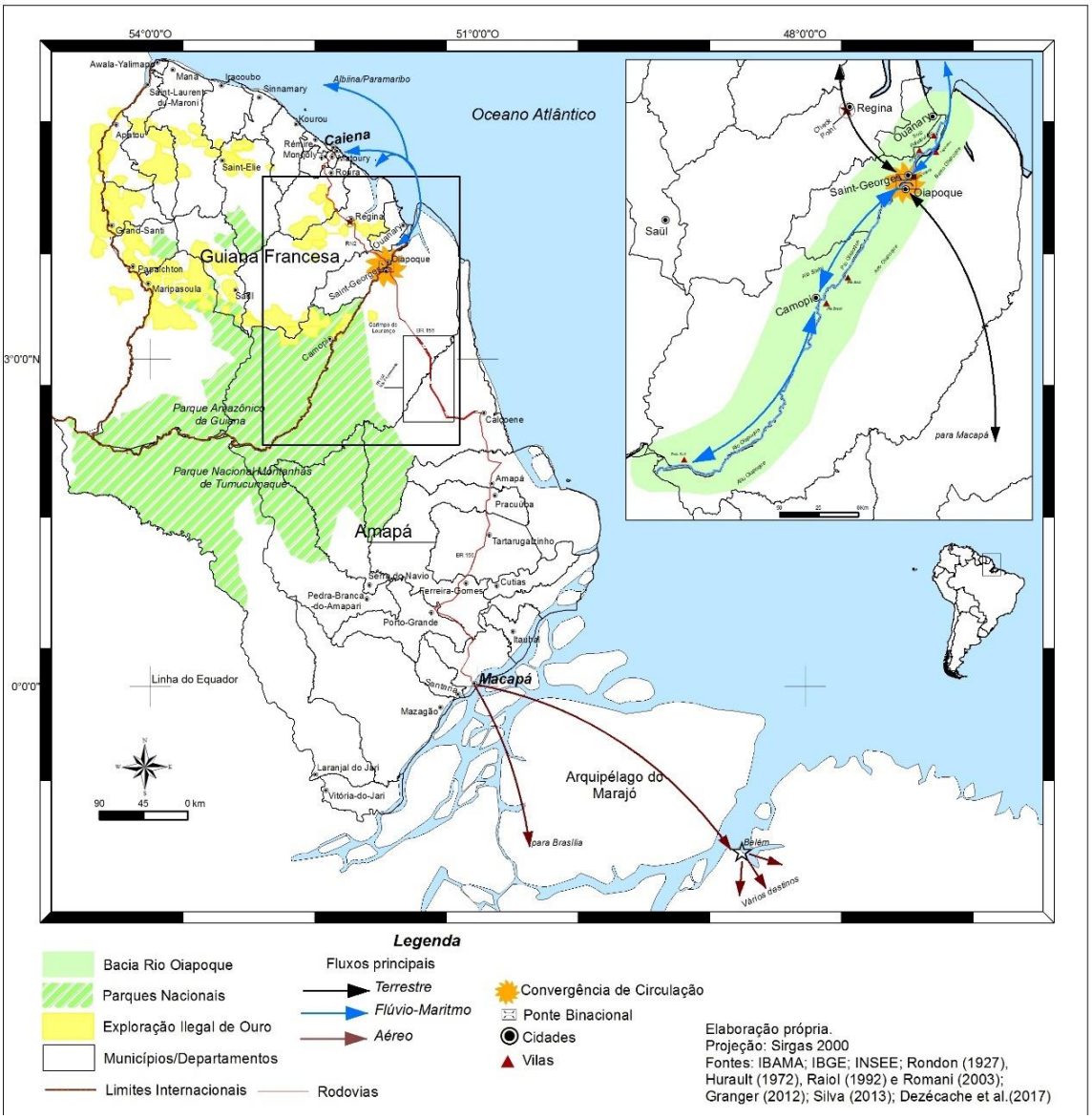
possam influenciar o surgimento de doenças emergentes, bem como de mutações de agentes patogênicos já conhecidos, para as quais o ser humano não está imunologicamente adaptado, levando a elevados índices de infecção, transmissão e mortalidade.

Christ (2023) aponta que a destruição dos ambientes naturais, como florestas tropicais, aumenta o risco de doenças emergentes. A expansão das atividades humanas, como o desmatamento para a agricultura ou a exploração madeireira, pode levar à exposição de seres humanos a animais selvagens e a novos patógenos. O contato próximo com animais selvagens em mercados de animais vivos também aumenta o risco de transmissão de doenças zoonóticas.

A mesma autora (Christ, 2023), ainda, aponta que as mudanças climáticas estão exacerbando os problemas de saúde relacionados ao meio ambiente. O aumento da temperatura média global e as alterações nos padrões de precipitação afetam a distribuição geográfica de vetores de doenças, como mosquitos e carrapatos, que transmitem doenças como malária, dengue e doença de Lyme. As mudanças climáticas também podem influenciar a segurança alimentar, a disponibilidade de água potável e a saúde mental das pessoas.

O meio geográfico apresenta densidades técnicas, científicas e informacionais que permitem visualizar e implementar formas de ações diferentes sobre diversos espaços, com impacto direto na vida das pessoas. Nesse sentido, propomos este texto na perspectiva de compreender os impactos da pandemia da COVID-19 na circulação na fronteira Brasil e França, mais especificamente a fronteira Oiapoque-Brasil e Saint-Georges de l'Oyapock- Guyane (Mapa 1), pois a pandemia de COVID-19 passou a refletir tensões políticas, considerando uma resistência aos fluxos transfronteiriços e relações geopolíticas que mudaram rapidamente nas zonas fronteiriças. A fronteira internacional foi revivida como um dispositivo rígido de vigilância e de controle para conter um vírus visto como invasor estrangeiro (Radil; Pinos; Ptax, 2020).

**Mapa 1** – Oiapoque-Brasil e Saint-Georges de l'Oyapock- Guyane




Fonte: Silva *et al.* (2019).

O texto deste artigo se estrutura em 3 partes. Na primeira, discutimos os impactos da pandemia de COVID-19 nos espaços de fronteira internacional; na segunda parte, caracterizamos histórica e geograficamente a fronteira Oiapoque-Brasil e Saint-Georges de l'Oyapock- Guyane. Por fim, na última parte deste texto, trazemos a análise empírica dos impactos da pandemia na circulação dessa fronteira a partir dos dados e das entrevistas coletadas em trabalho de campo.

## AS FRONTEIRAS E A PANDEMIA DE COVID-19

Podemos afirmar que a fronteira, enquanto entidade e a partir da Geografia do espaço vivido, jamais poderia ser definida enquanto limite!

Para Dorfman e Rosés (2005, p. 200-201)

> Usualmente analisam-se as fronteiras internacionais diferenciando fronteira e limite. Este último é um atributo do Estado-Nação, delimitando soberania, isto é, demarcando a vigência de normas estatais diferenciadas em cada um dos seus lados e extensivas no interior do território. A fronteira distingue os territórios estatais, mas não os torna estanques, na medida em que fluxos de pessoas, objetos e informação cruzam constantemente o limite. Na fronteira criam-se possibilidades de atividades econômicas, atraindo população, inclusive de origens diferentes daquelas das nações em contato, a descontinuidade e justaposição das normas nacionais sendo a origem dessas possibilidades.

Concordando com Sanguin (2015), as fronteiras político-geográficas podem ser consideradas sob três perspectivas: a) a fronteira enquanto limite, a partir dos muros; b) a fronteira estética, a partir da geografia cultural; c) a transfronteira considerando a integração entre os territórios/países transfronteiriços.

Nesse contexto pandêmico, notamos que os muros, as barreiras, as cercas, barricadas e postos de controle e triagem aparecem como uma ferramenta-chave dos Estados Nacionais no intuito de frear a entrada e a circulação do vírus nos territórios, para além do combate ao crime, o tráfico de drogas, descaminhos de produtos e, sobretudo, a imigração ilegal. Ou seja, as fronteiras foram entendidas enquanto limite, como instrumentos de vigilância e controle.

Porém, percebemos que essas rugosidades (fronteiras enquanto limites) se apresentam extremamente ineficazes ao seu sentido restritivo e de vigilância e impactam negativamente o território usado e praticado pelos fronteiriços. Portanto, de certa forma, as fronteiras enquanto limites se tornaram as linhas de falhas da globalização.

A pandemia de COVID-19 revelou um elemento comum nesse sentido: a imposição da fronteira enquanto limite, com muros, cercas, barricadas e postos de controle com o intuito de frear ou coibir a difusão e circulação do vírus, restringindo ou limitando a mobilidade dos cidadãos em todo o mundo, as fronteiras se tornaram territórios centrais na perspectiva da vigilância e do controle, principalmente com o seu

fechamento pleno na quase totalidade do globo. Afinal, a mobilidade sempre foi o grande vetor das pandemias, conforme aponta Dumont (2020).

A pandemia surgiu em um momento no qual a circulação rápida, capilarizada e ampliada numa dimensão planetária evidenciou fraturas em um mundo permeado de contradições socioeconômicas. Ao mesmo tempo, a pandemia também trouxe, como um de seus componentes mais emblemáticos, o controle substancial das fronteiras internacionais, o "filtro" do que entra e do que sai (Granger; Silva, 2020).

Ao pensarmos as fronteiras como um lugar geográfico relacional e simbólico, podemos compreendê-las como constructos sociais, políticos e discursivos. A fronteira é moldada por discursos e práticas de uma pluralidade de atores, sendo o Estado apenas um deles. Com a pandemia de COVID-19, novos desafios se colocaram para o futuro da humanidade e se refletiram nas fronteiras – lugares vividos e usados por populações separadas por um limite político internacional – que passaram a representar um excelente laboratório territorial para a construção de formas de cooperação e integração ou de separação e intransigência em meio ao convívio com um mal comum: o vírus SARS-CoV2.

De acordo com Granger e Silva (2020), o agravamento da situação pela disseminação rápida da pandemia de COVID-19 na Guiana Francesa e as pressões de políticos locais fizeram as autoridades francesas substituírem o papel de barreira pelo de filtro e trabalharem pelo fechamento total da fronteira. Todavia, essas decisões nacionais unilaterais sem harmonização com o espaço vivido transfronteiriço não tiveram êxito por não impedirem totalmente as travessias clandestinas. Paralelamente a tal movimento, com muita hesitação e até desaprovação no começo de boa parte da população franco-guianense, teve prosseguimento uma cooperação médico-sanitária de iniciativa local entre as duas margens do rio Oiapoque - fronteira entre os dois municípios -, definitivamente solidárias.

## A FRONTEIRA OIAPOQUE-BRASIL E SAINT-GEORGES DE L'OYAPOCK-GUYANE

A fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa vivenciava uma realidade pautada na ampliação de dispositivos institucionais para a circulação transfronteiriça por meio da Ponte Binacional, aberta em 2017. De acordo com Silva e Granger (2020), o

histórico da circulação nesta fronteira e suas regras de fechamento por ocasião da pandemia estavam pautados em três momentos, aos quais, com a pandemia e o pós-pandemia, podemos afirmar o advento de um quarto e um quinto períodos, quais sejam: um primeiro momento que tem origens no século XIX e perdurou até o fim do século XX; o segundo momento inicia-se nos anos de 1980 e se estende até meados da década de 2010; o memento três se inicia em 2011 e vai até o início da pandemia, no ano de 2020; o quarto momento se estende por aproximadamente dois anos de período pandêmico, entre 2020 e 2022; e, por fim o quinto momento, marcado pelo pós-pandemia, a partir de meados do ano de 2022 até o presente.

Inicialmente, ainda no século XIX duas margens/bordas da fronteira Brasil-Guiana Francesa estavam em porções periféricas nos territórios de seus Estados nacionais e mesmo nos respectivos conjuntos regionais. A vida dos moradores fronteiriços locais não chegou a ser afetada significativamente após a delimitação definitiva da fronteira no rio Oiapoque, em 1900 (dois séculos após o litígio que opôs a França a Portugal e depois ao Brasil, a partir de sua independência). Os cidadãos franceses foram repatriados para a margem ocidental do rio Oiapoque, mas um sistema integrado informal perdurou entre os núcleos populacionais dispostos em margens opostas do rio, devido ao aspecto transfronteiriço tanto dos territórios indígenas como das relações familiares e comerciais. As interações entre as duas margens passaram a se desenvolver por meio de canoas cada vez mais motorizadas, pertencentes a transportadoras licenciadas ou a serviços informais, com pouco controle das autoridades francesas e brasileiras, situação que perdurou até o fim do século XX.

Num segundo momento, a região transfronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa passou a experimentar uma abertura gradual: Oiapoque foi conectada por rodovia a Macapá em 1982 e Saint-Georges foi interligada a Caiena e ao litoral da Guiana Francesa a partir de 2003. Isso permitiu que as margens do rio Oiapoque passassem a ser mais controladas por suas capitais regionais, estando mais integradas a seus respectivos conjuntos regionais e Estados nacionais. Paralelamente, acordos de cooperação regional foram firmados por Brasil e França em 1996, sendo acompanhados por acordos entre os governos do Amapá e da Guiana Francesa. Este contexto teve como resultado, no lado francês: a) a conexão rodoviária da zona fronteiriça ao litoral polarizado pela capital Caiena; b) a implantação da Polícia de Fronteiras (*Police aux Frontières*), em 2005; c) o

reforço dos controles policiais e o aumento das dificuldades para a entrada de cidadãos brasileiros (o pagamento de um visto exigido aos brasileiros que desejassem entrar na Guiana Francesa passou a ser exigido também na cidade fronteiriça de Saint-Georges, até lá isentada: a ausência de conexões rodoviárias até 2003 não permitia que os brasileiros fossem além desta cidade. Em 2015, a criação de um cartão transfronteiriço destinado aos habitantes das localidades situadas nas margens do rio Oiapoque viria a facilitar seus deslocamentos na fronteira (Silva e Granger, 2016).

A reafirmação das soberanias nacionais nesta zona, por muito tempo marginalizada, foi acompanhada da criação de dois parques nacionais às margens do alto rio Oiapoque: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no lado brasileiro, em 2002, e o *Parc National Amazonien de Guyane*, situado à margem franco-guianense, em 2007. Uma estratégia de tentar restringir a circulação transfronteiriça de indígenas e o deslocamento de garimpeiros clandestinos em direção ao lado francês foi consolidada por uma presença militar esparsa e pontual naquela área. Tais medidas dificultaram os fluxos informais cotidianos de mercadorias (bens não declarados adquiridos por preços mais baixos do lado brasileiro e ouro extraído ilegalmente) e seres humanos (garimpeiros e imigrantes). No entanto, a mobilidade turística e familiar continuou impulsionada pelas diferenças de nível de vida e pelo aumento e incremento do número de famílias transfronteiriças (aquelas formadas por membros de duas nacionalidades). Nesse sentido, cabe destacar a forte assimetria entre os níveis de vida da margem francesa (mal equipada comercialmente, mas que se beneficia de seu *status* europeu em termos de educação e saúde com serviços disponíveis) e da margem brasileira (com piores indicadores de desenvolvimento humano e social e salários inferiores, mas com uma rede comercial mais diversa).

A terceira etapa teve início com a Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque. Mesmo tendo sido aberta por uma iniciativa dos poderes executivos locais, a ponte ilustra bem esta retomada do controle por parte dos Estados nacionais, que, concretizando uma sugestão dos poderes estaduais locais, decidiram sobre a construção como símbolo da cooperação transfronteiriça (Théry, 2011). Com sua construção concluída em 2011, a ponte só foi aberta em 2017, devido a inúmeros problemas administrativos e a determinadas condições de acesso denunciadas por brasileiros, que as julgam muito desfavoráveis e desequilibradas.

Nesse panorama, podemos indicar que a ausência de autoridades federais brasileiras tornou a inauguração não oficial do lado brasileiro. Além disso, ainda que a ponte tenha posto fim ao monopólio do tráfego fluvial entre as duas margens do rio Oiapoque, esta foi afetada apenas parcialmente, em razão de seus restritos horários de abertura e funcionamento e dos controles policiais e alfandegários, dos quais as embarcações que fazem esse serviço (chamadas de catraias) geralmente escapam. Essencialmente utilizada por veículos com placas da França, devido à rigidez das normas europeias e francesas impostas aos brasileiros e ao custo de um seguro caro exigido aos veículos brasileiros (que não é cobrado aos franceses pelo Brasil) a ponte reforça a assimetria entre as duas margens, em termos de circulação. Tal assimetria vem se acentuando neste último momento, o qual é marcado pela consolidação de um subsistema integrado entre a circulação líquida (fluida) e a circulação pura (a fluvial e a terrestre).

Mais recentemente, a partir do advento da pandemia de COVID-19, podemos identificar um quarto momento da circulação, marcado pelo fechamento quase que completo da fronteira. Esse "quase" se deve ao fato de que a fronteira, ontologicamente porosa, jamais será fechada totalmente, ainda que as autoridades governamentais dirijam esforços para fechá-la ao extremo. Assim, impedir completamente os fluxos transfronteiriços é algo extremamente difícil e improvável.

Este quarto momento teve início no mês de março de 2020, perdurando até o final do ano de 2021, com o relaxamento das restrições de circulação. Pautado no auge da pandemia, o momento ficou marcado pela intensa vigilância e controle da circulação por parte do governo francês, com presença marcante das forças armadas (marinha) restringindo a travessia fluvial entre as duas margens do rio Oiapoque, com relatos de apreensão das embarcações e prisão de tripulantes e passageiros que ousassem realizar a travessia e filmagens de perseguições de catraieiros por parte da marinha francesa. Todo esse aparato policialesco restringiu, mas não cessou de todo as travessias transfronteiriças, elevou demasiadamente o preço da travessia (relatos de que chegaram a cobrar o valor de R$500,00 somente de ida) e gerou insegurança daqueles residentes do lado brasileiro, principalmente, que auferem renda e/ou recebem benefícios no lado francês da fronteira.

Por fim, podemos afirmar que o pós-pandemia inaugura o quinto momento e, recentemente, tivemos a retomada da Comissão Mista Transfronteiriça (França/Brasil),

que tem na circulação pela ponte binacional uma pauta importante, sobretudo a partir das demandas do governo brasileiro. Essa comissão é composta por representantes do governo brasileiro e do governo francês, incluindo governantes da Guiana Francesa. Vários temas de interesse dos dois governos são discutidos e apresentados durante a Comissão Mista Transfronteiriça (França/Brasil), tais como a cooperação internacional em diversos âmbitos, como segurança pública, comércio exterior e uso compartilhado do território.

Como resultado prático, algumas ações de combate ao narcotráfico, à imigração ilegal e à exploração mineral por meio de garimpos clandestinos têm sido operadas por agentes brasileiros e franceses. Outros gargalos institucionais ainda não foram superados, como o trânsito pela Ponte Binacional sobre o rio Oiapoque - fronteira natural entre o Amapá e a Guiana Francesa - que ainda privilegia a utilização por franceses, dos quais não é cobrado o visto de entrada para o lado brasileiro; ao contrário da exigência que existe para brasileiros utilizarem a referida ponte em direção ao lado francês.

A exigência de visto de entrada para brasileiros acessarem a Guiana Francesa parece uma distorção considerável se lembrarmos que inexiste tal exigência para brasileiros acessarem o território francês na Europa, pois qualquer cidadão pode entrar na França metropolitana (em território europeu) sem visto, desde que essa estadia não ultrapasse noventa dias.

Ainda nessa seara institucional, outra distorção que pesa para cidadãos brasileiros acessarem a Guiana Francesa (coletividade territorial da Guiana e território francês) é que, para a emissão do visto, o cidadão deve dar entrada na Embaixada da França em Brasília, por exemplo, ou em outra unidade da Federação que possua essa embaixada. Para diminuir o prejuízo brasileiro na solicitação desse visto para a Guiana Francesa, e como ação concreta resultado da última Comissão Mista Transfronteiriça (França/Brasil), realizada em Macapá, capital do Estado do Amapá, em junho de 2024, em sua décima terceira edição, o Governo brasileiro vai disponibilizar as condições para que os cidadãos brasileiros possam dar entrada no visto para a Guiana Francesa a partir de ações institucionais em Macapá. A previsão para o início desse tipo de serviço é ainda este ano.

## A PANDEMIA DE COVID-19 E A CIRCULAÇÃO NA FRONTEIRA OIAPOQUE-BRASIL E SAINT-GEORGES DE L'OYAPOCK- GUYANE - A PERSPECTIVA DOS FRONTEIRIÇOS

Considerando tais aspectos, neste trabalho de reflexão, buscamos analisar o impacto gerado nesse território transfronteiriço simbiótico com o fechamento total e irrestrito da fronteira no período pandêmico. Para tal, foram realizadas entrevistas com seis diferentes sujeitos fronteiriços (reproduzidas no documentário "A fronteira entre Brasil-Guiana Francesa (França) e a pandemia de COVID-19), quais sejam: catraieiro (Ratinho), professora brasileira que atua no território francês (Rose), liderança indígena (Priscila), coordenadora de ONG (Jane), comerciante chinês de Saint-Georges (RÉGIS) e comerciante informal brasileiro (Naldo), conforme iconografia abaixo.

**Figura 1** – Iconografia das entrevistasa na fronteira Oiapoque – Saint Georges de L'Oyapock




Fonte: trabalho de campo (2022)

Em primeiro lugar, podemos afirmar que a pandemia promoveu uma dissimetria na fronteira, isolando as duas localidades uma da outra, com a população "totalmente abandonada" (Jane), com pacientes brasileiros ou franceses sendo transportados para o lado francês da fronteira, mesmo sem quaisquer termos de cooperação entre os dois países (esta foi a tônica da política brasileira durante a pandemia).

O fechamento e a proibição da circulação de pessoas via terrestre (ponte internacional sobre o rio Oiapoque) ou fluvial promoveu o "fracasso nas vendas" (Naldo) no comércio do lado brasileiro da fronteira, sustentado substancialmente pelo turista francês. Consequentemente, o fechamento do comércio (por quase dois anos) promoveu uma intensa busca por ajuda financeira estatal.

No lado francês, a pandemia de Covid-19 promoveu um "desabastecimento" (Régis) no comércio local, pois as mercadorias são essencialmente importadas da França via Caiena e havia uma barreira sanitária que impedia a passagem de qualquer pessoa sem um motivo de fato imperativo. Ainda, os produtos oriundos do Brasil também ficaram impossibilitados de serem acessados. Ou seja, a pandemia criou uma verdadeira barreira sanitária na fronteira e Saint-Georges de l'Oyapock foi o último município francês a finalizar o "*lockdown*".

Para Jane, a pandemia não afetou o sistema de saúde local, que não tinha e não tem estrutura. O que a Pandemia afetou foi de fato, localmente, foi a economia. Devido o isolamento e o fim do intercâmbio transfronteiriço de trabalho e renda, várias famílias ficaram em situação precária e de vulnerabilidade social, contando unicamente com ações de ajuda estatal ou comunitária (via ONGs).

A proibição da circulação e a restrição da circulação afetou, também, a população indígena, que tem sua renda ligada diretamente ao comércio de produtos alimentícios e artesanatos na Guiana Francesa ou para os guianenses que fomentam a economia oiapoquense. Ao mesmo tempo desse impacto negativo, houve um "aumento do uso de medicamentos e plantas tradicionais no tratamento da covid" (Priscila).

Outra categoria severamente afetada com a rigidez do controle transfronteiriço por parte do governo francês foi a dos catraieiros, que se viu proibida de fazer o transporte diário de pessoas e mercadorias pelo rio e, portanto, sem renda alguma para o sustento das suas famílias. Isso levou vários trabalhadores arriscarem a travessia e

foram presos tendo suas embarcações e motores apreendidos pelas autoridades francesas.

Apesar de todos estes impactos, o fechamento da fronteira reforça sua característica como espaço subversivo, afinal "a classe [*sic*] catraieira foi a primeira a se vacinar em Saint George" (Ratinho) com a chegada da vacina no lado francês (a permissão foi a revelia de qualquer acordo ou cooperação governamental ou institucional) e a permissão dos agentes locais em vacinar a população do outro lado da fronteira. Ainda, na perspectiva de um espaço da subversividade, a categoria catraieira passou a ter acesso ao lado francês, mesmo com as restrições impostas (havia uma cooperação informal entre estes trabalhadores e a *Gendarmerie*), reiniciando a movimentação transfronteiriça via fluvial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia principal desse artigo/relato de pesquisa foi procurar entender como a pandemia de COVID-19 interferiu e alterou a circulação naquilo que Silva *et al.* (2019) definiram como o sistema integrado da bacia do rio Oiapoque, na fronteira franco-brasileira, considerando que Saint-Georges de l'Oyapock e Oiapoque sempre viveram em simbiose, diante dos seus respectivos isolamentos aos seus respectivos territórios nacionais.

Podemos considerar que o rio Oiapoque é a ligação essencial nessa simbiose do território usado transfronteiriço, muito mais do que um elemento geográfico delimitador da fronteira Brasil-Guiana Francesa.

Dessa forma, nesta análise, podemos afirmar que as fronteiras e o espaço transfronteiriço precisam ser pensados e articulados a partir de quem vive e de quem está na fronteira. As fronteiras se constituem em espaços que se distanciam nas normas, nas regras e nas determinações impostas por cada país, mas que se articulam e se aproximam e se confundem nas ações diárias dos seus viventes. Portanto o espaço fronteiriço deve ser caracterizado como um *espaço subversivo*. Viver a e na fronteira é sempre um limiar tênue entre o legal (que se as leis forem adotadas severamente inviabilizaria a vida local) e o ilegal (as ilegalidades cometidas por todos os sujeitos e agentes que são amenizadas pelas autoridades locais), portanto, entre o legal e o ilegal, encontramos o subversivo.

Portanto, precisamos pensar estes espaços, enquanto subversivos, e as ações a partir de Políticas Públicas de Fronteira que de fato sejam pensadas pelos fronteiriços e

para os fronteiriços, ou seja, um Política Pública pensada a partir do território e dos atores e sujeitos locais e para este território e suas gentes, subversivas. Visto que hoje as políticas para a fronteira são pensadas por aqueles não vivem e que não estão nas fronteiras e, quiçá, entendem esses espaços. De fato, são os que vivem e os que estão na fronteira que sabem quais seriam as Políticas necessárias para esse espaço, que mais uma vez frisamos, são subversivos.

## REFERÊNCIAS


CHRIST, T. **O que a sua saúde tem a ver com a natureza?** 2023. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/en/noticias/3227-o-que-a-sua-saude-tem-a-ver-com-a-natureza acesso em ago.2024>. Acesso em 13/10/2024.

DORFMAN, A.; ROSES, G. T. B. Regionalismo fronteiriço e o "Acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros". In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS. p.196-229. 2005.

DUMONT, Gérard-François. Covid-19: fim da geografia da hipermobilidade? **Espaço e Economia**, Ano IX, n. 18, 2020. DOI: https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.12926.

GRANGER, S.; SILVA, G. V. Enjeux transfrontaliers en période de pandémie de la Covid-19 : le cas de la circulation sur l'Oyapock entre Guyane française et Brésil. **Confins** - Revue franco-brésilienne de géographie, n. 51, 2021. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.39468.

GUIMARÃES, R.B.; CATÃO, R.C.; MARTINUCI, O.S.; PUGLIESI, E.A.; MATUSMOTO, P.S.S. O raciocínio geográfico e as chaves da leitura da Covid-19 no território brasileiro. In.: **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, mai-ago, 2020.

RADIL, S. M.; PINOS, J. C.; PTAK, T. Borders resurgent: towards a post-COVID-19 global border regime? **Space and Polity**, p. 1-9, 2020.

SANGUIN, André-Louis. Paisagens de fronteira: variáveis em um importante tema da geografia política. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Seção Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 389-411, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/56328/34028>. Acesso em: jan.2024.

SILVA, G. V.; GRANGER, S. Abrir, filtrar e fechar na trajetória entre o estabelecimento da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (FR) e a crise sanitária do Covid-19. In: Maristela Ferrari, Inês Gusman, Edgar Aparecido da Costa e Rubén Camilo L. González (Org). **Fronteira, território e ambiente**: diálogos entre América Latina e Europa. 1 ed. Cascavel: Edunioeste, 2020.

SILVA, G. V.; GRANGER, S.; LE TOURNEAU, F. M. Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França). **Mercator**, Fortaleza, v. 18, p. 1-15, set. 2019. DOI: https://doi.org/10.4215/rm2019.e18018.

SILVA, G.V., e GRANGER, S. Desafios multidimensionais para a cooperação transfronteiriça entre França e Brasil 20 anos depois (1996-2016). **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 18, n° 38, 2016, p. 27-50. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2016.v18i38.a13772.

THÉRY, H. France-Brésil: un pont géopolitique. **Diploweb**, 2011. Disponível em: <http://www.diploweb.com/France-Bresil-un-pont-geopolitique.html>. Acesso em 13/10/2024.

Recebido em agosto de 2024.

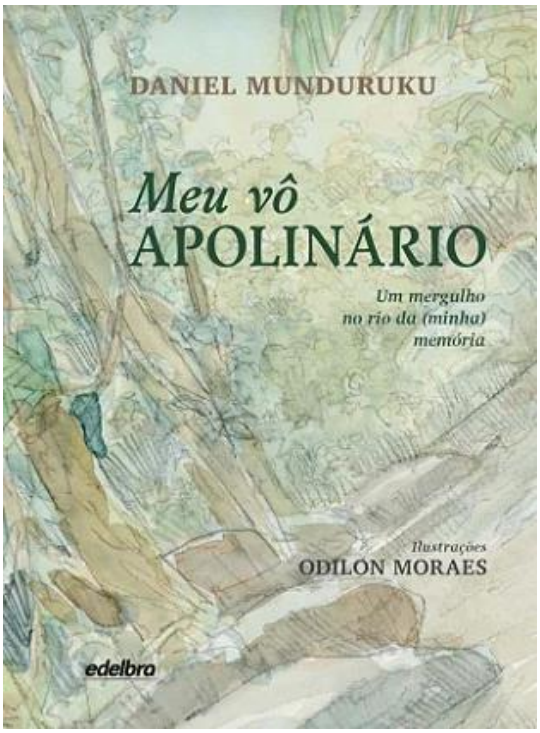
Revisão realizada em outubro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

# RESENHA

# O LIVRO "MEU VÔ APOLINÁRIO: UM MERGULHO NO RIO DA (MINHA) MEMÓRIA"

**Jones Dari Göettert**
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
jonesdari@ufgd.edu.br




Daniel Munduruku escreve buscando sua ancestralidade, convidando leitoras e leitores a fazerem o mesmo. Escreva a vida, suas gentes e seus lugares, por isso sempre uma geografia viva vai se revelando a cada "mergulho", seja em rio, literalmente, seja na memória, nos pensamentos de hoje que se misturam ao passado, às relações, gentes e lugares dele.

É isso um pouco do que se lê, se aprende e se sente "mergulhando" em *Meu vô Apolinário*..., de Daniel. O livro parece ter sua centralidade nos breves "capítulos" "A raiva de ser 'índio'", "Maracanã", "Crise na cidade", "O vô Apolinário", "A sabedoria do rio", "O voo dos pássaros" e "Apolinário se une ao Grande Rio". *Parece*, porque é impossível desconsiderar aspectos das breves "Introdução", "Notas", "Palavras do autor" e "Palavras do ilustrador": nestas últimas, o ilustrador Odilon Moraes diz que a princípio não se sentia confortável em participar do projeto do livro, mas o próprio escritor teria o incentivado "a entrar com meu mundo" no mundo dele, de Daniel, e daí expressa uma "síntese geográfica" genial: "parece que as melhores conversas são mesmo aquelas em que falamos a partir de nossos lugares e estamos abertos a ouvir sobre outros lugares"! Nas "Palavras do autor", também algo muito "geográfico": "que as pessoas que leram [lerem] este livro olhem para dentro de si – e também para fora – e vejam como é possível conviver com o diferente sem perder a própria identidade". E nas "Notas", um *ente geográfico*, "Igarapé": "palavra que, em tupi, quer dizer 'caminho da água' [...] um canal

estreito por onde se espalham as águas de um grande rio"... Atenção, de novo: *por onde se espalham as águas de um grande rio*! Mas como, não seria justamente o inverso, ou seja, algo como *de onde nascem as águas de um grande rio*? Por que Daniel Munduruku parece inverter o curso do(s) rio/igarapés, *por onde se espalham as águas de um grande rio*?

Porque, talvez, a vida, a memória, o rio e seus igarapés nunca são apenas uma direção única e nem apenas de ida e volta, mas múltiplas, múltiplos, em movimentos incessantes de "vai-e-vem"; e, também talvez, seja assim que a ancestralidade vai se fazendo, nunca pronta ou acabada, mas sempre em devir (não um único devir, mas devires em multiplicidade).

E o livro *Meu vô Apolinário*... é isso: um "vai-e-vem" incessante sobretudo entre lugares, suas relações, *raivas*, *crises* e *sabedorias*. Lugares de uma cidade e de uma aldeia, de casas e de escola, de feiras, de uma menina Lindalva que não correspondeu à "paixão" de um *índio*... Mas que, de volta a sua aldeia, se reencontra com sua ancestralidade nos ensinamentos do avô. Nesses movimentos, duas passagens avassaladoras:

"[Na escola, na cidade]

– Oi, Lindalva. Eu queria muito falar com você. Sabe, faz tempo que sinto algo por você. Não percebeu isso, não?

– Eu não. Nunca percebi nada diferente em você.

– Mas é verdade. Eu gosto muito de você. Não quer namorar comigo?

– O quê? Você acha que seu besta, é? Acha que vou trocar o gato do Edmundo por um, um, um... *índio* feito você? Você tem é titica de galinha na cabeça. Se quiser ser meu amigo, não toque mais nesta história, tá legal?"

Mas quem *tocou ainda no assunto* foi Lindalva, contando tudo para colegas, causando crise e tristeza para o *índio* Daniel.

"[Na aldeia, com o avô]

– Tem coisas que nunca saberemos porque nossa vida é curta. Só que elas estão escritas na natureza. As angústias dos homens da cidade têm seu remédio na terra e eles olham para o céu. Quem quiser conhecer todas as coisas, tem que perguntar para nosso

irmão fogo, pois ele esteve presente na criação do mundo. Ou aos ventos das quatro estações, às águas puras do rio, ou à nossa Mãe Primeira: a Terra.

E se calava, como se eu tivesse condições de compreender tudo aquilo.

– Nosso mundo está vivo. A terra está viva. Os rios, o fogo, o vento, as árvores, os pássaros, os animais e as pedras, estão todos vivos. São todos nossos parentes. Quem destrói a Terra, destrói a si mesmo. Quem não reverencia os seres da natureza, não merece a viver".

Dois lugares com suas gentes a conversar com Daniel: se não são os mesmos lugares, como pode ser o mesmo *índio*? Assim, no movimento constante de "vai-e-vem", a *raiva* de ser índio foi sendo transformado em orgulho em sê-lo, *Ser Munduruku*.

*Meu vô Apolinário*... é um livro de lugares, que, além do já exposto, se revela nas bonitas ilustrações: do bairro favelado à aldeia; da casa, da sala de aula e do campinho de futebol na cidade à maloca na "Maracanã"; de *indiozinhos* perdidos na floreta e da colega na escola rejeitando o pedido de namoro; do banho de rio à dedicação do avô a ensinar o mundo para o neto; e da transformação sempiterna do menino da periferia aos traços e adereços mundurukus já partes de seu corpo, de seu mundo *multiversado*.

*Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória* é, sem dúvidas, um dos mais bonitos livros *geográficos* já escritos e desenhados. Um livro também para aprender a ser feliz (pois a geografia também existe para a felicidade, não é?): "Lembre-se sempre [do vô Apolinário para Daniel], que só existem duas coisas importantes para a gente ser feliz nesta vida: 1) nunca se preocupe com coisas pequenas; 2) todas as coisas são pequenas".

Boa leitura!

**REFERÊNCIA: Meu Vô Apolinário**: um mergulho no rio da (minha) memória. Daniel Munduruku. Ilustração Odilon Moraes. 1 ed. Porto Alegre, RS: Edelbra, 2023, 47p.

Recebido em novembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

**Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD**
**Dourados, v. 16, n.31 - 2025.**